



Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO *e*
GEOGRÁFICO

NÚMERO 153

DO RIO GRANDE DO SUL

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

153

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 153 (2017)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

255p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/10/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Priscila Pereira Pinto.

Ilustração: Aquarela de Hermann Rudolph Wendroth –
nº 98, Porto Alegre, vista do hospital.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2016-2018

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo
Diretor Administrativo: Hilda Agnes Hubner Flores
Diretor Financeiro: Sérgio Alves Teixeira
Diretor Operacional: Euclides Pinto Torres

Conselho Fiscal

Cesar Pires Machado, José Carlos Teixeira Giorgis, Moacyr Flores

Membros Efetivos

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Ápio Cláudio Beltrão, Antonio Carlos Hohlfeldt, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Cesar Pires Machado, Coralio Bragança Pardo Cabeda, Eduardo Cunha Müller, Earle Diniz Macarthy Moreira, Euripedes Falcão Vieira, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivalet Flores Pinto, Raphael Copstein, René Ernaini Gertz, Sérgio Alves Teixeira e Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Mário Gardelin, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda e Walter Rela.

Membros Pesquisadores

Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Anelda Pereira de Oliveira, Carla Renata A. de Souza Gomes, César Andre Luiz Beras, Éverton Quevedo, Gabriel Santos Berute, Gustavo Castagna Machado, Jefferson Teles Martins, Luciana Gransotto, Marlise Maria Giovanaz, Nádia Maria Weber Santos, Pedro Cândia da Silva, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Colaboradores

Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa.

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Luis Alberto Cibils,
Sérgio da Costa Franco.

Membro Licenciado

Cláudio Francisco Accurso

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (FURG)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFRGS), Priscila Pereira Pinto (FEEVALE),
Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS), Wagner Silveira Feloniuk (UFRGS)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Bruna Lima (UFSM), Carolina Akie Ochiai Seixas Lima (UFMT),
Débora Soares de Araújo (UFPR), Demétrio Alves Paz (UFFS),
Eduardo da Silva Soares (UFSM), Gustavo Rogério De Lucca (UNESC),
Helder Santos Rocha (UFPR), Hermes Gilber Uberti (UNISINOS),
Jessica Caroline de Oliveira (UEPG), Maria Regina Weissheimer (UFSC),
Monica Rossato (UFSM), Pablo Rodrigues Dobke (UFSM), Paulino de Jesus
Francisco Cardoso (PUCRS), Rosani Úrsula Ketzer Umbach (UFSM),
Sibele Paulino (UFPR), Tassiana Maria Parcianello Saccol (PUCRS),
Ubiratã Ferreira Freitas (UFSM), Vânia Maria Oliveira de Freitas (UNICRUZ),
Verônica Daniel Kobs (UNIANDRADE e FAE)

PREFÁCIO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publica mais um número, respeitando a periodicidade e todos os critérios exigidos pelo Ministério da Educação. O processo de digitalização e de adequação aos critérios científicos mais recentes está completando três anos agora, período no qual a revista permaneceu publicando ininterruptamente, com o dobro da periodicidade anterior e sem atrasos. Nesse período, o corpo do periódico também cresceu, envolvendo hoje mais de duas centenas de professores de muitas áreas de pesquisa relacionadas ao estado do Rio Grande do Sul. A revista, assim, procura se consolidar como um periódico regional relevante, apta a receber a produção de professores e pesquisadores. Queremos ser uma das vias para publicar as melhores pesquisas e permanecer como um instrumento relevante a ser buscado pelos que estudam o estado.

Uma novidade neste número é que não houve autores convidados. Todos os professores que publicaram, mesmo os mais consagrados, passaram pelas exigências da dupla avaliação cega. A possibilidade de convites permanece, e pode ser útil para a veiculação de obras estrangeiras, por exemplo, mas a opção de aumentar ainda mais a abrangência da dupla avaliação cega mostra, também, o compromisso da revista com a seriedade acadêmica.

O número que agora se apresenta é fruto do edital mais bem-sucedido da revista nos últimos anos. Foram recebidos quase 30 artigos, a maior parte deles de professores e pesquisadores que teriam condições de serem publicados. Assim, os nove espaços de publicação foram selecionados dentre os melhores trabalhos em uma concorrência alta. Esperamos que o leitor concorde com as escolhas dos avaliadores, e veja relevância e qualidade nas pesquisas publicadas.

A respeito dos artigos, iniciamos com um sobre a importância dos arquitetos alemães no sul do Brasil e suas principais obras. Logo a seguir inserimos outro tema de grande relevância e pouca pesquisa específica, um estudo sobre o português histórico do Rio Grande do Sul. Após esses artigos, temas de história, política e literatura se desenvolvem quase em ordem cronológica, tratando de diversos aspectos da história rio-grandense e brasileira entre meados do século XIX e a maior parte do XX. Aspectos da vida de Homero Batista, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Alcides Cruz, Leopoldo Petri, Barbosa Lessa são publicados, pessoas que marcaram a nossa história em dados momentos são estudadas de maneira cuidadosa e delimitada em algumas de suas atuações.

Por tudo, esperamos que o leitor fique satisfeito, encontre valor nas pesquisas realizadas e tenha uma leitura proveitosa para seu crescimento ou sua pesquisa científica. Desejamos a todos uma excelente leitura e fazemos um renovado agradecimento aos autores e avaliadores que participaram desse processo.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2017.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Bel^a. Márcia Piva Radtke

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 11** **Arquitetos alemães no sul do Brasil**
German architects in the south of Brazil
Günter Weimer
- 37** **Português histórico do Rio Grande do Sul: fontes para pesquisa**
Historical portuguese from Rio Grande do Sul: sources for research
Evellyne Patricia Figueiredo de Sousa Costa
Tatiana Keller
- 53** **A memória das revoluções gaúchas através de periódicos do Século XIX**
The memory of the gaucho revolutions through nineteenth-century periodicals
Laísa Veroneze Bisol
Luana Teixeira Porto
- 77** **Entre a imposição e a conciliação: a relação de Borges de Medeiros com os representantes do PRR**
Between imposition and conciliation: the relationship of Borges de Medeiros with PRR members
Paula Vanessa Paz Ribeiro
- 99** **Dissidências intra-partidárias e estratégias de inserção política: os casos de Homero Baptista e Joaquim Francisco de Assis Brasil**
Intra-partidial dissidences and political insertion strategies: cases of Homero Baptista and Joaquim Francisco de Assis Brasil
Tassiana Maria Parciannelo Saccol
- 119** **Vida de Raphael Pinto Bandeira: uma análise das formas de escrita da história em Alcides Cruz**
Life of Raphael Pinto Bandeira: an analysis of the historical method in Alcidez Cruz
Vinicius Furquim de Almeida
- 143** **Interesses relacionais: confluências entre intelectualidade, religiosidade e política na trajetória de Leopoldo Petry**
Relational interests: confluences between intellectuality, religiosity and politics in the trajectory of leopoldo petry
Rodrigo Luis dos Santos

- 157 **A Revolta Tenentista de 1924 e a participação da Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul**
The “Tenentista Revolt of 1924” and the participation of “Aliança Libertadora” in Rio Grande do Sul
Rodrigo Dal Forno

- 175 **A representação do negro na obra de Barbosa Lessa**
The representation of the negro in the work of Barbosa Lessa
Jackson Raymundo

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

- 191 **Discurso de Recepção**
Eduardo Alvares de Souza Soares
- 197 **Discurso de Posse**
Sérgio da Costa Franco
- 199 **A memória como prática e a evocação como ofício**
Carla Renata A. de Souza Gomes
- 207 **Eduardo Duarte – figura-chave na construção da rede de cooperação institucional de apoio à História no Rio Grande do Sul (séc. XX)**
Jefferson Teles Martins

DOCUMENTAÇÃO

- 215 **Inventário bibliográfico: espeleologia do estado do Rio Grande do Sul**
Isabel Pires Mascarenhas Ribeiro de Oliveira
Roberto Cassimiro
Daniel Correa
- 221 **Uma crônica preciosa sobre a Assembleia Provincial**
Sérgio da Costa Franco
- 227 **Eduardo Duarte e Geraldo José Pauwels**

ARTIGOS

ARQUITETOS ALEMÃES NO SUL DO BRASIL

GERMAN ARCHITECTS IN THE SOUTH OF BRAZIL

Günter Weimer¹

RESUMO

A presente comunicação faz uma avaliação da contribuição de arquitetos alemães com formação superior ao desenvolvimento da arquitetura do Rio Grande do Sul, enumera algumas de suas obras para concluir com a discussão sobre ganhos e perdas resultantes de sua emigração ao extremo sul do Brasil.

Palavras-chave: Arquitetura teuto-brasileira. Arquitetura erudita da imigração alemã. A arquitetura no Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This paper presents an assessment of the contributions of German architects with higher education in architecture on Rio Grande do Sul, lists some of their most significant works and concludes with the discussion about the advantages and losses resulting from their emigration to the extreme south of Brazil.

Keywords: German-brazilian architecture. Scholarly architecture of German immigration. The architecture in Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Nos primórdios, a história da arquitetura erudita no Rio Grande do Sul, da mesma forma como a da brasileira, era apresentada como tendo dois períodos “dignos de serem indexados” que foram os do barroco e do modernismo. Esta concepção continha um grande desprezo pelo período que se estendia desde a abertura dos portos até o fim da II Guerra Mundial. Este era o entendimento dos historiadores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no início de sua existência e assumida pelo ensino do curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes. Como os primeiros historiadores da arquitetura rio-grandense fizeram a sua formação no Rio de Janeiro, esta concepção era consensual e indiscutível. Talvez mais por dever de ofício do que por convicção de sua qualidade, algumas poucas obras no Rio Grande do Sul acabaram por ser arroladas

¹ Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Professor titular aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FAU-PUCRS. E.mail: gunterweimer@gmail.com

nas listas de bens patrimoniais protegidos, com amplo destaque para as ruínas da Missão Jesuítica de São Miguel Arcanjo. Ainda que algumas obras tivessem sido construídas ao tempo das mais relevadas igrejas de Minas Gerais e que tivessem sido projetadas por arquitetos da mais alta expressão nacional como José Fernandes Pinto Alpoim, José Custódio de Sá e Faria, Manuel Vieira Leão e João Francisco Rocio que deixaram obras relevantes em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, estas eram tidas como sendo de menor valia quando não totalmente desprezadas. Segundo estes autores, as primeiras obras de arquitetura “dignas” começaram a ser projetadas a partir a formação dos primeiros arquitetos modernistas, nos inícios da década de 1950 e da fundação do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil, nesta mesma época, por meia dúzia de arquitetos com formação no Rio de Janeiro, em Montevideu e um que outro de algum país europeu.

Quando foram instituídos os cursos de pós-graduação e resolvemos fazer o nosso mestrado com o tema da arquitetura popular da imigração alemã, fomos indagados com ares de uma velada advertência de que estaríamos trilhando um caminho sem importância posto que a academia só estava interessada na produção de arquitetos com formação superior.

Esta seria uma tarefa difícil, senão impossível, se fosse verdade que não havia arquitetos “dignos” no Estado. Como fizemos nossa pós-graduação em história da cultura, já havíamos realizado pesquisas em arquivos locais onde nos defrontamos com uma rica documentação sobre profissionais gabaritados, entre os quais havia referências a diversos nomes alemães.

Uma das primeiras surpresas foi descobrir que já em agosto de 1898 foi criado um curso de arquitetura na Escola de Engenharia local para a qual haviam sido contratados arquitetos dos mais diversos países, entre os quais, alguns alemães. Em data bem recente pudemos comprovar que este não foi o primeiro curso instalado no Estado, pois já em inícios da década de 1860 o Major de Engenheiros Maximilian von Emmerich se responsabilizou por um curso de arquitetura na Escola Militar de Porto Alegre. É bem verdade que este curso se destinava ao ensino de projetos para fins militares (quartéis e fortes), mas a documentação demonstrou que a falta de mão-de-obra qualificada fez com que os oficiais aí formados fossem absorvidos pela Secretaria de Obras Públicas e, como tais, tiveram ampla atuação na concepção e na construção dos mais diferentes setores da construção civil. Isto provou que não foi apenas o exército brasileiro que foi criado por militares alemães, mas o ensino da arquitetura também!

No entanto, a presença de construtores alemães foi bem anterior

a esta data. Ao que tudo indica o primeiro a vir ao Rio Grande do Sul foi Ernesto Frederico de Werna Bilstein, na condição de veador (inspetor) da Casa Real. Como indica a forma aporuguesada de seu nome, viera com a Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Ainda não dispomos de dados claros sobre sua origem. Supõe-se que tenha nascido em Lisboa, como filho de pais alemães. Sua atuação foi principalmente política, como Secretário e Deputado; sua participação na condução de obras de engenharia foi mais discreta. Participou do balizamento da Lagoa dos Patos, na desobstrução do Rio Jacuí e na construção de faróis.

A participação de arquitetos alemães natos no Rio Grande do Sul está diretamente vinculada à formação do Exército Brasileiro sob o comando do Marechal-de-Campo Gustav Heinrich von Braun em 1826. Este tinha sob suas ordens o Capitão de Engenharia Samuel Gottfried Kerst que foi encarregado de construir e reformar quartéis ao tempo da Guerra contra Rosas. Quando surgiram as primeiras inconformidades com o governo central e que levariam, mais tarde, à Guerra dos Farrapos, mostrou-se um ardoroso monarquista e sua lealdade a D. Pedro I lhe causou grandes incômodos ao ponto de ter sido encarcerado e mandado, sob condições humilhantes, ao Rio de Janeiro de onde acompanhou o Imperador em sua volta à Europa. O Brasil haveria de pagar caro por estas humilhações: mais tarde, de volta a Berlim, teve destacada atuação política como deputado e ministro, sendo um dos principais responsáveis pelo famoso Rescrito von der Heydt que impunha restrições à imigração a nosso país.

Juntamente com Kerst, veio o capitão Johann Martin Buff que era sobrinho da Carolina Buff que foi uma das paixões do poeta Wolfgang von Goethe e era aparentado do médico e naturalista Hermann von Ihering. Com a desmobilização das tropas contratadas para combater Rosas, se estabeleceu em Rio Pardo onde contraiu núpcias com a filha do intendente daquela cidade. Certamente isto lhe deu projeção social que lhe proporcionou uma destacada atuação naquela região como construtor de pontes, igrejas e trabalhos de urbanismo. Sua obra mais importante foi o hospital de Rio Pardo que nunca chegou a funcionar como tal. Quando o prédio estava em fase de conclusão, desavenças entre os militares levaram a que a Escola Militar fosse temporariamente transferida de Porto Alegre para aquela vila. Esta obra se tornou famosa pelo fato de nela terem estudado diversos militares de grande projeção nacional. Hoje o prédio está totalmente reciclado e se constitui numa das obras mais significativas dos inícios da arquitetura de tradição clássica do Estado.



Fig. 1: Colégio Militar de Rio Pardo, de Johann Martin Buff, por volta de 1850.

Com a desmobilização das tropas foi formada uma primeira Companhia de Pontoneiros Prussianos sob o comando do Capitão Friedrich Pickart, de naturalidade austríaca, mas que fora contratado na Inglaterra a cujo rei prestava serviço militar. Sua folha de serviços no ramo da construção não foi relevante ao contrário de muitos de seus comandados entre os quais cumpre destacar o já citado Maximilian von Emmerich, Robert Ditrach, Florian von Zurowski, Karl Hermann Johann Adam Woldmar que se tornou mais conhecido por seu título de nobreza, Barão de Kahlden, Otto Edgar Tiedemann e Oscar Robert Hennig. A formação militar dos mesmos fez com que se dedicassem, prioritariamente, ao projeto e construção de obras militares, mas a escassez de mão-de-obra qualificada levou a que se engajassem em obras civis de toda ordem, principalmente em obras governamentais como Câmaras Municipais e Cadeias que eram imprescindíveis no restabelecimento da ordem interna da Província depois da devastadora Guerra dos Farrapos que teve uma duração de uma década. Como a maioria era protestante, surgiu um interessante impasse com a reconstrução das igrejas que, segundo o relatório presidencial de 1848, todas haviam sido saqueadas e muitas precisavam ser totalmente reconstruídas. Apesar da intolerância religiosa então em vigor – o culto protestante só podia ser praticado em forma doméstica – foram estes construtores que se responsabilizaram pela construção de diversos templos católicos, fato que foi tolerado por terem sido contratados pela Secretaria de Obras Públicas. Suas maiores contribuições, no entanto, se processaram na área da construção civil – especialmente em pontes e na abertura de estradas e construção de pontes

que se constituía num programa estratégico prioritário diante da sempre temida invasão das tropas castelhanas.

Alguns militares se estabeleceram no interior e suas biografias são menos conhecidas como é o caso de Edward Kretschmer que foi o autor do projeto do famoso Teatro Sete de Abril, de Pelotas, que consta ser o mais antigo teatro do Brasil ainda em funcionamento. Possivelmente tenham pertencido a este contingente de militares Karl Ernst Ludwig Mützell, de São Leopoldo, Adolf Kemmerich e Philipp Leonard Niederauer, de Santa Maria.

A partir do fim da Guerra dos Farrapos também apareceram profissionais civis. Peter Kleudgen que foi o administrador da nova Colônia de Santa Cruz. Uma das primeiras iniciativas da municipalidade de Pelotas após a Guerra dos Farrapos foi contratar o arquiteto Robert Öffer, em Montevideu, para projetar a matriz que se pretendia construir na praça principal da vila. Por razões desconhecidas, este projeto não foi concretizado, mas o arquiteto não ficou no prejuízo por ter sido encarregado do projeto do Mercado Público daquela comarca. Não é sabido se realizou outras obras na região, mas é certo que se estabeleceu na vila de Rio Grande como um dos primeiros fotógrafos das Américas o que é evidenciado no simples fato de que o processo acabara de ser inventado. Lamentavelmente, não se sabe que destino levou o seu acervo.

Porém, a mais destacada atuação coube a dois arquitetos que se estabeleceram em Porto Alegre. O mais conhecido foi Georg Karl Philipp Theodor von Normann, natural de Halle e formado na Universidade Técnica de Dresden. Foi o autor dos mais importantes edifícios da capital como o Teatro São Pedro, a Câmara Municipal, o Liceu Dom Afonso (depois, Escola Normal), a igreja do Menino Deus, a ampliação da Assembléia Legislativa e foi o construtor do Colégio Santa Teresa que se constitui numa das duas únicas obras realizado fora do Rio de Janeiro por Grandjean de Montigny, o famoso arquiteto da assim chamada Missão Francesa de 1816. Deixou numerosas obras pelo interior entre as quais a ponte sobre o Rio Jacuí que se constituiu na maior obra da província daquela época.

Seu contemporâneo foi Friedrich Heydtmann, natural de Hamburgo. Suas primeiras obras foram diversas fontes de água na cidade que receberam registros elogiosos na Câmara Municipal. A seguir, elaborou, com von Normann, o projeto do Liceu Dom Afonso. Nesta época venceu um concurso de arquitetura de um “modelo” de prisão (possivelmente o primeiro a ser realizado no país) para ser edificado nas diversas comarcas do interior. Este projeto o qualificou para ser encarregado do projeto da Cadeia de Porto Alegre que viria a ser construída sobre um aterro no estuário do Guaíba. Esta foi uma obra revolucionária menos por suas avantajadas dimensões, mas pelo fato de ter sido a primeira construção a possuir água encanada e esgoto

cloacal. Nesta época projetou a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Sua transferência para Rio Pardo, em 1851, fez com que fosse encarregado de projetar obras relevantes no centro da Província, entre elas a primeira rua pavimentada em Rio Pardo e que viria a servir de modelo para obras semelhantes que passaram a ser realizadas tanto na capital como no interior a partir de 1858.

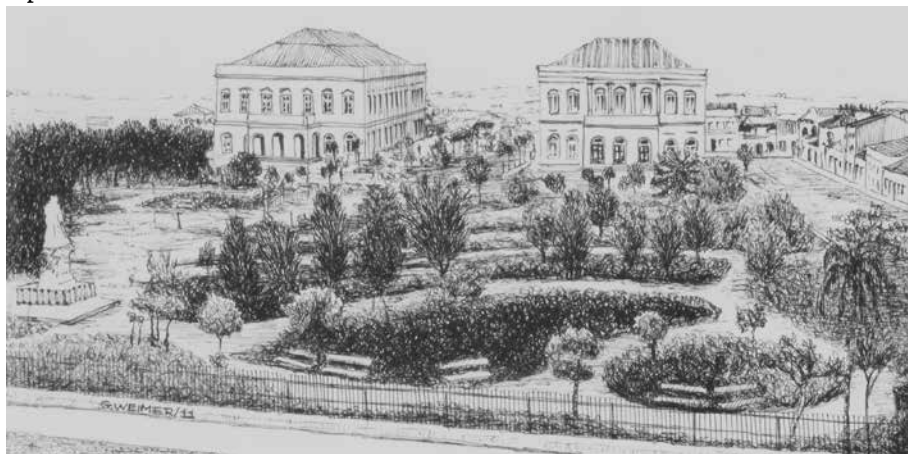


Fig. 2: Praça da Matriz com o Teatro São Pedro e a Prefeitura Municipal, projetos de Philipp von Normann, de 1848.

A par destes profissionais categorizados, um grande número de mestres de ofício se estabeleceu nas mais diversas vilas e cidades da província que qualificaram com suas respectivas especializações, as construções de seu tempo.

Por razões ainda não bem esclarecidas, por volta da segunda metade da década de 1850 surgiu uma onda de descrédito sobre a capacidade dos profissionais estrangeiros – que na época queria dizer “alemães” – que, com certeza, tinha a ver com confrontações políticas e talvez com o descontentamento dos profissionais nacionais diante da importância adquirida pelos imigrados ou, ainda, com a ação da marinha inglesa ao dar um fim definitivo no comércio escravagista no Atlântico-Sul. O fato é que em 1858 a Assembléia Legislativa aprovou uma lei que demitia todos os técnicos estrangeiros dos quadros administrativos provinciais. Os presidentes provinciais que eram nomeados pelo governo central, protelaram o mais possível a realização deste ato, mas contornaram a ação através de subterfúgios. Os militares foram transferidos para o Rio de Janeiro onde tomaram parte intensiva na preparação da Guerra contra o Paraguai na qual alguns se destacaram por “atos de bravura”. Emmerich terminou seus dias no Rio de Janeiro fazendo traduções e versões de autores alemães e brasileiros.

Os civis não tiveram este privilégio, mas acabaram por ser absorvidos pelas administrações municipais. A esta época, Normann veio a falecer precocemente, mas Heydtmann teve destacada atividade na municipalidade de Porto Alegre na qual realizou projetos de urbanização de ambos os lados da península (a assim chamada Cidade Baixa e o aterro pelo lado setentrional), de projetos de arquitetura com destaque ao Mercado Público e ao prédio da Beneficência Portuguesa.

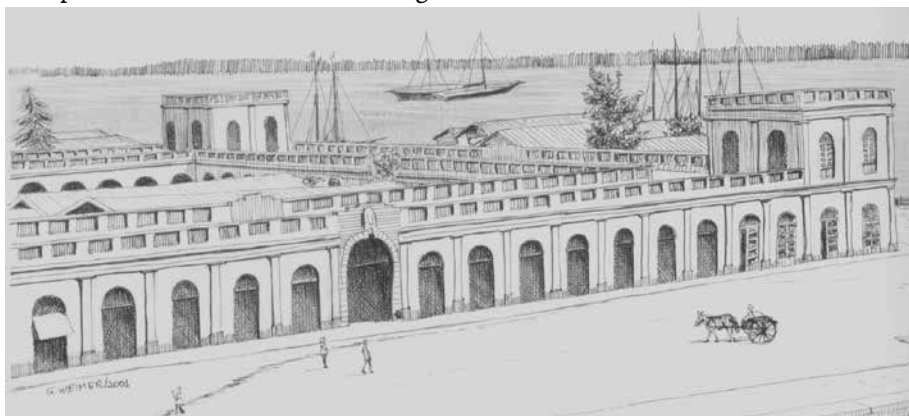


Fig. 3: Mercado Público de Porto Alegre, projeto de Friedrich Heydtmann, de 1860.

Esta fase foi por demais importante para a Província pelo fato de ter promovido a atualização da linguagem arquitetônica que – segundo a interpretação oficial (aqui entendida pelas teses esposadas pelos técnicos do IPHAN e dos professores da Escola Nacional de Belas Artes) – teria sido introduzida no país pela hipotética “Missão Francesa”, ou seja, com a substituição do barroco pelo neoclassicismo. Esta renovação aconteceu no sul com algum atraso devido à conflagração da província, mas, depois da pacificação, se impôs de forma muito rápida. Em consequência, sua duração foi curta e, em breve, houve uma adesão à linguagem eclética que passou a ser hegemônica a partir do início da década de 1870. Marcante, neste sentido, foi o projeto da Beneficência Portuguesa, a última obra de Heydtmann.

A partir do fim da Guerra do Paraguai, a desmobilização das atividades bélicas levou a um arrefecimento das atividades econômicas e a uma diminuição das atividades construtivas. Mesmo assim, houve a imigração de alguns profissionais que imprimiram novos rumos à arquitetura provincial. Aqui cabe especial destaque ao mestre Johann Gruenewald, natural da cidade de Colônia onde fez seu aprendizado na conservação de sua afamada catedral. Começou sua vida como escultor de pedras tumulares no interior do município de Montenegro. Sua fama se espalhou rapidamen-

te e a re-introdução da ordem dos jesuítas fez com que seus integrantes o contratasse para projetar as novas instalações da ordem. Segundo os dados disponíveis, coube a ele realizar o primeiro projeto de igreja gótica com a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo cujas obras foram iniciadas a cinco de maio de 1865 e que, a partir de então, haveria de se tornar a expressão mais utilizada em templos eclesiásticos no país. Seu projeto da ponte sobre o Rio dos Sinos fez sua fama chegar a Porto Alegre onde foi encarregado da construção do prédio da Cúria Metropolitana que tem sido citada como uma das obras mais representativas da cidade. Com a nova constituição republicana foi decretada a separação entre Estado e Igreja, o que levou a que houvesse uma intensa mobilização na construção de templos, conventos e escolas o que ocorreu a favor de Gruenewalt que realizou – segundo dados indicativos de almanaques católicos – um grande número de projetos para o interior do Estado que ainda estão por ser identificados, em parte. Em Porto Alegre foi encarregado dos projetos das igrejas do Menino Deus (nova), da Igreja Evangélica Luterana e de São José (antiga).

À mesma época, imigrou Wilhelm Ahrons que começou sua vida profissional como agrimensor passando a construtor de estradas e à engenharia civil. Como tal foi contratado pela intendência de Porto Alegre onde se encarregou do planejamento da cidade e das obras municipais. Nesta época, abriu uma firma construtora com Johann Gustav Schmitt com o qual projetou e construiu o Colégio Militar, a sede do Banco da Província e a filial do Banco do Brasil, além de alguns dos primeiros palacetes em áreas nobres da cidade. Em inícios do novo século, passou sua firma para o nome de seu filho mais velho, Rudolf Ahrons, que fez seu curso de engenharia civil na Universidade Técnica de Berlim. Este se tornaria um dos primeiros professores do curso de arquitetura da Escola de Engenharia, em 08/1898, mas sua fama correria por conta de sua firma construtora que foi a mais importante do Estado antes da I Guerra Mundial.



Fig. 4: Colégio Militar, segundo projeto de Wilhelm Ahrons, de 1882.

1 O período da República Velha

É difícil dizer se foi a abolição da escravatura ou a proclamação da república que teve maior repercussão na Alemanha. Certo é que a primei-

ra foi um marco decisivo na evolução econômica do Estado. Com a relativa marginalização dos escravos do processo produtivo, o charque perdeu grande parte de seu significado e a agricultura assumiu o papel de principal fonte de acumulação de capitais. Estes passaram a financiar os empreendimentos fabris pioneiros através de uma rede regional de bancos que se constitui num caso *sui generis* da história econômica do país. Estes empreendimentos evoluíram a partir de oficinas artesanais em que se destacaram os imigrantes alemães.

Vários fatores contribuíram para que este novo panorama desenvolvimentista passasse a atrair um progressivo número de profissionais de todas as esferas, entre os quais, muitos construtores. Aqui é necessário fazer um parêntesis para assinalar que após a Guerra Franco-Prussiana e a consequente Unificação Alemã, foram criados numerosos “cursos de construção” cujo apanágio era unir numa mesma formação a arquitetura e a construção civil, a concepção com a prática no canteiro de obras, com a finalidade de tirar a Alemanha de um significativo atraso tecnológico em relação aos demais países da Europa Ocidental. Eram cursos intensivos, de três anos, com uma carga total de mais de quatro mil e oitocentas horas/aula, o que excede a média da maioria dos cursos de arquitetura de nosso país, na atualidade².

Esta formação massiva de “construtores” se processou em paralelo a cursos nas tradicionais universidades de origem humanística e das quais se derivaram para formar as assim chamadas Universidades Técnicas cujas finalidades eram mais dirigidas à formação de especialistas altamente qualificados. É necessário assinalar a existência desta sutileza específica da Alemanha recém-criada para entender as conseqüências que ela iria gerar após a regulamentação profissional aprovada em nossa constituição de 1933 e regulamentada no ano seguinte.

Por ora cumpre assinalar que após a proclamação da república e, em especial, após os conflitos armados que sacudiram o Estado entre 1893 e 96 houve uma explosiva migração para as cidades onde a instalação de fábricas dos mais variados gêneros servia de atração de mão-de-obra que teve seu maior incremento nas vésperas da I Guerra Mundial devido à acumulação de capitais que foi facultada através da exportação de cereais que se constituíam nos bens de consumo “não perecíveis” e adquiriam preços muito favoráveis na medida em que se destinavam ao abastecimento dos armazéns das potências que estavam se preparando para o conflito iminente.

2 Em seu tempo, o curso de arquitetura da Escola de Engenharia comportava cerca de mil e duzentas horas/aula.

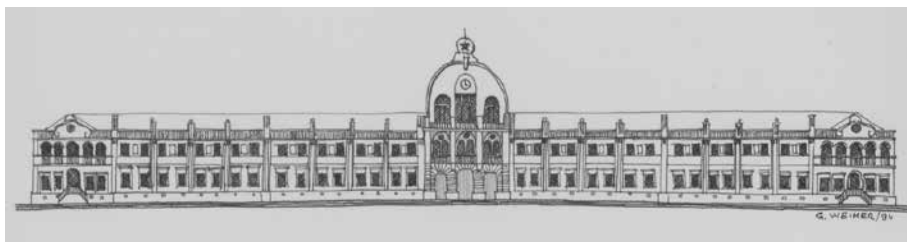


Fig. 5: Colégio Militar de Porto Alegre, em sua ampliação de Hermann Otto Menchen.

Este afluxo de capitais fez com que engrossasse cada vez mais a vinda de “construtores” que encontravam um mercado de construção civil em expansão, necessitado de profissionais capacitados. Levantamentos por nós realizados até 2002, listaram quase quinhentos profissionais atuantes no Estado no período que se estende desde a proclamação da república até a formação dos cursos de arquitetura ao fim da II Guerra Mundial (mais exatamente, 491). Esta listagem, entretanto, cresceu consideravelmente e não apresenta indícios de que esteja próxima de ser completa. Segundo estes dados, aproximadamente a metade destes profissionais eram “alemães”, termo que aqui deve ser entendido como sendo de fala alemã³.

Como pode ser percebido, não seria possível aqui fazer um apanhado metucioso da atuação dos mesmos devido ao seu número avantajado. Mas pretendemos apresentar algumas motivações que os atraíram. A criação da Universidade através de seus cursos de Engenharia, Direito, Medicina e Belas Artes trouxe um bom número de profissionais que animaram o panorama cultural da cidade e o enriquecimento – especialmente das elites teutas – abriu a possibilidade de atuação profissional de projetistas e artesãos que passaram a ser formados pelas escolas de artes e ofícios que foram sendo fundadas, primeiro em Porto Alegre, e depois se estenderam para todo o interior do Estado.

Outro fator de atração foi a constituição de importantes empresas comerciais que importavam equipamentos pesados e que requeriam a experiência na instalação dos mesmos. Referimo-nos aqui especialmente às caldeiras a vapor de água que se constituía na força motriz mais comum. Por esta via passaram a se dedicar ao projeto e à construção das fábricas.

O enriquecimento geral da sociedade passou a propiciar a intensificação de viagens à Europa, para fins de negócios, de turismo e de visita a parentes. Através destes contatos, arquitetos alemães ficaram sabendo que havia um mercado profissional promissor no Estado e, especialmente, em

3 Entre eles se contavam suíços, austríacos, tchecos, noruegueses e holandeses.

Porto Alegre. E desta forma acabaram por se transferir para esta cidade.

A constituição das primeiras empresas de construção civil também foi motivo de contratação de profissionais diretamente na Alemanha e, como nesta época, o Estado estava muito mais vinculado a Buenos Aires e Montevideú tanto econômica como culturalmente, um número não desprezível de alemães foi contratado naquelas capitais. Cumpre assinalar que a região do Rio da Prata desfrutava, nesta época, de grande desenvolvimento econômico e a Argentina se constituía numa das maiores potências econômicas do mundo. Por esta razão, havia uma forte emigração para aqueles países e diversos arquitetos foram ali contratados para trabalhar no Rio Grande do Sul. Com os mesmos também vieram diversos escultores alemães que, com o paulatino retrocesso da decoração plástica das fachadas, encontraram ocupação profissional na elaboração de projetos arquitetônicos e na construção.



Fig. 6: Postal antigo sem indicação de autoria. A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (hoje MARGS) e os Correios e Telégrafos (hoje Memorial do RGS), dois projetos de Theo Wiederspahn, de 1911. Entre os dois, pouco recuado, está o prédio da Alfândega, projeto de Hermann Otto Menchen, de 1923.

Também é pertinente aqui assinalar que firmas construtoras internacionais mantinham filiais numa destas duas capitais e o Rio Grande do Sul estava incluído no território de sua atuação. Especialmente no entre-guerras, as firmas Gruen & Bilfinger e Dickerhoff & Widmann venceram concorrências importantes tanto na construção de estradas como em construção civil fazendo com que um bom número de profissionais passassem a exercer suas atividades em solo rio-grandense. Como é sabido, no fim da década de 1920 se fez sentir a grande crise internacional. Como os efeitos da mesma se mostraram menos agudos na América, a absoluta maioria dos empregados destas firmas se estabeleceu, em definitivo, entre nós. Alguns projetos de arquitetura foram realizados na Alemanha como a Igreja de

Cristo, em São Leopoldo e o Hospital Alemão (hoje, Moinhos de Vento) que também motivaram a vinda de arquitetos alemães.

Consta que alguns vieram no simples espírito de aventura e acabaram por se estabelecer em definitivo como foi o caso do norueguês Johan Ole Baade que se tornou cônsul de seu país para o sul do Brasil e granjeou grande reconhecimento como arquiteto. Nesta época, os países nórdicos não tinham universidades técnicas e seus profissionais se formavam na Alemanha. No caso de Baade, em Berlim.



Fig. 7: Palacete de Carlos Barth, projeto de Adolf Heinrich Siegert, de 1926.

Mas o fator que mais atraiu construtores foi, sem dúvida, o trágico fim da I Guerra Mundial para a Alemanha. É evidente que os violentos bombardeios do país que causaram enormes estragos no país abriram grandes possibilidades de trabalho para os arquitetos na exata medida em que se processou a reconstrução. Porém, a destruição causou uma enorme prostração no país e o humilhante Tratado de Paz que os alemães foram obrigados a assinar levou a uma grande descrença no futuro do país. Nestas condições, a emigração se constituiu num lenitivo eficiente e foi a responsável pela vinda de um contingente significativo de profissionais.

A consequência imediata destas condicionantes foi uma marcante “germanização” da arquitetura sul-rio-grandense. Esta passou por diversas fases evolutivas, mas cuja marca mais perceptível foi a fidelidade à linguagem do barroco modernizado. Explico melhor: na maior parte dos países europeus, a revolução industrial se processou pela substituição do poder dos nobres pela dos “burgueses” que hoje denominaríamos de “empresários”. Nestes países, o barroco era identificado com o universo ideológico de nobreza de sangue em oposição ao empresariado que preferia se identificar com o classicismo devido ao seu racionalismo estético. Deste modo, a linguagem eclética que se tornou hegemônica depois de um esgotamento das possibilidades do classicismo, tendia muito mais para manipulações com os elementos oriundos do último posto que os elementos barrocos eram tidos como retrógrados.

Este processo não se repetiu da mesma forma na Alemanha já que a modernização institucional foi, em ampla medida, conduzida pela baixa nobreza o que garantiu a sobrevivência dos barroquismos na evolução para o ecletismo. A presença dos arquitetos alemães fez com que estas características fossem conservadas em muitos dos prédios por eles projetados e conferiu uma personalidade própria à arquitetura rio-grandense deste período.



Fig. 8: O empório comercial de Nicolau Ely, projeto de Theo Wiederspahn, de 1922.

O processo abolicionista e a conseqüente proclamação da república ocorreram de forma tranqüila, sem maiores percalços já que, a rigor a abolição já havia ocorrido anos antes da aprovação da “Lei Áurea”. Mas a eclosão da guerra interna em 1893 e a selvageria com que ela se desenvolveu fizeram com que se formasse um forte movimento de migração interna das populações rurais que buscavam abrigo nas cidades e vilas com a esperança de encontrar emprego nos estabelecimentos fabris que estavam se formando de uma forma bastante equilibrada nas regiões da pequena propriedade. Estes confrontos tiveram um caráter revanchista da parte dos latifundiários pecuaristas que não souberam se adequar aos desafios modernizadores que a abolição estava imprimindo ao país. Esta transformação não teve um reflexo muito grande na arquitetura, porque este afluxo populacional era emergencial e as necessidades eram as de abrigar os migrantes em condições mínimas de habitabilidade o que levou à formação de numerosos cortiços de fundos de quintais. O enriquecimento de parte da população entre os quais se destacaram algumas famílias teutas, iniciou um processo de construção de “vilas” (palacetes) nas periferias que puderam ser urbanizadas mediante a expulsão das populações negras que aí haviam construídos seus barracos e formado extensas vilas de “malocas” – hoje denominadas de “favelas” – sob a justificativa da questionável desculpa de “moralizar” aquelas áreas.

Porém, a preparação da I Guerra fez com que o Estado fosse tomado por um forte desenvolvimento em sua maior parte devido aos preços altamente compensatórios que os cereais adquiriram no mercado internacional por se constituírem em alimentos não perecíveis, passíveis de serem armazenados e destinados ao consumo durante o conflito. Esta situação favoreceu amplamente a capital do Estado por ter propiciado a transferência para ela das insipientes indústrias interioranas. Por um lado, as colônias que até então se desenvolviam em boa parte à margem da economia estatal, de modo isolado e ensimesmado, foram premiadas com a abertura de vias de comunicação terrestres e hídricas, através das quais podiam escoar sua produção a preços compensadores. Isto favoreceu o desenvolvimento de uma arquitetura dentro da linguagem eclética, de tendência abarrocada. Para programas socialmente mais significativos como igrejas e clubes passaram a ser contratados inclusive arquitetos de renome.

Quem, porém, tirou maior proveito desta nova situação foram os comerciantes “teutos” que intermediavam as trocas de produtos coloniais por importados. Neste processo coube um papel importante aos caixeiros viajantes que se constituíam no elo entre os empórios de Porto Alegre com

as “vendas” coloniais. Quando eclodiu o surto de industrialização, por conhecerem bem as necessidades dos colonos, se associavam com artesãos empreendedores para reunirem forças e ampliar seus estabelecimentos. Esta associação teve amplo sucesso, especialmente quando arrebentou a guerra e as importações se tornaram impossíveis devido às dificuldades da navegação transoceânica. O súbito enriquecimento, tanto de comerciantes como de industriais, foi a principal motivação de um esplendoroso desenvolvimento da arquitetura tanto governamental como privada e, sem dúvida, se constituiu numa das fases mais marcantes da arte. Sem exagero, pode-se afirmar que nos anos que precederam a I Guerra, Porto Alegre foi transformada num imenso canteiro de obras que marcaram o ponto mais alto da arquitetura local, que se caracterizou pelo emprego das mais variadas linguagens arquitetônicas cuja conjugação sob o ecletismo, se constituía num permanente desafio à criatividade formal.



Fig. 9: Três prédios da Cervejaria Bopp: da esquerda para a direita, o primeiro do início do século, de provável autoria de Hermann Otto Menchen, o do meio, de 1909, com autoria de Theo Wiederspahn e o da direita, de 1914, também de Wiederspahn.

Como seria de esperar, a I Guerra representou um freio nestes investimentos e quando o Brasil entrou no conflito, diversos empreendimentos teutos foram saqueados e se processou uma debandada para o interior como forma de autodefesa. Depois do fim do conflito pode ser contabilizado o fechamento de diversas firmas e listas negras obstaculizavam a atuação de profissionais “alemães”. Só aos poucos os ânimos foram serenando e as atividades começaram a voltar ao seu ritmo anterior.

Neste tempo, porém, surgiu um contratempo: imaginando que a

4 Casas de negócio que disponibilizavam toda a gama de produtos de interesse dos agricultores.

paz voltaria a trazer de volta a intensidade das atividades comerciais internacionais, o governo estadual promoveu avultados investimentos que não puderam ser saldados, levando a uma acentuada crise econômica. Esta foi aproveitada pelas antigas elites latifundiárias para tentar destituir o governo dominado pelos positivistas através de continuadas fraudes eleitorais e o Estado se precipitou em novo conflito interno que novamente foi marcado por sua extremada crueldade.

Desta vez a paz foi restabelecida pela intervenção do governo central, mas as dificuldades financeiras redirecionaram a forma de encarar a arquitetura pondo fim ao período que comumente tem sido denominado de *belle époque*. A partir de então houve um progressivo despojamento da decoração das fachadas e das massas construídas como um todo, dando lugar a uma linguagem que denominados de “objetividade”, como uma tentativa de caracterizar o que os alemães chamavam de *sachlichkeit* e que nas publicações locais foi denominado equivocadamente de “arquitetura sem estilo”. Este despojamento estava em plena concordância com o que estava acontecendo na Alemanha e muitas construções locais acompanhavam os ditames que foram divulgados pela Bauhaus e propiciaram realizações que poderiam ser confundidas às daquela instituição.

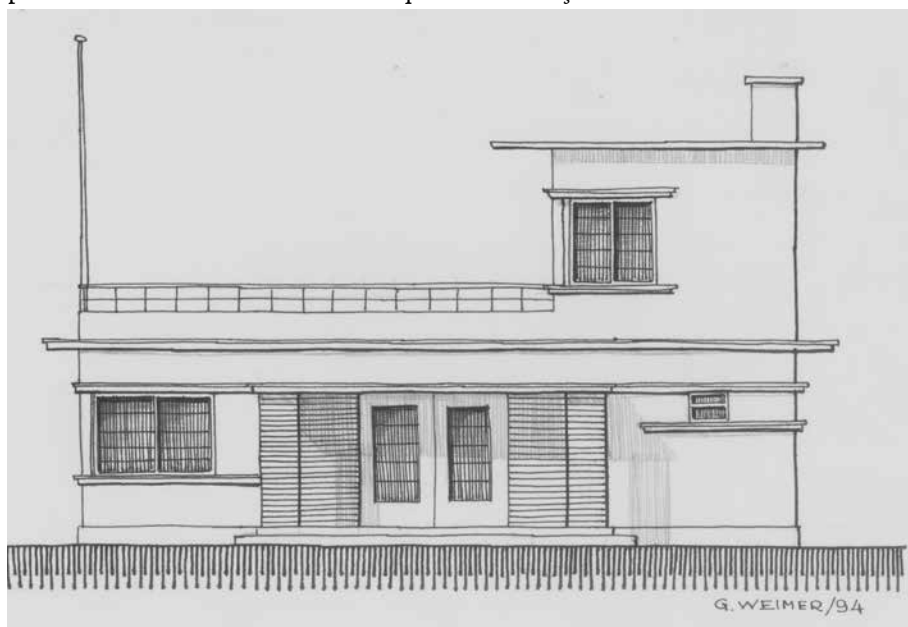


Fig. 10: Residência A.D. Aydos, projeto de Franz Filsinger.

O mesmo também pode ser dito a respeito das realizações das Escolas de Ofícios que já haviam começado a ser criadas a partir de 1906 e se es-

palharam pelo interior do Estado com o fito de formar pessoas capacitadas em administrar os empreendimentos industriais em expansão. Cumpre assinalar que a demanda desta espécie de formação era tão grande que a par dos cursos da Escola de Engenharia também houve uma escola mantida pelo empresariado teuto denominada de Gewerbeschule (ou seja, Escola de Ofícios) que, a despeito da interrupção decorrente da I Guerra, funcionou até às vésperas da II Guerra.

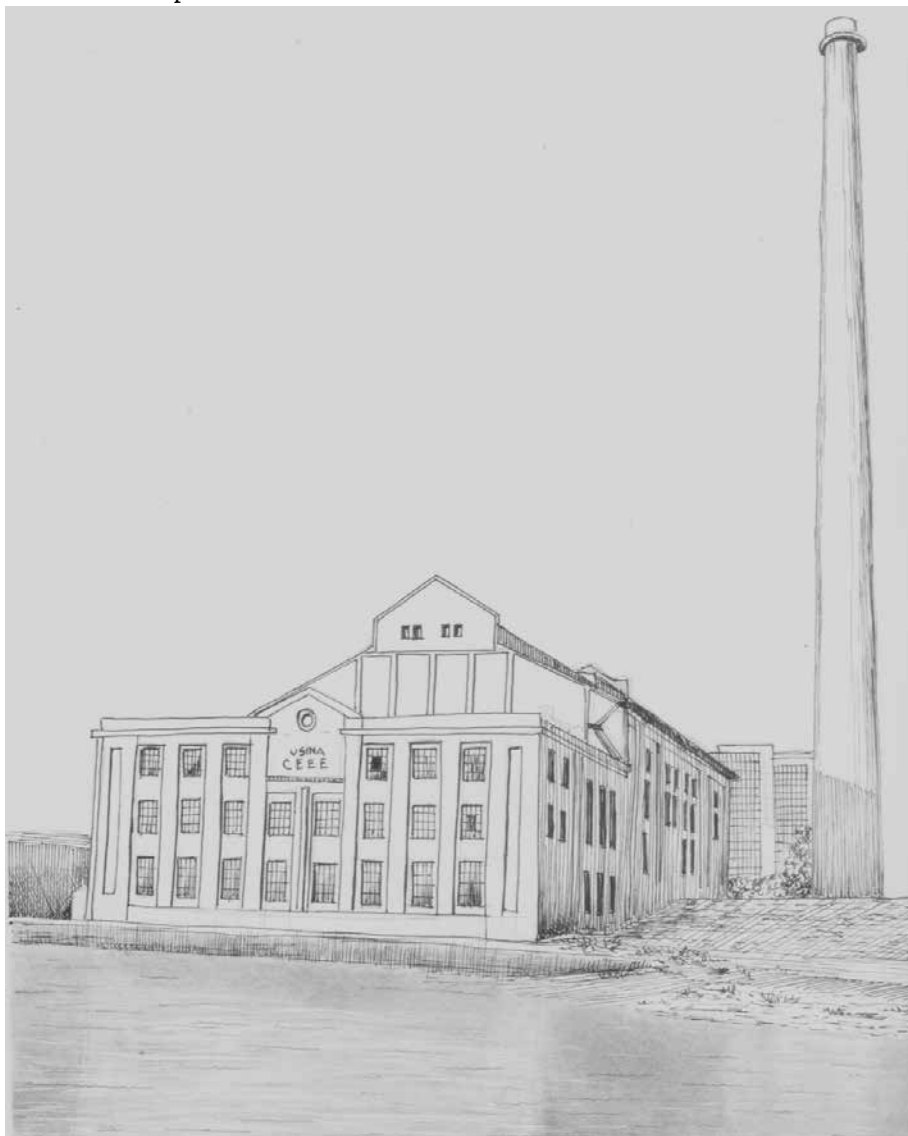


Fig. 11: Usina do Gasômetro, projeto de Anton Floderer & Robert Prentice, de 1924.

Esta fase evoluiu de forma muito criativa na medida em que ao lado de uma arquitetura despojada, mas nem por isso desprezível que atendia ao imaginário das elites mercantilistas, desenvolveu-se uma segunda corrente, à época denominada de “utilitária”, na qual se percebe a aplicação dos princípios que seriam o apanágio da chamada “arquitetura moderna” bem antes da publicação da Carta de Atenas.

Nova perturbação surgiu com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929. De início, a crise por ela desencadeada pouco se refletiu no Estado pelo fato de ter desenvolvido um mercado interno bastante dinâmico. Todavia, os estados do centro-sul – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – que detinham o poder político da Nação, sentiram os reflexos desta crise de forma violenta o que levou ao governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, a contrair grandes empréstimos para adquirir armamento pesado com o qual equipou a Brigada Militar do Estado, com o fim de dar o golpe militar que foi deflagrado em outubro de 1930, como é de conhecimento geral. Porém o que é bem menos conhecido é que a Brigada com seu armamento foi transferida para o Rio de Janeiro e com ele se armou o Exército Nacional. No Rio Grande do Sul ficaram as dívidas que deixaram as finanças em estado de insolvência e precipitaram o Estado numa situação da qual, de fato, jamais haveria de se recuperar.



Fig. 12: Banco Nacional do Comércio de Porto Alegre. Projeto de Theo Wiederspahn, de 1921, com reformulações Stefan Sobczak, em 1932.

Isso significou, na prática da arquitetura, uma situação de estagnação que foi acompanhada de uma regressão em termos de evolução da linguagem arquitetônica, com o ressurgimento das linguagens históricas. A falência de firmas tradicionais propiciou a reordenação das relações de poder com a afirmação de novas firmas construtoras que dispensavam a participação de arquitetos e os substituíam por desenhistas de grau médio. Pior que isso: com a aprovação da nova constituição em 1933, foi aprovado um dispositivo que impunha a regulamentação do exercício profissional de algumas profissões tidas como relevantes. Entre elas as de Engenharia que levou, de reboque, a arquitetura. Como a maioria dos arquitetos alemães havia se formado nos cursos emergenciais referidos no início deste texto, os mesmos não tiveram seus títulos reconhecidos apesar de terem comprovado a realização de cursos com cerca de 4.800 horas/aula enquanto os engenheiros civis de formação local que assumiram as diretrizes do mercado imobiliário tinham recebido sua atribuição profissional – pois segundo a legislação positivista em vigor, os cursos superiores não emitiam diplomas – em cursos de cerca de 1.200 horas/aula nos quais constava uma disciplina ilustrativa de história dos estilos arquitetônicos. Não cremos ser necessário qualificar o desastre que isso significou para a arquitetura local. O resultado imediato foi a debandada dos arquitetos para o interior do Estado, onde a fiscalização do recém-criado Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) era menos eficiente.

No entanto, apesar destas agruras, os projetos mais importantes continuaram a ser elaborados por estes profissionais que eram legitimados por um novo mal que passou a afetar o exercício da profissão: o acobertamento profissional que consistia em que os projetos passassem a ser assinados pelos donos das empresas construtoras com a omissão do nome do verdadeiro autor.

Estas transformações foram acompanhadas de outro aspecto nefasto: como o número de engenheiros civis não conseguia atender a demanda, o CREA foi forçado a encontrar uma forma de legitimar a atuação dos profissionais estrangeiros. Como o termo “arquiteto” não era usual na Alemanha e em seu lugar era empregado o designativo de “construtor”, depois de muitos revezes e confusões, todos os profissionais de formação no exterior receberam o qualificativo de “construtor licenciado” independente de sua formação específica. Se não fosse tão grave, a situação deveria ser qualificada de hilária. Por esta razão, os pesquisadores não devem ficar intrigados se encontrarem aberrações como a de especialistas em instalações elétricas ou agrimensores serem portadores de títulos de “construtor licenciado”.

Outra nefasta situação se criou com a ascensão dos regimes tota-

litários na Europa que conceberam uma arquitetura completamente descomprometida com a escala humana e voltada para um monumentalismo deplorável, destinado a festejar os excessos de poder dos ditadores de plan-tão. Como esta arquitetura era de fácil imitação que nada mais requeria que uma régua T, um esquadro e um escalímetro para ser graficada, ela caiu como uma luva nas mãos de profissionais incompetentes. Esta arquitetura foi avalizada pelos militares que sustentavam o governo Vargas e que não escondiam suas simpatias pelo nazismo, enquanto os integralistas arrastavam suas asas para o lado do fascismo. Assim, rapidamente, este monumentalismo se tornou hegemônico, tanto nas obras de maior envergadura tanto no Rio Grande do Sul como em todo o país. Depois que o país foi obrigado pelos Estados Unidos a entrar em guerra no lado dos aliados, este descaminho da arquitetura foi silenciado, mas as obras que estão espalhadas por todo o país atestam a veracidade dos fatos.

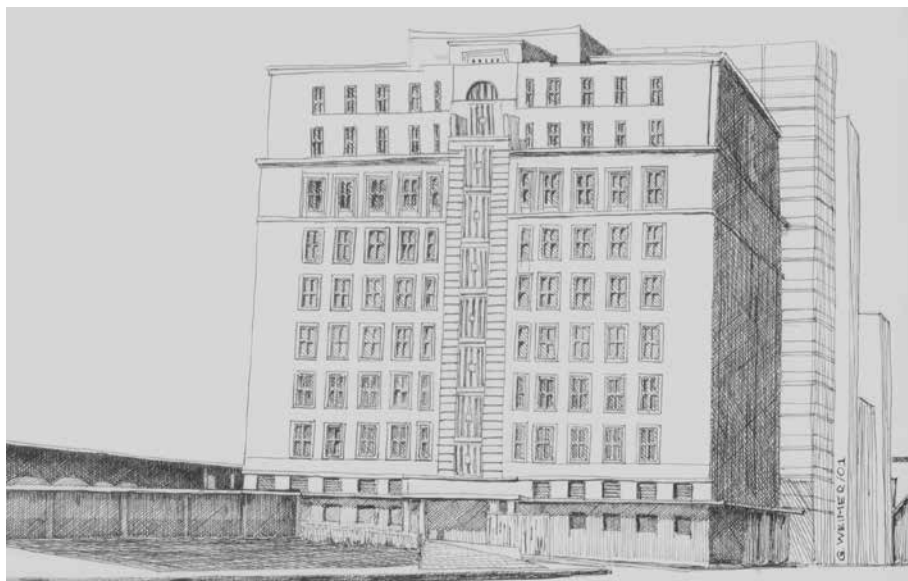


Fig. 13: Palácio do Comércio, projeto de Josef Lutzenberger, de 1936.

Vivendo sob condições de grande insegurança e drasticamente limitados em seu campo de atuação, não é de admirar que alguns arquitetos aderissem ao partido nazista e quando as relações com os Estados Unidos mostravam que a situação dos teutos e, em especial, dos alemães natos tendia a se tornar mais grave, uma porção optou por voltar a seu país de origem e outros tantos foram encarcerados ou recolhidos à Colônia Penal. Os que definitivamente não tinham qualquer envolvimento político tiveram seus arquivos confiscados e nunca mais devolvidos o que veio a se consti-

tuir num grave entrave para a reconstituição da história de suas atividades profissionais e, conseqüentemente, para a história da arquitetura de nosso país.

Anos depois do fim do conflito e na medida em que ia amainando o ódio insuflado contra os alemães, alguns destes arquitetos voltaram ao Brasil onde passaram a exercer suas atividades sob o resguardo dos nomes de grandes empreendedores imobiliários, sob a forma do acobertamento profissional que, nas condições da época, embora injusto, talvez se constituísse no melhor modo de sobreviver sem atropelos legais.

Como estes profissionais não seguiam o modernismo estabelecido pela ditadura estado-novista, suas atividades foram silenciadas o que fez levantar a concepção, totalmente deformada, de que a história da arquitetura brasileira se resumia às realizações barrocas do período colonial e às realizações da corrente modernista com base nas teorizações de Le Corbusier. Só em tempos muito recentes tem começado a aparecer estudos tentando examinar as realizações no longo período que se estende entre a abertura dos portos e o fim da II Grande Guerra.

No que tange aos arquitetos, durante a II Guerra, os mesmos permaneceram no ostracismo, dedicando-se a outras atividades para sobreviver. Alguns, devagar, foram voltando a projetar e a construir com severas limitações impostas pelo CREA, mas não mais conseguiram realizar obras de grande envergadura. Com o passar do tempo foram sendo ceifadas suas vidas e sendo substituídos por arquitetos de formação local onde a colaboração na docência de alemães foi limitada.

Dado o desprezo com que a obra destes arquitetos foi encarada, a maior parte de suas obras acabou por ser demolida em decorrência da aprovação de sucessivos Planos Diretores que não levavam em consideração obras patrimoniais sob o argumento de que as cidades tinham de crescer e não podiam ficar restritas a obras “provincianas”. O alargamento de ruas e, principalmente, a permissão de altos índices de aproveitamento fizeram com que edificações nem tão antigas fossem substituídas por espições de avantajada altura que conduziram a situações que beiram o colapso da vida urbana, traduzido em congestionamentos cada vez maiores e num crescimento assustador da criminalidade e da insegurança.

Porém, seria injusto terminar estas considerações sem assinalar que nos últimos tempos vem fortalecendo um incipiente movimento de associação de moradores e de bairros e mesmo no âmbito da administração pública vem sendo tomadas iniciativas visando conter esta avassaladora onda de demolições. E, devagar, os nomes dos principais artífices das obras até então desprezadas começam a ser resgatados. As obras que con-

seguiram sobreviver a esta onda de indiscriminadas demolições, em decorrência, principalmente, da inércia do governo em atender às diretrizes de renovação urbana, começam a ser colocadas sob proteção estatal. E aqui é necessário fazer referência, pelo menos, aos nomes de alguns destes arquitetos.

O primeiro a ser lembrado é o de Theodor Wiederspahn, natural da cidade de Wiesbaden, na Renânia, cuja obra em sua cidade natal foi toda declarada de interesse histórico ou colocada sob proteção estatal o que em nosso país recebe a denominação de “tombamento”. Antes de sua vinda a Porto Alegre, em 1908, havia trabalhado em diversas outras cidades renanas onde é possível que tenha mais obras protegidas. Entre 1908 e 1915 trabalhou na firma de Rudolf Ahrons, que foi a empresa mais conceituada do estado naquele período, época em que realizou as obras mais importantes de sua carreira. Em dezembro de 1915 esta firma foi fechada em decorrência da Guerra e, com isso, foi perdido seu arquivo. Em razão disso se desconhece boa parte dos projetos nela realizados. Depois disso passou a trabalhar como autônomo ou em associação com construtores no interior do Estado.

Quando iniciamos nossas investigações, seu nome era quase totalmente desconhecido. A descoberta de seu arquivo permitiu fazer uma lista de mais de quinhentos projetos por ele realizados. Este número, com certeza é maior porque uma parte de seu arquivo foi confiscada pelo DOPS e nunca mais devolvida. Com os dados disponíveis foi possível identificar muitas de suas obras e hoje é o profissional no Estado que tem mais obras protegidas tanto na esfera federal (IPHAN), estadual (IPHAEE) e do município de Porto Alegre (EPAHC). Com a constituição do MERCOSUL Cultural, a primeira obra a ser declarada Patrimônio desta instituição foi a escolhida a Ponte Barão de Mauá que liga a cidade de Jaguarão com Rio Branco, no Uruguai. Esta obra já havia sido declarada patrimônio histórico de país vizinha há muitos anos e em data mais recente, também do Brasil. Vale assinalar que esta ponte foi a maior obra de concreto armado da América Latina, em sua época. No inventário realizado para fins deste tombamento foi descoberto que Wiederspahn era o autor desta obra, sendo, portanto, o único arquiteto rio-grandense que possui obras tombadas em três países.

Franz Filsinger foi auxiliar mais direto de Wiederspahn na segunda fase de sua vida e, depois da falência deste, que aconteceu na construção da sede do Banco Nacional do Comércio, Filsinger passou a trabalhar como arquiteto independente e deixou muitas obras de relevo na linguagem da “objetividade”.

Hermann Otto Menchen precedeu Wiederspahn como arquiteto do escritório de Rudolf Ahrons, mas, por razões desconhecidas, deixou a

empresa para se tornar um arquiteto independente. Em seu currículo contam-se algumas das obras mais importantes da cidade, dentre as quais diversas obras em “arte nova”. Mais tarde, se estabeleceu em Santa Cruz do Sul, onde terminou seus dias.

Christiano (de la Paix) Gelbert foi o arquiteto chefe da Prefeitura Municipal de Porto Alegre numa época em que a mesma fez grandes empreendimentos na construção de escolas, hospitais e postos de saúde.

Josef Lutzenberger e Karl Adolf Heinrich Siegert foram dois arquitetos que vieram logo após a desmobilização da I Guerra. O primeiro realizou muitas obras religiosas e era um aquarelista cuja fama está muito aquém de seu verdadeiro valor. Siegert esteve ligado ao alto empresariado teuto e se responsabilizou por muitos palacetes nos bairros mais valorizados da cidade.

Gerhard (Karl Julius) Krause foi contratado como professor da Escola de Engenharia e realizou, possivelmente, os primeiros projetos “amebóides”, bem antes de Oscar Niemeyer ter realizado obras do gênero que o tornaram mundialmente famoso.

Karl Hartmann teve grande atuação junto aos empreendimentos de Anton Jacob Renner que foi um dos empresários mais bem-sucedidos do estado.

Arno Hugo Deppermann foi o arquiteto da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, cargo em que se responsabilizou pelos projetos das estações ferroviárias e obras complementares.

Esta lista poderia ser bem mais ampliada, mas a intenção destas indicações é apenas esboçar um perfil dos principais atores deste processo. Não temos dúvida que a fase mais exuberante da arquitetura no Rio Grande do Sul ocorreu no entorno da I Guerra Mundial, quando os arquitetos alemães dominavam o mercado profissional. As duas guerras mundiais foram os principais estorvos que contribuíram para a paulatina decadência desta influência. Mesmo assim, participaram ativamente da evolução da arquitetura, antecipando-se até mesmo em alguns aspectos como na implantação do modernismo por via da “objetividade” e experiências funcionalistas. Em certa medida, os teutos em geral e os arquitetos, no particular, se tornaram vítimas de suas próprias teorias. É sabido que a unificação da Alemanha foi feita, em grande parte, em torno do ideário do nacionalismo que começou a ser divulgado no Brasil nos entornos da I Guerra Mundial e se tornou uma unanimidade a partir da década de 1930. Então estas teorias se voltaram contra os teutos que passaram a ser vistos como sendo “quistos inassimiláveis” o que justificou o exercício de todo o tipo de violências contra seu patrimônio e sua cultura. A verdade é que os enfrentamentos foram

esmaecendo ao longo do tempo e a paz definitiva só foi selada em meados da década de 1970 quando foi comemorado o “Biênio da Imigração e Colonização” que aconteceu apesar de tenaz resistência de alas conservadoras que julgavam que a única corrente imigratória que deveria ser celebrada seria a dos açorianos.

CONCLUSÃO

No que tange à arquitetura, creio que as conclusões já foram delineadas. Hoje nos debatemos na confrontação entre os demolidores mais empedernidos que estão convencidos que o que rege a humanidade é o capital e, como tal, prédios históricos só se constituem em entraves para o desenvolvimento. Na mesma medida organizam pomposas viagens de turismo para visitar a Europa para “tomar banho de cultura” enquanto, em nosso país, agem como vândalos. Mas, ao mesmo tempo, vemos com muito otimismo que a sociedade começa a se organizar em torno da reivindicação de seus direitos de cidadania onde o usufruto de sua própria história passa a ser um elemento focal.

E, para concluir, queremos fazer algumas reflexões em torno da questão se valeu a pena emigrar. Pelos dados levantados, verifica-se que a vinda destes profissionais aconteceu em sucessivas ondas que tinham uma correspondência com perturbações internas na Europa Central. A contratação dos mercenários decorreu do movimento da Restauração que cerceou a formação de tropas sob contrato como forma de evitar problemas havidos com as legiões estrangeiras de Napoleão I. Disso decorreu o desemprego de militares que tradicionalmente integravam exércitos em toca de soldos. Seu engajamento no exército brasileiro se constituiu numa alternativa ao desemprego. Isto pode ser comprovado pela vinda de pessoas de alto status social e no fato de que foram raros os que voltaram depois de expirados o período estipulado em contratado. Com certeza, as tarefas que lhes foram oferecidos na vida civil eram mais atrativas que as perspectivas que a Alemanha podia oferecer.

No que tange à arquitetura erudita, as evidências são bem difíceis de serem avaliadas. No período que precedeu a I Guerra foram as condições favoráveis da economia local associadas com as demandas do empresariado enriquecido que favoreceram a vinda. A destruição em massa das cidades alemãs no conflito deu muito emprego aos arquitetos de lá, mas a prostração decorrente da guerra perdida e as humilhantes condições impostas pelo Tratado de Paris colocavam em dúvidas o futuro da nação e

os que aqui chegaram encontraram condições muito mais propícias para o desenvolvimento profissional. Lá as cidades cresciam suavemente; aqui elas explodiram em habitantes e em construções. Isto evidencia que, apesar dos percalços – que lá também existiram – aqui os mesmos encontraram muito melhores condições de exercício profissional.

REFERENCIAS

- AHRONS, Wilhelm. Colégio Militar, segundo projeto de Wilhelm Ahrons, de 1882. [S.l.: s.n.]
- BUFF, Johann Martin. Colégio Militar de Rio Pardo. [S.l.: s.n.], 1850.
- CERVEJARIA Boop. [S.l.: s.n., s.d.].
- FILSINGER, Franz. Residência A. D. Aydos. [S.l.: s.n., s.d.].
- HEYDTMANN, Friedrich. Mercado Público de Porto Alegre. [S.l.: s.n.], 1882.
- MENCHEN, Hermann Otto. Colégio Militar de Porto Alegre. [S.l.: s.n., s.d.].
- SIEGERT, Adolf Heinrich. Palacete de Carlos Barth. [S.l.: s.n.], 1926.
- WEIMER, Günter. A Vida Cultural e a Arquitetura na República Velha Rio-Grandense. Porto Alegre: EdPUCRS, 2003.
- _____. Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul, 1892-1945. Santa Maria: EdUFSM, 2004.
- _____. Arquitetos e Construtores Rio-Grandenses na Colônia e no Império. Santa Maria, EdUFSM, 2006.
- _____. Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 2004.
- _____. Arquitetura Popular da Imigração Alemã. Porto Alegre: EdUFRGS, 2005.
- _____. Banco Nacional do Comércio de Porto Alegre. Projeto de Theo Wiederspahn, de 1921, com reformulações Stefan Sobczak, em 1932. [S.l.: s.n., s.d.].
- _____. O empório comercial de Nicolau Ely, projeto de Theo Wiederspahn, de 1922. [S.l.: s.n., s.d.].
- _____. Origem e evolução das cidades rio-grandenses. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.
- _____. Palácio do Comércio, projeto de Josef Lutzenberger, de 1936. [S.l.: s.n., s.d.].

- _____. Sínteses Rio-grandenses: Arquitetura. Porto Alegre: EdUFRGS, 2006.
- _____. Theo Wiederspahn, arquiteto. Porto Alegre: EdPUCRS, 2009.
- _____. Usina do Gasômetro, projeto de Anton Floderer & Robert Prentice, de 1924. [S.l.: s.n., s.d.].

PORTUGUÊS HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL: FONTES PARA PESQUISA

HISTORICAL PORTUGUESE FROM RIO GRANDE DO SUL: SOURCES FOR RESEARCH

Evellyne Patricia Figueiredo de Sousa Costa¹

Tatiana Keller²

RESUMO

O projeto de pesquisa *Português Histórico do Rio Grande do Sul* (PHRS) tem como objetivos implantar um banco de dados de registros escritos representativos do português do Rio Grande do Sul, fornecer *corpora* para estudos nas mais variadas áreas da linguística (semântica, léxico, fonologia, morfologia, sintaxe, etc.) que se preocupem, sobretudo, com a descrição do português antigo e com a mudança linguística, e promover o resgate da história e memória cultural do estado do Rio Grande do Sul por meio da preservação de textos antigos. Para tanto, foram coletados, inicialmente, manuscritos não-literários de diversas tipologias em diferentes acervos na região central do Estado, os quais foram editados de forma diplomática, de acordo com as normas de Cambraia (2005). Conforme essas normas, a transcrição dos documentos deve ser feita de modo fidedigno a fim de oferecer subsídios confiáveis para o analista (TELLES, 2005). Nos documentos aqui apresentados foi possível identificar diversos fenômenos linguísticos, quais sejam, a prosodização de clíticos, a ocorrência de harmonia vocálica, de elisão e abaixamento vocálico, bem como, o uso de abreviaturas.

Palavras-chave: Manuscritos antigos. Rio Grande do Sul. Linguística.

ABSTRACT

The aim of the project *Historical Portuguese from Rio Grande do Sul* (PHRS) is to implement a database of written records representative of the Portuguese from Rio Grande do Sul, to provide corpora for studies in different areas of linguistics (semantics, lexicon, phonology, morphology, syntax, etc.) that concerns with the description of old Portuguese and with the linguistic change and promote the rescue of the history and cultural memory of the state of Rio Grande do Sul through the preservation of ancient texts. For this, non-literary manuscripts of several types were collected initially in different collections in the central region, which were published in a diplomatic way, according to Cambraia's (2005) criteria. According to these norms, the transcription of the documents must be done in a trustworthy way in order to offer reliable subsidies to the analyst (TELLES, 2005). In the documents presented here it was possible to identify the occurrence of several linguistic phenomena, such as the prosodization of clitics, the occurrence of vowel harmony, elision and vowel lowering, as well as the use of abbreviations.

Keywords: Ancient written texts. Rio Grande do Sul. Linguistics.

1 Departamento de Letras Clássicas e Linguística / Área Língua Latina

2 Departamento de Letras Vernáculas / Área de Língua Portuguesa

1 O registro escrito como fonte de pesquisa

Olhar para o passado é de suma importância para explicar o comportamento das línguas modernas. Estudiosos como Poggio (2002); Berlinck, Barbosa e Marine (2008); Monaretto (2005); Castilho (2007); Lopes e Duarte (2007), dentre outros, atentam para a relevância das fontes escritas para o estudo da mudança linguística e para a explicação de fenômenos linguísticos que perduram nas línguas modernamente. De acordo com Weinrich, Labov e Herzog (1968), a preocupação atual com relação à mudança linguística vincula-se a sua origem, implementação e propagação, buscando responder à seguinte pergunta: Como e quando as línguas mudam? Para tanto, o dado escrito é fundamental para a análise de estágios antigos da língua.

Dessa forma, bancos de dados como o PHPB (Projeto para a História do Português Brasileiro), criado em 1997 e coordenado pelo pesquisador Ataliba Castilho (UFRJ), e o PROPHOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), criado em 1992 e coordenado pela professora Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA), configuram-se como importantes fontes do português escrito antigo e como *corpora* para estudos diacrônicos.

Em relação ao Rio Grande do Sul, Monaretto (2005) salienta que os documentos mais antigos em português estão em arquivos históricos em Porto Alegre e datam de 1764. Além disso, documentação notarial, cartas pessoais e cartas oficiais podem ser encontradas em museus e arquivos localizados em todo o estado. Contudo, a maior parte desse material não está organizada, catalogada, ou ainda, disponível para a comunidade acadêmica. A autora afirma que não há, em todo o estado do Rio Grande do Sul, um arquivo ou banco de textos que dê conta de todas essas questões.

Com o objetivo de preencher essa lacuna e de contribuir para a descrição do português diacrônico no Brasil, o projeto *Português Histórico do Rio Grande do Sul* organiza-se como um banco de dados de registros escritos produzidos no estado que busca reunir material representativo da produção escrita de vários estágios da língua, bem como disponibilizar os documentos para a comunidade acadêmica.

Para tanto, é necessário que esses documentos sejam coletados nos arquivos e editados. Editar um documento significa transpô-lo para um novo suporte (material ou virtual) a fim de assegurar sua subsistência por meio de registro em novos e modernos suportes materiais, que aumentam sua longevidade.

De acordo com Cambraia (2005), cada tipo de edição deve atender a um fim. As normas de edição devem, portanto, adequar-se ao tipo de edição e a sua finalidade. Como o PHRS tem como propósito oferecer *corpora* para

estudos linguísticos que se ocupem da mudança linguística ou da descrição da língua portuguesa, os textos que fazem parte do banco foram transcritos em edição diplomática. Esse tipo de edição é uma *“reprodução tipográfica do original manuscrito, como se fosse completa e perfeita cópia do mesmo na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas”* (BASSETO, 2001, p. 60). Para estudos de ordem fonológica (prosodização de clíticos, hipossegmentação, hipersegmentação, harmonia vocálica), morfológica (concordância, regência) sintática (ordenamento de constituintes, atribuição de caso abstrato), a edição diplomática é a mais adequada, pois preserva possíveis reflexos da língua falada no registro escrito.

2 Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados para a formação do banco de dados PHRS são os seguintes:

- a) contato com as instituições detentoras de registros escritos: museus, arquivos históricos, particulares, dentre outros;
- b) coleta dos documentos por fotografia digital;
- c) transcrição e edição diplomática dos documentos;
- d) seleção e categorização dos textos obedecendo aos seguintes critérios: localidade, data e tipo de produção escrita (documento notarial, cartas oficiais, cartas pessoais, textos jornalísticos);
- e) divulgação do banco em artigos científicos;
- f) disponibilização do banco à comunidade acadêmica.

A seguir, listamos as normas de edição diplomática adotadas pelo PHRS, adaptadas de Cambraia (2005).

- a. os diacríticos serão transcritos como no original;
- b. as linhas serão numeradas de cinco em cinco;
- c. a acentuação será transcrita como no original;
- d. a pontuação será transcrita como no original;
- e. as maiúsculas e minúsculas serão transcritas como no original;
- f. a ortografia original será transcrita como no original, não se efetuando nenhuma correção ou atualização;
- g. As abreviaturas serão transcritas como no original;
- h. Caracteres de leitura impossível serão precedidos pela cruz e o número de caracteres ilegíveis será indicado por pontos;

- i. Caracteres de leitura duvidosa serão transcritos entre parênteses;
- j. Separação vocabular indevida será transcrita fielmente;
- k. Mudança de fôlio será informada na margem direita superior;
- l. Qualquer outra particularidade será informada em nota.

3 Amostra dos dados: edições diplomáticas

Atualmente, o PHRS conta com cerca de 150 documentos de diversas tipologias (cartas, recibos, telegramas, pedidos, memoriais, entre outros) produzidos entre 1747 e 1920 em diversas cidades no Rio Grande do Sul. Destes documentos, apresentamos a seguir a transcrição diplomática de 13 manuscritos obtidos a partir do acervo digital do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Todos os documentos são precedidos por um cabeçalho informando o local onde foi escrito, a data, a cota (o local onde está arquivado) e o tipo de documento.

Documento 1

LOCAL: Santa Maria

DATA: 27 de fevereiro de 1890

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: recibo

181:600

Recibi do cidadão Procurador da intendeci<a>
Municipal desta cidade aquantia de cento e oitenta
e um mil seiscentos r, por conta de Mayor quantia
5 que me é devedor a Mesma intendencia Municipa<l>
por serviços de pedreiro que fis narua do comer<cio>
desta cidade, E por ser berdade paso opresent<e>
que a sino, Santa Maria 27 de febereiro
de 1890

10

Manoel Vicente

Documento 2

LOCAL: Pinhal

DATA: 24 de maio de 1890

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: recibo

Recebi do Procurador da Intendencia Municipal
de Santa Maria da Bocca do Monte a
quantia de dez mil reis (10\$000) importancia
do transporte dos moveis da aula do Pinhal
5 effectuada por mim d. aquella cidade para
este lugar, E por ser verdade firmo o pre_
sente em duplicata

Pinhal 24 d. Maio d. 1890

Filipp Albrecht

Documento 3

LOCAL: Santa Maria

DATA: 10 de janeiro de 1890

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: memorial

Memorial

Comunico a Illustre Intencia
Municipal que na picada den<o>
minada de Canabarro existem dois
5 pontilhões que necessitaõ dos repar<os>
seguintes primeiro de uma trave<ssia>
o segundo ser demolido visto que
naõ tendo tido os esteios a precis<ar>
fundação forão arrancadas pela<s>
10 aguas, a ponte que existe no
Passo das Ferrera necessite uma
reparação geral
Santa Maria 10 Janeiro 1890

O Fiscal
Christiano Kruehl J^{an}

Documento 4

LOCAL: Silveira Martins

DATA: 10 de julho de 1891

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: comunicado

Silveira Martins, 10 de Julho de 1891.

Cidadão Presidente da Inten-
dencia Municipal de S. Maria:

- De acordo com §10, artigo 19, do
5 Regulamento da Instrução Publica, com-
munico-vos que o cidadão Jose da Silva
Brasil, nomeado para interinamente reger
a aula publica da secção “Arroio Lobato”,
desta ex-Colonia, entrou em exercicio do
10 no cargo no dia 27 de Junho pº passado.
Saude e Fraternidade
O Inspector Escolar
Olyntho Couto

Documento 5

LOCAL: Santa Maria

DATA: 4 de julho de 1894

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: relatório

Sala da 2ª aula publica em Santa M<a>
ria, 4 de Julho de 1894.

- Ao Cidadão Francisco de Alves
Valle Machado, muito digno Inten
5 dente municipal desta cida<de>
Em observancia ao art. 145SS-
15 do Regulamento em vigor, pass<o as>
vossas mãos o mappa semestr<al>
acompanhado de duas rela<ções>
10 sendo uma dos objectos existe<n>
tes na aula a meu cargo e a o<u>
tra dos objectos indispensaveis <ao>
ensino, afim de que vos digne
dar o destino conveniente.

- 15 Saude e fraternida<de>

O professor publico,
Affonso José Carneiro da Fo<n>
tura.

Documento 6

LOCAL: Santa Maria

DATA: 14 de fevereiro de 1890

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: requerimento

- 1 3ª Aula Publica do sexo masculino da Ciudad<e>
de Santa Maria, 14 de Fevereiro de 1890
Cidadãos
- Tendo crescido o numero dos alumnos que
5 frequentam a aula a meu cargo e não tendo
referida aula moveis sufficientes pois os que e<xis>
tem são emprestados pela professora da 2ª aula
do sexo feminino, venho por meio d'este, pedir
digneis emprestar-me alguns moveis da aula
10 do Pinhal, hoje vaga.
Os moveis de que ha mais precisão são: 3 banco<s>,
1 carteira, 1 pedra grande para cálculo e um<a>
talha com copo.
Saude e fraternidade <aos>
15 cidadãos Intendentes Municipaes.
O professor
José Barboza Granja

Documento 7

LOCAL: Ex-Colonia Silveira Martins

DATA: 02 de junho de 1890

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: requerimento

- Ex.Colonia Silveira Martins, 2 de Junho de 1890
Cidadão Presidente da Intendencia
Municipal da Cidade de S. Maria
- Passo ás vossas mãos as rela
5 ções, dos livros e utensilios pedidos para a
a aula mixta ultimamente creada para a li
nha nº 2 Norte desta ex-Colonia, e dirigi
da pela professora Roncoroni Camila Bio<ondi>

Peço-vos queiraes faser que seja
10 promptamente attendido o pedido da professora
Roncoroni, para que não haja prejuiso
respectivo serviço.

Saude e Fraternidade
O Inspector Escolar:
15 Olyntho (Couto)

Documento 8

LOCAL: Santa Maria

DATA: 01 de novembro de 1900

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: termo de compromisso

Termo de compromisso prestado pelo cidadão Gari-
baldi Jose de Sousa para exercer o cargo de Fiscal
Ao primeiro dia do mez de Novembro de mil e novecentos,
compareceu na Secretaria da Intendencia o cidadão Ga-
5 ribaldi Jose de Sousa, que, perante o Intendente Capi-
tão Henrique R. Scherer, prestou o compromisso esta-
tuido no artº. 75 da Lei Organiza do Município, para
exercer o cargo de Fiscal, do que, para constar lavrei
este termo. Eu, Ignacio Monteiro do Valle Macha-
10 do, Secretario o escrevi.

Garibaldi Jose de Souza³²

Documento 9

LOCAL: Porto Alegre

DATA: 18 de dezembro de 1899

COTA: Regimento Coronel Pillar

TIPO DE DOCUMENTO: ordem do dia

Commando do 1º Regimento de Cavallaria da Brigada
Militar do Estado em Porto Alegre 18 de Dezembro de 1899.

Ordem do dia nº 369

Publico para conhecimento do regimento e devida execução o seguinte

5 Reinclusões

Sejam reincluidos no nº de aggregados do 3º esquadrão

os soldados Antonio João Luiz da Silva, e no estado effectivo do 1º o dito Victal Vicente, aquelle por ter se a[†...] tado e este por ter sido capturado das deserções em que se
10 achavam.

José Natalicio Martins

Mr Com^{te} In^{to}

Documento 10

LOCAL: Santa Maria

DATA: 28 de julho de 1892

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: lista

- Em poder de Manoel Vicente-
- 2 picaretas
- 2 pás
- 1 marrão
- 5 - Em poder do Administrador do cemiterio-
- 2 pás
- 1 corda
- Em poder do Fiscal da Cidade-
- 1 carrinho de mão
- 10 1 pás
- 1 picaretas
- enchada-
- S. Maria 28 de Julho de 1892

O Secretario interino

15 Ignacio do Valle Machado

Jose Gabriel Ha[†.....]³

Documento 11

LOCAL: Santa Maria

DATA: 15 de março de 1910

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: termo de recurso

3 Mudança de punho.

Termo de recurso.

Aos quinze dias do mes de março de 1910, nesta cidade de Santa Maria, em o meu cartorio compareceu o sr. José Vieira do Amaral, representante do Ministerio Publico e por elle foi declarado que, com o devido respeito, recorria para o excellentissimo sr. dr. Juiz de Comarca do despacho que recusou a denuncia contra o Sr. João Guilherme Weimann apresentada pelo facto do mesmo haver exercido a funcção de juiz districtal supplente desta cidade, sem direito. E para constar lavro este termo, que vae assignado pelo recorrente. Eu, Abelino Vieira da Silva, escrivão, o escrevi.⁴

Documento 12

LOCAL: Silveira Martins

DATA: 26 de julho de 1892

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: requerimento

Silveira Martins 26 Julho de 1892

Illmo Cidadão Presidente
da Camara de S. Maria Bocca
do Monte e mais vereadores.

Os abaixo assignados membros da
Commissão da construcção da Igreja
Matriz da Sede de Silveira Martins
requerem a Esta Dignissima Corporação
Municipal de S. Maria para o fim de

⁴ Na parte central inferior, há um carimbo.

- 10 obter licença de poder retirar a Capella
mor a dois metros na Estrada imprati
cavel que esta no lado a sul da praça
da Igreja, não portando enconveniente
algum este retiro.
- 15 Este pedido não so dos emaresados, mas
de toda a povoação.
Na espera de serem attendidos damos
graças a V. S Illma como a todos
os membros desta Camara Municipal
- 20 Ex Colonia Silveira Martins
aos 26 de julho de 1892
Gai Benedetto
Bianchi Francari

Documento 13

LOCAL: Freguesia de São Pedro

DATA: 1 de novembro de 1890

COTA: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

TIPO DE DOCUMENTO: prestação de contas

Cidadão Prezidente da Intendencia Municipa<l>

- Tenho a honra de passar as vossas mãos
osmappas de frequencia da aula mi<x>
ta desta Freguezia sob a minha direç<ão>
- 5 relativa ao mez de Outubro do corrente
anno.

Saude e Fraternidade

Freguezia de São Pedro 1º de Novembro de 1890

A professora Publica

- 10 Amelia Amalia de Athayde Pinto

4 Possibilidades de análise

Com base nos documentos apresentados, apontamos para os seguintes temas de pesquisa que podem ser desenvolvidos ou já estão em andamento: (a) o uso de abreviaturas; (b) a prosodização de clíticos; e (c) fenômenos linguísticos, tais como harmonia vocálica, abaixamento vocáli-

co, hipersegmentação, elisão.

A pesquisa sobre as abreviaturas, em desenvolvimento por Evellyne Costa e Leici Landherr, busca colocar em discussão as diferentes informações linguísticas que o escrevente lança mão ao abreviar palavras e propor uma regularidade com relação a esse processo.

Segundo Spina (1977), as abreviaturas podem ser classificadas como: siglas, apócope, síncope, sobreposição, signos especiais e letras numerais. A abreviatura por sigla consiste na representação de uma palavra pela sua letra inicial; no caso da apócope, tem-se a supressão das letras finais da palavra; na síncope, por sua vez, a supressão ocorre com caracteres no meio do vocábulo; na abreviatura por sobreposição, sobrepõem-se as letras finais do vocábulo; a abreviatura por signos especiais é caracterizada por um sinal que indica quais as letras foram eliminadas; por fim, a por letras numerais é aquela utiliza letras para representar números. Nos manuscritos apresentados neste trabalho, aparecem abreviaturas por síncope, sobreposição e sigla, como podemos ver no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: tipos de abreviatura

documento	linha	ocorrência	tipo
Doc. 4	10	p ^o - próximo	sobreposição
Doc. 5	6	art. - artigo	síncope
Doc. 9	3	n ^o - número	sobreposição
Doc. 9	12	Mr. - major	síncope
Doc. 9	12	Com ^{te} - comandante	sobreposição
Doc. 9	12	In ^{to} - interino	sobreposição
Doc. 11	5	Sr. - senhor	síncope
Doc. 11	10	Dr. - doutor	síncope
Doc. 12	2	Illmo - ilustríssimo	síncope
Doc. 12	3	S. - Santa	sigla
Doc. 12	18	V. S. – Vossa Senhoria	sigla

A prosodização de clíticos manifesta-se quando o clítico (artigo, preposição, pronome), palavra desprovida de acento, é atachado a uma palavra de conteúdo, isto é, portadora de acento, e passa a fazer parte de uma só palavra fonológica. Esse fenômeno pode transparecer na escrita de documentos antigos, como se observa no Quadro 2.

Quadro 2: prosodização de clíticos

documento	linha	ocorrência
Doc. 1	2	aquantia – a quantia
Doc. 1	6	narua – na rua
Doc. 1	17	oprezente – o presente
Doc. 13	2	osmappas – os mapas

Os outros fenômenos linguísticos podem ser definidos como segue:

a) Harmonia vocálica

Do ponto de vista linguístico, dizemos que no processo de harmonia vocálica as vogais médias /e/, o/ realizam-se como /i, u/ na presença da articulação alta de uma vogal seguinte, por exemplo, *coruja* [ko|uZCE] ~ [ku|uZCE], *menino* [meninU] ~ [mininU]. É o que observamos na palavra *recebi* grafada como *recibi* no documento 1. Estudos como os de Monaretto (2005), Keller e Costa (2014), Nasi (2014), Bisol (2015), entre outros, têm tratado deste tema em dados do português antigo.

b) Elisão

Este fenômeno ocorre na fronteira entre duas palavras: a primeira terminada por vogal átona e a segunda começada também vogal. Nesse caso, há o apagamento da vogal da primeira palavra, como se vê, por exemplo, em *menina humilde* – *menin[u]milde* (BISOL, 2000). Bisol (2000) diz que, atualmente, esse fenômeno está restrito ao apagamento da vogal /a/ e não aparece registrado ortograficamente. Exceção para esta afirmação é a forma *d'água* em *copo d'água*.

No português antigo, todas as vogais podiam ser elididas. Além disso, diferentemente do que ocorre na atualidade, a ocorrência de elisão era marcada por um apóstrofo que indicava o apagamento do segmento vocálico, como se pode observar na palavra *d' este* no documento 6.

c) Abaixamento vocálico

É um processo de assimilação vocálica que modifica a altura e o ponto de articulação da vogal. Em nossos dados, a vogal alta anterior /i/ passa à média anterior /e/, como se vê nas palavras *creada* e *encoveniente*. No entanto, é possível considerar esses casos como hipercorreção. Feijó (1739) cita como emendas as formas *bugiar*, *bugio*, *accumular* e *afigurar* (com vogal

alta) para as formas (com vogal média) *bogiar*, *bogio*, *accomular* e *affegurar*.

Grande parte dos estudos sobre esse fenômeno centra-se nas vogais /e/ e /o/ que passam a /ɛ/ e /ɔ/. Contudo, Amaral (1996) constata que há casos de abaixamento vocálico no português falado na região da Campanha Gaúcha (Bagé, Uruguaiana, Piratini, etc) que se caracteriza como uma regra variável em exemplos como d[e]reção, d[e]reito e c[o]nhado.

O Quadro 3, a seguir, apresenta as ocorrências desses fenômenos nos documentos analisados.

Quadro 3: outros fenômenos linguísticos

documento	linha	ocorrência	fenômeno
Doc. 1	1	recibi – recebi	harmonia vocálica
Doc. 6	8	d' este	elisão
Doc. 7	6	creada – criada	abaixamento
Doc. 12	13	encoventiente – inconveniente	abaixamento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do registro escrito é de suma importância para a descrição da língua portuguesa. Para tanto, bancos de dados como o PHRS oferecem *corpora* para pesquisas nas mais variadas áreas da linguística. A partir dos documentos dispostos neste trabalho, apontamos para os seguintes temas de pesquisa que se configuram como trabalhos desenvolvidos ou em andamento: (a) o uso de abreviaturas; (b) a prosodização de clíticos; e (c) fenômenos linguísticos, tais como harmonia vocálica, abaixamento vocálico, hipersegmentação, elisão.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. I. C. *O abaixamento de /i/ e /u/ no português da Campanha gaúcha*. 1996. 132f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 1996.
- BASSETO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. Edusp: São Paulo, 2001.
- BERLINCK, R.; BARBOSA, J.; MARINE, T. Reflexões teórico-metodológicas

- sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da ABrali, João Pessoa*, v.7, n. 2, 2008.
- BISOL, L. A harmonização vocálica como indício de uma mudança histórica. *D.E.L.T.A.*, v. 31, n.1, 2015.
- _____. A elisão, uma regra variável. *Letras de Hoje*, v. 35, n. 1, mar. 2000.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. Martins Fontes: São Paulo, 2005.
- CASTILHO, A. Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro: espaço /anterior/ posterior. In: RAMOS, J.; ALCKMIN, M. (Org.). *Para uma história do português brasileiro*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2007.
- FEIJÓ, J. M. *Orthographia, ou a arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portugueza*. Lisboa: S. Clara de Santarém, 1739.
- KELLER, T.; COSTA, E. P. F. de S. A instabilidade das vogais médias pretônicas em cartas pessoais do Rio Grande do Sul do século XIX. *Sociodialeto*, v. 4, n. 12, maio. 2014.
- LOPES, C.; DUARTE, M. Notícia sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: RAMOS, J.; ALCKMIN, M. (Org.). *Para uma história do português brasileiro*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2007.
- MONARETTO, V. O estudo da mudança de som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. *Letras de Hoje*, v.40, n.3, 2005.
- NASI, R. Elevação de vogais médias pretônicas: registros históricos em jornais do século XIX. *Fragmentum*, n. 39, 2014.
- POGGIO, R. M. G. F. *O processo de gramaticalização de preposições do latim ao português*. Edufba: Salvador, 2002.
- TELLES, C. M. Grafia de textos e fonologia do português nos séculos XV e XVI. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 18, p. 43-58, 2005.
- WEINREICH; U.; LABOV, W; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 1968.

A MEMÓRIA DAS REVOLUÇÕES GAÚCHAS ATRAVÉS DE PERIÓDICOS DO SÉCULO XIX

THE MEMORY OF THE GAUCHO REVOLUTIONS THROUGH NINETEENTH-CENTURY PERIODICALS

Laísa Veroneze Bisol¹

Luana Teixeira Porto²

RESUMO

Este trabalho objetiva verificar como as revoluções Farroupilha e Federalista, que ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul, foram representadas nos jornais **O Povo** e **A Federação**, respectivamente. A partir de conceitos acerca dos processos de representação e, principalmente, sobre a constituição da memória, verificaremos como os periódicos publicados no século XIX, constroem as percepções em torno dessas duas revoluções vivenciadas nesse espaço geográfico. O aporte teórico está baseado, entre outros autores, em Ginzburg, Halbwachs, Nora e Rüdiger. A maneira como as informações são postas nos jornais corroboram com formação da memória social do seu tempo, embora a memória perpassada não difunda uma visão crítica sobre as guerras.

Palavras-chave: Jornais. Revoluções. Rio Grande do Sul. Representação. Memória.

ABSTRACT

*This paper aims to verify how the Farroupilha and Federalista revolutions, which occurred in the State of Rio Grande do Sul, were represented in the newspapers **O Povo** and **A Federação**, respectively. Based on concepts about the processes of representation, and especially on the constitution of memory, we will see how the periodicals published in the 19th century build the perceptions around these two revolutions experienced in this geographical space. The theoretical contribution is based, among others, in Ginzburg, Halbwachs, Nora and Rüdiger. The way the information is put in the newspapers corroborate with the formation of the social memory of its time, although the pervasive memory does not spread a critical vision on the wars.*

Keywords: Newspapers. Revolutions. Rio Grande do Sul. Representation. Memory

1 Jornalista. Mestre em Letras - Literatura Comparada. Doutoranda em Letras - Estudos Literários. Professora Substituta do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM.

2 Graduada em Letras - Licenciatura Plena/Habilitação Português e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Letras - área de Concentração em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Letras - Área de Concentração em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A guerra e a violência fazem parte da história e do imaginário brasileiro, e uma das razões para isso é o fato de o país ter se constituído por meio de processos sociais pautados em violência desde o período colonial. O Estado do Rio Grande do Sul tem sido protagonista brasileiro em relação a guerras, especialmente por ter vivido períodos marcados por revoluções. Por isso, temas como o da guerra e da violência são abordados amplamente nos diversos discursos ficcionais e não-ficcionais sobre a história e cultura gaúchas, como na pintura, na fotografia, no cinema e na literatura. São ainda postos em pauta como informação, enquanto factuais, pela narrativa jornalística. Tanto na contemporaneidade quanto no século XIX, a mídia informa sobre acontecimentos violentos e narra as situações de conflitos e, no Estado sulino, isso é identificado. São, hoje, os noticiários impressos da época documentos históricos que tornam possível o resgate de detalhes sobre os acontecimentos que marcaram dois eventos históricos importantes do Estado: a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista.

A Revolução Farroupilha, que iniciou em 1835 e terminou em 1845, foi deflagrada em função da insatisfação de fazendeiros do Rio Grande do Sul com medidas do governo imperial em relação a impostos sobre a venda de charque, principal produto da agropecuária do Estado na época. O alto preço da tributação do charque e o incentivo do governo brasileiro à importação do produto foram o estopim para que o grupo de estancieiros liderados por Bento Gonçalves planejassem o conflito e proclamassem a independência do Estado em relação às demais unidades da Federação, instituindo a República Rio-grandense. Estudos sobre a historiografia dessa guerra apresentam controvérsias sobre a intenção dos ativistas do movimento de Bento Gonçalves e debatem sobre a existência de um interesse separatista do movimento tal como aponta Eduardo Scheidt (2002) ao apresentar um panorama dos estudos e publicações da historiografia sobre o tema.

Já a Revolução Federalista ocorreu em 1893 e se estendeu até 1895, motivada por rivalidades entre federalistas e republicanos, dois grupos políticos que almejavam espaço de poder no Rio Grande do Sul nos primeiros anos da República. Um dos grupos era liderado por Júlio de Castilhos, que fazia sua campanha republicana amparada em idéias positivistas e centralização do governo; o outro era comandado por Gaspar Silveira Martins, que mostrava a seus aliados federalistas a necessidade de um governo descentralizado, contrário à forma de governar da República e, portanto, ao governo federal. Os federalistas defendiam também a revisão da Constituição da República. A luta entre os dois grupos demonstrou a falta de consenso sobre o governo da República recém instalada e foi marcada pela

adoção de práticas de violência com uso de facas e adagas. Segundo Sandra Pesavento, essa Revolução foi “caracterizada por atos de violência e barbárie de ambas as facções, a chamada ‘Revolução da Degola’” (PESAVENTO, 1983, p. 09).

Considerando isso e o fato de que esses dois eventos históricos são tratados como elementos da memória social e histórica do Rio Grande do Sul, tanto ao se analisar material artístico quanto ao se discutir material documental, pretendemos averiguar de que maneira os conteúdos divulgados nos jornais **O Povo** e **A Federação**, publicados no Rio Grande do Sul no século XIX, constroem as percepções acerca dessas duas revoluções vivenciadas nesse espaço geográfico. A partir disso, refletimos a respeito da memória histórica e social difundida nesses periódicos acerca desses dois eventos históricos.

1 Memória histórica e social

Ao refletir sobre revoluções e conflitos, cabe ressaltar a importância de estudá-los enquanto fatores indiscutivelmente presentes na história social e cultural do país e, conseqüentemente, do Rio Grande do Sul. Transpostos de forma ficcional ou não-ficcional é importante discutir a memória social formada com base em narrativas que se formam sobre esses eventos e o quanto elas determinam aquilo que precisa ser lembrado e como deve ser lembrado e aquilo que pode ser esquecido: “O que deve ser lembrado, o que deve ser lido?” (GINZBURG, 2012, p. 220), questiona Jaime Ginzburg ao comentar sobre a memória de eventos marcados por práticas de violência na história social brasileira.

As experiências históricas vivenciadas pelos brasileiros podem ser simplesmente relembradas ou podem provocar algum tipo de inquietação, na busca por transformar uma dada realidade ao buscar, pela lembrança, a compreensão do passado. Ao citar Richard, Ginzburg (2012, p. 221) afirma: “O passado é constantemente reinterpretado, em um trabalho sempre incompleto. A memória coletiva não é ‘depósito fixo de significações inativas’, consenso estabelecido à força, mas resultado de constantes reescritas de ‘hipóteses e conjecturas’”. Considerando a representação da história gaúcha, como nos referimos, cabe destacar a relevância dos processos de escrita e leitura de diferentes discursos, já que os fatos não são somente descritos, mas reinterpretados de acordo com cada um dos envolvidos neste processo.

Embora um fato histórico seja representado a fim de materializar a memória de determinados acontecimentos, diferentes perspectivas

podem tomar forma, uma vez que o passado une-se com as experiências atuais. Diante disso, Walter Benjamin (1994, p. 224) afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de perigo”. A memória sobre eventos passados é uma memória seletiva no sentido de ser resultado de uma forma de compreender o evento e apresentá-lo em um novo tempo e contexto.

A memória construída a partir daquilo que se tem como registro, portanto, não tem como ser unicamente individual. Ela perpassa, em maior medida, pela lembrança e construção dos envolvidos, desde a participação nos acontecimentos à transformação em narrativa e, sobretudo, naquilo que se constrói em sociedade para a formulação de identidades. A constituição da memória se dá, conforme Maurice Halbwachs (2006), a partir das nossas lembranças unidas à percepção do presente, e ele destaca que há duas formas de organização das lembranças, uma delas, centrada no próprio indivíduo com suas percepções, que seria a memória individual, e outra, inserida em uma sociedade, com idéias compartilhadas, configurando-se na memória coletiva. Ainda, “nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros” (2006, p. 29). Assim, a memória não se forma apenas acerca das lembranças e percepções individuais, mas a partir da união de diversas vozes que fazem parte da constituição de sentido.

O autor distingue dois tipos de memória, uma interior ou interna, que seria a pessoal, e a outra, exterior, configurada como memória social. Esta segunda se aproximaria da idéia de memória histórica, embora este autor não aprecie este termo, em função das diferenças entre história e memória, sendo a história, responsável pela compilação e arquivo dos fatos em si, cabendo à memória resguardar a sequência dos acontecimentos e suas respectivas reflexões. À medida que consideramos que a memória pode ser exterior, entendemos que nem todas as recordações advêm de vivências particulares, podendo, conforme as idéias do autor, ser transmitidas através de outrem, por meio de testemunhos ou de acontecimentos evidenciados através de jornais, livros ou outros elementos que contribuem para a memória de muitas pessoas, ainda que não tenham vivenciado as situações, mas souberam a partir destes dados.

O autor discute a relação história e memória, considerando a primeira um dos meios possíveis para chegar à construção da memória dos indivíduos. Conforme Nora, “O nascimento de uma preocupação historiográfica é a história que se empenha em emboscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço

para se livrar dela” (NORA, 1993, p. 10). Neste sentido, o estudioso acredita que, embora conceitualmente história e memória sejam diferentes, elas se entrelaçam à medida que a história se encarrega de executar uma função na memória social, resgatando acontecimentos e, portanto, contribuindo para a constituição destas lembranças. A partir destas conceituações, buscaremos compreender como o discurso jornalístico daquele século possibilita hoje conhecer a história e construir uma memória referente às revoluções.

2 Discurso jornalístico sobre as revoluções Farroupilha e Federalista: observações sobre os jornais *O Povo* e *A Federação*

O início da imprensa escrita no Brasil se deu justamente no século em que aconteceram as duas guerras que investigamos neste trabalho. A imprensa escrita chegou ao Brasil em 1808, e só em 1827 tomou forma no estado gaúcho, através do jornal **O Diário de Porto Alegre**. Esta origem está atrelada à Revolução Farroupilha, já que neste período se articulavam idéias a respeito e o presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Salvador José Maciel, era um dos patrocinadores do periódico lançado. Conforme o estudioso da história do jornalismo no Rio Grande do Sul, Francisco Rüdiger (1993), os jornais tiveram grande influência nesta época. Para esse crítico, os periódicos tinham a predominante função de difundir ideologias, e circunstância política ditava o nascimento de jornais, bem como sua continuação e fechamento³. Neste contexto de produção jornalística, nasceu a imprensa sul-rio-grandense, já com vistas à divulgação dos acontecimentos pré-revolução dos farrapos e marcada por “personagens” que, segundo Rüdiger (1993), compreenderam as demandas políticas e passaram a difundi-las por meio dos periódicos, embora, por restringirem sua função mais à direção dos jornais, não tinham total preocupação com os conteúdos que transmitiam.

Deflagrada a Revolução Farroupilha, alguns jornais findaram-se e outros surgiram, como **O Povo**. Neste jornal, conforme Sodré (1999), as páginas apresentavam as escabrosidades da revolução, noticiando sobre o que ocorria do litoral à campanha, estendendo-se ainda de Porto Alegre a Piratini (município onde surgiu o jornal) e desde ali até Caçapava, sendo

3 É importante destacar ainda que a imprensa no Rio Grande do Sul surge para o público alinhado a valores de partidos políticos (que subsidiavam as publicações), o que não corresponde à totalidade da população da época, haja vista que existiam os sujeitos analfabetos e aqueles que não aderiam a grupos políticos embora pudessem ser leitores de jornal. Somente a partir da década de 1860 surge o jornal caracterizado como uma “empresa jornalística”, com definição de setores específicos de publicação e mais alinhado ao tipo de jornal produzido no centro do país.

instrumento de grande colaboração histórica, assim como outros jornais.

A imprensa teve seguimento no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX e é caracterizada por Rüdiger (1993) como uma publicação político-partidária, surgida em um momento em que surgiram os pasquins e que a imprensa passou a ser um problema para o governo. Se os tipógrafos, donos dos jornais, passaram a conquistar cargos na política, podemos compreender que aquilo que era escrito nos jornais deste período tinham interesses para além do governo enquanto situação, além de oposições e muito mais à frente da informação por si só. As idéias em destaque nos impressos poderiam estar voltadas aos interesses particulares e políticos de seus proprietários.

Os partidos passaram a se encarregar de criar suas próprias empresas e lançar novos jornais, conforme explica Rüdiger (1993), e os políticos passaram a ocupar os lugares dos tipógrafos no comando das redações. Assim a imprensa começou a ser vista e formada justamente enquanto empresa, já com fins comerciais. A partir de 1860, os setores agrícola e comercial se desenvolvem fomentando crescimento econômico e demográfico, possibilitando o surgimento de indústrias e a modernização do estado rio-grandense e favorecendo o desenvolvimento da imprensa. Os jornais foram incorporando tecnologias que aprimoraram, inclusive, a qualidade gráfica e o número de tiragem, já que houve evolução no processo de entrega do correio e melhoria nas estradas.

Para Rüdiger (1993, p. 31), “a folha que pontificou não apenas na imprensa republicana, mas no próprio panorama do jornalismo político-partidário rio-grandense foi *A Federação*”. Ele afirma ainda que este jornal, lançado em 1884, teve um “significativo papel na articulação do movimento republicano da Província, assumindo desde o princípio o cunho de órgão de combate e propaganda” (1993, p. 31). A diretoria de **A Federação** foi destinada a Júlio de Castilhos, que foi o responsável pela criação de novas concepções no jornalismo e especialmente “[d]o conceito prático de que a imprensa não precisa limitar-se a registrar os acontecimentos políticos, pois que pode modificar seu curso” (RÜDIGER, 1993, p. 31).

O jornal **O Povo** circulou no Rio Grande do Sul de 1838 a 1840 com publicações baseadas quase que exclusivamente nos fatos da Revolução Farroupilha, ocorrida no Estado gaúcho de 1835 a 1845. Esse periódico é, entre outros, um documento importante na representação deste período histórico, o que atesta sua representatividade histórica por estar inserido em um espaço de tempo que perfaz o que seria a metade da guerra dos farrapos. Foram publicados 160 exemplares, sendo 45 lançados quando a produção do jornal era em Piratini e os demais já no município de Caçapa-

va, quando a sede do Governo se transferiu para aquele local.

As páginas de **O Povo** apresentam um jornalismo diferente do que temos conhecimento na atualidade. Os textos não apresentam um padrão de objetividade nem *lead*⁴ como um pilar, porque o discurso deste periódico não parece querer simplesmente transmitir fatos ao leitor, mas, sim, proporcionar toda uma reflexão acerca daquilo que é apresentado. O jornal é opinativo e não se pretende ser diferente, já que, em todas as edições, antes de iniciarem os textos, podemos ler, além da data, do nome e do Slogan: Jornal político, literário e ministerial da República Rio-grandense – o que já o emoldura em uma linha discursiva –, a informação: “Este Periodico he propriedade do Governo”.

Imagem 1 – Primeira edição do jornal O POVO



Fonte: **O Povo**, 1º set. 1838, em exemplar disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria⁵

4 Expressão jornalística para denominar o modo como se iniciam os textos noticiosos. É o ato de responder, objetivamente, às questões: o quê, quem, como, quando, onde e por que.

5 As imagens dos textos dos jornais que são expostas neste texto são reproduções fotográficas

O discurso de **O Povo** é construído, principalmente, através de seções que se intitulam manifestos, com opiniões do governo ou outros articulistas convidados, comunicados, notícias, com textos que vangloriam feitos gaúchos, além de portarias, poesias, sonetos, pensamentos, correspondências, atas, ofícios, e informes como, por exemplo, as listas atualizadas dos oficiais do exército. Em todas as publicações, há um espaço destinado à frase: “O poder que dirige a revolução, tem que preparar os animos dos Cidadãos aos Sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Pátria. Joven Italia. Vol. V.”

A frase de abertura do jornal é citada logo no início do primeiro texto publicado, em 1º de setembro de 1838, sob o título de “Prospecto”, sendo argumento sobre as motivações que guiarão a redação do periódico. Na sequência, o redator se propõe a explicar a expressão utilizada:

Devemos nos identificar o poder que rege a guerra, e tentar todos os meios lícitos para lhe adquirir maior probabilidade de de huma decisiva victoria. Procurar com todas as nossas forças propagar entre o Povo doutrinas essencialmente democraticas, sendo aquellas das quaes depende a salvação, e a felicidade da Republica. Tal he a missão que a nossa consciencia imperiosamente nos ordena nas circunstancias. Quem se propor á outro fito além deste, teria a nosso ver, mal concebido o espírito de huma guerra de insurreição. A opposição aos atos do Governo, quando o Governo he consolidado, e os regulamentos da paz substituídos aos Decretos da guerra; quando cada cousa tem que reger-se pela soberana vontade do Povo, então não sómente he util, mas torna-se necessaria para advertir a Nação, ou das usurpações do poder, ou da incapacidade dos governantes, a fim de que Ella possa promover, e obstar males, de que está ameaçada; mas quando se tenta destruir os obstaculos que embaraço o fim da revolução, e se considera que para vencer o inimigo he necessaria huma extrema vigilancia, huma atividade incansavel, e huma celeridade extraordinaria áfim de conhecer-se seus movimentos; dar providencias as necessidades que disto se seguem, e vigiar promptamente, e em tempo sua execução. (O POVO, 1838, ed 1, p. 1).

Neste trecho fica claro o anseio do governo e, conseqüentemente, do periódico que o representa, na busca pela vitória da revolução, que poderá chegar através de muitas lutas. Ao passo em que aborda a questão da

democracia como valor regente do governo, a matéria explicita a necessidade de todos estarem a favor daqueles que estão no poder. Embora pregue a democracia, o discurso deste primeiro texto do periódico atribui valor positivo apenas aos que estão em concordância com o governo vigente, levando ao leitor as idéias sobre como agir diante da guerra instaurada. O fragmento expõe um texto jornalístico comprometido com os valores do grupo político que governava o Estado na época.

O texto da abertura do jornal **O Povo** demonstra o ideal de guerra justificável. Embora haja mortes e outras atrocidades decorrentes de batalhas, há um objetivo maior para que tudo aconteça. O texto apresenta, inclusive, a idéia de guerra santa, de Deus abençoando e concedendo benefícios àqueles que de fato lutam, utilizando as armas adequadamente quando em benefício de uma questão. Cabe refletirmos, hoje, de que maneira, a utilização de uma arma, com a finalidade de destruição, pode ser considerada uma maneira de elevar a santidade. Na época, período em que os conflitos eram justificados e naturalizados como forma de alcance de ideais e conquistas, o uso de armas não assumia a contrariedade que detém na atualidade, o que justifica, para o tempo anterior, a associação da arma à santidade, ao poder de solução de conflito. A ausência de vozes que questionam, no jornal, essa prerrogativa do uso da arma mostra que outrora sua adoção não era motivo de objeção.

Na segunda edição de **O Povo**, publicada em 05 de setembro de 1838, o periódico apresenta como primeiro texto o título “Manifesto - do Presidente da República Rio-Grandense em Nome de seus Constituintes”, artigo que seguirá em continuidade por mais duas edições – no sábado, 08, e na quarta-feira, 12. Neste primeiro, vemos a ideia de tornar o Rio Grande do Sul independente do restante do país: “Desligado o Povo Rio-Grandense da Communhão Brasileira reassume todos os direitos da primitiva liberdade; usa destes direitos imprescriptíveis, constituindo-se Republica Independente [...]” (O POVO, 1838, ed. 2, p. 1). O ideal de liberdade está presente neste trecho do discurso, mas, em praticamente todas as edições do jornal, endossa o objetivo do governo gaúcho e a justificativa da guerra. São utilizadas, ainda, expressões positivas para caracterizar o estado sulino, como “bom senso”, “amor da ordem”, “moderação que causa inveja e admiração ao Brasil”. Estes fatores podem ser atribuídos a constante preocupação em exaltar o território, reforçando a imagem rio-grandense enquanto causadora de orgulho para os habitantes deste local que devem segundo esta perspectiva, seguir lutando pela terra. Se o orgulho perfaz esta ligação de Estado superior, que pode ser melhor separado do restante do país, que possui heróis dispostos a lutar por esta terra, então, mais uma vez a ideia de modéstia se desconstitui.

No jornal **O Povo**, eram veiculadas algumas informações referentes às batalhas que faziam parte da guerra. Contudo, o viés destas informações sempre permeia a exaltação do estado do Rio Grande do Sul, seja criticando os imperiais pelos atos violentos cometidos contra os republicanos, seja pela vitória sobre os inimigos, como fica claro no texto intitulado “Pedras Brancas”, publicado em 22 de setembro de 1838:

O inimigo depois da inutil tentativa de surpresa feita ao Tenente Coronel Fortunato Brandaó, querendo efftuar a sua retirada, foi novamente acommettido nas imediações do Passo do Ribeiro pelo Capitão José do Amaral Ferrador [...]. A escaramuça foi bastante renhida, e nos fisemos a perda de alguns homens; porem elle alem de dez feridos inclusive o famigerado Francisco Pedro de Abreu, deixou tres mortos sobreo campo, e o subalterno Theodoro José da Costa em nosso poder. (O POVO, 1838, ed. 6, p. 4).

A notícia apresenta uma das vitórias dos soldados do Rio Grande do Sul. A morte de alguns dos combatentes é encarada como algo natural – e na realidade é mesmo inerente à guerra –, entretanto, neste texto não há nenhuma referência saudosa às vidas que se perdem, há, apenas, um “porém”, relatando que, embora alguns soldados tenham morrido, foram deixados inimigos feridos e mortos, além de um presidiário, fato que vem para justificar as mortes do lado republicano, sendo atribuída à batalha valores vantajosos. Na época da publicação do jornal, morrer na guerra ou morrer em virtude de algum ato de violência era algo comum e próximo àquilo que era vivenciado no cotidiano, por exemplo, em fazendas eram frequentes os conflitos entre vizinhos por disputa de gado e não raro o uso de facas e de força física na luta corporal provocava morte entre os inimigos em combate.

Na publicação de 5 de dezembro desse ano, há uma seção “Exterior: O Nacional Monte Video, Novembro 11 de 1838. Introdução”, em que aparece o artigo “Paz domestica”, no qual os autores, caracterizados por possuírem os “mais puros, e ardentes desejos”, apresentam a ideia de que vale a pena a “peleia”, que não se constrói apenas pelo “prazer de pelear: elle naó possui este prazer só próprio dos Caribes: elle naó derrama o sangue de seus filhos sem huma dor intensa: elle não se sacrifica sem hum fito nobre, e elevado.” (O POVO, 1838, ed. 28, p. 1). Para eles, “Pelea e sacrifica-se por sua Liberdade, por sua Soberania, por sua dignidade, e por sua gloria [...]” (O POVO, 1838, ed. 28, p. 1), alusão à ideologia política que sustenta a guerra e que põem em destaque a honra de guerrear para “salvar” uma causa coletiva.

Trata-se da reprodução de um discurso que vangloria a República Rio-grandense, e o faz através da citação de feitos considerados heróicos através de lutas. A liberdade é exaltada como motivo para guerrear e o fragmento apresentado enfatiza a idéia do orgulho não somente de pertencimento ao solo gaúcho, mas a glória pessoal em derramar sangue e sacrificar-se por um ideal. O conceito de dignidade humana, que seria o mérito do que é correto, e unida à questão da integridade, aparece neste texto jornalístico a partir de um outro fundamento, estando diretamente ligada à questão da guerra. Digno seria, na perspectiva deste jornal, aquele que está pronto a combater o inimigo e lutar por sua terra, independentemente do que seja preciso fazer para isso, já que, quando o sangue é derramado por um ideal maior, o fato se justifica, ainda que seja necessário sofrer, é o que sugere o texto.

E sobre o sofrimento, Bento Gonçalves se pronuncia na edição de 09 de janeiro de 1839 de **O Povo**, quando escreve a respeito da mudança do governo para o município de Caçapava: “Rio Grandenses! Nossa Posição ainda he melindrosa porem hum pouco de soffrimento mais, e o Continente será livre , a Patria será salva. – Viva a Nação Rio-Grandense! – Vivaó os briozoz defensores da Liberdade!” (O POVO, 1838, ed. 38, p. 1). O anúncio é motivacional, estimulando a esperança, a alegria de pertencimento que será ainda maior após um pouco mais de esperas e angústias, é como se a felicidade tão almejada fosse possível somente atrelada ao sofrimento mencionado, que é, inclusive, originário da guerra.

Em 06 de março de 1839, **O Povo** começa a circular a partir de Caçapava, e abaixo do slogan que o identifica traz ainda as palavras: Liberdade, Igualdade e Humanidade. Agora o ideal de liberdade está impresso em cada uma das edições do periódico, assim como “humanidade”. Através do discurso adotado pelo jornal, identificamos que, ao menos pela representação discursiva, ansiava-se por esta humanização:

Ufanos de nossa calculada inacção os Imperiaes haviaó adoptado hum plano de campanha que muito convinha aos sentimentos de Humanidade que nos dirigem mesmo na terrível necessidade da guerra. Ja effetuado nos pouparia o desgosto de sermos obrigados a acometter cidades que abrigaó todavia Rio-Grandenses que amamos. Porem se continuassemos a conservar nos taó perto de suas posições, o Presidente Elizario nunca se animaria á avançar. (O POVO, 1839, ed. 46, p. 2).

Embora o texto traga a humanização enquanto desejo e caracterize a guerra enquanto “terrível necessidade”, deixa evidente que o humano se

volta apenas para aqueles que estão a favor dos ideais do governo e, como consequência, deste periódico, já que a melancolia se dá pela obrigação de invadir locais onde existem homens do Rio Grande do Sul, entretanto, para que se cumpram os objetivos, esta é uma angústia que se faz tão necessária quanto a guerra que se estabelece.

A exaltação ao povo sul-rio-grandense é intensa no periódico, inclusive outros articulistas, de fora do país, parecem incluir-se neste espírito. Um exemplo disso aparece na edição de 24 de agosto de 1839, em que se veicula um texto na seção “Exterior”, vindo de Montevidéu. Nele, o redator exalta os gaúchos pela forma como lutam na guerra:

Recordando os fatos da Republica Rio-Grandense, durante os quatro annos de luta, não se pode deixar de admirar a constante moderação e generosidade, com que os Republicanos se portarão sempre com seus inimigos vencidos. Fortes com seus direitos, e com a maioria de votos de seus concidadãos, elles desdenharão sempre valer se daquelles meios extremos, que nas revoluções se fazem com horror das almas senciveis; mas que huma lei fatal empoeem como deveres. Valerosos nas batalhas, generosos e humanos no entusiasmo da victoria, como aquelles que peleijão, não contra homens seus semelhantes, se não contra os instrumentos da tyrania huma vez que estes já não existem, não vem nos vencidos mais que a seus irmãos, a quem perdoando huma culpa da qual outros são responsaveis, os devolvendo ao seio de suas famílias; não exigindo delles se não sua palavra de honra de não tornarem a impunhar as armas contra a Republica durante a presente guerra com o império. (O POVO, 1839, ed. 95, p. 2).

Pelo conteúdo desta reprodução enquanto informação poderíamos, talvez, encontrar algumas respostas no que diz respeito à valoração do povo gaúcho, já que são apresentados como bons, humanos, soldados que acreditam na palavra dos inimigos antes de impor-lhes as armas e que se utilizam-se de meios mais amenos nas batalhas. Mas é preciso considerar o discurso enquanto reafirmação de uma idéia a ser transmitida, primeiro, porque é preciso que, através do que é dito, se forme ou se consolide determinada ideologia, embora não se saiba como, de fato, agiam aqueles que lutavam. Ainda é possível questionarmos de que maneira, em um conflito de guerra, um soldado possa matar o seu oponente de uma maneira menos agressiva e, após isso, com sensibilidade, moderação e generosidade, comemorar vitórias, comemorar que o lado oposto conta com mais mortos do que o grupo vencedor.

Predominantemente, o que se publicava em **O Povo** eram artigos tendenciosos, com viés político e revolucionário. Contudo, na década de 1840 começaram a surgir outras matérias, como artigos econômicos e dicas sobre agricultura. Surgiu a coluna “Variedades”, seção sempre bastante sucinta, com assuntos diversos, muitas vezes sobre religiosidade. Há ainda, espaço para rir, como uma espécie de piada, intitulada “Anedocta interessante”. Mas esses textos diferenciados, em termos de gênero, não modificaram o foco do periódico, que seguiu publicando os boletins em predominância. Da mesma forma, neste último período de Revolução, o discurso não parece abalar-se, permanecendo o mesmo viés de escrita que notamos anteriormente, conforme podemos observar no 10º boletim de Caçapava: “desejo do roubo e do sangue, de que saó os sedentos consistiu a hum grumpo de cerca de cento e cincoenta salteadores capeteneado pelo facínora Juca Cypriano [...] (O POVO, 1840, ed. 154, p. 1). O trecho, que se refere aos soldados da oposição, apresenta-se, como de costume, lotado de expressões que diminuem a imagem dos adversários perante os leitores. O mesmo ocorre no artigo do major – chefe geral da Polícia, Antonio Vicente da Fontoura em 08 de abril de 1840, quando o líder, além de menosprezar o oponente, exalta a terra e os feitos dos lutadores do Rio Grande ao destacar “Gloria dos valentes que de todos os Angulos da Republica acodem persuepezos ao combate [...] Ao combate, a gloria voemos; guerra, e morte aos tyrannos escravos! Guerra, e Guerra, para depois termos paz. Viva a Naçaó Rio-Grandense ! [...]” (O POVO, 1840, ed. 152, p. 4).

Além das constatações citadas, acerca do modo como se idolatra a terra, já que o policial refere-se a esta como sagrada, e dos soldados gaúchos, já que os caracteriza como valentes, destinando glória a eles, neste fragmento do artigo fica evidente a situação de guerra enquanto primordial para a existência da paz, que deve ser merecida, após os eventos conflituosos. Além disso, o chefe da polícia dá “viva” à nação, da mesma forma como ocorreu em outras manifestações ao longo do jornal, como forma de veneração ao Estado e de estímulo para a comunidade sulina.

Uma vez analisados alguns dos textos publicados no jornal **O Povo**, constatamos que o periódico estava em conformidade com o estilo de publicações da época, uma vez que, segundo Barbosa (2010), naquele tempo o jornalismo era unicamente de opinião, como ocorre neste impresso que verificamos, já que o discurso é parcial e eleva, em todas as edições, a questão do orgulho pelo Estado gaúcho e, ainda, o apoio ao governo rio-grandense. Mais do que isso, o impresso em questão visa a instruir a população, já que as matérias são escritas quase sempre munidas de reflexões e, inclusive, orientações aos leitores, confirmando o que é descrito na primeira edição do próprio jornal, que o redator deveria assumir um papel de educador e

até mesmo, de sacerdócio. Mas podemos verificar qual o pensamento que se promovia, ou buscava promover, a partir destas verdades transmitidas por este veículo de comunicação

Se os jornais surgiam para difundir ideologias, acontecimentos políticos e informações de guerra, **O Povo** cumpriu este papel, utilizando-se mais da política do que dos conceitos jornalísticos para veicular as informações, conforme nos apresenta Rüdiger (1993). De leitura não muito facilitada, pelas falhas na impressão e pelo modo como as palavras eram escritas naquele período, o jornal assumia características literárias em sua linguagem, bem como explicou Sodré (1999), mas foi pautado quase que exclusivamente pelos acontecimentos da Revolução Farroupilha, confirmando sua importância no entendimento circunstancial daquele período.

Uma vez desenvolvidas as reflexões acerca do modo como a Revolução Farroupilha foi representada através das páginas de **O Povo**, abordaremos como o discurso representativo se construiu décadas depois, quando **A Federação** circulou no Estado para informar a respeito da Revolução Federalista.

Imagem 2 – Jornal A Federação



Fonte: **A Federação**, 1895, em exemplar disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

A Federação foi um jornal diário editado em Porto Alegre e veiculado de 1884 a 1937, inicialmente era formatado para divulgar as idéias do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sendo que, a partir da década de 30, do século XX, tornou-se Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. A fim de analisarmos o modo como a Revolução Federalista foi representada através do discurso jornalístico desenvolvido por este periódico, verificaremos edições publicadas entre 1893 e 1895, período em que a guerra

foi estabelecida no Rio Grande do Sul, alastrando-se pelo restante do país. Neste recorte de tempo, o jornal trouxe sempre abaixo do seu nome o *slogan* “Orgam do Partido Republicano”, já deixando claro o posicionamento adotado nos textos veiculados através deste veículo impresso de comunicação. A propriedade do jornal esteve no nome de Eduardo Marques, sendo o responsável pelo noticiário, João Maia e o diretor de redação Pedro Moacyr. Em 1895, o cargo de diretor de redação passa a ser de Pinto da Rocha.

Em 1893, já se passaram cinco décadas desde as últimas publicações de **O Povo**, há, portanto, modificações consideráveis no modo de fazer jornalístico desta época, ainda que alguns aspectos continuem sendo semelhantes entre os dois periódicos, conforme poderemos verificar ao findar desta análise. Em **A Federação**, há uma variedade maior de seções, com informações sobre diversos assuntos e não somente de cunho político, embora este prevaleça, junto com as publicações a respeito da guerra. Entretanto, há notícias sobre municípios, religião, acidentes, situações do cotidiano e outras. Confirmando o caráter mais comercial que aparece nos jornais ao final do século XIX, **A Federação** possui um largo espaço voltado à publicidade, com diferentes anúncios de compra e venda de serviços e produtos, muitas destas publicações em formato de “Classificados”, embora sem esta dominação, mas bem como conhecemos nos jornais publicados hoje. Além disso, há espaços destinados a declarações oficiais, seção livre, editais, avisos marítimos, leilões, telégrafos, nomeações do exército, agradecimentos, registros mortuários (inclusive sobre suicídios), notas da polícia, além de outras seções esporádicas. Os Folhetins estão presentes nas páginas de **A Federação**, na maioria das vezes com histórias sobre romances e casamentos, com narrativas fictícias, notadamente construídas para o público feminino, e que não terminam em uma edição, mas têm seguimento nas próximas, até concluir o enredo e iniciar uma nova narrativa.

Mas as principais, mais longas e elaboradas matérias sempre ocupam a primeira página do jornal, algumas vezes tendo continuidade na lauda seguinte. Sob o título “Ordem do dia”, seguem textos, normalmente com informações acerca da Revolução Federalista. Além disso, manchetes com expressões, como “combate”, “horrores” e “vitória”, são encontradas ao longo do impresso, que apresenta fatos políticos e de guerra, muitas vezes, em mais de um discurso em uma mesma edição.

Iniciamos a análise por uma das “Ordens do dia”, publicada em 1º de abril de 1893, no jornal **A Federação**. O texto aparece com uma introdução em que o redator explica que, ao chegar à cidade de Bagé, uma expedição republicana que foi levantar o cerco diante dos federalistas na ocasião em que o general da Brigada, João Baptista da Silva Telles, enviou informações

acerca dos acontecimentos e exaltando os feitos dos soldados:

Me é grato cumprir agora o dever de louvar as forças pela ordem, disciplina e moralidade que souberam manter durante todo o tempo da expedição, tornando-se dignas de apreço público, pela compreensão exacta dos seus deveres, revelada sobejamente n'esses dias de marcha, durante os quaes tive occasião de observar o civismo, a abnegação e a boa vontade com que todos se prestam agora ao serviço da Patria, esforçando-se pelo restabelecimento da ordem publica n'este Estado, perversamente perturbada pelo intuito ignóbil dos inimigos, de esphacelar-a por meio dos crimes e das crueldades que têm commettido com maior desprante, tornando-se por isso merecedores do desprezo da Republica e da maldicção do povo. (A FEDERAÇÃO, 1893, ed. 75, p.1).

A fim de vangloriar ainda mais aqueles que lutaram a favor dos republicanos, o narrador cita os nomes de diversos deles. No trecho, notamos que se há, por parte da população daquele período, a idéia de que os representantes nas batalhas eram heróis, existe um discurso que preserva e difunde esta imagem. O general refere-se aos soldados como exemplos de grandes homens, atribuindo-lhes características positivas e apresentando-os como verdadeiros representantes do povo, já que lutam por ele. O discurso apresentado ainda parece instigar a revolta contra os inimigos, através do desejo de maldição e a mensagem explícita de que é preciso desprezar aqueles que têm idéias contrárias ao governo ao qual o jornal representa.

Há, nesta edição, outra matéria intitulada “Horrores inauditos”, que apresenta fatos violentos, mas identificando as pessoas que foram acometidas. Este terceiro texto trata a respeito de notícias acerca de atentados dos federalistas no sul do Estado, provendo uma sucessão de descrição das formas das mortes violentas, como no trecho “Inocentes creanças de 5 annos degolladas, mães de familia violentadas sucessivamente por magotes de vinte e mais sicários” e do saldo da ação truculenta: “depois de saciados os seus bestiaes transportes, deixam suas victimas immoladas, dísticos insultuosos nas paredes das casas, nos quaes a sanha feroz dos monstros extravasa em torpes insultos todo o fel e lama de suas almas”. (A FEDERAÇÃO, 1893, ed. 75, p.1). O texto indica saques e devastação em casas invadidas pelos militantes.

Este fragmento não demonstra somente a repulsa aos federalistas, como nos informa, muito diretamente, a respeito da guerra: são crianças mortas, mulheres violentadas, casas destruídas e saqueadas. Esse é o legado de uma Revolução, que, independentemente de quem ataca mais ou

menos, deixou, ao seu final, 10 mil mortos, não somente em batalhas, mas em situações como as apresentadas no discurso de **A Federação**. Em nome de uma ideia, os representantes de cada um dos lados cometem atrocidades, que pouco são consideradas pelo discurso jornalístico em termos de sofrimento humano, o que se sobressai, nos textos apresentados, é a busca por culpados, com o intuito de denegrir a imagem do inimigo, mais do que promover sensibilização em torno do que as famílias precisam suportar. Tal observação permite compreender que o jornal propunha uma memória da revolução com base no olhar daqueles que buscavam vencer a guerra e não um questionamento sobre as ações violentas e formas de combate.

A violência da guerra acaba sendo tratado como algo natural para a época, tanto que sabedores de todos esses fatos e com tantas famílias destruídas, há comemorações quando uma batalha é vencida, mesmo que haja outros tantos feridos e mortos. Este aspecto pode ser visualizado na matéria “Viva a Republica!”, veiculada na edição de **A Federação** com data de 06 de maio de 1893. O texto relata a vitória dos republicanos na batalha ocorrida em Inhanduí: “Eis-nos vencedores! As armas republicanas em operações contra a invasão *federalista*, estão cobertas de louros e mergulhadas na mais sagrada das alegrias! [...]” (A FEDERAÇÃO, 1893, ed. 103, p. 1). O discurso refere-se a uma comemoração alegre a partir de uma vitória que se deu através de armas, texto publicado no mesmo jornal que há pouco mais de um mês tinha criticado o modo violento como os inimigos haviam procedido. Na mesma matéria, verificamos o seguinte trecho:

Tres annos de lutas heroicas, pacientes, sublimes, inexprimeis! Tres annos de promptidão ao lado do estandarte da Republica, para não deixal-a morrer nas mãos dos velhos aventureiros [...] tres annos, aggravados pela ultima e recente crise da violação barbara de nosso territorio por estrangeiros e renegados, pela deshonna das familias riograndenses [...] tres annos gloriosos [...] garantindo a Republica, salvando a Patria, resgatando a dignidade e as tradições do legendario Rio Grande! [...]. Era preciso lutar até vencer ou morrer, era preciso esquecer familia, interesses, casa, commodidade se pegar em armas para repelir o estrangeiro e os renegados. A invasão *federalista* nos encontrou prompts a vencer pela Republica ou morrer com ella. (A FEDERAÇÃO, 1893, ed. 103 p. 1).

O modo como as palavras são dispostas e os argumentos se constroem parecem não se tratar de discurso jornalístico. Muito pouco há em termos de informação no fragmento que lemos, o que se apresenta, são

frases munidas de ideologias, de orgulho, de felicidade advinda de uma vitória. Mais uma vez o grupo republicano é tratado como heróico, e o texto indica faltarem adjetivos para caracterizar o quanto as lutas foram significativas ao passo que o redator as menciona como “inexprimíveis”. Enquanto a guerra se passa e muitas são as degradações em função dela, os anos em que a Revolução acontece são descritos como gloriosos. Onde estaria a glória para as pessoas que perderam seus pertences, suas casas e, principalmente, pessoas da família? A resposta a esta interrogação é posta no discurso. Para o partido republicano e o jornal que o representa, a glória está no resguardo das tradições gaúchas, é como se os anseios de mudança dos representantes do federalismo atingissem o orgulho pelo território.

O trecho ainda trata a respeito de vida e morte, da necessidade de *esquecer* a família em favor das armas, das lutas, a fim de afastar os manifestantes, e apresenta como valor fundamental esta terra, já que há duas opções, vencer para salvá-la ou preferir morrer em nome dela. Isso permite uma releitura hoje, entendendo que a família, a casa e outros fatores importantes eram deixados em segundo plano. Caberia questionarmos quais os motivos destas paixões tão intensas em favor das lutas e da terra gaúcha. Uma possível resposta talvez esteja justamente nos constantes e repetidos discursos apresentando o heroísmo daqueles que lutam por ela, textos que difundem idéias e pautam as rodas de conversa nos mais diferentes locais, conforme podemos verificar quando apresentamos o modo como se dava o jornalismo naquele século.

A Revolução Federalista seguiu até agosto de 1895, ano em que **A Federação** começa a publicar inúmeros informativos do Senado e, no mês de julho, as matérias, anúncios, boletins, são quase que exclusivamente fazendo referência à morte de Floriano Peixoto. Em 29 de agosto, com a Revolução já encerrada, **A Federação** publica um texto com o título “Em nome da lei”, divulgando que a paz está instituída no Rio Grande do Sul e que o governo acabara de proclamá-la através de uma mensagem direcionada ao Congresso, remetendo documentos referentes às negociações.

Está feita a paz. A nação inteira festeja o magno evento, e a alma republicana enche-se de patrióticos júbilos, máxime depois que o governo trouxe ao reconhecimento da Nação a maneira correcta, altiva, nobre e patriótica porque chegou á almejada solução victoriosa. [...] A paz, - precisamos repetir sempre, em homenagem á verdade histórica, à fé republicana, á memoria dos gloriosos mortos nas renhidas pelejas pela Republica e cuja lembrança opprime de saudades as expansões festicas, - não foi a consecuencia de um convenio de igual para igual, ou um tripudio sobre os sacrificios feitos e sobre os manes dos combatentes. Oh! Nunca! A paz

foi a consequencia natural do insucesso dos rebeldes, levados, de derrota em derrota, pelo heroismo de todos os defensores da Republica. Si ha vergonhas n'ella façam-se as necessarias distinções e a vergonha será para aquelles que promoveram a lucta, não para os que a debellaram e venceram, sagrados hoje pela gratidão nacional. (A FEDERAÇÃO, 1895, ed. 204, p. 1).

O jornal celebra a paz que se está estabelecida, porém sem o entusiasmo com que, por exemplo, anunciavam as vitórias diante de batalhas contra os inimigos, que rendiam até comemorações coletivas. A paz e a vitória da guerra são atribuídas, ainda, àqueles que morreram em prol deste objetivo. Mais uma vez, o heroísmo daqueles que defenderam a República é exaltado, em um contexto marcado pela derrota dos inimigos, concretizada, justamente, pelas mortes e destruições, os heróis, portanto, são os causadores deste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises de textos de **A Federação**, compreendemos alguns fatores importantes na identificação da maneira como as representações se estabeleciam através do discurso daquele periódico. Inicialmente, consideramos as ponderações de Barbosa (2010) e Rüdiger (1993), acerca do modo como os jornais se modernizaram na segunda metade do século XIX. Especialmente comparando com **O Povo**, notamos que o jornal da Revolução Federalista já é diário, não bissemanal como o de 35, e que a qualidade gráfica é superior, tornando o processo de leitura de acesso mais facilitado. O modo de escrita já é bem diferente, com as palavras dispostas de uma maneira mais clara e concisa e um cuidado maior na escrita do texto.

Como já vimos em Barbosa (2010), o que não se altera nos dois períodos de veiculação de idéias através dos jornais é o fato de as informações serem sempre motivo de discussões entre a sociedade e, de os leitores preferirem as temáticas conflituosas. Sendo assim e, sabendo que **A Federação** pautava as conversas daqueles que liam o jornal e talvez influenciasse as idéias da população leitora, cabe aprofundarmos a questão do quanto a parcialidade era inerente a este periódico. Não haveria como ser diferente, já que abertamente o jornal pertencia ao governo republicano. Contudo, este fator poderia destoar do que se tinha em termos de jornalismo no país naquele período já que, segundo Barbosa (2010), a idéia nesta época era dar voz aos oprimidos, fiscalizando o poder público, já sem demonstrar enfaticamente as opiniões, diferente do que ocorre no periódico analisado, que

prima, antes de tudo, pelas idéias republicanas, as quais representa. Contudo, vimos nos estudos de Rüdiger, que, no Rio Grande do Sul, a situação era de fato diferenciada, já que existiam jornais que possuíam como foco a formação da opinião pública, através das idéias políticas transmitidas pelos textos. É deste contexto que se aproxima **A Federação**, que, embora não se limite a difundir as idéias políticas, publicando outras temáticas, tem, sempre na página principal, o enfoque na questão do partido e, principalmente, na guerra, difundindo sempre positivamente a atuação do grupo republicano.

As ações e combates da Revolução são veiculados constantemente através das páginas deste jornal, e os discursos adotam inúmeras expressões voltadas ao heroísmo dos combatentes, às ações em favor da pátria que, mesmo causadoras de destruições – nunca expostas em detalhes pelos textos –, eram caracterizadas como gloriosas, sendo a guerra, quando lutada em nome do Estado e, principalmente dos ideais da República, considerada pelos redatores como sagrada. Os textos apontam para uma naturalização e aceitação da guerra, apresentada como elemento crucial para a solução de conflitos. Num contexto em que essa era uma regra geral, haja vista outras revoluções ocorridas no Brasil na época, não é de estranhar o texto elogioso para as lutas e postura corajosa dos combatentes.

Ainda é possível verificarmos a forma como se constrói a memória social a partir destes veículos que, neste sentido, se aproximam muito. O período mais problemático para se concretizar a objetividade no jornalismo é aquele permeado por guerras, segundo Stephen Cviic (2003), um dos repórteres que realizou a cobertura da guerra do Iraque. E o primeiro problema em ser objetivo, segundo ele, é ter acesso às fontes e visualizar as situações dos dois lados. Sendo assim, entendemos que os jornais **O Povo** e **A Federação** não ansiavam por serem objetivos já que não possuíam a pretensão de demonstrar duas ou mais versões, mas exclusivamente aquele que apoiavam, já que ambos se tratavam de jornais que representaram o governo, em cada uma das revoluções. Outrossim, o modo de fazer jornalismo naquele período era diferente do que temos hoje. Noções relacionadas a critérios de noticiabilidade, *lead*, acesso a fontes de informação, por exemplo, surgiram depois e, portanto, não podemos avaliar os jornais da época a partir destes elementos, por exemplo.

Quando falamos de **O Povo**, esta constatação é notória, já que os jornais daquele período inclusive pretendiam-se opinativos. Todavia, já em 1880, a realidade dos jornais passa a ser outra, e, conforme cita Barbosa (2010), esta é uma fase em que a imprensa começou a primar pela neutralidade, representando o pensamento social, identificando, através de suas

páginas impressas, a “verdade absoluta” (BARBOSA, 2010, p. 131). Não é o que **A Federação** pretende. Aliás, falar em verdade absoluta em jornalismo é utopia, tendo em vista que cada jornalista possui a sua versão da verdade e a transmite, de diferentes maneiras, perfazendo este diferencial até mesmo na hora da escolha das palavras a serem utilizadas, fontes a serem entrevistadas e outros tantos fatores. Contudo, essas construções e discorências acerca de imparcialidade surgem depois das publicações analisadas. Assim, percebemos uma abordagem que eleva as revoluções como sagradas, os combatentes como heróis, o Estado do Rio Grande do Sul como glorioso e superior aos demais e, o seu partido, como supremo. Há exaltações a tudo o que se refere aos interesses do governo que sustentam cada um dos periódicos.

Ao relembarmos o que apresenta Hartman (2000) acerca da memória, veremos que se a construção da memória se dá enquanto experiência, ou seja, ao ler as páginas de **O Povo** e **A Federação** e notar a representação das revoluções através deste discurso, percebemos que mais do que simplesmente tomar conhecimento, o leitor poderá, de alguma maneira, vivenciar aquela situação e, a partir disso, desenvolver seu senso crítico. Mas isso hoje, ao verificar o sentido dos textos quase dois séculos depois, já que na época questionar a guerra e a violência não era comum. Observar a memória das duas revoluções por meio dos escritos dos jornais é, por isso, uma forma de compreender as ideologias e valores de um tempo que debater idéias era secundário em relação ao lutar fisicamente para torná-las aceitas. Analisar os jornais é ainda um meio para contrapor diferentes memórias sobre os mesmos eventos, uma vez que existem produções artísticas sobre a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista que permitem um olhar a contraponto, tal como apontam fotografias, filmes e textos literários que tematizam esses dois eventos históricos.

Apesar do questionamento que hoje podemos construir sobre os discursos dos dois jornais, é importante destacar que, segundo a perspectiva abordada por Barbosa (2010, p. 132), “ao construírem identidades, os periódicos referendam idéias que são correntes entre escritores, jornalistas e demais intelectuais [...] há a transformação dessas idéias em documentos-memória”. Nos jornais analisados, jornalistas, articulistas, líderes, escritores esporádicos, todos compactuavam uma mesma ideologia e a difundiam através de discursos que se complementavam ou, pelo menos, equivaliam-se na questão das opiniões. Mesmo que seus discursos não possam ser reconhecidos como pertinentes ou adequados hoje, considerando-se, por exemplo, conceito de humanização e liberdade – os quais eram abordados com conotações diferentes das que temos hoje –, a memória desses textos sobre os eventos merece ser estudada. Isso porque, entre outras razões,

está o fato de esses textos também indicarem um modo de pensar no tempo e de atribuir valor a ações e políticas para alcance do poder num país em que este parece ser o grande objetivo de grupo políticos.

Se as guerras e a violência engendrada por elas pautaram os jornais por se tratarem dos principais acontecimentos de cada uma das épocas, é correto, inclusive de acordo com os critérios de noticiabilidade, que estas matérias fossem difundidas amplamente e, portanto, ambos os jornais cumpriram um importante papel histórico. A repetição destas informações congruentes articula a formação da memória social do seu tempo e, uma vez documentados, resguardam esta memória para as gerações posteriores. Entretanto, a memória perpassada não difunde uma visão crítica sobre a guerra. Esta pode ser construída hoje com base na análise desses documentos históricos que permitem voltar ao passado para melhor compreendê-lo e, por que não, tentar evitar a retomada ou a revigoração de ideologias que tratam a guerra e a violência como algo natural e que assinalam o quanto a barbárie se impôs em nosso processo social.

REFERÊNCIAS

- ANEDOCTA interessante. *O Povo*, Caçapava, p. 4, n. 576, 1840.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CVIIC. Stephen. Objetividade e reportagem de guerra. In: OGIER, Thierry; GOYZUETA, Verónica (Org.). *Guerra e imprensa: Um olhar crítico da cobertura da guerra do Iraque*. São Paulo: Summus, 2003.
- EM NOME da lei. *A Federação*, Porto Alegre, p. 1, 29 ago 1895.
- EXTERIOR. *O Povo*, Caçapava, p. 2, 24 ago 1839.
- GINZBURG, Jaime. *Crítica em Tempos de Violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTMAN, Geoffrey. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- HORRORES inauditos. *A Federação*. Porto Alegre, p. 1, 1 abr. 1893.

- MANIFESTO do Presidente da República Rio-Grandense em Nome de seus Constituintes. *O Povo*, Piratini, p. 1, 05 set. 1838.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria12.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- ORDEM do dia. *A Federação*, Porto Alegre, p. 1, 1 abr. 1893.
- PAZ DOMESTICA: Exterior: O Nacional Monte Video, Novembro 11 de 1838. *O Povo*, Piratini, p. 1, 05 dez. 1838.
- PEDRAS Brancas. *O Povo*, Piratini, p. 4, 22 set. 1838.
- PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PROSPECTO. *O Povo*, Piratini, p. 1, 1 set. 1838.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 1993.
- SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. *Revista de História*, n. 147, p. 189-209, 2002. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18947/21010>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VIVA a Republica. *A Federação*, Porto Alegre, p.1, 06 maio 1893.
- 10º BOLETIM de Caçapava. *O Povo*, Caçapava, p. 1, 08 abr. 1840.

ENTRE A IMPOSIÇÃO E A CONCILIAÇÃO: A RELAÇÃO DE BORGES DE MEDEIROS COM OS REPRESENTANTES DO PRR

BETWEEN IMPOSITION AND CONCILIATION: THE RELATIOSHIP OF BORGES DE MEDEIROS WITH PRR MEMBERS

Paula Vanessa Paz Ribeiro¹

RESUMO

A historiografia normalmente menciona o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) como uma instituição hegemônica e coesa na política nacional da Primeira República (1889-1930), que possuía um aparato disciplinar capaz de evitar cisões e competições no interior da bancada gaúcha. Esse artigo investiga a suposta coesão do PRR e os conflitos internos da bancada gaúcha entre os anos de 1919 a 1921. Através das correspondências enviadas à Borges de Medeiros e de um apoio bibliográfico objetivo analisar como o chefe do partido se posicionava diante dos conflitos e até que ponto a independência de alguns correligionários, nos assuntos interestaduais, atingia a estabilidade do partido.

Palavras-Chave: Bancada Gaúcha. Conflitos internos. Estabilidade Partidária.

ABSTRACT

The historiography usually mentions the Rio-Grandense Republican Party (PRR) as a hegemonic and united institution in the national politics of First Republic (1889-1930), which used to have disciplinary apparatus for avoiding divisions and competitions in the interior of gaucha's bench. This paper investigates the suppose cohesion of PRR and internal conflicts of gaucha's bench between 1919 and 1921. According to letters, which were sent to Borges de Medeiros, and through a bibliographical support, I aim to analyze how the party's leader used to behave himself in the conflicts and to what extent some cohorts' independence, in the interstate issues, could reach the party's stability.

Keywords: Gaucha's Bench. Internal Conflicts. Political Party Stability.

INTRODUÇÃO

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) é constantemente mencionado pela historiografia e pela ciência política (LOVE, 1975; FAUSTO, 1978; VISCARDI, 2001; RICCI; ZULINI, 2014; ZULINI, 2016) como uma

¹ Professora de História da Prefeitura Municipal de Alegrete. Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)- na linha de pesquisa Relações de Poder Político-institucional. Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciada em História pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

estrutura institucional estável e coesa que possuía uma máquina político-eleitoral organizada e disciplinada que mantinha correligionários fieis ao programa político do partido e obedientes ao comando do chefe.

Entretanto, ao lermos atentamente as correspondências trocadas entre os representantes do partido no Congresso Federal com Borges de Medeiros, chefe do partido, identificamos em alguns momentos políticos a existência de cisões entre os representantes do PRR na bancada gaúcha, que produziam disputas entre as correntes e ameaçavam a estabilidade da instituição. Borges de Medeiros tratava de conter o desentendimento entre os correligionários e impedir que as notícias fossem divulgadas pela imprensa nacional e, principalmente, estadual, de modo a manter a aparência de coesão e estabilidade política.

Em razão dessa evidência, nesse artigo examinarei a estrutura institucional do PRR e os conflitos que ocorreram no interior da bancada gaúcha que influenciaram a permanência e a exclusão dos representantes na Câmara Federal. A partir desse estudo, objetivo analisar até que ponto os representantes do PRR desafiavam as orientações de Borges de Medeiros nas questões relacionadas à posição da bancada no âmbito federal. Esse estudo se concentrará nos anos de 1919 a 1921, no contexto da eleição à presidente da República, da vaga surgida com o falecimento do Presidente Rodrigues Alves, e das negociações sobre a escolha ou não de um novo líder na bancada gaúcha.

Antes de adentrarmos nas divergências internas do partido situacionista gaúcho, apresentarei o processo de institucionalização do PRR, de modo a explicar como se sustentava a autoridade de Borges de Medeiros entre os correligionários, principalmente dos representantes na Câmara Federal. Nesse sentido, na primeira seção, início no momento da transferência do governo de Júlio de Castilhos para em seguida analisar a relação de Borges de Medeiros com os correligionários e, assim, responder os seguintes questionamentos: como funcionava a máquina político-partidária do PRR e como o chefe do partido agia diante dos conflitos entre os correligionários na Câmara Federal?

1 O período de construção da autoridade política de Borges de Medeiros: da divergência interna à conciliação

Em janeiro de 1898, Júlio de Castilho afastou-se da administração do estado para dedicar-se a organização interna do PRR, com o propósito de disciplinar as lideranças dos diretórios municipais e controlar os correligionários rebeldes que ameaçavam os interesses políticos da instituição,

no momento posterior à Revolução Federalista (1893-1895). Indicou Borges de Medeiros para seu sucessor no governo do estado, pelo fato desse correligionário ter desenvolvido importantes obras para o partido, como a organização do anteprojeto do Código de Processo Penal, a elaboração dos códigos da legislação eleitoral do estado (LOVE, 1975, p. 82; FRANCO, 1988, p. 173) e por ter dado provas de fidelidade pessoal e política.

Conforme Joseph Love (1975, p. 82), Borges de Medeiros elegeu-se presidente do estado do Rio Grande do Sul em novembro de 1897, em uma eleição sem concorrentes. Apesar da permanência do PRR no poder do estado, a preferência do chefe partidário por um dos mais jovens republicanos para seu sucessor produziu descontentamento de alguns correligionários, principalmente nos anos que sucederam a morte de Castilhos², quando republicanos históricos passaram a questionar as pretensões de Borges de Medeiros na direção do partido e na presidência do estado (AXT, 2007, p. 98).

De modo a legitimar sua autoridade no governo do estado e garantir a hegemonia do PRR como partido situacionista, Borges de Medeiros empenhou-se na construção de um discurso na imprensa partidária, *A Federação*, que enaltecia a Constituição Rio-Grandense, fortalecia os laços do estado em relação ao governo federal e identificava seu governo como defensor dos interesses dos sul-rio-grandenses, que se empenhava no progresso econômico do estado. Segundo Céli Pinto (1986, p. 44), “o período que segue a 1898, [...], caracteriza-se por um novo discurso, que poderia ser chamado de discurso de implantação do projeto político do PRR”.

Apesar desse esforço discursivo, no âmbito interno a autoridade de Borges de Medeiros foi contestada por alguns correligionários do PRR, durante a competição político-eleitoral para presidência do estado do Rio Grande do Sul em 1907. O republicano histórico Fernando Abbott lançou sua candidatura em oposição à direção política de Borges de Medeiros, como alternativa de ação para o regime republicano do estado. Apesar de agir na dissidência republicana, Fernando Abbott declarava-se fiel à Constituição Rio-Grandense de 1891, divergindo na forma de governo por inclinar-se pela corrente liberal, conforme demonstrou Maria Antonieta Antonacci:

Havia, portanto, uma tensão no PRR entre correntes que preconizavam duas formas de regime republicano: regime ditatorial positivista e regime liberal. Numa tentativa de apreender a direção desta corrente liberal, que surgiu

2 Júlio Prestes de Castilhos faleceu em 24 de outubro de 1903.

no PRR e que serviu de base para a luta da fração da classe dominante gaúcha desalojada do estado, acompanhando-se a formação do Partido Republicano Democrática (ANTONACCI, 1981, p. 24).

Segundo análise da autora, a corrente liberal do PRR formou-se devido ao descontentamento com a “onipresença” de Borges de Medeiros no governo do estado, por suas constantes intervenções nos governos municipais, pela imposição de decretos que anulavam as funções legais do legislativo e pelo controle que exercia sobre o judiciário ao nomear os juízes distritais e ao autorizar as promoções dos desembargadores (AXT, 2007, p. 94).

No processo eleitoral, Borges de Medeiros recuou seu plano político de reeleger-se ao terceiro mandato e indicou Carlos Barbosa Gonçalves, republicano histórico para seu sucessor. Apesar da competição com os dissidentes, Fernando Abbott, Assis Brasil e os correligionários do extinto Partido Republicano Liberal (PRL)³ que contaram com o apoio de alguns elementos federalistas⁴ no bloco antiborgista, o candidato do PRR saiu vitorioso no pleito, obteve mais 61.000 votos a favor e cerca de 16.000 votos contra (LOVE, 1975, p.89).

A partir de 1913, quando Borges de Medeiros reassumiu o governo do estado passou a adotar uma postura mais agressiva, através da coerção e dissolução das facções que ameaçavam a estabilidade interna do partido e do combate nas urnas dos grupos oposicionistas, seja nas eleições municipais, estadual e ou federal. A autoridade exercida por Borges de Medeiros sobre os assuntos partidários e governamentais forçava a dependência e a submissão dos correligionários às suas decisões, o que desagradava muitos destacados republicanos históricos que recusavam cumprir as orientações do novo chefe e tomavam uma postura autônoma seja dentro do partido quanto no próprio Congresso.

Joseph Love (1975, p. 85) apresentou um caso de descumprimento das orientações do chefe partidário em 1895, no período em que o PRR

3 O Partido Republicano Liberal (PRL) foi fundado logo após a Revolução Federalista pelo Clube Republicano Autonomista, composto pelos dissidentes do PRR Homero Baptista, Álvaro Baptista, Francisco Miranda, Pedro Moacyr e Alcides Lima. Mais tarde aliaram-se ao partido os dissidentes “revolucionários” Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Farias. O partido manifestava-se anticastilhistas e defensor da revisão constitucional, entretanto, teve existência efêmera, extinguiu-se tempo depois, quanto suas tentativas de articulação e institucionalização foram frustradas (NEVES, 1995, p.195-196).

4 Aderiram à candidatura de Fernando Abbot à presidência do estado em 1907 a facção federalista liderada por Rafael Cabeda e o dissidente Pedro Moacyr que se filiou ao Partido Federalista entre os anos de 1897 e 1898. (ANTONACCI, 1981, p.27). A outra facção federalista liderada por Francisco Antunes Maciel foi contrária ao apoio político (NEVES, 1995, p. 201).

estava sob o controle de Júlio de Castilhos, a insubordinação do deputado federal Pedro Moacyr, que durante uma votação no Congresso recusou-se a seguir a orientação do partido, posicionou-se de forma independente divergindo dos demais representantes da bancada gaúcha, em consequência, sofreu retaliação na renovação da Câmara em 1896, quando não foi indicado na chapa oficial do partido e não conseguiu reeleger-se pela candidatura independente.

Essa forma de retaliação foi mantida por Borges de Medeiros na direção do partido e no governo do estado até o final do seu quarto mandato presidencial (1919-1922), quando a conjuntura política proporcionava tal postura, diferentemente do modo como se posicionou no contexto do seu quinto mandato presidencial em 1923 e 1924, quando o partido sofreu retaliações nacionais e Borges de Medeiros enfraqueceu seu controle sobre os representantes do partido.

A partir da exclusão dos correligionários rebeldes da chapa oficial do partido buscava controlar a escolha dos candidatos a deputado federal e estadual, impor sua autoridade e, assim, manter a instituição coesa e disciplinada. Um exemplo de insubordinação partidária durante o governo de Borges de Medeiros ocorreu em 1922, no processo eleitoral para presidente do estado, pela ação do deputado federal Carlos Maximiliano que se aproximou da facção federalista *cabedista* com a intenção de conquistar apoio político para sua candidatura, confrontando os planos do PRR em reeleger seu chefe político. Em consequência desse episódio, Carlos Maximiliano não foi indicado à chapa do PRR à renovação da Câmara Federal em 1924, como punição a sua insubordinação à instituição partidária.

Importante ressaltar que a experiência política e a rede de relações estabelecidas por Carlos Maximiliano⁵ no âmbito federal não foi suficiente para mantê-lo na bancada gaúcha, foi excluído da chapa por posicionar-se contra as orientações do chefe do partido. Borges de Medeiros empregava uma política de centralização do partido, de modo a controlar todas as decisões da instituição tanto na política e na administração do estado e dos municípios quanto na bancada gaúcha na Câmara Federal, por isso empenhava-se em afastar um correligionário influente com pretensões independentes do que mantê-lo e correr o risco de fracionar a instituição

5 Integrou em 1912-1914 a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, atuou como Ministro da Justiça e Negócios Interiores durante o governo de Venceslau Brás (1914-1918) e em 1916 assumiu interinamente a pasta de Agricultura, Indústria e Comércio. Durante a 31ª e a 32ª Legislatura da Câmara Federal participou da Comissão de Constituição e Justiça (MOREIRA, s/data, p. 01-02). Teve destacada participação política no âmbito nacional, até mesmo foi indicado como possível candidato à vice-presidência da República em 1920, no governo de Epitácio Pessoa (PACOTILHA, 27-07-1920, p.01).

partidária, pela ascensão de tendências que ameaçavam sua estabilidade.

Inclusive, a composição da lista dos candidatos que concorreriam as eleições da Assembléia dos Representantes e da Câmara Federal deixou de ser organizada, depois da morte de Castilhos, pela comissão executiva do partido e passou a ser realizada por Borges de Medeiros como forma de exercer sua autoridade e intervir nos conflitos das facções intrapartidárias que emergiam nas eleições municipais e na composição da chapa a deputado estadual e federal. O novo chefe do partido se utilizava dos conflitos entre as facções locais para posicionar-se pelo grupo que menos ameaça produzisse à sua administração, com o propósito de demonstrar a influência dos chefes locais e de submeter suas ações às ordens do governo estadual (FÉLIX, 1987, p.71; AXT, 2007, p.105).

Para legitimar seu poder no estado do Rio Grande do Sul, através da aceitação e obediência político-partidária, Borges de Medeiros empenhou-se na construção de um discurso que o reconhecia como o herdeiro da política de Júlio de Castilhos, que exaltava sua trajetória política e o comparava com o patriarca. O processo de aceitação de Borges de Medeiros como chefe político unipessoal do partido e do governo do estado contou com a contribuição de um discurso performativo emitido nas páginas da *A Federação*, que fez alusão às qualidades de um e de outro e ressaltou o fato de ter sido escolhido por Castilhos para ser seu sucessor (RIBEIRO, 2014, p.55).

A hegemonia do PRR no executivo e no legislativo estadual, assim como no controle das vagas na Câmara Federal, foi possível pelo modelo imposto pela Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891, que permitiu ao presidente do estado a reeleição ininterrupta e a concentração de poderes, restringindo as funções do legislativo às questões orçamentárias, cabendo ao executivo a promulgação de decretos leis. Assim, a Carta Constitucional viabilizou a implantação de uma máquina político-eleitoral que permitiu ao presidente do estado controlar o aparato estatal e redigir leis eleitorais próprias que serviam como instrumento do monopólio político do PRR (FÉLIX, 1987, p.69).

Por meio de uma Constituição que garantia sua autoridade e permanência no poder do estado, Borges de Medeiros impôs aos correligionários uma direção partidária centrada nas suas decisões, tanto no que se refere ao posicionamento dos representantes do PRR na Assembléia dos Representantes e na Câmara Federal, quanto nos acordos interestaduais relacionados à política nacional.

2 Os conflitos no interior da bancada gaúcha e a ação de Borges de Medeiros

O controle político de Borges de Medeiros também se estendeu às negociações das sucessões presidenciais da República, era ele quem ditava com quais estados o PRR deveria aliar-se e determinava os procedimentos a serem tomados pelos representantes diante da polarização produzida pelas eleições. Apesar da imposição do chefe político, alguns deputados tiravam proveito da posição e da rede de relações que estabeleciam no âmbito nacional para construir alianças em nome do partido nos processos presidenciais, sem a prévia consulta, em alguns casos, à estrutura institucional do partido, ou seja, ao chefe partidário e ao líder da bancada na Câmara.

A pretensão à autonomia política por parte de alguns representantes no Congresso Federal no contexto da década de 1920, também foi observado em outros momentos políticos, como foi demonstrado acima. De acordo com essa evidência é possível perceber que Borges de Medeiros e a própria bancada gaúcha, composta majoritariamente por deputados do PRR, esforçavam-se para esconder da imprensa nacional e estadual os conflitos internos no próprio grupo.

Essa postura se explica pelo próprio modelo castilhistaborgista, fundamentado na concepção moral da doutrina política positivista e no preceito da obediência ao chefe partidário, por acreditar que esse possuía a experiência e as virtudes necessárias para conduzir os interesses dos sul-rio-grandenses. A aparência de estabilidade política, de organização e disciplina partidária produziu a autoridade e a legitimidade do PRR diante das demais bancadas.

A independência de alguns correligionários do PRR nos assuntos referentes à política nacional provocava polêmica e desentendimento na bancada, que suscitava a denúncia do infrator ao chefe do partido. A partir da análise da correspondência recebida por Borges de Medeiros constatamos o conflito entre os correligionários Vespúcio de Abreu e Silva, líder da bancada gaúcha, e o senador Soares dos Santos, durante as negociações da vaga da presidência da República, aberta com o falecimento do Presidente Rodrigues Alves.

Na carta enviada por Vespúcio de Abreu a Borges de Medeiros foram descritos, sumariamente, os acontecimentos do ano de 1919, sobretudo as articulações que se formaram e se desfizeram em torno das candidaturas de Rui Barbosa, J. J. Seabra, Lauro Müller e Epitácio Pessoa, e revelou que um representante da bancada gaúcha havia comprometido o nome do Rio Grande do Sul no apoio a candidatura de Epitácio Pessoa, a ponto dos representantes dos estados da federação mencionarem o pernambucano

como candidato do Rio Grande do Sul.

Segundo o deputado Vespúcio de Abreu, o seu colega de representação defendeu a candidatura de Epitácio e se aproximou da família Pessoa exclusivamente em defesa dos seus interesses pessoais, principalmente em função de seus negócios de terra em Mato Grosso. No conteúdo da carta transparece o desagrado do líder da bancada com essa situação, inclusive esse solicita a Borges de Medeiros que tomasse providências em relação a postura do representante do partido.

Nessa correspondência é evidente a divergência interna da bancada gaúcha na resolução de assuntos relevantes na política nacional, pelo fato de alguns representantes exercerem autonomia nas negociações, ao usufruírem as vantagens oferecidas pela deputação, a ampliação da rede de relações políticas que permitiam a participação nos arranjos que eram controlados pelas lideranças dos estados mais atuantes na política nacional, Minas Gerais e São Paulo. A reclamação de Vespúcio de Abreu se fundamentou no fato do colega de representação ter passado por cima da sua posição de líder da bancada ao ter se comprometido com a candidatura de Epitácio Pessoa em nome da bancada e do próprio chefe do partido, que produziu uma situação desconfortável para o Rio Grande do Sul.

Na carta enviada por Vespúcio de Abreu Silva, o senador gaúcho Victorino Monteiro é citado como colaborador da negociação, ao intervir junto à bancada mineira oferecendo o apoio do Rio Grande do Sul à candidatura do paraibano Epitácio Pessoa à presidência da República em 1919. Ao apresentar tais fatos, o líder da bancada gaúcha declarou não ter participado das negociações, “por não ter relações pessoais com o dr. Epitácio” e por não ter sido chamado e procurado, estando o colega de bancada, do qual não citou o nome, à frente dos acordos, esse que nem sequer o consultou sobre tal arranjo político, cujo assunto lhe dizia respeito por ser líder da bancada gaúcha. Descontente com essa situação argumentou que:

Deixo sempre a meus colegas inteira liberdade de palavra e noto nas questões técnicas e, de acordo com as respostas por vós oferecidas às consultas que vos faço e pelo resultado de deliberação da bancada, quando não há tempo para se receber a vossa resposta, fecho as questões de ordem doutrinária.

É verdade que esta conduta tem dado lugar a abusos de alguns, demasiado impulsivos, que não medem

bem as suas responsabilidades de representantes de um partido como o nosso, e que se colocam e procuram colocar a bancada em falsa posição.

São estes os indisciplinados que por suas pretensões de independência criam atritos na bancada ou os ambiciosos almejantes de uma crise que surja e lhes dê a direção que cobiçam.

[...] Muitas vezes, quando o excesso de linguagem des- ses a que me refiro torna-se por demais inconvenientes ou sua ação censurável, tenho, para vós, que sois o nosso chefe supremo, apelado, rogando indiretamente vossa intervenção (SILVA, 1920, p.10).

A partir da leitura desse trecho da carta é possível perceber que a bancada gaúcha não era assim tão harmônica, houve momentos em que os correligionários menos conducentes à doutrina autoritária do partido descumpriam suas orientações. Os princípios de lealdade, obediência e submissão ao chefe político, que fundamentavam o discurso político-ideológico da doutrina castilhistaborgista, incitaram o descontentamento, a objeção à direção unipessoal de Borges de Medeiros e, conseqüentemente, à dissidência republicana (AXT, 2007, p. 105).

Tudo indica que o senador Soares dos Santos era o correligionário que havia se envolvido em um conflito com Vespúcio de Abreu e Silva, líder da bancada gaúcha, durante os arranjos da escolha dos candidatos à presidência e à vice-presidência da República em 1919 e 1920. Essa constatação se sustenta na correspondência enviada por Soares dos Santos a Borges de Medeiros em agosto de 1920, em que esse explicou sua participação no episódio e responsabilizou a imprensa fluminense por criar intrigas entre os membros da bancada, principalmente com Vespúcio de Abreu. Vejamos um trecho da carta de Soares dos Santos, em que se justifica ao chefe do partido:

Não é do meu feitio sobrepor as minhas visões aos interesses da coletividade e não tenho ambições pessoais, bem podeis compreender que jamais colaboraria para aquele fim colimado, que é o de diminuir a ação do nosso Estado na política nacional. As iniciativas que tomei com relação à política de Minas, não foram perturbadoras, não tendo nenhuma importância o incidente relativo ao Chico Salles. Nunca escrevi carta ao Arthur Bernardes sobre este assunto, nem disse que o Rio Grande apresentaria aquela candidatura, conforme se quis explorar, obrigando o Vespúcio a vos telegrafar. Não recebi pressão de nenhum deputado mineiro;

só tendo, pelo contrário, motivo para agradecer a carinhosa atitude do presidente de Minas, que constantemente recomendava aos seus representantes, que sempre resolvessem de acordo comigo.

[...]. Eis tudo quanto se passou. É possível que eu tenha sido inábil nas atitudes que fui obrigado a assumir, mas acredite oh meu Caro chefe que tudo fiz no interesse do Rio Grande, tendo hoje a grata satisfação de verificar que a nossa situação está perfeitamente acreditada na opinião nacional. Graças aos vossos conselhos e a disciplina que tens mantido, como a base sem a qual não teríamos alcançado os resultados que tanto elevaram a política rio-grandense. Pedindo-me desculpa pela atenção desta, subscrevo-me. (SANTOS, 1920, p.01-05).

A partir das correspondências enviadas por Vespúcio de Abreu e Soares dos Santos a Borges de Medeiros é possível constatar que apesar do controle do chefe partidário na ação dos representantes na Câmara Federal houve aqueles que desafiavam suas orientações em certos momentos políticos, principalmente durante as negociações das sucessões presidenciais da República.

Entretanto, a disputa de poderes no interior da bancada gaúcha não anulou a autoridade de Borges de Medeiros diante dos correligionários do PRR, que era presidente do estado e chefe do PRR, essa fez parte de uma posição hierárquica inferior, embora o discurso ideológico do PRR insistisse em afirmar a inexistência de facções e divisões no seio do partido político. A partir da leitura da correspondência recebida por Borges de Medeiros é possível identificar o respeito que os correligionários tinham com sua pessoa e posição política, tanto que era recorrente a consulta sobre a posição a ser tomada em certas circunstâncias e, sobretudo, a denúncia da ação dos colegas de deputação que manifestavam uma postura independente e contrária às orientações do chefe partidário, que comprova a divergência interna no PRR em certas conjunturas políticas.

O descontentamento com alguns colegas de representação motivou o deputado Evaristo Teixeira do Amaral Júnior escrever a Borges de Medeiros para expor os arranjos que se formaram nos bastidores da bancada gaúcha, que desafiavam suas orientações e provocavam a divisão interna. Esse episódio teve um motivo parecido do desentendimento de Vespúcio de Abreu e Silva com Soares dos Santos no final do ano de 1919 e início de 1920, ambos os casos se trataram de lutas políticas, disputas de poder e de influência política no âmbito nacional.

Evaristo do Amaral informou Borges de Medeiros sobre a divergên-

cia produzida na bancada em torno da questão da ausência de um líder. Revelou que os senadores Vespúcio de Abreu, Soares dos Santos e os deputados Augusto Pestana e Octavio Rocha arquitetavam uma alternativa diferente da proposta apresentada pelo chefe do partido, que consistia na bancada ficar sem liderança como ocorria na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul.

Conforme Evaristo do Amaral, os senadores Vespúcio de Abreu e Soares dos Santos esperaram a realização da reunião da bancada para propor aos colegas de representação a alternativa da escolha da liderança, com o propósito de indicar a candidatura do deputado Octavio Rocha. No conteúdo da carta transparece a indignação do autor com a postura dos senadores, que insistiam pela consulta sobre as fórmulas, ao questionar a orientação dada pelo chefe do partido durante a última reunião em Porto Alegre.

Além disso, Evaristo do Amaral comentou que foi impedido de se pronunciar por Octavio Rocha e Vespúcio, durante a reunião realizada depois da posse do ex-líder no Senado, quando pronunciou que não havia necessidade de consulta, que deveria imperar a opinião do chefe do partido. Na seqüência da carta, depois de relatar a polêmica e a tensão produzida no ato da reunião entre os componentes da bancada, comentou que a imprensa divulgou como certa as candidaturas de Octavio da Rocha e Carlos Maximiliano, e chamou a atenção para o fato de Maximiliano não ser um dos candidatos, pelo fato desse não ser próximo de Augusto Pestana, embora tenha “uma conduta irrepreensível e desinteressada”. Vejamos um trecho da carta de Evaristo do Amaral em que declarava a Borges de Medeiros seu descontentamento com as atitudes dos senadores Vespúcio e Soares dos Santos:

Estamos todos muito mais desembaraçados e livres de procedimentos como foi sempre o do Vespúcio de agir, em reserva, de combinações com o Soares e o Rocha, sem ouvir-nos, sem consulta aos companheiros, sem informar-nos, como por mais de uma vez deixei provado em reuniões de bancada, pelo que conclui que a direção política d'esses senadores subordinados aos processos de Conde de Lippe, poderá ser advertida, mas nunca destinada pelos demais membros da representação. Escrevo de alma aberta, sem prevenções e sem restrições e sem reservas, pois quaisquer companheiros podem lê-la (AMARAL, 1920, p.05-06).

Conforme observamos no trecho acima, o relacionamento estabelecido entre os deputados e senadores era tenso e complexo, grupos se formavam em determinadas conjunturas políticas para legitimar-se no poder e, assim, conquistar um espaço maior de atuação e de vantagens. Não se trata apenas em conquistar a posição de líder da bancada gaúcha, mas também em garantir seus lugares em importantes Comissões na Câmara Federal, como a de Finanças e Justiça.

Observem que no final de 1919 e início de 1920, Vespúcio de Abreu e Silva e o senador Soares dos Santos não tinham uma relação amistosa, o primeiro desgostava da interferência do segundo em assuntos que lhe diziam respeito, o segundo se defendia das acusações de modo a preservar sua imagem e posição frente ao chefe do partido. A divergência entre os dois foi anulada quando Vespúcio ocupou a vaga de Rivadavia Correa no Senado em junho de 1920, mediante a vitória eleitoral. A partir da constatação da mudança de posição, podemos afirmar que o relacionamento político dos congressistas gaúchos era complexo, variava de acordo com a conjuntura e transitava entre a tensão e a aliança conforme os interesses em jogo.

Essa situação revela a instabilidade dos sistemas de alianças na Primeira República, não apenas no que diz respeito aos acordos estabelecidos entre os estados, mas também às alianças entre os próprios correligionários, colegas de bancada. O que estava em jogo nesse contexto era o controle do poder político, a permanência na posição de congressistas e o interesse em participar das negociações dos estados-atores na definição das candidaturas à presidente e vice-presidente da República, que lhe proporcionavam pastas ministeriais ou a participação em importantes Comissões na Câmara Federal.

Do mesmo modo que afirmo a existência da competição no interior da bancada gaúcha e o protagonismo de alguns representantes do PRR nas negociações entre os principais estados-atores da política nacional, questiono o que levou Borges de Medeiros a permitir a autonomia de ação desses correligionários, sendo ele descrito pela imprensa oposicionista e nacional como autoritário e centralizador na direção do partido e no governo do estado. A partir dessa lacuna, levanto as seguintes hipóteses:

- a) A autoridade do chefe do partido estava sendo contestada e enfrentava um período de crise e enfraquecimento político;
- b) Tratou-se de uma estratégia empregada para conservar seu controle político-partidário a partir de concessões a sua base de apoio;

- c) Havia a necessidade do protagonismo de um ou dois representantes da bancada gaúcha no cenário nacional, que atuavam como mediadores de Borges de Medeiros junto às bancadas dos principais estados-atores da política, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro, que garantia a posição do Rio Grande do Sul como estado atuante e peça decisiva nos acordos das sucessões presidenciais.

No contexto político dos anos de 1919 e 1920, Borges de Medeiros controlava a composição da chapa do PRR a renovação da representação da Câmara e do terço do Senado, assim como a lista dos candidatos à Assembleia dos Representantes e as eleições municipais, ao selecionar para as funções políticas os correligionários mais fiéis e disciplinados, dispostos a acatar suas orientações no âmbito regional, estadual e federal. A máquina castilhistaborgista enfrentou a crise política derradeira, somente, a partir do segundo semestre de 1923 que se estendeu até 1928, quando Borges de Medeiros encerrou seu último mandato como presidente do estado do Rio Grande do Sul (ANTONACCI, 1981, p. 104).

A causa do desmantelamento da máquina castilhistaborgista se localiza nas dissensões internas que desestabilizaram o partido durante o conflito armado de 1923⁶, justamente no momento em que Borges de Medeiros não contava com o apoio do governo federal, por ter se manifestado contra a candidatura do Presidente Arthur Bernardes no processo eleitoral de 1921-1922. O ressentimento político do Presidente da República com Borges de Medeiros não se encontra apenas na recusa ao apoio político à sua candidatura, mas, sobretudo, pelo fato do PRR ter promovido a Reação Republicana, a partir da articulação com o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e lançado a chapa Nilo Peçanha e Andrade Bezerra contra a chapa oficial do Catete.

Logo, a competição entre os representantes do PRR no Congresso Federal em 1919 e 1920 não ocorreu em um momento de instabilidade e crise política do governo de Borges de Medeiros, segundo a historiografia (LOVE, 1975; ANTONACCI, 1981; FÉLIX, 1987; AXT, 2007) o enfraquecimento da máquina castilhistaborgista ocorreu somente a partir de 1923, quando o presidente do estado do Rio Grande do Sul teve que acatar as sanções do governo federal no Acordo de Pedras Altas, através da proibição da reeleição na próxima eleição estadual em 1928 e de indicar o vice-presi-

6 O conflito armado de 1923 foi insurgido pela Aliança Libertadora, oposição política, em resposta as fraudes eleitorais de 1922 que favoreceu a reeleição de Borges de Medeiros ao quinto mandato presidencial.

dente do estado. Essas medidas foram introduzidas por meio da revisão da Constituição Rio-Grandense, que era a base de sustentação da hegemonia do PRR no poder do estado e no controle das vagas no Congresso Federal.

Desse modo, a hipótese que a autoridade do chefe do partido estava sendo contestada e enfrentava um período de crise e enfraquecimento político pode ser descartado para os anos de 1919 a 1921, que correspondeu ao contexto da eleição a 32ª Legislatura à Câmara Federal⁷.

No que tange a hipótese “b” e “c” podemos considerá-las válidas a partir da análise da trajetória do PRR no centro da política nacional. A fase de consolidação do poder do PRR, durante o governo Júlio de Castilhos e do seu sucessor Borges de Medeiros, é caracterizada por uma política de conciliação e concessão (FÉLIX, 1987), fundamentada na hierarquia e na disciplina político-partidária. Ademais, era necessário ter a aceitação à sua política de governo e gestão partidária, devido a isso tiveram que construir uma sólida base de apoio, firmada na fidelidade e no comprometimento com a doutrina partidária.

Na etapa de construção da base de apoio do PRR dois elementos articuladores foram essenciais para a consolidação do projeto político: o coronelismo, alicerçado na relação de lealdade e compromisso político (FÉLIX, 1987, p.67) e o discurso ideológico promovido pela *A Federação* e os demais jornais dos diretórios municipais do PRR no estado⁸, que interagiram com os sul-rio-grandenses através de um discurso que exaltava a República, a imagem e as ações dos líderes partidários, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, e reforçava a existência de um inimigo comum, o Partido Federalista, que planejava derrubar o regime republicano e restaurar a monarquia (PINTO, 1986, p.18).

As lideranças do PRR através da barganha política e estatal garantiram seu controle no governo do estado durante cerca de 30 anos e inseriram-se no centro da política nacional como representantes de um partido hegemônico e de um estado importante na resolução das matérias econômicas e políticas da Federação. Assim, o Rio Grande do Sul conquistou seu espaço como estado-ator da política nacional, garantiu sua participação nas negociações da sucessão presidencial, ocupou importantes pastas ministeriais e seus deputados elegeram-se às comissões da Câmara Federal.

De tal modo, podemos concluir que a hipótese “b”, que pressupõe que Borges de Medeiros concedia uma parcela de autonomia aos represen-

7 Na próxima seção analiso esse contexto, mais especificamente, a fase de composição da chapa do PRR a deputado federal.

8 Entre esses jornais cito *A Gazeta de Alegrete*; como o nome já diz do diretório do PRR do município de Alegrete; o jornal *O Dever*, do diretório do município de Bagé.

tantes do PRR na Câmara Federal como uma estratégia de conservar sua base de apoio político, é verídica, pelo fato da hegemonia partidária do PRR não se sustentar apenas na disciplina e em um discurso de afeto e fidelidade ao líder, mas também pela abertura política à participação dos atores oriundos de suas bases locais, com o intuito de produzir um sentimento de cooperação partidária e aceitação do líder político. Assim, Borges de Medeiros buscou combater em diversos momentos o perigo da dissidência, que ameaçava a estabilidade do PRR e a permanência de seu controle político na direção do partido e no governo do estado.

A partir dessa estratégia, Borges de Medeiros administrou as concessões e disciplinou seus correligionários de modo a mantê-los subordinados às suas determinações sobre os assuntos referentes à ação do partido na Câmara Federal e nas negociações à sucessão presidencial da República. Isso não quer dizer que não tenha surgido dentre os privilegiados da concessão política o desejo de independência de ação e de subversão à hierarquia institucional, que não houve o risco de uma tentativa de destituição do líder partidário. Ao contrário, dentro da bancada gaúcha, havia relatos da insubordinação de alguns correligionários que foram penalizados, através da imposição de abandonarem suas vagas e da exclusão da lista de candidatos à renovação da Câmara Federal.

O primeiro caso ocorreu durante o período (1905-1915), em que Píndaro Machado controlava a representação gaúcha no Congresso Federal, em que obrigou o deputado Darcy a renunciar a vaga na Câmara por causa da sua falta de fidelidade ao PRR (LOVE, 1975, p.152). O segundo caso refere-se exclusão do deputado Carlos Maximiliano na lista de candidatos do PRR a eleição a 33ª legislatura em 1924, pelo fato desse ter se manifestado contra a reeleição de Borges de Medeiros à presidência do estado em 1922 e por ter se aproximado da oposição política, da facção *cabedista* do PF, com o intuito de lançar sua candidatura pela oposição.

Além disso, os próprios momentos de instabilidade política na bancada gaúcha, provocados pela divisão entre os representantes na resolução de assuntos de ordem política e econômica cumpriam a função de legitimar, embora involuntariamente, a autoridade de Borges de Medeiros que era solicitado pelos correligionários de ambos os lados para instaurar a ordem e a disciplina no corpo de deputados e senadores. A correspondência recebida por Borges de Medeiros revela esse aspecto no conteúdo das reclamações que os deputados e senadores fazem de seus colegas de representação, que comprova a autoridade e o papel conciliador exercido pelo chefe do partido.

Nesse sentido, no contexto em que o governo de Borges de Medeiros acompanhou um período de hegemonia e estabilidade política (1919, 1920,

1921 e 1922) a concessão política à sua base de apoio tratou-se de um meio de assegurar sua continuidade na direção do partido e no governo do estado. Ademais, era de extrema importância para o situacionismo gaúcho possuir representantes que participassem das negociações que ocorriam nos bastidores da política nacional, principalmente das reuniões promovidas pelas lideranças dos estados-atores da política nacional (São Paulo e Minas Gerais, assim como os estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco). Sobre a necessidade da ação dos representantes do PRR no cenário nacional, no qual se refere à hipótese “c” sustentada para explicar o consentimento de Borges de Medeiros para o exercício de autonomia de alguns representantes no âmbito da política nacional, Joseph Love mencionou que:

[...] os políticos gaúchos tinham interesses estaduais vitais a defender na Capital. Existiam, é obvio interesses econômicos, maximamente, dentre eles, os produtos da pecuária, em geral, e o charque, em particular. E havia a preocupação referente aos efeitos das tarifas, ao regulamento das fronteiras e ao comércio externo. As considerações políticas também tinham de ser levadas em consulta, e mesmo que o Rio Grande parecesse relativamente seguro contra a intervenção federal, as desordens no Uruguai, de 1897 a 1904, tiveram de ser vigiadas ciosamente. A possibilidade de federalistas poderem aproveitar-se das sublevações platinas, mantinha os dirigentes do PRR ansiosos pelas opiniões do executivo federal em torno do problema da fronteira.

Outro tema sustentado pela política castilhistas, no respeito da Federação, tratava-se da defesa da Constituição Brasileira contra revisões que enfraquecem a autoridade estadual, posição que se encaixa com a rejeição a qualquer tentativa federal de entregar à minoria uma porção de poder, no governo estadual do Rio Grande (LOVE, 1975, p. 94).

Desse modo, a necessidade do PRR ter representantes ativos na política nacional era de extrema importância para os interesses econômicos e políticos do estado. Por isso, Borges de Medeiros não reprimiu a atuação de Soares dos Santos no episódio da eleição à vaga de Rodrigues Alves em 1919, tanto que os membros do seu bloco político, Joaquim Osório, Augusto Pestana, Octavio Rocha, Carlos Barbosa e Domingos Mascarenhas⁹, foram

9 A partir das notícias divulgadas pelo jornal *O Imparcial* (Ed. 1.505, 08-06-1920, p.02) se constatou que esses correligionários integravam um mesmo bloco político, estavam articulados no caso da eleição do líder da bancada e eram defensores da proposta de haver eleição.

reeleitos à 32^a Legislatura e conquistaram vitória significativa na eleição das Comissões da Câmara Federal em 1921¹⁰. A participação ativa dos representantes do PRR nas pastas ministeriais e nas Comissões permanentes era fundamental para assegurar os interesses políticos e econômicos do Rio Grande do Sul.

Borges de Medeiros, em diversos momentos políticos, recusou aceitar pastas ministeriais e a lançar sua candidatura à presidência da República (LOVE, 1975, p. 164) por priorizar a administração do governo do estado do Rio Grande do Sul e a direção do PRR, como estratégia de preservar seu controle político e a hegemonia do PRR na política estadual e nacional. Desse modo, coordenou de longe as ações da bancada gaúcha e influenciou diretamente nos processos da sucessão presidencial, posicionando-se em algumas circunstâncias como aliado de uma ou das duas lideranças dos estados-atores da política nacional (Minas Gerias e São Paulo) e em outros como oponente político.

O Rio Grande do Sul a partir de 1910 ganhou espaço de destaque na política nacional, sobretudo em uma fase que exigia maior participação política, em que havia o interesse de conquistar o apoio do governo federal para a realização de obras fundamentais para o desenvolvimento do estado, que eram a expansão da estrada de ferro que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo e a obra de drenagem do Porto de Pelotas que beneficiou a exportação da carne bovina do estado. A inserção dos gaúchos na política nacional ocorreu nos anos que precederam o falecimento de Júlio de Castilhos, no momento em que o PRR conquistou certa estabilidade política com o afastamento da ameaça oposicionista e com a estruturação da máquina político-eleitoral de Borges de Medeiros, sucessor de Castilhos na liderança do partido.

Entre os anos de 1905 e 1910, o senador gaúcho Pinheiro Machado exerceu destaque na política federal a partir da sua capacidade de persuasão e das suas manobras políticas nas Comissões de Verificação e Poderes da Câmara Federal e no processo de sucessão presidencial da República. O senador tinha boas relações com as lideranças políticas de São Paulo e com as altas patentes do exército que lhe proporcionaram uma maior margem de atuação e interferência política. Joseph Love apontou que a chave do poder do senador era:

O apoio consistente de um governo “permanente” no Rio Grande do Sul; o controle, no Congresso, das comissões

10 O deputado Octavio Rocha foi eleito em primeiro lugar (77 votos) à Comissão Permanente da Marinha e Guerra.

apuradoras e de dois cargos vitais, o de Vice-Presidente do Senado e o de líder da maioria na Câmara; o instrumento da disciplina partidária exercida através do PRC; a livre utilização de subvenções aos jornais influentes; e uma ascendência pessoal sobre o Presidente: estas eram a chave do poder de Pinheiro Machado. O seu “sistema”, porém, consistia em relações pessoais e, portanto, estava sujeito às fidelidades inconstante da elite política (LOVE, 1975, p.162).

A posição de liderança de Pinheiro Machado na política nacional proporcionou aos correligionários do PRR uma extensa margem de atuação na execução dos projetos econômicos do governo do estado, na defesa da Constituição Rio-Grandense (contra a ascensão das correntes revisionistas) e manteve o estado afastado da intervenção federal. Durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca os correligionários do PRR foram beneficiados com a indicação de importantes pastas ministeriais¹¹ e o governo de Borges de Medeiros foi atendido com a resolução de questões relacionadas ao ensino e à política fiscal, além de garantir uma maior autoridade no governo do estado, através do controle do porto de Porto Alegre, na construção das estradas de ferro e na indicação de gaúchos em importantes cargos públicos (LOVE, 1975, p.165-166).

Nesse sentido, é evidente a importância da participação dos deputados e senadores do PRR nos arranjos interestaduais, do quanto vantajoso era para o governo de Borges de Medeiros contar com a ação de representantes na bancada que possuíam uma ampla rede social e política para defender os interesses econômicos e políticos do Rio Grande do Sul. De acordo com essa lógica, ocupar pastas ministeriais e participar das Comissões da Câmara Federal se convertia em uma maior autoridade de ação do partido na política nacional e poder no governo estadual, sobretudo no que se refere à exclusão dos candidatos opositores e no atendimento das demandas econômicas do estado.

A partir do cruzamento das fontes com a bibliografia produzida sobre o assunto ficou claro que a autoridade exercida por Borges de Medeiros, entre os representantes do PRR na Câmara Federal, se adaptou às necessidades do momento, ao possibilitar em determinadas conjunturas certo grau de autonomia aos parlamentares, principalmente no que dizia respeito às negociações entre as bancadas majoritárias, a de Minas Gerais e São Paulo.

11 No governo do gaúcho Hermes da Fonseca, os correligionários do PRR ocuparam as mais importantes pastas ministeriais. Rivadavia Correa ocupou a posição de Ministro da Justiça e mais tarde de Ministro da Fazenda, José Barbosa Gonçalves ocupou o Ministério da Viação (LOVE, 1975, p. 166).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina partidária e a presença de uma liderança política foram fatores responsáveis pela consolidação da hegemonia do PRR, da sua condição de partido situacionista e na sua importância na política nacional. A partir do reconhecimento da autoridade máxima do partido, Borges de Medeiros controlou a entrada e a saída dos representantes no legislativo estadual e federal. Os requisitos para ser indicado candidato a deputado federal eram três: ter experiência política, competência na função e, principalmente, ter dado provas de fidelidade ao chefe partidário.

Em suma, eram escolhidos por Borges de Medeiros os candidatos que representariam o PRR no centro da política nacional. Os indicados tinham o dever de informar ao chefe do partido as movimentações política na Capital da República, assim como de consultá-lo antes de tomar uma posição e decisão em nome do partido nas votações do Congresso e nos assuntos relacionados aos acordos interestaduais.

Apesar desse preceito, houve aqueles que desafiavam as orientações de Borges de Medeiros em certos momentos políticos, principalmente durante as negociações ocorridas no contexto da sucessão presidencial da República. A tomada de posição destes produzia tensão no interior da bancada gaúcha, composta predominantemente por representantes do PRR, principalmente quando esses não seguiam as orientações do chefe partidário e desprezavam a autoridade do líder da bancada.

Através da análise das correspondências enviadas à Borges de Medeiros é possível identificar que a estrutura institucional do PRR não era tão coesa e estável como muito se propagou. A divergência entre seus representantes marcou momentos de tensão e instabilidade que dividiu a bancada em pólos de disputa que competiam por mais espaço na política nacional e pela confiança do chefe partidário. Havia forte fiscalização entre os congressistas, a ponto de ser denunciado ao chefe do partido aqueles que discordavam da sua postura ou competiam por mais espaço de atuação na política nacional.

Apesar da presença de cisões no interior da bancada gaúcha, percebemos que em certas circunstâncias políticas Borges de Medeiros delegava a alguns representantes autonomia e espaço de interação entre as lideranças das bancadas estaduais, principalmente nos processos de sucessão presidencial da República, com o propósito de defender os interesses do governo do estado e conquistar a nomeação dos representantes do partido em importantes pastas ministeriais ou na indicação as comissões da Câmara Federal a cada nova legislatura.

A estrutura institucional do PRR era centralizada no comando polí-

tico de Borges de Medeiros, tanto na esfera municipal e estadual quanto na federal. Diante das cisões, o chefe do partido chamava a atenção do correli-gionário rebelde, em casos extremos retirava sua candidatura à próxima legislatura, de modo a punir suas ações independentes e contrárias a sua autoridade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco das Neves. Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923). *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 21, n.2, 1995.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições e a Revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In. GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, 1 – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975.
- _____. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, 2 – Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1978.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *O Partido Federalista*. Porto Alegre: Memorial do RS, [s.d.].
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MOREIRA, Regina da Luz. Ildefonso Simões Lopes. In. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. FGV CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LOPES,%20Ildefonso%20Sim%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2017.
- PINTO, Céli Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: J&PM Editores, 1986.
- RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *Discurso político-partidário: o antagonismo entre A Federação e o Correio do Sul*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. *Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República*. Dados Rio de Ja-

neiro, v. 57, p. 443-479, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n2/a06v57n2.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Artes, 2001.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do parlamento no regime oligárquico de 1889-1930*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. SILVA, Vespúcio de Abreu e. [Carta] 25 jan. 1920, Rio de Janeiro. [Para] MEDEIROS, Borges. Porto Alegre, 14 f.

_____. SANTOS, Soares dos. [Carta] 04 ago. 1920, Rio de Janeiro. [Para] MEDEIROS, Borges. Porto Alegre, 7 f.

_____. AMARAL, Evaristo [Carta] 07 jun. 1920, Rio de Janeiro. [Para] MEDEIROS, Borges. Porto Alegre, 6 f.

Hemeroteca Digital Brasileira. Pacotilha [S. Luiz do Maranhão], n. 175, p. 01, 27 jul. 1920.

_____. *O Imparcial*. Como se orientará a bancada gaúcha na Câmara – Últimas informações. n. 1505, p. 02, 08 jun. 1920.

DISSIDÊNCIAS INTRA-PARTIDÁRIAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO POLÍTICA: OS CASOS DE HOMERO BAPTISTA E JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL

INTRA-PARTIDIAL DISSIDENCES AND POLITICAL INSERTION STRATEGIES: CASES OF HOMERO BAPTISTA AND JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL

Tassiana Maria Parcianello Saccol¹

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca da dissidência intra-partidária, fenômeno que marcou o cenário político do Rio Grande do Sul de fins do século XIX e início do século XX. A partir da análise das trajetórias de Homero Baptista e Joaquim Francisco de Assis Brasil - lideranças que romperam com o Partido Republicano Rio-Grandense logo que a agremiação assumiu o poder no estado – procuraremos avaliar a possível margem de manobra e iniciativa dos dissidentes, em um contexto marcado por práticas autoritárias e pela diminuta possibilidade de ação da oposição. O exame de um conjunto de correspondências desses personagens indica que, nos anos subsequentes à Revolução Federalista (1893-1895), a estratégia de sobrevivência política da dissidência voltou-se para a tentativa de articulação com dissidências políticas de outros estados, visando à formulação de um partido de oposição nacional.

Palavras-chave: Partido Republicano Rio-Grandense. Dissidência. Política. Oposição.

ABSTRACT

The presente study has as its objective to present some reflections about the intra-partidial dissidence, phenomenon that faced the political scenario of Rio Grande do Sul at the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century. Starting from the analysis of the trajectories of Homero Baptista and Joaquim Francisco de Assis Brasil – leadership that broke off with the Rio-Grandense Republican Party as soon as the association assumed power in the state – we will try to evaluate the possible margin maneuver and initiative of the dissidents, in a context marked by authoritarian practices and by the small possibility of opposing action. The examination of a set of correspondences of those characters indicates that, in the years following the Federalist Revolution (1893-1895), the strategy of political survival of the dissidence turned to the attempt of articulation with political dissidences of other states, aiming at the formulation of a national opposing party.

Keywords: Rio-Grandense Republican Party. Dissidence. Policy. Opposition.

¹ Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2010). É Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013).

INTRODUÇÃO

A instabilidade política e administrativa foi a marca do processo de institucionalização republicana em todo o Brasil. Para além das disputas ocorridas entre os grupos ascendentes e aqueles derrubados do poder, bem como da prática corrente do adesismo, as dissidências intra-partidárias também foram uma constante no cenário político da década de 1890. No caso do Rio Grande do Sul, divergências entre algumas das principais lideranças do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que assumiu o poder na República, fizeram-se sentir em várias oportunidades. Tais disputas internas ocasionaram não só o completo desligamento de lideranças históricas da agremiação, mas também a atuação dos mesmos nas fileiras da oposição.²

Gunter Axt (2011), avaliando o lento processo de construção da hegemonia castilhistaborgista, afirmou que este envolvia a cooperação, a competição e o confronto entre as próprias lideranças do partido e entre estas o mandonismo local. Para este autor, “como qualquer outro partido na República Velha, o PRR não passou de um somatório de facções dirigidas por comandos pessoais, em torno dos quais se articulavam redes de compromissos”, ao que complementa que a única diferença esteve “[...] nos instrumentos de controle mais eficazes, garantidos pela carta de 1891, que podiam ser esgrimidos com mais precisão pela facção assenhorada do poder” (AXT, 2011, p. 103).

Considerando os partidos políticos e, nesse caso, o PRR, como um espaço de abrigo de facções e interesses diversos, o processamento das dissidências pode ser observado sob novo viés, que vai além de discordâncias ideológicas ou de incompatibilidades pessoais lidas por um viés psicológico. Luiz Alberto Grijó chamou atenção para a importância de se analisar características como o “faccionismo, a segmentariedade e a personificação das relações diádicas de reciprocidade, a fim de que se tenha uma visão mais clara do que foi o PRR e de qual teria sido a sua dinâmica histórica” (GRIJÓ, 1999, p. 67). Logo, o ajuste do olhar sobre as características do partido pode facilitar a compreensão acerca de suas cisões recorrentes, bem como da margem de atuação e estratégias de sobrevivência política dos dissidentes naquela conjuntura.

Tomando o ato de abandonar o partido como recurso último, a questão norteadora deste texto é a de saber quais os mecanismos que per-

2 Maiores informações a respeito do cenário político nacional relativo à Primeira República podem ser encontradas em LAPA (1990) e JANOTTI (1999), enquanto que referências importantes sobre o Rio Grande do Sul do mesmo período podem ser encontradas em RECKZIEGEL; AXT (2007).

mitiram que os dissidentes continuassem ativos no cenário político da virada do século. O fio condutor de nossa análise será o acompanhamento dos percursos e experiências de dois dissidentes do PRR: Joaquim Francisco de Assis Brasil e Homero Baptista.³ De modo geral, a observação de alguns aspectos da trajetória desses agentes nos permitirá “avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais”, bem como “[...] seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam” (GRYNZSPAN, 1990, p. 74-75).

Nossa fonte privilegiada de estudo serão as correspondências particulares. Este tipo de documentação tem como característica informar sobre relações efetivas, que nelas aparecem com seus conteúdos e atributos. Acerca das potencialidades desse material, José Maria Imízcoz (2011) afirma que eles revelam o desenvolvimento das ações por parte dos agentes, a mobilização dos atores implicados, a circulação de informação e o intercâmbio de bens e serviços.

O exame da documentação referida indica que a estratégia de sobrevivência política dos dois personagens, em determinado momento, priorizou a articulação com dissidentes de outros estados do Brasil, numa tentativa de conectar interesses políticos regionais e nacionais dos grupos opositores. Aproveitando-se da conjuntura de cisão do Partido Republicano Federal em nível nacional, seguida pela dissensão ocorrida dentro do

3 Ambos faziam parte da elite política e econômica rio-grandense e atuaram junto ao PRR, desde a sua fundação, no ano de 1882. Assis Brasil era bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (1881) e, na década de 1880, elegeu-se deputado provincial pelo PRR, por duas legislaturas consecutivas. Proclamada a República, foi Deputado à Assembléia Constituinte Federal de 1891. No mesmo ano, entrou em desacordo com Júlio de Castilhos e o PRR, participando dos protestos contra o golpe de estado de Deodoro da Fonseca e, posteriormente, integrando a junta que passou a governar o Rio Grande do Sul em substituição a Castilhos. Com a derrubada do Marechal Deodoro, afastou-se da junta, sendo nomeado, no ano seguinte (1892), por Floriano Peixoto, para o serviço diplomático, nele atuando até o ano de 1907. Retornando ao Rio Grande, voltou a participar da oposição ao PRR, solidarizando-se com a campanha de Fernando Abbott e participando da fundação do Partido Republicano Democrático (1908). Posteriormente, teve atuação política destacada na década de 1920, quando se candidatou ao governo do estado (1922), em oposição à quinta candidatura de Borges de Medeiros e, como liderança civil da Revolução de 1923 (FRANCO, 2010; AITA, 2006; BROSSARD, 1989). Por sua vez, Homero Baptista era bacharel em Direito pela Faculdade de Recife (1884). Proclamada a República, foi Superintendente da Fazenda do Estado do RS (1890), deputado à Assembléia Constituinte Federal de 1891 e membro da primeira legislatura da Câmara Federal (1891-93). Dissentindo de Castilhos, participou da fundação do Club Republicano Autonomista e do Partido Republicano Liberal entre os anos de 1894 e 1896. Em 1906, foi reincorporado ao PRR, sendo eleito deputado federal por duas legislaturas (1906-1912). Posteriormente, foi Ministro da Fazenda do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), vindo a falecer dois anos depois. (FRANCO, 2010; MARTINS, 1978; AITA; AXT; ARAÚJO, 2006).

Partido Republicano Paulista, e dos contatos com lideranças da alçada de Prudente José de Moraes Barros, os dois personagens se posicionaram politicamente, investindo no aumento de seu prestígio e visibilidade pelo tipo de aliança que eram capazes de formular. É provável que sua capacidade de articulação com lideranças nacionais tenha sido um dos fatores que lhes garantiram uma carreira política longa, apesar da dissidência.

1 O processamento das dissidências e as primeiras tomadas de posição após os rompimentos

Conforme mencionamos, as disputas internas que ocasionaram as dissidências no núcleo do PRR ocorreram em várias oportunidades. Três conjunturas tiveram destaque especial. A primeira diz respeito ao período de institucionalização republicana e tem relação estreita com a ascensão de Castilhos como principal liderança da agremiação. A segunda teve vínculo direto com a sucessão do patriarca e a continuidade de Borges de Medeiros no poder, ocasionando as famosas disputas nas eleições estaduais em 1907. A terceira e última, ocorrida nos anos 1915-16, é fruto de um contexto de fragilização do PRR, ocasionado tanto pela morte do senador Pinheiro Machado quanto pela enfermidade de Borges de Medeiros, que reavivou as discussões em torno da passagem do cetro de poder (AXT, 2001).

Para fins deste texto, importa-nos o primeiro contexto de dissidência. Já no ano de 1891, romperam com o PRR importantes lideranças históricas, dentre elas Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Entre 1894 e 1895, também deixariam a agremiação os irmãos Álvaro e Homero Baptista, Francisco Miranda e Pedro Moacyr. De modo geral, a leitura da documentação primária indica a existência de um misto de motivações para as cisões. Estas envolviam divergências ideológicas, o descontentamento com a submissão do PRR frente às ações do governo federal (muitas das decisões partidárias acabaram ferindo o princípio federativo, defendido até então), as modificações na estrutura organizacional da agremiação (que passou a ser cada vez mais centralizada) e a sobreposição da chefia de Júlio de Castilhos, que implicou na perda de espaço e importância política por parte das demais lideranças partidárias.⁴

4 É importante ressaltar que, para além das motivações formais das cisões - expressas especialmente através da imprensa e de documentos públicos - é bastante provável que o peso das vaidades, da honra pública, da notabilidade social entre os pares e do patrimônio material e imaterial dos envolvidos nas disputas também se constituíssem em fatores consideráveis nos conflitos.

Observemos de perto as manifestações de Assis Brasil e Homero Baptista a respeito de seus rompimentos. A exposição de motivos por parte de ambos deixará claro que a trama política do início da década de 1890 estava bastante conturbada. Assis Brasil escreveu carta aberta aos correligionários, que circulou amplamente pela imprensa opositora em fins de 1891. No documento, ele discorre sobre uma série de discordâncias que vinha tendo com Castilhos e o partido, mencionando, por exemplo, o seu descontentamento para com a postura do correligionário no episódio da eleição de Deodoro da Fonseca à presidência da República e o seu desacordo com a Constituição Estadual de 1891, redigida por Castilhos. Em meio a essa exposição, sobressai ainda o descontentamento para com o poder crescente daquele que também era seu amigo e cunhado. Conforme Assis Brasil, Castilhos “não é o dono do PRR e nem da *Federação*, mas se comporta como tal”, “ao que reivindica que o PRR deveria” “[...] restaurar seu antigo sistema”.⁵ A insatisfação causada pela sobreposição de Castilhos em relação as demais lideranças partidárias e a forma autoritária com que ele vinha agindo aparece mais claramente no trecho abaixo:

O Dr. Castilhos, tem se proclamado o diretor do partido republicano e promete dar a este a norma a seguir daqui em diante. O partido a que pertenço não tem diretor algum oficial ou oficioso; ele rege-se segundo as palavras textuais de sua lei orgânica, por um congresso legislativo e por uma comissão executiva das deliberações desse congresso.

O Dr. Castilhos não tem autoridade nenhuma desse gênero, assim como não a tem para estar descompondo e mandando descompor pela *Federação* aos seus correligionários [...]

O que o partido republicano deve fazer quanto antes, para evitar a continuação de tais irregularidades – é restaurar o seu sábio sistema, no qual ele organizou-se, educou-se e preparava-se para vencer.

Convoquemos um congresso do partido.

Este congresso que eleja a respectiva comissão executiva e esta que governe o partido, aproveitando o fecundo exemplo do passado, que, entre outras coisas, mostra bem claramente quanto é funesto transformar partidos de opinião em simples excrescências do oficialismo.⁶

5 Manifesto de Dezembro de 1891. Publicado no jornal *O Rio Grande*, entre os dias 19, 21 e 29 de dezembro. (Acervo do IHGRGS).

6 Idem.

Como se pode ver, as transformações no *modus operandi* do partido se deram de forma muito rápida após a implantação da República.⁷ A ascensão de Castilhos como principal liderança partidária, as decisões por ele tomadas arbitrariamente, desconsiderando a opinião dos demais líderes, e a ascendência que passou a ter sobre o jornal, foram motivos de desagrado por parte de Assis Brasil, bem como de outros correligionários.⁸ Isso significa que, longe de a liderança do primeiro ter se imposto naturalmente, vários correligionários reivindicaram a perda de espaço que vinham sofrendo.

Homero Baptista, por sua vez, em documento de caráter privado, também faz menção às abruptas mudanças ocorridas no interior da agremiação, que contrastavam com o que havia sido firmado à época da propaganda republicana. Correspondendo-se com um correligionário, afirmou que “Os desacertos do governo do Estado, pela negação dos princípios republicanos outrora pregados e das práticas partidárias instituídas pelos antigos congressos”, foram os motivos que “compeliram um grupo, assaz numeroso, de insuspeitos servidores da República a não seguir os atuais dominantes no desvio escandaloso em que se atropelam de erro em erro”.⁹

7 Historiograficamente, essas mudanças já foram apontadas por vários trabalhos. Joseph Love, por exemplo, destaca que na nova ordem republicana, Castilhos “quase chegou a ser visto como um deus pelos seus prosélitos”, ao que complementa referindo que “[...] o costume de convocar sessões plenárias freqüentes do partido, que tinha sido praxe durante os anos de agitação contra o Império, foi abandonado no caótico período que sucedeu ao nascimento da República, e, suspensa a guerra, o chefe do partido não viu nenhuma razão para retomá-lo. Efetivamente, nenhum congresso do PRR ocorreu entre 1889 e 1923. Na posição de dirigente do partido, Castilhos reservava-se todas as grandes decisões políticas e a maioria das que eram menores.” (LOVE, 1975, p. 82).

8 Essas eram reclamações constantes por parte de Demétrio Ribeiro, João de Barros Cassal e Antão de Faria, no jornal *O Rio Grande*, órgão da dissidência. Em seu primeiro número, *O Rio Grande* dizia ter aparecido com um programa – o do velho partido republicano –, no momento em que este, junto ao seu órgão oficial, esqueciam de seu passado, “deixando, como por inúteis e inaplicáveis, as doutrinas cuja realização constituiu o partido republicano”. (Jornal *O Rio Grande*, 06/12/1890. Acervo do IHGRGS). Em número posterior, criticando a performance de Castilhos, Demétrio Ribeiro apontou que, proclamada a República, “foi o primeiro empenho do odiento cacique-mirim anular a comissão executiva eleita regularmente pelo partido, a fim de tornar-se o seu fac-totum”. (Jornal *O Rio Grande*, 01/11/1890. Acervo do IHGRGS). Por fim, a respeito das participações no jornal *A Federação*, Demétrio Ribeiro aponta que “sucessivos sacrifícios fizemos todos no período em que a confiança recíproca entre nós se desenvolvia pela identidade de conduta. Colaborei nela desde o seu primeiro número, fazendo-o em algumas épocas, com assiduidade ininterrupta”, ao que contrastava a sua recente perda de espaço na folha, reclamando: “da má vontade recente da *Federação* contra mim, a repulsa sistemática aos meus escritos e aos escritos de outros companheiros” (Jornal *O Rio Grande*, 21/10/1890. Acervo do IHGRGS).

9 Correspondência de Homero Baptista a Vasco Xavier de Carvalho. 07-05-1896. s/n. Arquivo particular de Homero Baptista. Acervo do IHGRGS.

Ainda que Assis Brasil e Homero Baptista tenham abandonando as fileiras do PRR em conjunturas parecidas e se utilizado de argumentos bastante próximos para tal, suas primeiras tomadas de posição após o rompimento foram distintas. O caso de Homero Baptista revela um investimento bastante intenso no cenário regional, ainda que o espaço de atuação conferido às oposições fosse bastante restrito. Em 1894, junto a outros dissidentes, funda o Club Republicano Autonomista, além de ter colaborado para a circulação de um jornal de oposição, *A República*. Mais tarde, os autonomistas, fundiram-se à facção dissidente mais antiga, formando uma nova agremiação política, o *Partido Republicano Liberal*.¹⁰

Em fase de organização, era necessário que o novo partido buscasse criar uma base de sustentação e apoio eleitoral. Daí que Homero Baptista tenha escrito para uma série de pessoas influentes nas localidades do interior do estado, explicando como a agremiação havia surgido e quais os seus objetivos. A missiva a seguir é bastante ilustrativa:

Ilustre Sr. Major Vasco Xavier de Carvalho

Recebi minhas cordiais saudações. Conversando com vossos dignos irmão e sobrinho, inteirei-me do modo porque considerais a presente situação política de nosso Estado.

Folgo em registrar a conformidade de vossa opinião com as dos republicanos que promoveram a revivência das práticas partidárias instituídas pelos antigos congressos e a aplicação dos princípios outrora pregados, práticas e princípios que o governo rio-grandense renegou, ridiculariza e afronta.

Fiéis aos compromissos contraídos durante a propaganda, todo o nosso esforço almeja organizar o partido, que pelos meios legais, institua, consolide e desenvolva em nossa ter-

10 Além de Homero Baptista, faziam parte do grupo dissidente do PRR, ligado ao *Club Republicano Autonomista*, Álvaro Baptista, Francisco Miranda, Pedro Moacyr e outros. Esse grupo ficou também conhecido como 'nórmicos', por defenderem as antigas normas que haviam regido o partido republicano, à época da propaganda. Quanto ao jornal *A República*, porta-voz dos autonomistas, este era editado em Porto Alegre e circulou entre os anos de 1895 e 1898, tendo como responsáveis os irmãos Homero e Álvaro Baptista, Pedro Moacyr, Alcides Maya, Francisco Miranda, entre outros. A respeito do *Partido Republicano Liberal*, este foi criado em congresso realizado em Porto Alegre em 10 de julho de 1896, reunindo o grupo autonomista e a antiga dissidência do PRR, formada por Antão de Faria e Barros Cassal. Em 1897, houve tentativas de fusão do PRL com o Partido Federalista, com o objetivo de uniformizar a ação das oposições no Estado, no entanto, por uma série de divergências, a fusão não chegou a ocorrer. Posteriormente, a própria dissidência entrou em atrito, de modo que, tanto o jornal *A República* quanto o próprio PRL tiveram vida efêmera, não sobrevivendo à virada do século. (FRANCO, 2010; OSÓRIO, 1992; SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986.).

ra o regime republicano de conformidade com aquele compromisso e com os princípios fundamentais da Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

Seguro de que não recusareis vossa atividade à recriação de tão nobre e patriótico *desideratum*, rogo-vos que promovais nessa localidade a união de todos os bons elementos, para a constituição aí do verdadeiro partido que deve praticar e refazer a República.¹¹

Mas se o posicionamento de Homero Baptista foi de completo envolvimento nas questões de política regional, destacando-se o seu enfrentamento ao PRR tanto por meio de um jornal quanto de um partido opositor, o mesmo não se pode dizer para o caso de Assis Brasil. Rompido com o PRR desde 1891, esse prestou serviços ao governo federal por muitos anos, principalmente na condição de diplomata.¹² Portanto, sua carreira política, pelo menos ao longo da década de 1890, foi marcada pelo afastamento em relação aos principais debates do cenário regional. Não obstante, isso não significa que ele tenha se mantido absolutamente alheio ao que vinha acontecendo no Rio Grande do Sul.¹³ Quando da formação do PRL, por exemplo, este escreveu a Francisco Miranda, solidarizando-se com a agremiação

11 Correspondência de Homero Baptista a Vasco Xavier de Carvalho. 07-05-1896. s/n. Arquivo particular de Homero Baptista. Acervo do IHGRGS. O Major Vasco Xavier de Carvalho era importante liderança municipal do interior do estado, tendo atuado politicamente nos municípios de São Lourenço e Alfredo Chaves. Conforme informações coletadas no jornal *A Federação*, nos primeiros anos republicanos, o Major fez parte da administração do município de São Lourenço, tendo sido vice-presidente da intendência no ano de 1891, suplente do juiz municipal e de órfãos em 1892 e major comandante das forças civis no município em 1894 (Fonte: *Jornal A Federação*, 16/07/1891, 29/10/1892 e 15/03/1894. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira).

12 Em 1892, passa a exercer a função de Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário na Argentina; de 1895 a 1898 ocupa o mesmo cargo em Lisboa, quando assume, então, a representação diplomática brasileira em Washington (1898-1903). Em 1903, convocado pelo Barão do Rio Branco, retorna ao Brasil para discutir, com a Bolívia, os termos da chamada Questão do Acre. Em 1905 retornou a Buenos Aires, ali permanecendo até 1907, quando deixa o serviço diplomático. Retornando ao Rio Grande do Sul neste ano, participa ativamente da campanha do dissidente Fernando Abbott ao governo do estado (FRANCO, 2010; BROSSARD, 1989; AITA, 2006).

13 Exemplo disso é que, no contexto da Revolução Federalista, integrando a legação brasileira em Buenos Aires, e percebendo a preparação do cenário de guerra no Rio Grande, Assis Brasil empenhou-se para que o governo federal oferecesse uma solução apaziguadora aos grupos em atrito. Correspondendo-se com Floriano Peixoto, Assis Brasil apontou estar convencido de que “a [...] situação do Rio Grande, como está é insustentável”, chegando a sugerir que somente uma intervenção federal seria capaz de resolver o problema (Correspondência de Assis Brasil a Floriano Peixoto. Buenos Ayres, 05/01/1893, n. 264. Arquivo Floriano Peixoto – Acervo do Arquivo Nacional.).

fundada pelos dissidentes autonomistas. Segundo Assis Brasil:

Sinto a necessidade de deixar-lhes duas palavras escritas que você publicando faça chegar aos amigos a quem não pude dizê-las verbalmente, relativamente à atual situação [...]

Sou declarado adversário de todos os sistemas mais ou menos ditatoriais como o que foi instituído sem o voto consciente do povo rio-grandense. Assim pensando não poderia deixar de aplaudir a organização, ou melhor, a reorganização de um partido republicano com agrado, que prega a reforma da atual ordem de coisas no sentido democrático [...] Não se deve cogitar de um partido novo, mas de aviventar ou ressuscitar o antigo, cujo culto está esquecido ou profanado. Se alguém está em dissidência com o PRR não são os democratas.¹⁴

É somente na virada do século, conjuntura em que Assis Brasil retorna ao país para fazer parte da legação que buscou resolver a questão do Acre, que este passa a se envolver mais diretamente nas questões de política doméstica. Sendo esse um contexto em que o poder do PRR havia se firmado no estado e, em contrapartida, a oposição federalista estava enfraquecida no pós-revolução, a estratégia de inserção política tanto dele quanto de Homero Baptista, passa a ser a tentativa de articulação com lideranças dissidentes de fora do Rio Grande, especialmente de São Paulo.

Para Homero Baptista, que encontrara percalços tanto com os próprios dissidentes – o grupo ligado ao PRL havia se dividido em 1897 – quanto no estabelecimento de aliança com os federalistas, as composições com os líderes paulistas, visando à consecução de um partido de oposição nacional, foi aos poucos se apresentando como a melhor opção de sobrevivência política: estabelecia-se vínculo com agentes alheios ao histórico do estado, ao mesmo tempo em que esse tipo de aliança poderia trazer certo vigor à dissidência dentro do Rio Grande – dado o prestígio dos líderes com quem buscavam articulação – onde ela quase nunca adquiriria ares de importância. Era esse tipo de aliança que Homero Baptista e Assis Brasil tomaram como preferenciais e, onde optaram por investir, na virada do século.

2 Buscando alianças políticas no cenário nacional

Como se sabe, ao longo de toda a Primeira República brasileira, os

14 Carta de Assis Brasil a Francisco Miranda. Rio Grande, 11-08-1896. Citado por O'DONNELL (1987, p. 106).

partidos republicanos regionais formaram a base de sustentação política do regime. Somente duas agremiações de bases nacionais existiram neste período e ambas tiveram curta duração. Foram elas o Partido Republicano Federal (1893-1897) e o Partido Republicano Conservador (1910-1915) (VISCARDI, 2001). Interessa-nos o primeiro, criado em meio à falta de um núcleo político de sustentação do regime. Segundo Witter (1984), o Partido Republicano Federal (PRF) teve como finalidade garantir a primeira candidatura civil à presidência da República e oferecer as bases necessárias a essa administração.

A proeminência dos republicanos históricos paulistas era nítida dentro da agremiação, de modo que o partido acabou por conduzir Prudente de Moraes à presidência e, depois dele Campos Sales. Em 1897, no entanto, ocorreu uma grande divisão dentro do PRF (WITTER, 1984). Essa divisão, sucedida pelo início do governo Campos Sales, fez com que Prudente de Moraes fosse sendo isolado, isolamento que acabou ocorrendo também no interior do Partido Republicano Paulista (PRP).¹⁵ Isso fez com que um novo agrupamento partidário fosse pensado nesse momento, tendo Prudente de Moraes¹⁶ como seu principal articulador (CASALECCHI, 1987).

15 O PRF foi fundado no Rio de Janeiro em julho de 1893, em reunião convocada pelo deputado Francisco Glicério e o senador Aristides Lobo, ambos membros do Partido Republicano Paulista. A intenção era fundar uma agremiação de cunho nacional, que respeitasse e defendesse a Constituição da República, suprimindo a falta de um núcleo de sustentação do novo regime. Em 1895, desacordos decorrentes da heterogeneidade de tendências políticas de seus membros, geraram os germes de cisões e dissidências dentro do partido, que se estenderam ao longo de 1896 e 1897, ano de seu desaparecimento (SETEMY, 2010). O PRP foi fundado em 3 de julho de 1873, constituindo-se no principal partido político da Primeira República. Tal era a força dos quadros da agremiação, que membros do PRP exerceram as três primeiras presidências civis da República (através dos mandatos de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves), nela permanecendo até o ano de 1906, período em que outros atores importantes passaram a ter maior protagonismo no cenário político. O PRP foi extinto por decreto de 1937 junto com os demais partidos do país, após a instalação do Estado Novo. (RAMOS, 2010).

16 Prudente José de Moraes Barros foi um importante líder político regional e nacional. Nasceu no interior de São Paulo no ano de 1841. Tornou-se Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1863. Ainda nos anos de 1860, atuou politicamente junto ao Partido Liberal e, na década seguinte, passou a integrar o Partido Republicano Paulista, tornando-se uma de suas principais lideranças. Como candidato do PRP, foi eleito à Assembléia Provincial de São Paulo por várias legislaturas e também à Assembléia Geral (1885). Na primeira década republicana, foi governador do estado de São Paulo (1889-90), Constituinte Federal (1891) e Senador (1891-94), chegando, por fim, ao posto mais elevado da política nacional: a presidência da República (1894-1898). Deixou a presidência já rompido com o Partido Republicano Federal, agremiação que apoiou e sustentou a sua candidatura, vindo a atrair-se posteriormente com Campos Sales, seu sucessor. Discordâncias entre ambos fizeram com que, no ano de 1901, Prudente de Moraes também abandonasse o PRP, vindo a fazer parte da oposição. Faleceu no ano seguinte, em Piracicaba (LANG, 2010).

Homero Baptista, atento à movimentação no cenário nacional, aproveitou a oportunidade para buscar aproximação com o líder paulista.¹⁷ Em correspondência a Prudente de Moraes, referiu-se à “necessária convergência de esforços para formação de um dos grandes partidos nacionais”, interrogando a seguir: “O que é de rigor saber, é se esse partido, que da convenção saiu aparelhado para a liça política, representa os princípios fundamentais de nossa doutrina, experimentada nos debates da propaganda, para que os bons republicanos se enfileirem nas suas legiões”.¹⁸

É importante ressaltar que o PRR estava bastante fortalecido nesse momento, e sendo assim, a busca de aliados de fora do estado era um trunfo político importante, no sentido de agregar valor político ao grupo dissidente que atuava no Rio Grande do Sul. Em correspondência, Homero Baptista chama atenção para o fato de que se o PRL viesse a ser uma ramificação de um partido nacional, isso lhe traria ares de importância política, o que seria importante para que se conseguisse mobilizar o eleitorado. Em suas palavras:

Conhecendo desde sempre vossas tendências e opiniões, estou seguro de exprimir que existe uma completa harmonia de vistas, em conjunto, entre as idéias do novo partido, cuja direção suprema não pode deixar de receber vossas inspirações, e as do partido que se formou aqui, em oposição ao castilhismo.

Estou certo, portanto, de que este partido, cuja ação, por enquanto, se limitava ao estado unicamente, será agora, dada aquela harmonia de conjunto, uma ramificação do partido nacional que se constituiu no grande centro do país. Desde

17 Os vínculos entre Prudente de Moraes e Homero Baptista ainda precisam ser melhor analisados por nós. É possível que tenham travado contato em São Paulo, quando Homero foi aluno da Faculdade de Direito, antes de ser transferido para o mesmo curso em Recife. (Sabe-se que a passagem pelas academias tiveram grande importância no processo de socialização dos jovens que ingressavam nos quadros políticos do país, uma vez que não só a convivência nas aulas e repúblicas, mas também a socialização ocorrida em cafés, livrarias, bibliotecas e jornais possibilitavam a formulação de laços não só entre os contemporâneos das faculdades, mas também com egressos de turmas anteriores (ADORNO, 1988; FILHO, 1982; VAMPRÉ, 1924). Por outro lado, os dois personagens podem ter travado contato quando fizeram parte da Assembléia Constituinte Federal de 1891, ou então nas reuniões do Partido Republicano Federal, uma vez que Homero Baptista foi o único rio-grandense a participar daqueles encontros partidários (WITTER, 1984). De todo modo, o volume de documentação que Homero Baptista enviou a Prudente de Moraes sugere que a relação entre ambos era relativamente estreita nos últimos anos da década de 1890.

18 Correspondência de Homero Baptista a Prudente de Moraes. Rio Grande, 22-01-1898. Lata 595, Pasta 19. Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.

que esse fato se acentue, vereis o ascendente crescente a vitorioso no nosso estado.

Até agora a nossa luta tem sido inteiramente desigual, e apesar disso, temos avançado sempre. No momento, porém, em que a opinião sentir que temos, para nossa ação política, um apoio eficaz em um grande partido representado em todos os estados, tudo se transformará, porque serão vencidas a timidez de uns e a indiferença de outros, situações que o castilhismo se empenha por manter, dando exemplos de opressão e fazendo compreender a sua invencibilidade.¹⁹

A partir da leitura da correspondência, percebe-se que há por parte de Homero Baptista certo diagnóstico negativo em relação ao cenário regional, que o mobiliza a buscar novas alianças para além deste espaço. Em outra oportunidade, ele se referiu à situação política do estado, destacando a existência de três partidos: “o dominante, o federalista, e o terceiro, que vos defende que não está em condição de estender linha em toda a parte, contra o inimigo, senhor de todas as posições”, e, complementa afirmando que, quando se trata de eleições, “por mais que o partido republicano a que pertenco se esforce, o partido dominante age sempre de modo a reduzir quanto pode a votação de seus opositores no estado”.²⁰

Logo, atento tanto aos entraves a atuação da dissidência dentro do espaço regional quanto às oportunidades políticas surgidas entre os membros da elite política de renome nacional, Homero Baptista decide apostar no aumento da sua própria expressão política, bem como na do PRL, por meio de articulações com o líder paulista, esse de renome e prestígio inquestionáveis.

Além de Homero Baptista, também Assis Brasil parece ter tomado os membros da elite política de fora do estado como parceiros preferenciais. Foram inúmeras as correspondências trocadas com Prudente de Moraes, em conjuntura ligeiramente posterior aquela em que Homero Baptista buscou essa articulação.²¹ Entre 1901 e 1902, Assis Brasil, de passagem pelo

19 Correspondência de Homero Baptista a Prudente de Moraes. Porto Alegre, 08-07-1897. Lata 595, Pasta 15. Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.

20 Correspondência de Homero Baptista a Prudente de Moraes. Rio Grande, 22-01-1898. Lata 595, Pasta 19. Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.

21 Os contornos e a profundidade da relação travada entre Assis Brasil e Prudente de Moraes ainda precisam ser melhor explorados por nós. De todo modo, o contato do rio-grandense com os paulistas parece ter sido até mais intenso do que o de Homero Baptista. Quando cursava Direito em São Paulo, Assis Brasil foi colega de turma de Alberto Sales, de quem também foi parceiro em vários periódicos à época da propaganda republicana, conforme

Brasil, atento a toda a movimentação política liderada pelo líder paulista, busca aproximação com o grupo opositor que se articula naquele momento.

Lembre-se que, para além da grande cisão ocorrida no seio do PRF em 1897, também no interior do Partido Republicano Paulista, uma série de desacordos vinha surgindo. Conforme Casalecchi (1987, p. 102), em congresso realizado em 1901, os membros do partido divergiram a respeito do candidato à sucessão no estado e da oportunidade da revisão da Constituição Federal de 1891, de modo que o PRP cindiu-se em dois grupos: “um deles girava em torno de Campos Sales, que apoiava os governos paulista e federal, conivente com a política dos governadores, e o outro girava em torno de Prudente de Moraes”, que acabou por lançar o *Partido Republicano Paulista Dissidente*. Este último propunha uma revisão constitucional no âmbito federal e estadual, como forma de atacar a ação política de Campos Sales. Extremamente articulada, essa dissidência chegou a realizar uma Convenção, onde se fizeram representar delegados da dissidência de vários municípios do estado. Em manifesto, declararam que partindo da organização no estado de São Paulo, o novo partido pretendia-se nacional (CASALECCHI, 1987).

Correspondendo-se com Prudente de Moraes a respeito desse novo partido, Assis Brasil analisa a situação política gaúcha, não só se referindo a possibilidade de arregimentação de bons correligionários, mas também deixando claro seu posicionamento a respeito da formulação de uma possível aliança com os federalistas. Assim escreve:

Cumprindo com a promessa que deixei, pus-me a escrever a V. Ex.

Em reserva lhe digo que a situação do Rio Grande não está clara. Penso que foi um erro o do Moacyr em fazer aliança estrita com os gasparistas. Para isto cedeu da pureza da doutrina e já se confessa parlamentarista. Mas ele é bom e ardoroso republicano e confio que voltará atrás.

indica Alonso (2002). Alberto, por sua vez, era irmão de Campos Sales, colega de faculdade de Prudente de Moraes, na década de 1860. Nos anos 1880, Assis Brasil ficou bastante conhecido na Paulicéia, após a publicação de sua obra *A República Federal* (1881). Inúmeras referências ao livro foram feitas nos jornais paulistas, tendo, inclusive, uma de suas edições sido subsidiada e distribuída gratuitamente pelo Partido Republicano de São Paulo (SACCOL, 2013), indicativo de que o gaúcho era intelectualmente reconhecido entre os propagandistas paulistas. Já na década de 1890, é possível que alguns laços tenham sido reforçados a época da Constituinte Federal (1891). Outro sintoma de uma boa relação com os paulistas é que, se comparado a outros dissidentes do PRR, Assis Brasil foi o único que conseguiu acesso à diplomacia nas presidências de Prudente de Moraes e Campos Sales.

O bom caminho no Rio Grande é o esquecimento do passado: começar obra nova, sem cheiro de aliança.

Nada presumo de mim; mas são tantas as aproximações que se me fazem no Rio Grande, - que estou certo em afirmar a V. Ex. que, em indo para lá de volta da diplomacia, serei capaz de lhe arregimentar um grande contingente de puros republicanos.²²

Portanto, de acordo com a leitura do fragmento, percebe-se que o estabelecimento de aliança com os federalistas foi tratada com certa desconfiança por parte de Assis Brasil, pelo menos nesse momento. Daí sua opção por estabelecer laços políticos, por um lado, com aquilo que chama de ‘republicanos puros’ e, por outro, com parceiros alheios ao cenário rio-grandense. Em missiva escrita um ano depois, é possível concluir que as tratativas de aliança com os dissidentes de São Paulo caminhavam positivamente, tendo Assis Brasil sido convidado para a Convenção Paulista, referenciada anteriormente. Disse o rio-grandense a Prudente de Moraes:

Parto agora para a minha Legação, convencido de que ao regressar a esta pátria amada, continuarei a encontrar em V. Ex. o conforto que só os homens de seu valor podem dar. E comigo pode contar como um trabalhador ao seu lado [...] Na minha estância fui surpreendido pelo honroso convite da Convenção Paulista. Declinei da honra, porque não me julguei na altura da simples distinção pessoal que ela importava, desde que a estreiteza do prazo para a eleição não me permitiria sair a agitar pela maior parte do Estado a bandeira nova. Se isso fosse possível, a minha esperança havia de ser grande, não de me aproximar da vitória, mas de plantar fecundamente a semente do partido de que tanto necessita este país, para a sua normalidade. [...] ²³

É possível perceber através da leitura da correspondência de Assis Brasil a Prudente de Moraes, que existiu um movimento de mão-dupla no que se refere a ação política da dissidência não só para questionar os poderes instituídos e as elites detentoras desse poder, mas também para fornecer uma alternativa de projeto/programa partidário. Se, em um primeiro momento foi Assis Brasil quem buscou espaço dentro do novo agru-

22 Correspondência de Assis Brasil a Prudente de Moraes, Ilha Grande [Bordo do Itaituba], 27/10/1901, Lata 595, Pasta 30, Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.

23 Correspondência de Assis Brasil a Prudente de Moraes, Rio de Janeiro, 19-03-1902. Lata 595, Pasta 30, Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.

pamento político opositor que se formava, posteriormente, o convite para participar da Convenção e trabalhar em prol do novo partido em solo rio-grandense demonstra o reconhecimento de seu capital político por parte dos pares paulistas, bem como a necessidade da nova agremiação que se pretendia nacional, de compor com lideranças políticas e agrupamentos regionais, no sentido de formar uma base para sua sustentação.

Ainda que Assis Brasil tenha declinado da honraria, tanto o convite quanto a negativa para participar da Convenção demonstram a complexidade do jogo político da época. Por mais que sua estratégia de inserção política na virada do século passasse pela aliança com correligionários de fora do estado, Assis Brasil considerou inoportuno comprometer-se naquele momento, pois acreditava que o trabalho em condições desfavoráveis – o tempo para a eleição, segundo ele, era muito curto para os preparativos necessários – implicava em mais perdas do que ganhos políticos propriamente ditos. Essa questão é importante pois demonstra que, em espaços onde as oposições tinham restrita margem de atuação, toda a ação e as tomadas de posição deviam ser cuidadosamente pensadas e, mais do que isso, elas deveriam se concretizar apenas quando se contasse com uma certa margem de segurança.

A aliança estratégica entre os membros da dissidência rio-grandense e paulista – aqui analisada através do contato travado entre Homero Baptista, Assis Brasil e Prudente de Moraes – acabaria por se desfazer, ainda nos primeiros anos do século XX. A morte prematura do político paulista – principal liderança daquela dissidência – aliada a mudanças importantes no cenário rio-grandense – dadas pelo falecimento de Júlio de Castilhos – fizeram com que Homero Baptista e Assis Brasil acabassem redirecionando sua ação política novamente para o cenário regional. Tendo em vista a intensa disputa em torno da herança e espólio políticos de Castilhos, Homero acabou por aproximar-se novamente do PRR, sendo reincorporado à agremiação em 1906, ao passo que Assis Brasil optou por atuar na disputa pelo governo do estado, por meio do apoio à candidatura de Fernando Abbott, aproveitando-se daquele que foi um dos maiores momentos de fragilização política do PRR.

CONCLUSÃO

A análise das trajetórias de Homero Baptista e Assis Brasil demonstrou a complexidade de ser um dissidente no Rio Grande do Sul da virada do século XIX para o século XX, isso tanto quando consideramos o restrito

espaço de atuação conferido às oposições – leve-se em conta, por exemplo, as características centralizadoras da Constituição Estadual de 1891 e as eleições controladas pelo PRR – quanto pela intrincada trama de relações e alianças necessárias para a sobrevivência política desses agentes.

Ao longo do texto, foi possível observar que os dois dissidentes romperam com o partido na mesma conjuntura política e apontando motivações também semelhantes, que envolviam um descontentamento com o processo de centralização sofrido pelo partido e com a rápida sobreposição da chefia de Júlio de Castilhos. Após a cisão, os dois dissidentes acabaram por assumir posições diferenciadas. Ao passo que Homero Baptista partiu para um enfrentamento direto em relação ao PRR - por meio da fundação de um jornal e de um partido político, Assis Brasil manteve-se afastado dos principais debates do cenário rio-grandense, permanecendo vinculado ao governo federal, atuando politicamente por meio da diplomacia.

As estratégias de inserção política de ambos se aproximam na virada do século. Atentos à conjuntura nacional de cisão, tanto dentro do PRF quanto do PRP, que levou importantes lideranças paulistas a articular um partido nacional dissidente, os dois rio-grandenses trabalharam em prol de uma aliança com esses grupos, especialmente por meio do contato com Prudente de Moraes. Sabedores de que, no contexto pós-revolução federalista, em que o PRR já havia se firmado e as oposições haviam sofrido uma grande derrota, ambos acreditaram que a legitimidade/efetividade de sua ação política passava por articulações com grupos dissidentes de fora do estado.

Não obstante, ainda nos primeiros anos do século XX, a conjuntura política nacional e regional se modificou novamente. Nesse sentido, as mortes prematuras de Prudente de Moraes e Júlio de Castilhos acabaram determinando o encaminhamento de novas estratégias de ação política por parte de Homero Baptista e Assis Brasil. Ao passo que o primeiro buscou aproximar-se de seu partido de origem - o PRR -, o segundo passou a atuar mais fortemente no cenário rio-grandense, junto à oposição, demonstrando, assim, o quanto a margem de manobra e atuação da dissidência estava extremamente reduzida pela dinâmica do jogo político.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AITA, Carmem (Org.). *Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e*

- discursos (1857-1938). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- AITA, Carmem; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir (Orgs.). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Manifesto de Dezembro de 1891. *Jornal O Rio Grande*, Rio Grande, 19 dez. de 1891. (Acervo do IHGRGS).
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Manifesto de Dezembro de 1891. *Jornal O Rio Grande*, Rio Grande, 21 dez. de 1891. (Acervo do IHGRGS).
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Manifesto de Dezembro de 1891. *Jornal O Rio Grande*, Rio Grande, 29 dez. de 1891. (Acervo do IHGRGS).
- AXT, Gunter. *Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- BROSSARD, Paulo (Org.). *Idéias políticas de Assis Brasil*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- Correspondência de Homero Baptista a Prudente de Moraes*. Porto Alegre, 08-07-1897. Lata 595, Pasta 15. Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.
- Correspondência de Homero Baptista a Prudente de Moraes*. Rio Grande, 22-01-1898. Lata 595, Pasta 19. Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.
- Correspondência de Homero Baptista a Vasco Xavier de Carvalho*. 07-05-1896. Arquivo Particular de Homero Baptista. Acervo do IHGRGS.
- Correspondência de Joaquim Francisco de Assis Brasil a Floriano Peixoto*. Buenos Ayres, 05/01/1893, n. 264. Arquivo Floriano Peixoto. Acervo do Arquivo Nacional.
- Correspondência de Joaquim Francisco de Assis Brasil a Prudente de Moraes*. Ilha Grande [Bordo do Itaituba], 27/10/1901, Lata 595, Pasta 30, Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.
- Correspondência de Joaquim Francisco de Assis Brasil a Prudente de Moraes*. Rio de Janeiro, 19-03-1902. Lata 595, Pasta 30, Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.

- FILHO, Alberto Venâncio. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). *Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. Foi o PRR um “partido político”? *Logos*, v. 11, n. 1, p. 65-68. maio 1999.
- GRYNZSPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 5, n. 14, out. 1990.
- IMÍZCOZ, José María. Redes sociales y correspondencia epistolar: de la análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, v. 21, dic. 2011.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *Sociedade e Política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1999.
- Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 16 jul. 1891. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.
- Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 29 out. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.
- Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 15 mar. 1894. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.
- Jornal *O Rio Grande*, Rio Grande, 06 dez. 1890. Acervo do IHGRGS.
- Jornal *O Rio Grande*, Rio Grande, 01 nov. 1890. Acervo do IHGRGS.
- Jornal *O Rio Grande*, Rio Grande, 21 out. 1890. Acervo do IHGRGS.
- LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História política da República*. Campinas: Papirus, 1990.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. MORAIS, Prudente de. In: ABREU, Alzira Alves de; et.al. (Coords.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ IEL, 1978.
- O'DONNELL, Fernando. *Francisco Miranda vivendo a República*. Porto Alegre: Metrópole, 1987.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período repu-*

- blicano. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992.
- RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Republicano Paulista. In: ABREU, Alzira Alves de; et. al. (Coords.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Gunter (Orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- SACCOL, Tassiana M. P. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SETEMY, Adrianna. Partido Republicano Federal. In: ABREU, Alzira Alves de; et. al. (Coords.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- SILVA, Jandira M. M da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-riograndense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Saraiva e Cia., 1924.
- VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café-com-leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- WITTER, Sebastião. *Partido político, Federalismo e República*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1984.

VIDA DE RAPHAEL PINTO BANDEIRA: UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE ESCRITA DA HISTÓRIA EM ALCIDES CRUZ

LIFE OF RAPHAEL PINTO BANDEIRA: AN ANALYSIS OF THE HISTORICAL METHOD IN ALCIDEZ CRUZ

Vinicius Furquim de Almeida¹

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre as formas de escrita da história no livro de Alcides Cruz, *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, publicado em 1906. Tais reflexões evidenciam que a obra tece narrativas regionalistas e nacionalistas, além de contribuir para a construção mitológica do biografado. O objetivo deste texto também é a apresentação de alguns aspectos da vida de Cruz, um professor negro, advogado e congressista, que foi membro do Partido Republicano Rio-grandense durante o período da Primeira República além de ter sido um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Palavras-chave: Biografia. Historiografia. Alcides Cruz. Intelectual.

ABSTRACT

*This paper intends to present some reflections on the methods of writing History in Alcides Cruz's book, *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, published in 1906. These thoughts show that the work creates regionalist and nationalistic narratives, in addition to contribute to the construction of his mythological biography. This text's goal is also the introduction of some aspects of Cruz's life, a black professor, lawyer and congressman, who was a member of the Riograndense Republican's party during the period of the Primeira República, and also one of the founders of Porto Alegre's Law School.*

Keywords: Biography. Historiography. Alcides Cruz. Intellectual.

INTRODUÇÃO

O passado não decorre, portanto, de mera passagem do tempo, mas de sua significação como passado, que pode ter diferentes conexões e sentidos para um tempo que se denomina presente. A definição do passado implicará neces-

¹ Possui graduação em História - Licenciatura pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2015). Tem experiência de pesquisa na área temática do Pós-abolição no Rio Grande do Sul, especialmente na cidade de Porto Alegre. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a trajetória intelectual do professor e escritor negro Alcides de Freitas Cruz.

sariamente uma seleção, quer seja de eventos memoráveis, quer seja de obras e autores canônicos para um campo de conhecimento, como é o caso de Capistrano e sua produção como autor de história.²

Este texto tem por objetivo a análise da obra *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, escrita por Alcides Cruz, com o intuito de identificar em que medida traços de uma escrita regionalista e, em última análise, nacionalista está presente naquela construção textual, bem como apresentar brevemente alguns aspectos da trajetória do autor. Antes de ser um estudo aprofundado sobre as formas de construção discursiva e de sua projeção na sociedade, este texto se preocupa em fazer uma análise do que nos apresenta a superfície do próprio texto, seus eventuais significados e sentidos mais apreensíveis.

Em sua reflexão sobre os constitutivos autorais, o filósofo Michel Foucault sustentava que era chegada a hora de refletir sobre os textos não mais por sua forma e valor expressivo, mas em suas modalidades de existência, isto é, em sua circulação, apropriação cultural e articulação social, dentre outros fenômenos que envolvem o autor e sua obra³. A reflexão que se apresenta é conscienciosa do caminho apontado pelo mestre francês. Por outro lado, também o é das impossibilidades e dificuldades apresentadas pelo próprio texto em análise. Assim, é forçoso dizer que o texto de Alcides Cruz não será aqui esgotado.

1 O Livro e o Autor

Vida de Raphael Pinto Bandeira foi publicada em 1906 pelas “Officinas typographicas da Livraria Americana”, trazendo 109 páginas de texto, das quais 8 se organizam nas seções “appendice” e “bibliographia”, além de contar com 4 figuras: três mapas ao fim e um esboço da imagem do biografado na folha de rosto. Na capa pode-se ler, logo abaixo do título: “ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino”⁴. A *Livraria Americana* naquele início de século era uma das principais casas de comércio de livros de Porto Alegre, tendo iniciado suas atividades algumas décadas

2 GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

3 FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: _____. *Estética: literatura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

4 Sempre que citados diretamente, os excertos da obra serão mantidos em sua grafia original.

antes, ainda no Oitocentos. De catálogo variado, dividia com a *Livraria Universal* e a *Livraria do Centro* (mais tarde *Livraria do Globo*) o protagonismo da distribuição de livros da capital⁵. Neste sentido, a historiadora Elisabeth Torresini informa:

A Livraria Americana oferecia um estoque completo de livros de todas as categorias. Além dos anúncios extensos e variados em diversos jornais, publicou o Catálogo de livros da Livraria Americana, remetendo-o gratuitamente aos solicitantes. Em poucos anos, ampliou seus negócios, abrindo uma filial na cidade de Rio Grande. De 1889 e 1917 publicou o Almanaque literário e estatístico do Rio Grande do Sul, dirigido por Alfredo Ferreira Rodrigues.⁶

O livro está dividido em 12 seções que tratam de temas que vão da descrição física da região em que se estabeleceram os ancestrais de Pinto Bandeira (1. *A região dos Patos*) passando pela narrativa das lutas do “herói continentino” contra os espanhóis (8. *Grande revez dos hespanhóis*), até as informações sobre os últimos dias e a morte do biografado (11. *A melhor espada brasileira do século XVIII*; 12. *General á antiga*). Não há um prefácio informativo ou que encaminhe a leitura, ficando o texto do “appendice” como o espaço mais informativo sobre o porquê da realização da obra. Ainda que um tanto extensos, apresento os excertos iniciais do apêndice no intuito de evidenciar tanto a postura de Alcides Cruz diante do público leitor, quanto a função própria do texto, isto é, concluir a obra:

Este é um fugitivo bosquejo biographico do paladino emérito, sem par nem precedente, que encheu de fama não sómente o Rio Grande do Sul no primitivo periodo da sua formação politica e social, *mas o Brasil inteiro*.

Talvez mesmo seja menos que um esboço biographico. Quando muito, *uma recolta de notas* nem sempre dispostas ordenadamente; porque já agora parece impossivel o superar a immensidade de insuppriveis lacunas na retumbante historia do fronteiro rio-grandense.

Estudo, senão definitivo (outros tenham tamanha pretensão, não nós) quando muito – methodico, dos fastos de Raphael Pinto

5 PESAVENTO, Sandra Jatahy. O que se lia na velha Porto Alegre: do romance da vida para a vida levada como um romance. In BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Orgs.) *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

6 TORRESINI, Elisabeth W. Rochadel. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Orgs.), op. cit. p. 245.

Bandeira, essa figura insinuante e sedutoramente grata ao coração dos seus conterrâneos, *quicá ainda um dia se possa conseguir. Por ora é quase impossível.*⁷

Os parágrafos acima foram trazidos à baila por concentrarem em si, em grande medida, o teor do texto que os precederam. No primeiro, temos a elevação do biografado ao patamar de herói não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil; no segundo, o escritor que não assume para si o epíteto de “historiador”, mas que externa seu hábito de pesquisador, aquele que junta “fragmentos”; no terceiro, a menção e o reconhecimento do método como prática importante na definição de uma pesquisa e de uma escrita. Alcides não considerava o seu texto como a definitiva biografia de Bandeira, mas sugeria, assim, as ferramentas para a construção das tentativas que se pretendessem assim⁸.

Quando da publicação de *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, Alcides Cruz já era figura conhecida em sua cidade natal, Porto Alegre. Nascido em 1867, Cruz atuou em diversas atividades públicas, passando a integralidade de sua trajetória vinculada ao funcionalismo estatal e politicamente ao Partido Republicano Rio-grandense⁹. O neto da parda Estefânia Maria da Conceição¹⁰ formou-se em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1897¹¹, e do ano de 1897 até o ano de seu falecimento, em 1916, foi deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Em 1900 envolveu-se com a for-

7 CRUZ, Alcides. *Vida de Raphael Pinto Bandeira*: ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino. Porto Alegre: Livraria Americana, 1906, p.I.grifos meus. A contagem das páginas na edição inicia na de número 10 e vai até a de número 104. A partir do apêndice, as páginas passam a ser contabilizadas em algarismos romanos.

8 É curioso observar que em 1999, decorridos mais de 90 anos da publicação da obra, o historiador Augusto da Silva reputava a biografia de Cruz como a mais completa sobre o personagem. Provavelmente Cruz não imaginasse a longevidade de sua produção. Ver o importante estudo de: SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira*: de bandoleiro a governador. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro. 1999. Dissertação (Mestrado)– PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

9 FRANCO, Sérgio da Costa. Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo. In: *Revista Mêtis*: história e cultura, Caxias do Sul, v.2, n.4, p. 263-271, jul/dez. 2003.

10 Estefânia Maria da Conceição era avó materna de Alcides, tendo falecido em 1884, com a idade de 90 anos. Ainda não foi localizado o seu batismo, ficando, apenas o registro de óbito, no qual ela é declarada “parda”. Ver Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre - AHCOMPA, registros da Catedral, Livro 15, p.40. Agradeço à responsável pelo arquivo, Vanessa Gomes de Campos, pela busca e mapeamento da genealogia de Cruz.

11 MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. *Lista Geral dos Bachareis e Doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos Lentes e Directores Effectivos até 1900*. São Paulo: Secretaria da Faculdade de Direito de São Paulo, 1900.

SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

mação/fundação da Faculdade de Direito de Porto Alegre, sendo professor da mesma¹². Alcides Cruz contribuiu com periódicos da capital, como *A Federação* (órgão oficial do PRR), além de ter publicado um ensaio histórico na *Revista Renascença* do Rio de Janeiro e de ter coeditado a revista *Gazeta do Foro* (1902/1903), em sociedade com Aurélio Veríssimo de Bitencourt Jr. e Loureiro Chaves¹³. Além destas publicações, escreveu um estudo sobre Direito Administrativo, editado por outra importante casa da capital, a *Editora Gundlach* (1910), e sobre Direito Civil, publicado postumamente em 1917, pela *Livraria Francisco Alves*, de São Paulo¹⁴. Advogado, professor, parlamentar, doutrinador jurídico, pesquisador, escritor: são essas algumas das faces do autor do “bosquejo biographico” de Rafael Pinto Bandeira.

2 As faces do homem e o Partido Republicano Rio-grandense como lugar.

Nem complacente, nem membro, *a contrario*, de qualquer pelotão de fuzilamento da história, o historiador dos intelectuais não tem como tarefa nem construir um Panteão, nem cavar uma fossa comum.¹⁵

Para a análise que se segue - e mesmo à pesquisa autoral como um todo - uma inquietação se ergue: como definir os sujeitos que produziram textos em distintos gêneros e que atuaram em várias “frentes” na esfera pública a partir de sua projeção pelas letras, em especial para aqueles que o fizeram em momento histórico pretérito às definições mais restritas dos campos do conhecimento científico como conhecemos hoje? Há pouco mencionei as várias faces de Alcides Cruz, e o fiz em tom afirmativo. Po-

12 O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publicou neste ano de 2016, por ocasião do centenário da morte de Cruz, um resumo biográfico em seu portal virtual. Algumas informações trazidas neste texto foram retiradas desta publicação. Ver: *HOMENAGEM a Alcides Cruz no centenário de sua morte*. Porto Alegre: IHGRGS, 2016. Disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br/fragmentos/Biblioteca%20-20Homenagem%20Alcides%20Cruz.pdf>>. Acesso em 30 de março 2016. Sobre a participação de Cruz na fundação da Faculdade, ver também: GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

13 SANTOS, op. cit. p. 68.

14 Além destas publicações, foi possível localizar até o momento uma tradução de Cruz para a obra *Princípios Gerais de Direito Constitucional dos Estados Unidos da América*, de Thomas Cooley, publicada em 1909 pela Editora Carlos Echenique/ Livraria Universal, outra para a obra *O Jogador*, de Dostoiévsky, publicada em 1892 pela Livraria Americana, além de *Epítome da Guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Prata*, de 1907, publicada pela Livraria do Comercio.

15 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

rém, é inevitável pensar: em que momento fala-se do professor? E do advogado doutrinador? E do pesquisador que não se assumia como historiador, mas que conhecia as diretrizes formadoras daquela prática? Essa separação é viável, ou seria mais proveitoso condensar (sem esmaecer as especificidades) as práticas em um epíteto? Se sim, qual seria?¹⁶.

O historiador Jefferson Martins, ao teorizar sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) como *espaço* de atuação de intelectuais no segundo quartel do século XX, concluiu que as definições fechadas de “intelectual” não possuem sustentação, principalmente pelas características *polimorfas* e *polissêmicas* do termo, bem como pelas *incertezas lexicais* advindas das distinções culturais de seu uso.¹⁷ Martins procura, assim, identificar a projeção dos indivíduos à definição de intelectual a partir do *espaço* no qual se reúnem e ao qual atribuem importância como agregador da produção do saber. Para o seu caso, este espaço era o IHGRGS.

Se levarmos em consideração a perspectiva de espaço de que falou Martins, podemos imaginar ao menos dois para o caso de Alcides Cruz: a Faculdade de Direito de Porto Alegre e o ambiente político envolto pelo Partido Republicano. Há ainda a possibilidade de elencarmos o espaço no qual nosso personagem desenvolveu sua formação em direito, a Faculdade de Direito de São Paulo, importante centro da intelectualidade brasileira. Aqui, entretanto, este último local não será acessado.

Quanto a Faculdade de Direito de Porto Alegre, ainda não foi feita uma investigação mais acurada sobre a atividade de Cruz naquela instituição, e, por isso, me fiarei brevemente no que já se pode dizer de sua projeção junto ao Partido Republicano Rio-grandense, proposto aqui como espaço de atuação em que ao menos uma *imagem de intelectual* pode ser vislumbrada.¹⁸

16 É importante salientar que o não assumir-se como historiador talvez fosse mesmo um artifício retórico do personagem, uma vez que Cruz era consciente da atividade de outros indivíduos que desempenhavam “oficialmente” o mister de historiador. Não se intitular como tal poderia ser uma atitude respeitosa e mesmo uma forma de aceitação ao grupo já consagrado de produtores de história escrita. Agradeço ao professor Paulo Roberto Staudt Moreira por essas considerações.

17 MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais*: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). 2015. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. As palavras que destaco são conceitos que o autor apropria respectivamente do historiador Jean-François Sirinelli e do sociólogo Pierre Bourdieu. Ver MARTINS, op.cit. p.21 et seq.

18 Cabe esclarecer que ainda não existia IHGRGS no período de atuação de Alcides. Contudo, isso não implica a não existência de um campo historiográfico, mesclado pela literatura e pela política, que vinha germinando desde o XIX. Entretanto, por não constituir um “local”

O envolvimento de Cruz com o PRR se dá ainda na juventude. Ainda não me é claro o momento exato de sua filiação, mas o certo é que, já na década de 80 do século XIX, Cruz estava nas fileiras do partido. Um dos indícios que colaboram neste sentido é a sua vinculação no funcionalismo público já em 1885, como funcionário na estrada de ferro que ligava a capital a Cacequi e a Uruguaiana¹⁹. Outra pista de sua adesão efetiva ao partido foi a nomeação de Cruz como alferes secretário interino do 7º batalhão da Guarda Nacional durante a Revolução Federalista (1893-1895)²⁰. Na “notícia necrológica” publicada após seu falecimento, o periódico oficial do PRR, *A Federação*, informa que Cruz teria chegado a capitão do referido batalhão durante o conflito, além de ter trabalhado como funcionário do “Thesouro do Estado”²¹. Estas incursões por diversos cargos no serviço público, além da já referida atuação como parlamentar indicado pelo partido²², sugerem a posição de confiança de que lograva Cruz nos quadros republicanos, e indicam que nosso personagem foi peça importante na dinâmica administrativa de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros²³.

Detenho-me agora na citada “notícia necrológica” publicada em 1916, no intuito de retomar a reflexão sobre o ambiente (nem sempre como espaço propriamente físico, mas, fundamentalmente, como uma rede relacional) do PRR e a viabilização *de um lugar de afirmação e de reconhecimento intelectual*. O texto, publicado na primeira página do periódico, carregava como título, em caixa alta, “DR. ALCIDES CRUZ”. Ocupava duas das sete colunas da diagramação, perdendo em extensão apenas para a notícia “A Guerra Européia – De que lado ficará a victoria”. Diferente desta, que vinha

propriamente dito, não elenco aqui este ambiente em desenvolvimento. Para o cenário pré-IHGRGS ver: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus*: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879). Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

19 Ver a já citada homenagem feita pelo IHGRGS.

20 *A Federação*, p.2, 19 de abr. 1894.

21 *A Federação*, p.1, 14 de mar. 1916.

22 Em 1905, por exemplo, *A Federação* estampava em sua primeira página: “4º districto – Eleição estadual. Tendo o dr. Arlindo da Costa Correia Leite renunciado o mandato de deputado à Assembléa dos Representantes do Estado, abriu-se uma vaga no 4º districto eleitoral. [...] Consultadas as influencias politicas das localidades que constituem o referido districto, deu-se a indicação unanime do dr. Alcides de Freitas Cruz, advogado, residente em Porto Alegre, para candidato do partido republicano.” In: *A Federação*, p. 1, 29 de dez. 1905. Grifos meus.

23 Não é o objetivo deste texto discutir a política Castilhista e Borgista, visto que o tema é abordado com recorrência na historiografia do Rio Grande do Sul. O texto de FRANCO, op. cit. oferece uma breve visão panorâmica do cenário político do período. Como leitura complementar, menciono aqui o texto de: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho* (1890-1937). Porto Alegre: CORAG, 2005.

assinada por Clotário Pinto, a notícia sobre Alcides Cruz não carregava autoria individual, sugerindo assim que o que se pretendia com o texto era apresentar uma homenagem em nome do veículo como um todo. Assim se abria a notícia:

A morte riscou, hoje, á o hora, da *nossa lista republicana de correligionarios convictos e disciplinados* o nome do dr. Alcides de Freitas Cruz.

Esse claro que acaba de abrir nas nossas fileiras partidarias rouba-nos *um dos mais dedicados servidores, a quem nos prendiam estrictos vínculos de ardor e confiança politica mutua* ²⁴

Pontuando sobre a trajetória de Cruz dentro do serviço público e reafirmando sua fidelidade partidária, o escrito seguiu por uma direção que visava enaltecer as qualidades intelectuais do noticiado, suas conquistas através da dedicação em seus estudos e, principalmente, como sua erudição contribuía para a sua própria trajetória e para os serviços prestados ao estado e ao Partido Republicano.

Nelle madrugando assim tão prematuramente o gosto do estudo e o interesse por uma leitura tanto quanto possível encyclopedica, se deu apaixonadamente a uma existencia recolhida e tenaz de estudioso, o que lhe estava valendo, em plena maturidade do espirito, uma cultura vantajosa e variada, que, além de util aos seus interesses profissionaes de advogado laborioso, conferiam-lhe autoridade sufficiente para se tornar um dos mais valiosos e modestos auxiliares e *de reconhecida confiança da suprema direcção do partido republicano riograndense.* ²⁵

Uma das leituras possíveis que se depreendem desta construção textual está vinculada à perspectiva que sugere que o PRR confiou à Cruz uma série de cargos e mesmo o reconhecimento de sua importância, tanto em vida quanto póstumo, essencialmente por suas *qualidades intelectuais*. A sequência do texto aponta neste sentido, especialmente por não haver maiores detalhes sobre a atuação do personagem como parlamentar, e nem em outras funções públicas, ficando estas atividades reduzidas à rápida menção e não à explanação. Por outro lado, o texto demora-se em enaltecer os feitos intelectuais de Cruz, mencionando suas publicações, traduções e edições, além dos reconhecimentos que teve em vida exatamente por estes

²⁴ A *Federação*, 14, de março de 1916, loc. cit. Grifos meus.

²⁵ Ibid. loc. cit. Grifos meus.

feitos. São recorrentes as passagens que reafirmam isso, como a que diz que “[...] a sua extensa *illustração*, quer como advogado e professor, quer literaria e científica, tornaram-no bastante aproveitável na vida publica a multiplos encargos.”²⁶ Na proposta de elencar a produção de Cruz, o noticiário continua dizendo:

Lente substituto, depois cathedratico da cadeira de Sciencia da Administração e Direito Administrativo, da Faculdade Livre de Direito desta capital, escreveu duas obras didacticas de larga extracção no meio academico brasileiro, sobretudo em S.Paulo e Rio, onde uma dellas já anda na 2ª edição. *Livro Nacional que no Brasil chega á 2ª edição é obra consagrada quase de modo definitivo*. A 2ª edição, de 1914, como a primeira, de seu Direito Administrativo Brasileiro, é feita na casa Francisco Alves & Cia., do Rio de Janeiro, que adquiriu a propriedade desse livro.

Escreveu antes a unica versão autorizada dos Principios Geraes de Direito Constitucional dos Estados Unidos por Thomas Colley [sic].²⁷

A partir da leitura da “noticia necrológica” é possível, assim, perceber com alguma clareza a importância de Alcides Cruz para o PRR, e de como se elabora uma imagem pública pautada pelo exemplo intelectual. Nosso personagem não foi o que podemos chamar de “republicano histórico”, isto é, um protagonista político de força intra e extrapartidária. Homem negro²⁸, até agora não foi trazido a lume pela historiografia nem no campo intelectual, nem no campo político. É fundamental, no entanto, observar estas nuances perceptíveis nos discursos difundidos por *lugares* oficiais e de grande importância para um espaço-tempo, não no sentido de se elevar panteões ou cavar fossas comuns, como sugeriu Sirinelli na epígrafe desta seção, mas de identificar caminhos que constroem uma biografia, que evidenciam aspectos da trajetória de indivíduos que por determinados momentos perpassaram espaços legitimados e legitimantes. Não é de heróis que nos ocupamos, tampouco de párias. Ocupamo-nos, sim, de pessoas, de lugares e de tempos, e a combinação desses elementos é que

26 Ibid. loc. cit. Grifos meus.

27 Ibid. loc. cit. Grifos meus.

28 O fato de Alcides de Freitas Cruz ser negro é um dos principais objetivos da investigação do qual faz parte este recorte que por hora se conforma em artigo. Todavia, as discussões sobre racialização e protagonismo negro extrapolam o foco da presente análise e não serão abordados aqui, ficando a menção à cor registrada para que, aos poucos, os personagens negros que “adormecem” na história do Rio Grande do Sul sejam cada vez mais despertados e se façam presente.

constroem heróis e vilões, santas e alcoviteiras. Para esta reflexão é cara a conclusão do historiador francês Phillipe Levillain em seu texto sobre “Os protagonistas”: “a biografia é o lugar por excelência da *pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-la às custas de seus dessemelhantes*.”²⁹

Em 1900, o intendente de Porto Alegre era José Montaury de Aguiar Leitão. Figura de alta confiança do PRR, Montaury estava na gestão da cidade havia três anos, e ainda haveria de fazê-lo por quase duas décadas e meia, até 1924³⁰. Naquele último ano dos Oitocentos, o intendente solicitou ao correligionário Alcides Cruz a redação de um texto sobre Rafael Pinto Bandeira. Talvez o intendente soubesse que seu colega republicano era afeito aos escritos históricos, ou talvez fora a própria administração do partido - ciente daquela predileção³¹ - que solicitara a tarefa. O fato é que, em 1900, a gênese da obra aqui analisada foi publicada pelo poder público. Ainda não conheço esta edição, mas quem informa de sua publicação é o próprio autor:

Veio-nos, a idéa da presente tarefa, tão difficil embora salutar, desde que em 1900 um illustre administrador municipal, o prestante intendente de Porto Alegre, o sr. José Montaury de Aguiar Leitão, incumbio-nos da redacção de algumas linhas acerca do remoto guerreiro, para uma publicação official que sahio n'aquelle anno: convencemo-nos, então, de que a historia de Pinto Bandeira estava por escrever, inteiramente por fazer.³²

Passo agora a analisar alguns excertos do texto de *Vida de Raphael*

29 LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de JANEIRO: Editora FGV, 2003. Grifos meus. Também me é cara a argumentação do historiador italiano Giovanni Levi sobre a investigação biográfica, para quem há sempre traços de excepcionalidades e normalidades nos sujeitos históricos. Segundo ele “não se pode negar que há um estilo próprio à uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social.” In: LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. Grifos meus.

30 Para uma exposição sobre a gestão de Montaury, ver: BAKOS, Margaret Marchiori. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. In: *Revista Estudos Avançados*, v.12, n. 33, 1998.

31 A notícia necrológica tratada ainda há pouco dizia: “Devido aos seus trabalhos de caracter histórico, que eram uma de suas predilecções, eleito membro do Instituto Histórico e Geographico do Rio de Janeiro.” In: A Federação, *ibid.* loc. Cit.

32 CRUZ, *op.cit.* loc. Cit.

Pinto Bandeira.

3 A abertura do texto: o que nos dizem a epígrafe e a dedicatória?

A obra dedicada a Rafael Pinto Bandeira³³ é aberta com duas citações de *Scènes et doctrines du Nationalisme*, do autor francês Maurice Barrès, publicada em 1902. Autor de textos literários, jornalísticos e políticos, Barrès nasceu na cidade francesa de Chames, em 1862, e faleceu em Neuilly-sur-Seine, em 1924. Durante sua vida defendeu com fervor o nacionalismo francês e, notadamente após o caso Dreyfus (1894-1899), passou a ser um porta-voz de um discurso nacionalista antissemita e de tom amplamente conservador. Uma de suas principais obras foi *Le Cult du moi*, trilogia publicada entre os anos de 1888 e 1891³⁴. Em *Scènes et doctrines*, o autor francês desenvolve os pontos que iriam fundamentar sua visão particular sobre o nacionalismo que, grosso modo, propunha uma perspectiva de valorização da ancestralidade e da ligação com a terra³⁵.

Da obra em questão, Alcides Cruz recorta fragmentos que falam tanto sobre o nacionalismo, quanto sobre o regionalismo, oferecendo ao leitor uma iniciação sobre o que se poderá encontrar ao longo da construção textual que enaltecerá Pinto Bandeira. Um dos fragmentos diz que “La nationalité française, selon nous, est faite des nationalités provinciales”³⁶, em clara alusão aos regionalismos que culminam na nacionalidade. O ou-

33 Rafael Pinto Bandeira nasceu em 1740 e faleceu em 1795. Foi militar e contribuiu nas guerras fronteiriças durante a segunda metade do século XVIII. Bandeira teve protagonismo nas definições territoriais coloniais portuguesas, e, também por conta disso, congregou amplo poder político durante o período de sua atividade, além de ter sido um dos grandes estancieiros do século XVIII. Ver, dentre outros, SILVA, op.cit.; e GIL, Tiago L. Elites locais e changadores no mercado atlântico de couros (Rio Grande e Soriano, 1780-1810). In: *Revista História Unisinos*.v. 18, n. 2, p.288-300, maio/ago. 2014.

34 Ver a breve nota biográfica sobre Maurice Barrès no portal virtual da Academia Francesa de Letras. Disponível em: <<http://www.academie-francaise.fr/les-immortels/maurice-barres>>. Acesso em 05 maio 2017.

35 O caso Dreyfus tem um peso importante no engajamento de Barrès ao anti-semitismo. Em uma passagem da obra citada, ele acusa o escritor Emile Zola, notório defensor de Alfred Dreyfus, de não ser francês por ter sua ancestralidade “para lá” dos Alpes. Diz Barrès: “M. Zola era predestinado para o dreyfusismo. Ele obedece às profundas necessidades interiores. [...] Quem é M. Zola? Eu olho para suas raízes: este homem não é um francês [...] Eu reconheço que seu dreyfusismo é o produto da sinceridade. Mas eu digo à esta sinceridade: há uma fronteira entre mim e vós. Qual fronteira? Os Alpes..” In: BARRÈS, Maurice. *Scènes & Doctrines du nationalisme*. Paris: Félix Juven Editeur, 1902.

36 BARRIÈRE apud CRUZ, 1906, p.6. Em tradução livre: “a nacionalidade francesa, segundo nossa opinião, é feita de nacionalidades provinciais”.

tro fragmento, maior e mais denso, assevera:

De todas as formas sociais usadas no gênero humano, a única completa, a mais sólida e ampla, é evidentemente a nacionalidade. Desde que se dissolveu a antiga associação conhecida na Idade Média sob o nome de Cristandade, ainda que continuasse qualquer reconhecimento à unidade do mundo romano, a nacionalidade sobra como condição rigorosa, absoluta, de toda humanidade.³⁷

Como se pode ver, trata-se de uma declaração aberta e apaixonada sobre o nacionalismo, inclusive elevando-o à condição de única via de sustentação social.

Ainda não me foi possível identificar outras menções aos textos de Barrès na produção intelectual de Alcides Cruz, mas, especificamente nesta obra da qual me ocupo, não há mais nenhuma. Um dos desafios de observar o trânsito de autores nas produções textuais é justamente encontrar vestígios das formas de leituras praticadas por aquele que lê, assimila e cita a ideia de outrem ou seu próprio texto. É possível considerar uma citação – neste caso, apenas na abertura da obra – como uma influência no pensamento de um autor? Como dimensionar as leituras feitas por Alcides Cruz e suas utilizações em textos autorais? São perguntas amplas que perpassam a análise como um todo, especificamente quando tratamos de um caso como o de nosso personagem que, em sua trajetória, acessou ambientes com alta circulação de textos e autores³⁸. Barrès foi contemporâneo de Cruz, de maneira que as discussões sobre o antissemitismo e, em última instância, sobre o racismo, chegaram até o professor porto-alegrense no calor daquelas horas. Diante disso, outra inquietação se apresenta: uma vez feita a leitura de *Scènes*, obra de alto teor propagandístico em prol de ideias xenófobas, como foi a assimilação do negro Alcides Cruz especificamente no que toca ao tema racial? Esta é outra daquelas questões ainda (e, quem sabe, permanentemente) sem resposta.

Na página seguinte à das citações do autor francês, temos a dedicação do livro:

37 BARRÈS apud CRUZ, 1906, p.6.

38 É importante mencionar o fato de que Alcides Cruz deixou em testamento para a Faculdade de Direito de Porto Alegre sua biblioteca pessoal, composta na ocasião de seu falecimento por mais de 800 volumes. A investigação sobre sua biblioteca é também um dos principais objetivos da pesquisa que desenvolvo.

Ao Sr. Barão do Rio Branco.

Ao sabio espirito, que por mais de uma vez desceu
às *necrópoles chamadas ARCHIVOS*, para de lá desen-
tranhar, e *fazer fremirem de vida*, esses inumeros
documentos sepultados pela espessa camada dos
tempos.³⁹

Nesta dedicatória, é possível observar outra daquelas faces de Cruz. Falo do pesquisador com ganas de historiador. A dedicatória ao Barão do Rio Branco é passível de ao menos duas leituras: por um lado, aquela na qual um intelectual de atuações diversas como Cruz identifica em outro “um semelhante”, como era o caso de Rio Branco, um polivalente em se tratando de atividades públicas; por outro, o pesquisador que identifica o *método da investigação histórica* na atividade intelectual de um de seus pares, e, estritamente por essa atividade, lhe rende homenagens. Ainda que considere a primeira como uma leitura importante, prefiro me fiar à segunda, que para os fins deste texto apresenta-se mais prolífica.

Os arquivos em destaque no texto da dedicatória dão o tom de uma das principais preocupações do autor ao longo da narrativa. Cruz atribui fundamental importância aos documentos como *provas* e aos arquivos como *redutos da verdade objetiva*. Por mais de uma passagem, ele informa ao leitor da insuficiência das informações dadas por conta da inacessibilidade aos arquivos ou do desconhecimento da documentação, e o faz no intuito de demonstrar a seriedade e comprometimento com a veracidade do que fora dito. Já nas primeiras páginas que tratam da descrição física da região em que se estabeleceram os ancestrais de Pinto Bandeira, podemos ler frases como “seria mister o provar”⁴⁰ e “enquanto se nos não provar”⁴¹, além de haver a declaração de fiabilidade documental de que falei há pouco na menção ao local exato de assentamento dos membros da família Bandeira:

*Sem que se possa dos documentos por emquanto obtidos determi-
nar se a fazenda de crear era no Rio Grande do Sul ou em
Sta. Catharina, o certo é que o portuguez José Pinto Bandei-
ra constituía-se, pelo casamento com a lagunista Catharina
Brito, o tronco secular d’esses dous famosos rebentões [...].*⁴²

Na nota de rodapé desta mesma página, Cruz traz os assentos de

39 CRUZ, op. cit. p. 7. Grifos meus.

40 Ibid., p.10.

41 Ibid., p.13.

42 Ibid., p. 14. Grifos meus.

batismos dos membros da família, indicando local e livros de lavra dos documentos. A objetividade histórica estava na prova. A prova, por sua vez, estava nos documentos, e estes, por fim, estavam nas *necrópoles* chamadas arquivos⁴³.

A historiadora Maria da Glória de Oliveira, ao dissertar sobre a formação do campo historiográfico no Brasil, especialmente através da contribuição do historiador pernambucano João Capistrano de Abreu, argumenta que as diretrizes da prática da escrita da história que se configuraram no século XIX, fundamentalmente na atividade de Francisco Adolfo de Varnhagen e na de Abreu, fiaram-se no reconhecimento das fontes documentais como as ferramentas de legitimidade do discurso do historiador⁴⁴. Segundo Oliveira, “pode-se afirmar que, com Varnhagen, Capistrano partilhava uma das grandes descobertas da disciplina histórica do século XIX: o gosto pelos arquivos”⁴⁵. Ainda nas palavras da autora:

No século XIX, as práticas de instauração de fontes transformam-se em uma especialidade, e a ciência histórica desenvolve-se em torno das coleções documentais das bibliotecas, lugar onde circulam os pesquisadores. Em suma, *ir aos arquivos* torna-se uma espécie de lei tácita da disciplina histórica.⁴⁶

Em outras passagens, Cruz ainda utiliza as notas de rodapé para informar o leitor de seu afã investigativo, dizendo que “compulsamos no arquivo do bispado do Rio Grande do Sul [...]”⁴⁷ e que “o *archivo da Delegacia Fiscal*, e naturalmente o do Estado, *oferecem inúmeros documentos corroboran-*

43 Não é demais evocar o fato de que a menção à necrópole talvez tivesse origem na estética um tanto obscura do Romantismo, que, especialmente em sua segunda geração brasileira, enaltecia a morte e o ambiente cemiterial como origem e fim da vida, e com a qual Cruz teve amplo contato através da literatura que abastecia sua biblioteca.

44 OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Ver especialmente o capítulo 3. Sobre a conformação do campo historiográfico brasileiro, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de história nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006 e VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

45 Ibid. p.67.

46 Ibid. loc. cit. Grifos da autora.

47 CRUZ, op. cit. p. 31

tes d'esta afirmativa.”⁴⁸. No arquivo, o historiador compulsa os documentos, traz a lume, “desentranha” e os fazem “fremir de vida” e, quase que em uma dinâmica de reciprocidade, a *necrópole* à qual tanto desceu Rio Branco, oferece àquele que nela desce uma *corroboração*, uma *afirmação*, uma *veracidade*.

O cuidado com as fontes, assim, se mostra constante em *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, ficando claro que Alcides Cruz estava inserido naquele cenário de transição da pesquisa e da escrita histórica⁴⁹, e que talvez tenha feito questão de mostrar este zelo para os seus leitores, sendo eles membros de seu circuito intelectual e de ofício, ou não.

Contudo, há na biografia de Pinto Bandeira uma característica um tanto contraditória, mas que colocada dentro do significado maior da obra torna-se compreensível. Refiro-me aqui às menções que não possuem qualquer referência de origem ou aquelas que se afastam consideravelmente das características investigativas que procurei apontar no texto de Cruz até aqui. São passagens que geralmente guardam ligação com a fundação da figura heroica de Rafael Pinto Bandeira, isto é, são trechos nos quais o rigor até então registrado é sacrificado em detrimento da criação perfeita do “heroe continentino”. É da fabricação deste herói na obra de Cruz que me ocupo a seguir.

4 “Gaúcho indomito”, “guerrilheiro sul-americano”, “infatigável fronteiro”: O Rafael Pinto Bandeira de Alcides Cruz

E a centuria de bravos, legítimos cavalleiros andantes do romanesco cyclo dos heróes da Tavola Redonda, verdadeiros centauros em audacia e valor, segurança na arte de bem cavalgar, e cheios de inexcedível confiança no seu capitão, obedeceu ufana à invocação deste, e sahio galharda ao encontro das espessas cohortes inimigas, seguramente vinte vezes mais avultadas que elles⁵⁰

Em que ponto um texto historiográfico deixa de ser a transmissão dos resultados de uma pesquisa e passa a ser um texto literário? Qual a medida dos recursos estilísticos dentro de uma escrita que se pretende

48 Ibid. p.40. Grifos meus.

49 Cabe aqui ressaltar que na lista de livros presentes na biblioteca do autor encontram-se ao menos 40 obras de História do Brasil/História do Rio Grande do Sul. Dentre elas podemos encontrar as obras de Robert Southey, John Armitage, Tobias Monteiro e Oliveira Lima para o âmbito nacional, e de Alfredo Varela, Alcides Lima, João Cezimbra Jacques e Carlos Teschauer, estes, em sua maioria, contemporâneos de Cruz no âmbito regional. Entretanto, a efetiva leitura das obras, como já mencionei, é uma questão à parte.

50 CRUZ, op.cit. p.49

verossímil? Até agora procurei identificar na construção textual de Alcides Cruz certa preocupação com a veracidade das fontes ou, em uma definição pertinente àquela época, a busca comprometida com a referência corroborante da verdade. Agora, entretanto, apresentarei alguns aspectos que caminham em sentido oposto àquele do afã arquivístico, e o fragmento que abre este subtítulo bem o demonstra.

Trata-se de uma das descrições feitas por Cruz da bravura transmitida por Pinto Bandeira aos seus soldados, durante as guerras platinas que este participou no século XVIII. Ao longo da descrição, o autor procura sempre evidenciar o ímpeto guerreiro e a predestinação do biografado, quase o colocando como uma verdadeira força natural. É bem verdade que as páginas ocupadas com a descrição dos feitos de Pinto Bandeira continuam carregando os rodapés de que venho tratando até agora. Todavia, é notável a disparidade entre as que se preocupam com a fidelidade fática, e as que apenas contribuem para a construção do herói, adjetivando-o.

Durante a descrição dos episódios dos quais faz parte o trecho acima citado, há uma nota que diz:

As guerrilhas acima referidas andam desordenadamente relatadas, não só em livros (Annaes da Provincia, pelo visconde de S. Leopoldo) como até em documentos officiaes do Reino. Procuramos, se não acertar, *ao menos methodisar o assumpto* apurando *o que nos pareceu exacto* na correspondencia entre os dous comandantes belligerantes (vide o v.35 da Publicação official do Archivo Publico de S. Paulo), e no depoimento das testemunhas presenciasaes nos autos do Conselho de guerra de Raphael. Recentemente compulsamos o muito encorpado e informe volume d'esses autos no Archivo Publico do Brasil [...].⁵¹

Se por um lado Cruz outra vez se preocupa em metodizar as fontes⁵², tentando extrair o que lhe pareceu mais exato da documentação, de outro, as descrições feitas pelo autor se afastam das de um texto *científico*, nos moldes da historiografia que se desenhava no período, rumando para uma narrativa quase épica.

Outro exemplo deste paradoxo textual está no fragmento que narra a juventude do *herói* Rafael Pinto Bandeira, logo no início da seção “Açorianos – Juventude de Raphael – Início na vida militar”. O texto inicia com

⁵¹ Ibid, p.48. Grifos meus.

⁵² Saliento aqui que o “metodizar”, para além de fiar-se a um método determinado, também poderia ser um sinônimo de organização.

um parágrafo que narra o surgimento de dois entes: Pinto Bandeira e o Rio Grande do Sul.

A epocha contemporanea da formação moral do façanhudo capitão, tão insigne nos feitos quão mysterioso na vida íntima, *era exatamente a da formação politica do Rio Grande*, esse nosso continente fadado a tantas luctas, e de longe profetizado a ser <<muito batido mas nunca vencido>>. *Parallemento cresceram, tendo nascido ao mesmo tempo*. E quando Raphael falleceu, em plena maturidade fecundissima de virtudes e acções, o continente já tinha atingido a idade em que o character se tem definido e o povo já vae adquirindo uma certa consciencia dos seus actos e dos seus destinos.⁵³

Para este fragmento, há uma curiosa nota que explica o destaque da frase que endossa a invencibilidade do Rio Grande, dizendo que tal profecia eram os “vaticínios de um astrólogo colonista que viveu em Porto Alegre no século 18.”⁵⁴ É interessante observar que, se para a fidelidade dos fatos havia a preocupação explicativa e conscienciosa da presença de fontes, para a afirmação heroica de Pinto Bandeira os “vaticínios de um astrologo” não parecem ser um problema para o rigor do autor. E, uma vez mais, as interrogações povoam os pensamentos do leitor: quais as motivações de Alcides Cruz em *contrapor* em seu texto duas formas conflitantes de construção textual?⁵⁵ Bem sei que se trata de um período de transição das formas de escrita da história e, por isso, formas distintas coexistem. Entretanto, penso que é necessário aventar algumas possibilidades implicantes na composição de nosso personagem.

Observando o excerto acima, identifica-se uma das chaves que contribuem para a compreensão do sentido da obra, qual seja, a do herói imbricado com composição de uma ancestralidade, ou, mais precisamente, o do surgimento de um exemplo congregador do sentimento pátrio. Pinto Bandeira nasce e cresce com e no solo gaúcho e, enquanto amadurece moralmente, assiste ao amadurecimento político do território. Os vaticínios confirmam, no texto de Cruz, a glória destes dois rebentos predestinados (o personagem e o território). Em um só congregam-se dois, e, no dizer do

53 Ibid. p.35. Grifos meus.

54 Ibid. loc. cit.

55 Utilizo propositalmente a *intencionalidade* da ação. Se houve ou não a intenção objetiva, não saberei dizer. Contudo, me fio da clássica proposição de Michel de Certeau, de que um autor escreve a partir de um espaço, de um lugar profundamente marcado por uma cultura e por um ethos. Ver: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Especialmente a primeira parte da obra.

autor, “Raphael, com justo cabimento, é pois a mais pura, a mais perfeita personificação de sua terra [...]”⁵⁶

Parece equivocado dizer que *Vida de Raphael Pinto Bandeira* tenha feito tão somente as vezes de um constructo ideológico republicano, daqueles que se propõe a elevar mitos e emblemas para um regime político⁵⁷. E tal conclusão se ampara no fato de que na altura de sua publicação – 1906, o regime já contava com sólidas bases no Rio Grande do Sul tendo, inclusive, o seu próprio herói gaúcho, Júlio de Castilhos que, tendo falecido em 1903, passou então a ser o símbolo do PRR⁵⁸. Fica, assim, a sensação de que Cruz produziu seu texto à moda própria, estabelecendo algumas bases narrativas peculiares para arrazoar formas de nacionalismo e de regionalismo⁵⁹. Estas bases se distribuem no texto em passagens como as que narram os combates entre portugueses e espanhóis.

inimigo batia as portas. D. Pedro Cevallos, o rancoroso inimigo dos portugueses, guerreiro cruel e barbaço invasor, depois da rendição da Colonia de Sacramento (1762), já talava toda a linha portuguesa do sul, ao longo do Atlantico, em penosa refrega (1764) para os nossos primitivos ocupadores.⁶⁰

Os inimigos são sempre mais cruéis. Para além das fronteiras, os que lá habitam são bárbaros. Cruz, ao descrever os espanhóis, estabelece a dicotomia *nós e eles*, aquela que coloca o outro em desvantagem em detrimento da bravura dos filhos que habitam o solo daqui. O português, açoriano e, em última instância, o colono do Rio Grande, são os defensores pátrios que aguerridos suportam as investidas de Cevallos. Os Pinto Bandeira – tanto o pai, Francisco, quanto o filho, Rafael – são, na narrativa de Cruz, aqueles que juraram defender o continente, e que retumbaram os gritos que em “uma só imprecação sahia de todos os peitos: - Morram os

56 CRUZ, op. cit. p. 35.

57 Aqui faço uma referência direta ao clássico estudo de José Murilo de Carvalho (1990) que, ao investigar as formas de propaganda do regime Republicano no Brasil, notadamente no Rio de Janeiro, sugere que a simbologia daquela proposta política visava o *imaginário social*, uma vez que, segundo o autor, é por meio dele que “se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

58 Ver TRINDADE e NOLL, op. cit.

59 Não é descartável, contudo, a tentativa de construção de mais um “herói” para o panteão republicano por parte de Cruz, além do fato de que o intento poderia ter sido uma forma de o autor contribuir com o seu próprio nome na história partidária.

60 CRUZ, op. cit. p.39. Grifos meus.

castelhanos!”⁶¹.

Seguindo a descrição dos embates, o autor escreve a sua declaração de nacionalidade que, se peca pela ausência do rigor outrora apresentado, sobra em dramaticidade e paixão:

Que importavam as convenções diplomáticas? Qual a utilidade dos ajustes regios, quando feriam o direito? Como respeitar uma razão de Estado, se nós aqui não entendíamos de nada d'isso? *Despertamos conhecendo-nos capazes de uma consciência nacional*. O pior era que o tratado de Paris, celebrado a 10 de fevereiro de 1763, estava sendo violado: cumpria devolver a Portugal a villa do Rio Grande. *Era uma nova Jerusalem que precisava ser resgatada á força do guante opróbrio dos invasores*.⁶²

O Rio Grande do Sul era a nova Jerusalém e os espanhóis, conforme o autor escreve em frase sequente, eram os sarracenos. Diante do cenário, o que se colocava à prova, para além das terras, era a consciência nacional.

Ainda no intuito de evidenciar a *construção da diferença*, Cruz apresenta João Henrique Böhm, general das forças portuguesas, e Juan José de Vértiz e Salcedo, comandante das forças espanholas. Böhm, apresentado como homem “reflectido”, “disciplinador austero”, “severo homem”, “silencioso e reservado”, e “destemido e lucido”⁶³, é contraposto a um Vértiz e Salcedo “fanfarrão maior da marca, sorrateiro e cruel”⁶⁴. Outra vez a diferença, outra vez a disparidade e, dessa dinâmica, o que frutifica é a intenção de pertencimento a uma região, a uma pátria. O mesmo vale para Rafael Pinto Bandeira, nunca diminuído, sempre “gaúcho indomito”, “guerrilheiro sul-americano”, e “infatigável fronteiro”⁶⁵.

61 Ibid. p. 40. Diante desta menção, é incontornável o texto clássico da historiadora Ieda Gutfreind, no qual são analisados os discursos de escritores exponenciais sobre a história do Rio Grande do Sul. Naquela investigação, Gutfreind estabelece duas matrizes interpretativas para as abordagens historiográficas produzidas na década de 1920, a lusitana e a platina. Cruz não foi citado pela autora mas, de acordo com a lógica de Gutfreind, talvez pudéssemos incluí-lo no rol dos “lusitanos”. Ver GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. Uma crítica sobre estas proposições interpretativas pode ser vistas em NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História do Rio Grande do Sul*. In: Revista Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 161-186, jan./jun. 2005.

62 Ibid. loc.cit. Grifos meus.

63 Ibid. As menções estão respectivamente nas páginas 76 e 62.

64 Ibid. p. 76.

65 Ibid. As menções estão respectivamente nas páginas 96, 99 e 102.

CONCLUSÃO

Com efeito, podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido.⁶⁶

Não será possível concluir as reflexões que aqui apresento. Jamais foi este o meu vislumbre. Como o leitor deve ter percebido ao longo do texto, apresentei mais dúvidas do que soluções para os questionamentos. Talvez o necessário aqui seja olhar não para o biografado, mas para o biógrafo, e inquirir: qual a função sociopolítica deste tipo de construto biográfico para a formação de uma identidade histórica regional, especialmente ao longo da Primeira República?

Analisar um texto historiográfico é tarefa assaz complicada e, por maior que seja o esforço, fica sempre aquela sensação da falta. Se de um lado há a consciência de que o autor fala a partir de um lugar, do outro também há a de que o texto fala por si, apagando o autor aos poucos⁶⁷. A dinâmica autor-texto, assim, se apresenta desafiadora, e os significados do objeto que chega em forma de sentenças precisam ser lidos ora com lentes microscópicas, ora com distância e amplitude. Há que se lidar com senhas, caminhos e conexões que conformam possíveis sentidos, no intuito de compreender o passado apenas por fragmentos, por clarões. Aqui apresentei um exercício que caminhou por essas veredas, e o fez de mãos dadas com a incerteza. Melhor assim.

REFERÊNCIAS

- BAKOS, Margaret Marchiori. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. *Revista Estudos Avançados*, v.12, n. 33, 1998.
- BARRÈS, Maurice. *Scènes & Doctrines du nationalisme*. Paris: Félix Juven Editeur, 1902.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

66 CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____. (Org.) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

67 Ver FOUCAULT, op. cit.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____. (Org.) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CRUZ, Alcides. *Vida de Raphael Pinto Bandeira: ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1906.
- FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: _____. *Estética: literatura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo. *Revista Métis: história e cultura*, Caxias do Sul, v.2, n.4, p. 263-271, jul/dez. 2003.
- GIL, Tiago L. Elites locais e changadores no mercado atlântico de couros (Rio Grande e Soriano, (1780-1810). *Revista História Unisinos*, v.18, n.2, p.288-300, maio/ago. 2014.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. 2012. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de história nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- _____. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- HOMENAGEM a Alcides Cruz no centenário de sua morte. IHGRGS, 30 março 2016. Disponível em: < <http://www.ihgrgs.org.br/fragmentos/Bibliote>

ca%20-%20Homenagem%20Alcides%20Cruz.pdf>. Acesso em 20 maio 2017.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de JANEIRO: Editora FGV, 2003.

MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. *Lista Geral dos Bachareis e Doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos Lentes e Directores Effectivos até 1900*. São Paulo: Secretaria da Faculdade de Direito de São Paulo, 1900.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NEDEL, Leticia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História do Rio Grande do Sul. In: *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 161-186, jan./jun. 2005

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatthy Pesavento. O que se lia na velha Porto Alegre: do romance da vida para a vida levada como um romance. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Orgs.) *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. Quando a nação é, sobretudo, uma questão de sensibilidade. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

- TORRESINI, Elisabeth W. Rocha del. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Orgs.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

INTERESSES RELACIONAIS: CONFLUÊNCIAS ENTRE INTELLECTUALIDADE, RELIGIOSIDADE E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE LEOPOLDO PETRY

RELATIONAL INTERESTS: CONFLUENCES BETWEEN INTELLECTUALITY, RELIGIOUSITY AND POLITICS IN THE TRAJECTORY OF LEOPOLDO PETRY

Rodrigo Luis dos Santos¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar aspectos da trajetória política e intelectual de Leopoldo Petry (1882-1966), nascido em Novo Hamburgo, então distrito de São Leopoldo. Em sua atuação política, Leopoldo Petry foi um dos líderes do movimento emancipacionista local, entre 1924 e 1927, e primeiro intendente hamburguense eleito, entre 1927 e 1930. Ainda exerceu, na década de 1950, o cargo de vereador no município de Novo Hamburgo. Em sua vida intelectual, Leopoldo Petry se destacou pela escrita de obras que se dedicaram, sobretudo, ao processo de imigração alemã no Rio Grande do Sul e seus desdobramentos sociais, culturais e políticos. Por se tratar de um agente histórico que exerceu um papel relacional importante entre diferentes campos (política, religião, meio intelectual) e esferas (como mediador em nível local, regional e estadual), compreender a construção de sua trajetória, suas ações e as redes sociais de que participava favorece novas perspectivas

1 Doutorando em História (bolsista PROSUP/CAPES) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Possui mestrado em História (bolsista FAPERGS/CAPES) (2016) e graduação em Licenciatura Plena em História (2013) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor nos Cursos de Graduação em Licenciatura em História e Pedagogia e em Cursos de Especialização do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI) e membro da Equipe Editorial da Revista Acadêmica *Licenciaturas*. Esteve vinculado ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB) do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UNISINOS (2011-2016). Tem experiência como professor no Ensino Fundamental e Médio. Atuou como historiador voluntário e coordenador de estágios no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (2013-2016). Integrante, na qualidade de pesquisador, do grupo de pesquisa (CNPq) Núcleo de Estudos de História da Imigração (NEHI), na linha de pesquisa Espaço, Economia e Sociedade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF). É membro e atual presidente (Gestão 2016-2017) da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB) e sócio da Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS). Integrante do Fórum Setorial de Patrimônio Histórico e Cultural de Campo Bom e representante do mesmo, na qualidade de conselheiro titular, no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (biênio 2016-2018), onde também integra a Câmara Técnica. Tem interesse e atua nos seguintes temas: imigração e sua contextualização social e política; Brasil e Rio Grande do Sul imperial e republicano (Primeira República e Período Vargas); Estado Novo, nacionalismo e ações de nacionalização; patrimônio, museus e acervos documentais e históricos; ensino de História.

sobre a História da Imigração. Ao mesmo tempo, ao se dedicar a compreender a atuação destes agentes históricos mediadores, a historiografia redimensiona seus enfoques e objetos de pesquisa, ampliando sua capacidade de analisar criticamente os processos de formação e relação social, política e cultural empreendida pelos imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Palavras-chave: Leopoldo Petry. Política. Intelectualidade.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze aspects of the political and intellectual history of Leopoldo Petry (1882-1966), born in Novo Hamburgo, then district of São Leopoldo. In the political activity, Leopoldo Petry was one of the local emancipation movement leaders, between 1924 and 1927 and first hamburguense intendant elected, between 1927 and 1930. Still exercised, in the 1950s, the position of councilor in the municipality of Novo Hamburgo. In his intellectual life, Leopoldo Petry stood out for writing works that were dedicated mainly to the German immigration process in Rio Grande do Sul and its social consequences, cultural and political. Because it is a historical agent who played an important relational role between different fields (politics, religion, intellectual milieu) and balls (as a mediator in local, regional and state level), understand the construction of its history, its actions and networks social who participated favors new perspectives on the history of immigration. At the same time, to devote to understanding the role of these historical mediating agents, historiography resizes their approaches and objects of research, expanding their ability to critically analyze the formation processes and social relations, political and cultural undertaken by immigrants and their descendants in Rio Grande do Sul and Brazil.

Keywords: Leopoldo Petry. Policy. Intellectuality.

INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser complexo, social e relacional. A partir da trajetória de um agente social, é possível mapear a complexidade das relações sociais na qual está inserido, ao mesmo tempo em que se torna factível empreender um olhar mais crítico sobre sua atuação e as influências que recebe de diferentes conjecturas e contextos. Para interagir de forma ativa nessas conjunturas e contextos diversos, esses agentes históricos utilizam de mecanismos e instrumentos que lhe dêem cabedal e condições de atuação, visando obter êxito em seus objetivos. A soma desses instrumentos e mecanismos pode ser compreendida como um capital acumulado, ou seja, um *capital simbólico*. Conforme conceitua Pierre Bourdieu, “o capital simbólico não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição” (BOURDIEU, 1989, p. 145). Ou seja, os indivíduos ou grupos dispõem de mecanismos cujo prestígio, carisma e influência de um ou mais membros favorecem certas posições ou

espaços dentro do jogo social.

Leopoldo Petry soube utilizar desse capital simbólico adquirido, integrando de forma relacional os diferentes meios pelos quais adentrou e atuou. Desse modo, religiosidade, política e intelectualidade são além de campos de circulação e articulação, fontes que alimentam prestígio e capacidade de influência. Consonante a isso, estes diferentes grupos no qual Petry operou podem ser descritos como elites, sejam locais ou regionais. Por elite, aqui nos aproximamos do conceito de Giovanni Busino (1992), no qual o termo está vinculado com um pequeno grupo social que, por meio de qualidades naturais ou de qualidades adquiridas, exerce o poder de influência e liderança social, política, cultural, econômica, em determinado local durante certo período.

Não se trata este artigo de uma completa análise profunda sobre a trajetória de Leopoldo Petry. Nosso interesse é lançar luzes sobre aspectos de sua vida, abarcando e relacionando principalmente os aspectos de sua atuação política, confessional e intelectual. A partir desta perspectiva, queremos evidenciar que a análise destas trajetórias, sob as lentes de uma perspectiva relacional, nos permite compreender com maior interação crítica os desdobramentos políticos, religiosos, sociais e culturais de uma região, levando em conta a imbricação destes elementos entre si. Mesmo tratando-se de uma liderança política regional e de alguém conhecido por suas obras relacionadas com a imigração alemã, não é a biografia de Leopoldo Petry que efetivamente se torna objeto nuclear de nossa investigação. Mas sim a possibilidade de compreensão social, política e cultural que é possível vislumbrar e analisar criticamente através dela. Neste sentido, vamos ao encontro da assertiva de Benito Schmidt, ao propor que

[...] uma das primeiras perguntas que deve ser feita pelo historiador interessado em realizar uma biografia é: por que vale a pena biografar este indivíduo? Ou, melhor ainda: que dimensões do passado são possíveis de se conhecer pesquisando a trajetória de determinado indivíduo? Deseja-se com isso dizer que uma biografia não se justifica por si só, mas pelo que ela pode contribuir para o avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico (SCHMIDT, 2012, p. 195).

Deste modo, percebemos a análise da trajetória de Leopoldo Petry não como um fato isolado em si mesmo, mas como um ponto de partida para uma abordagem mais ampla, buscando as complexidades, especificidades e diferentes formas de relações dentro do ambiente social na qual este agente histórico percorreu.

1 Aspectos múltiplos da trajetória de Leopoldo Petry

Conforme Santos, (2016, p. 1071), Leopoldo Petry nasceu em Novo Hamburgo, no dia 15 de julho de 1882, quando ainda era uma localidade pertencente ao município de São Leopoldo. A residência de seus pais ficava próxima do matadouro da família Kroeff, na região do atual bairro Industrial. Leopoldo era filho de Bárbara Lorscheiter e do agrimensor Pedro Petry, ambos católicos praticantes. Seus primeiros passos educacionais se deram em aula particular, do professor Mathias Flach, em Hamburgo Velho, que naquele período era chamado de Hamburger Berg². Por conta da distância, o pai de Leopoldo Petry e o proprietário do Matadouro Kroeff, Jacob Kroeff Filho, resolveram contratar um professor particular, que atendesse aos filhos da família Kroeff e Petry. Algum tempo depois, Petry ingressaria em um educandário público, sob responsabilidade da professora Josefina Stoll. Entre 1891 e 1893, Leopoldo Petry estudou no colégio jesuíta de São Sebastião do Caí³, ingressando, em 1893, no seminário de Porto Alegre, também mantido pelos padres jesuítas. Esse fato ajuda a explicar a relação entre Leopoldo Petry e os jesuítas, que também se refletiria no campo político.

Foi, posteriormente, professor na escola paroquial católica de Hamburger Berg, antiga pela paróquia Nossa Senhora da Piedade, e também em uma aula pública em Lomba Grande, então distrito de São Leopoldo. Foi nesse período, em 1902 contraiu primeiras núpcias com Maria Luiza da Silveira, falecida em 1911. Ao se tornar viúvo, Leopoldo Petry se transfere para Passo Fundo, onde permanece por um curto período, transferindo-se em seguida para Porto Alegre. Nesse período começou a trabalhar na Typographia do Centro, de propriedade de seu cunhado Hugo Metzler. Ainda conforme Santos, (2016, p.1072), Hugo Metzler, católico, era casado com Bertha Petry. O casal teve seis filhos: Hedwig, Olga, Gertrudes, Hugo, Franz e Wolfram Metzler. Estes dois últimos, após a morte do pai, em 1929, passariam a dirigir a Typographia do Centro e o jornal *A Nação*. Wolfram Metzler, além dessa atividade, formou-se em medicina. A partir de 1932, sob influência de seu tio Leopoldo Petry, passou a residir e exercer a medicina em Novo Hamburgo. Concomitantemente, Wolfram Metzler se destacou por sua militância e liderança junto ao movimento integralista, na década de 1930, além de ter exercido os mandatos de deputado estadual (entre 1947 e

2 Morro do Hamburguês, em língua alemã.

3 A partir do colégio de São Sebastião do Caí, será criado, em 1895, o Seminário Jesuíta São José, em Pareci Novo, quando essa localidade pertencia ao município de Montenegro. Pareci Novo se emancipou em 20 de março de 1992. O Seminário São José esteve em funcionamento até 1996, não apenas como seminário, mas também como espaço do noviciado, residência de saúde e sede da paróquia de Pareci Novo.

1951) e deputado federal (1951 a 1955), ambos pelo Partido de Representação Popular (PRP), que tem sua origem na antiga Ação Integralista Brasileira (AIB). Na década de 1940, o próprio Leopoldo Petry passaria a integrar as fileiras dessa agremiação partidária.

Deixando seu ofício na tipografia, Leopoldo Petry retornou a Novo Hamburgo, onde passou a trabalhar como oleiro, abrindo uma pequena olaria, da qual fora proprietário até o final de 1916. Em fevereiro de 1917, Leopoldo Petry assume o cargo de secretário da Intendência de São Leopoldo, durante o governo provisório de Gabriel de Azambuja Fortuna. Segundo descreveu em uma autobiografia⁴, aceitou esse cargo por conta do convite de amigos. Embora não conste o nome desses amigos, acreditamos que o grupo era constituído por Jacob Kroeff Neto, seu colega na aula particular na casa de Jacob Kroeff Filho, e Pedro Adams Filho, que juntamente com Petry, exerceriam a liderança política do grupo católico hamburguense. Exerceu esse cargo até 1923, quando passou a atuar como coletor estadual em Novo Hamburgo. Participou ativamente da comunidade católica de Novo Hamburgo, apoiando tanto as paróquias Nossa Senhora da Piedade e São Luiz, além de outras capelas que se formariam posteriormente, como as escolas católicas locais, como os colégios São Jacó e Santa Catarina. Leopoldo Petry se dedicou também ao ofício de escritor, elaborando artigos e obras sobre temas relacionados com política, religião e imigração alemã. Foi um dos fundadores do jornal *O 5 de Abril*, de Novo Hamburgo, cuja primeira edição foi lançada em 6 de maio de 1927, um mês após a emancipação de Novo Hamburgo.

O segundo casamento de Leopoldo Petry foi com a professora Maria das Neves Marques, em 1914. Desse casamento nasceram seis filhos: Leopoldo, Pedro, Hady, Terezinha, Luiza e Alice Marques Petry. Esta última, ainda jovem, ingressou na Congregação das Irmãs de Santa Catarina, Virgem e Mártir, proprietária do Colégio Santa Catarina de Novo Hamburgo. Adotou, posteriormente, o nome religioso de Irmã Maria Cecília Petry. Chegou ao cargo de Vice-Superiora Geral da congregação, exercendo esse ofício na sede congregacional em Roma, Itália.

Estritamente vinculado com o catolicismo, Leopoldo Petry teve importante papel na estruturação da comunidade católica de Novo Hamburgo. Um dos exemplos mais claros foi seu empenho visando à criação de uma nova capela no então distrito de São Leopoldo. Juntamente com outras lideranças católicas, como Pedro Adams Filho, Pedro Alles e Leo Campani, fez parte da comissão responsável pela construção da nova igreja católica

4 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 94 – Autobiografia de Leopoldo Petry.

de Novo Hamburgo, que recebeu como padroeiro o jovem postulante jesuíta São Luiz Gonzaga⁵. O lançamento da pedra fundamental da obra se deu em cerimônia que contou com a presença do arcebispo metropolitano Dom João Becker, no dia 3 de fevereiro de 1924. Pouco mais de quinze meses após essa solenidade, era inaugurado o novo templo católico hamburguense, em 17 de maio de 1925.

Em 14 de maio de 1926, véspera do primeiro aniversário da inauguração da capela, ocorre a criação da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo⁶, a partir de decreto emitido pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre, assinado pelo arcebispo metropolitano Dom João Becker. O padre José Bloemecke, S. J., que desde março daquele ano reside na casa canônica, na qualidade de vigário, e auxilia nos ofícios religiosos da capela local, é nomeado o primeiro pároco da nova Paróquia.

A constituição da comunidade católica São Luiz Gonzaga não deve ser entendida apenas pelo prisma religioso, como reflexo dos anseios de um grupo. Evidentemente, questões como eventuais dificuldades de deslocamento para participar das atividades na igreja matriz Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, como, por exemplo, das missas dominicais e recepção de sacramentos, devem ser consideradas. Talvez estes aspectos sejam os que motivaram a maior parte da comunidade católica. Porém existem outros aspectos fundamentais que precisam ser vislumbrados e analisados, tendo estes um caráter fortemente político. Aspectos estes que atendem aos objetivos de outro grupo de pessoas, as quais têm grande influência e que ocupam significativos postos de liderança. Retomaremos este assunto mais adiante.

Além de sua participação na criação da nova paróquia católica de Novo Hamburgo, Leopoldo Petry também foi apoiador dos educandários confessionais católicos hamburguenses. Colaborou para a criação do Colégio São Jacó, em 1915, que passaria aos cuidados e direção dos Irmãos Maristas. Também articulou iniciativas que beneficiaram o Colégio Santa Catarina, onde sua filha Alice frequentou como aluna e, posteriormente, professora de uma aula noturna, que atendia às operárias das indústrias calçadistas de Novo Hamburgo. Em 1938, foi um dos responsáveis por mediar, junto ao governo municipal hamburguense, a subvenção pública em

5 São Luiz Gonzaga faleceu em 1591, aos 23 anos de idade, ao contrair tifo dos dentes aos quais cuidava em ocasião de grande epidemia em Roma. Foi canonizado em 1726, pelo papa Bento XIII.

6 Esta comunidade hoje forma a Paróquia da Catedral Basílica São Luiz Gonzaga, pertencente à Diocese de Novo Hamburgo. O templo atual foi finalizado em 1956, tornando-se sede episcopal da Diocese de Novo Hamburgo em 1980, quando esta diocese foi criada pelo Papa João Paulo II, desmembrando-a da Arquidiocese de Porto Alegre.

apoio ao educandário, que passava por uma delicada situação financeira (SANTOS, 2016, p. 1074).

Por esta mesma época, ocupava o cargo de presidente da Sociedade União Popular (*Volksverein*) de Novo Hamburgo, entidade responsável por manter a Escola Normal Católica, responsável pela formação dos professores que atuavam nas escolas e grupos escolares católicos do Rio Grande do Sul e até mesmo de outros estados. Esta escola é fechada em 1939, após uma visita do então secretário estadual de Educação durante o período estado novista, José Pereira Coelho de Souza.

Concomitante com a atuação confessional, ou melhor, relacionando imbricalmente esta modalidade com o exercício político e partidário, Leopoldo Petry era membro do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), no mínimo, desde 1917, ano em que ingressou como secretário da Intendência Municipal de São Leopoldo. Ocupou este cargo durante os governos de Gabriel de Azambuja Fortuna e Mansueto Bernardi. Nesta mesma época, outras duas importantes lideranças católicas e republicanas ocupavam cargos de destaque em nível regional e estadual: Pedro Adams Filho, que era representante de Novo Hamburgo no Conselho Municipal de São Leopoldo⁷, e Jacob Kroeff Neto, deputado na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul⁸. Estes três homens formaram o *triunvirato* que ditou os rumos políticos republicanos em Novo Hamburgo durante a maior parte da década de 1920. E dentro dessa dinâmica política, a esfera religiosa estava fortemente atrelada, sendo utilizada como mecanismo de articulação.

Neste sentido, a constituição da comunidade católica São Luiz Gonzaga não deve ser entendida apenas pelo prisma religioso, como reflexo dos anseios de um grupo. Evidentemente, questões como eventuais dificuldades de deslocamento para participar das atividades na igreja matriz Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho como, por exemplo, das missas dominicais e recepção de sacramentos, devem ser consideradas. Talvez estes aspectos sejam os que motivaram a maior parte da comunidade católica. Porém existem outros aspectos fundamentais que precisam ser vislumbrados e analisados. Aspectos estes que atendem aos objetivos de outro grupo de pessoas, as quais têm grande influência e que ocupam significativos postos de liderança. Ao mesmo tempo, a própria Cúria Metropolitana de Porto Alegre tem interesses específicos naquela região e naquela comunidade católica local.

Até 1921, ano em que se organizou a criação da comunidade cató-

7 Nome dado às atuais Câmaras Municipais de Vereadores até 1935.

8 Nome dado à atual Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1930.

lica de Novo Hamburgo, a região do 2º Distrito de São Leopoldo (formada por Novo Hamburgo, Hamburgo Velho e Campo Bom) era atendida apenas pela Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, criada em 1875, mas instalada apenas em 1880. Enquanto isso, os evangélico-luteranos do Sínodo Rio-grandense contavam com três comunidades, uma em cada localidade anteriormente referida. Com o decorrer do tempo, este fator começou a ser motivo de preocupação para as lideranças católicas locais e também para a Cúria Metropolitana. A partir do momento em que o grupo evangélico-luterano consegue se articular melhor em suas estruturas comunitárias, isso permite também uma composição política mais alicerçada. Para as lideranças católicas locais, isso envolvia uma questão político-partidária bastante séria. E, conforme Santos (2016, p. 1075), para a Cúria Metropolitana representava que o êxito das ações do Projeto de Restauração Católica poderia sofrer prejuízos, ao mesmo tempo em que o próprio alcance da autoridade de Dom João Becker se tornava limitado. Para atender estas duas demandas, a articulação em torno da criação de uma nova comunidade e, em consequência disso, de uma nova paróquia na região foi efetivada com afincos pelos envolvidos na questão. O que explica também a rapidez do processo de estruturação da comunidade, construção do templo e criação da paróquia que, como vimos, durou apenas cinco anos.

Com uma maior robustez na articulação das lideranças católicas republicanas junto a sua comunidade confessional, era possível arregimentar os membros dessa mesma comunidade para apoiar as demandas partidárias de seus principais líderes. E a principal plataforma política de Leopoldo Petry, Jacob Kroeff Neto e Pedro Adams Filho, principalmente a partir de 1924, era a emancipação político-administrativa do então distrito de Novo Hamburgo.

Com a emancipação efetivada, em 1927, Leopoldo Petry é eleito o primeiro intendente de Novo Hamburgo, cargo que ocupou até dezembro de 1930, quando foi destituído do cargo. Seu afastamento do cargo se deu por conta de sérios desgastes internos dentro do próprio PRR local, além do fato de não ter apoiado a formação da Frente Única Gaúcha, coalizão entre republicanos e o Partido Libertador (PL) em torno do nome de Getúlio Vargas, que deu apoio ao mesmo em sua candidatura à presidência da República em 1930. Em decorrência disso, Leopoldo Petry passou a sofrer a desconfiança de parte da Comissão Executiva estadual do Partido Republicano Rio-grandense. Isso se torna visível em 1930, quando surgiram rumores de que haveria uma tentativa armada de se tomar o poder federal por parte da Aliança Liberal, que fora derrotada nas eleições presidenciais daquele ano.

Neste interim, Leopoldo Petry busca informações junto aos dirigen-

tes estaduais do PRR, procurando saber a real situação e quais diretrizes seguidas pelo partido. Em 12 de maio de 1928, Protásio Antônio Alves, ex-vice-presidente do Rio Grande do Sul entre 1918 e 1928, membro da Comissão Executiva Estadual do PRR, encaminha correspondência ao intendente Leopoldo Petry⁹. Na carta, é informado de que não estava sendo planejado nenhum tipo de tomada do poder via força revolucionária, sendo que o PRR era totalmente contrário a esse tipo de prática, por zelar sempre pelo espírito ordeiro e constitucional republicano (SANTOS, 2016, p. 1076).

Naquele momento já estava em discussão, por parte de líderes mais radicais da Aliança Liberal, a possibilidade de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes de Albuquerque, prevista para novembro. O fato de a correspondência enviada a Leopoldo Petry afirmar categoricamente que não havia a possibilidade de um golpe, pode indicar dois pontos: 1) a intenção, por parte dos dirigentes estaduais do PRR, de não deixar que as informações reais fossem divulgadas, evitando que o governo federal interviesse, impedindo o plano de tomada do poder ou, 2) naquele momento, Leopoldo Petry já havia perdido a confiança por parte dos líderes principais de seu partido. Os desdobramentos posteriores indicam que provavelmente as duas hipóteses estão corretas. Leopoldo Petry deixa o cargo de intendente, além de sofrer represálias por conta de sua não adesão ao acordo que originou a Frente Única Gaúcha.

Por não ter aderido à Frente Única Gaúcha, Leopoldo Petry foi preso, conforme ele mesmo narra em uma autobiografia¹⁰. Segundo ele, o motivo de não simpatizar com o acordo político de 1929 era a contradição entre a prática e o discurso de alguns membros, que no passado agiam de maneira contrária ao ideário liberal da aliança política que fora firmada. Após alguns dias na prisão¹¹, Leopoldo Petry é liberado. Em 4 de agosto de 1931¹², é nomeado pelo juiz Anápio Jobim para a função de auxiliar do Cartório de Notas e Registros de Imóveis de Novo Hamburgo. Com a morte do titular, Alberto Müller, Leopoldo Petry assume posteriormente o cargo de oficial desta mesma repartição, ocupando-o até 1947.

No ano de 1932, Leopoldo Petry tenta retomar sua liderança política. Quando eclode a chamada Revolução Constitucionalista, em julho daquele mesmo ano, liderada por forças políticas do estado de São Paulo, ele

9 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Fundo Leopoldo Petry – Caixa 1 – Carta da Comissão Executiva Estadual do PRR ao Intendente de Novo Hamburgo Leopoldo Petry.

10 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Leopoldo Petry – Caixa 01 – Autobiografia escrita por Leopoldo Petry

11 No que se refere ao período em que foi preso, a autobiografia de Leopoldo Petry parece um tanto confusa, pois também permite interpretar que a prisão ocorrera em 1930 ou em 1932.

12 *Jornal O 5 de Abril*, Ano 5, n. 15, p.1, 07 ago. 1931.

se coloca à disposição do Partido Republicano Rio-grandense no apoio aos revoltosos paulistas. Contudo, conforme suas próprias palavras fora impedido de tomar parte naquele movimento político e armado. Entretanto, em 1936, Leopoldo Petry está novamente à frente do diretório hamburguense do Partido republicano Rio-grandense, ocupando a chefia do mesmo até 1937, quando os partidos políticos são extintos e proibidos no Brasil após a implantação do Estado Novo.

Até o fim do Estado Novo, em 1945, a atuação política de Leopoldo Petry é vinculada com sua inserção social. Após 1945, retoma sua atividade partidária, filiando-se ao Partido da Representação Popular (PRP), cujo nome exponencial no Rio Grande do Sul é seu sobrinho, Wolfram Metzler. Tudo indica que foi por conta de solicitações do próprio Metzler que Leopoldo Petry ingressou na agremiação, visando fortalecê-la localmente em Novo Hamburgo. Elegeu-se vereador pelo PRP em 1951, exercendo o cargo na legislatura iniciada em 1952, com término em 1956. Foi presidente da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo em 1954 e 1955. Após encerrar seu mandato como vereador, Leopoldo Petry se afastou novamente da vida partidária, assim como não exerceu mais nenhum cargo público.

Vinculada com suas atividades políticas e sua atuação na comunidade católica de Novo Hamburgo, Leopoldo Petry também exerceu uma considerável atividade intelectual no campo literário. Em 1911, fundou o *Der Familienfreund Kalender*. Anos mais tarde, quando ocupava o cargo de secretário da Intendência de São Leopoldo, escreveu uma monografia sobre aquele município, publicada em 1922. Cinco anos depois, em 1927, foi um dos fundadores do jornal *O 5 de Abril*, juntamente com Hans Behrend, apoiado por Edgar e Werner Behrend, filhos de Hans. Editado e publicado em Novo Hamburgo, teve sua primeira edição no dia 06 de maio de 1927, um mês após a emancipação de Novo Hamburgo. Leopoldo Petry foi o primeiro diretor deste jornal. Quando de sua posse como intendente hamburguense, deixou a direção do mesmo, mas continuou colaborando com artigos para o mesmo.

Em 1931, publica pela Typographia Hans Behrend, a mesma responsável pelo *O 5 de Abril*, o livreto *Maria Bugra*, no qual descreve relatos sobre os contatos entre imigrantes alemães e indígenas nos primeiros anos após a chegada dos imigrantes, na região dos atuais vales dos rios dos Sinos e Paranhana. Não apenas descreve os episódios, mas também fornece seu ponto de vista, onde o indígena é descrito como selvagem e belicoso, sendo, por outro lado, os imigrantes apenas vítimas da situação.

Anos mais tarde, conforme informação coletada por Santos (2016, p. 1078), Leopoldo Petry lança a obra *O Episódio do Ferrabraz – Os Mucker* (1957),

na qual aborda o conflito ocorrido no morro Ferrabrás, no atual município de Saporanga (na época pertencente ao município de São Leopoldo), entre 1868 e 1874, na qual uns grupos de colonos, liderados por Jacobina Mentz Maurer e seu marido, João Jorge Maurer, entram em choque com interesses políticos, econômicos e religiosos locais. O conflito termina com os ataques deflagrados pelas forças do Exército Imperial contra o grupo, resultando na morte de vários de seus integrantes, entre eles a própria Jacobina. Por parte das forças imperiais, é morto o coronel Genuíno Sampaio, tido como um dos *heróis* brasileiros da Guerra do Paraguai. A abordagem de Leopoldo Petry relativiza a carga de preconceito que é depositada sobre o grupo *mucker* e Jacobina Mentz Maurer. Até então, as obras escritas sobre o tema eram fortemente dotadas de argumentos pejorativos para com esse grupo e, sobretudo, para com sua líder, como a versão encontrada na obra do padre jesuíta Ambrósio Schupp.¹³ Ainda em 1957, por meio da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho (entidade da qual também participava), tem publicada a obra *Pátria, Imigração e Cultura*, sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul. Na década de 1940, ainda escreve uma monografia sobre o município de Novo Hamburgo, além de ter relançada sua obra sobre a cidade de São Leopoldo, em 1964, dois anos antes de seu falecimento, em 29 de novembro de 1966.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nós, nossos personagens históricos não são modelos de coerência, de continuidade, de racionalidade; como para nós, as tensões entre o vivido e o que foi imaginado e desejado são fundamentais em suas vidas. E, para eles, como para nós, há uma parte indecifrável do aleatório, do imprevisível, do misterioso da vida (a não ser que acreditemos em alguma espécie de “Divina Providência”) (BORGES, 2009, p. 233).

A trajetória de um agente histórico não pode ser pensada como algo linear e coerente. Essa percepção impede de vislumbrar a complexidade humana presente naquele a quem analisamos e no meio social no qual interagiu durante sua vida. Nossa intenção, ao lançar luzes sobre a trajetória de Leopoldo Petry, é identificar os pontos convergentes para uma dimensão

13 SCHUPP, Ambrósio. Os *Muckers*. 3. ed. Porto Alegre: Selbach e Mayer, s/d.

mais ampla da sociedade da qual fizera parte. Integrando o campo religioso, intelectual e político, não apenas restrito ao meio social de Novo Hamburgo, mas conectado com as dinâmicas socioculturais e políticas do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1910 e 1960, percebemos as tentativas de construção de objetivos, as nuances, as estratégias exitosas e os possíveis fracassos ocorridos. Deste modo, a compreensão histórica não fica restrita apenas ao homem analisado, de forma isolada e circunscrita hermeticamente, mas, a partir dele, visando o mundo no qual está imerso.

Diante da retomada do uso da biografia por parte dos historiadores, objetivando uma compreensão social, alicerçada em novas perspectivas historiográficas e ferramentais metodológicos, reiteramos nossa defesa para que se aprofundem as pesquisas desse gênero que enfoquem agentes históricos sul-rio-grandenses, para avançarmos na apreciação crítica sobre as diferentes configurações sociais, confessionais, políticas, culturais e econômicas ocorridas nos múltiplos recortes temporais e espaciais. A análise da trajetória de Leopoldo Petry que esboçamos nesse trabalho, e que, obviamente, carece de um robusto aprofundamento, quer assinalar e colaborar para essa profícua possibilidade historiográfica.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Org.). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BUSINO, Giovanni. *Élites et élitisme*. Paris: [s.n], 1992.
- DOSSE, François. *El arte de labiografía*. Ciudad do México: Universidad Iberoamericana, 2007.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- GERTZ, René E. *O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- PETRY, Leopoldo. *Maria Bugra: episódio dos primeiros tempos da colonisa-*

- ção alemã. Novo Hamburgo: Typographia Hans Behrend, 1931.
- _____. *O município de Novo Hamburgo*: Monografia. Porto Alegre: A Nação, 1944.
- _____. *O Episódio do Ferrabraz*: os Mucker. São Leopoldo: Roter-mund, 1957.
- REMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, P. 7-19, 1994.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.
- SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Nomes, laços e interesses*: Formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2016. _____. Imigração, política e intelectualidade: aspectos da trajetória de Leopoldo Petry. In: ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS - PPGH/PUCRS. 3., 2016. *Anais...* Porto Alegre, 2016. p.1070-1080.
- SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

A REVOLTA TENENTISTA DE 1924 E A PARTICIPAÇÃO DA ALIANÇA LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL

THE “TENENTISTA REVOLT OF 1924” AND THE PARTICIPATION OF “ALIANÇA LIBERTADORA” IN RIO GRANDE DO SUL

Rodrigo Dal Forno¹

RESUMO

A revolta tenentista de 1924 foi deflagrada no estado de São Paulo por lideranças militares, em sua grande maioria oficiais de baixa patente e sob o comando do General Isidoro Dias Lopes, descontentes com o panorama político nacional. Em poucos meses, o movimento se espalhou pelo território brasileiro e chegou ao Rio Grande do Sul, onde teve como uma de suas principais características o apoio das oposições político-partidárias regionais reunidas através da “Aliança Libertadora”. Através deste contexto, o artigo tem como objetivo analisar a deflagração do movimento rebelde, atentando, principalmente, para seu desdobramento no estado sul-rio-grandense e para a participação e relação do grupo oposicionista estadual em duas frentes principais: o apoio e posicionamento assumido pelos deputados na câmara federal; e a mobilização e atuação armada protagonizada por lideranças partidárias em comunhão com os militares rebeldes. Através desta análise é possível contribuir para a investigação de um acontecimento de enorme relevância na história política brasileira, mas ainda pouco visitado e debatido acerca de seus desdobramentos na política e sociedade no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Aliança Libertadora. Revolta Tenentista. História do Rio Grande Sul. Brasil Primeira República.

ABSTRACT

The “1924’s tenentista revolt” was triggered in the state of São Paulo by military leaders, mostly low-ranking officers and under the command of General Isidoro Dias Lopes, displeased with the national political. In a few months, the movement spread throughout the Brazilian territory and reached Rio Grande do Sul, in which one of its main characteristics was the support of the regional political-party oppositions gathered in the “Aliança Libertadora”. Through this context, the article has as objective to analyze the outbreak of the rebel movement, considering, mainly, its development in the state of Rio Grande do Sul and for the participation and relation of the opposition group in two main fronts: the support and position assumed by the deputies in the federal chamber; and the mobilization and armed action carried out by party leaders in communion with the rebel military. Through this analysis it’s

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas (2012); Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015)

possible to contribute to the investigation of an event of relevance in Brazilian political history, but little visited and debated about its unfolding in politics and society sul rio-grandense of that time.

Keywords: “Tenentista Revolt”. “Aliança Libertadora”. History of Rio Grande do Sul. Brazilian’s First Republic.

INTRODUÇÃO

As chamadas “revoltas” ou “levantes tenentistas” de 1924 eclodiram no estado de São Paulo no mês de julho e rapidamente se espalharam por diversas regiões do Brasil. Os movimentos armados protagonizados por setores e lideranças rebeldes das forças militares brasileiras convulsionaram politicamente a nação e foram parte fundamental nos acontecimentos “que destruíram a República Velha” através do golpe de 1930 (LOVE, 1971, p.215). No Rio Grande do Sul, as insurreições militares deflagraram-se apenas no final de outubro e tiveram como uma de suas principais características o apoio das oposições político-partidárias regionais vinculadas à Aliança Libertadora (AL).²

Apesar de sua relevância na história política brasileira, o conflito e seus desdobramentos no contexto sul rio-grandense foram pouco visitados pela historiografia, compondo uma lacuna de informações e demandando novas pesquisas e abordagens. Neste sentido, a proposta deste texto tem como intuito tecer apontamentos que contribuam para o avanço no conhecimento sobre o tema, assim como suscitem novos interesses e investigações. As considerações aqui apresentadas baseiam-se em alguns dados e discussões levantados durante a elaboração de minha de dissertação de mestrado³, assim como tratam-se de reflexões em estágio de aprofundamento em uma nova pesquisa de tese de doutorado.⁴

2 Coligação que reunia os diferentes setores e lideranças opositores à política de Borges de Medeiros e do Partido Republicano Rio-Grandense no estado. Organizada provisoriamente para concorrer às eleições ao governo do estado em 1922, foi oficialmente fundada como agremiação em 1924 tendo em vista as eleições para deputado federal e senador daquele ano. Em março de 1928 foi extinta para converter-se em Partido Libertador.

3 O estudo versou sobre o “Álbum dos Bandoleiros”, álbum fotográfico em homenagem aos rebeldes da guerra civil de 1923 no Rio Grande do Sul. Os episódios de 1924 não eram o foco principal da investigação e foram abordados de maneira secundária e sucinta no estudo (DAL FORNO, 2015).

4 Em fase de desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com auxílio de bolsa do CNPq. De maneira geral, o estudo tem por objetivo analisar a atuação das principais lideranças do Partido Libertador (Assis Brasil, Baptista Lusardo, Raul Pilla, entre outros) na política regional e nacional entre os anos de 1924-1937.

O objetivo principal do texto é analisar os levantes tenentistas ocorridos no Rio Grande do Sul durante os últimos meses de 1924, com destaque para a atuação e o apoio desempenhado pelos civis “libertadores”⁵ em cooperação com os militares rebeldes. Neste sentido, interessa refletir sobre a participação do grupo oposicionista sul rio-grandense, reunido na agremiação partidária da AL, atentando para dois aspectos principais: em primeiro lugar, avaliando o posicionamento de incentivo e defesa do movimento realizado pelos deputados aliancistas na câmara federal, com o objetivo de compreender os motivos que levaram estas lideranças a tomarem determinadas posições sem relação aos levantes armados; em segundo lugar, analisando o planejamento e a mobilização armada protagonizada pelos chefes veteranos da guerra civil de 1923, entre eles, Zeca Netto, Honório Lemes e Leonel Rocha, e sua aliança com os grupos liderados por Luís Carlos Prestes e outros militares durante as insurreições das guarnições pelo interior do estado.

Para a realização destes objetivos, o texto foi estruturado em duas partes principais. Na primeira delas procedo a uma breve contextualização sobre o panorama político-partidário no Rio Grande do Sul, com destaque para os grupos oposicionistas, sua composição e atuação no início da década de 1920, salientando a situação política vivida no limiar da eclosão da revolta armada dos tenentes. Em um segundo momento, desenvolvo uma análise sobre os acontecimentos de 1924 e o engajamento dos políticos gaúchos com a revolta, salientando as motivações e desdobramentos do apoio e a união entre militares e os “libertadores”.

Cabe destacar que a análise se baseou, principalmente, em notícias e manifestos publicados no jornal⁶ *Correio do Povo* de Porto Alegre durante o ano de 1924. A escolha deste órgão de imprensa em específico justifi-

5 Apellido pelo qual ficaram conhecidos os oposicionistas gaúchos no início da década de 1920. O termo era uma referência ao objetivo de “libertar” o estado de uma suposta “ditadura borgista” denunciada pelos oposicionistas. Apesar de se tratar de um tema cunhado e utilizado na e pela época, utilizarei a nomenclatura entre aspas, afim de evitar qualquer juízo de valor ou interpretação de adjetivos sobre o tema.

6 É fundamental destacar a importância de determinados cuidados teóricos e metodológicos na crítica dos dados colhidos dos jornais, principalmente, no sentido de examinar o contexto por de trás do produto final publicado (linha editorial do jornal, suas opções políticas, interesses econômicos, redatores e diretores, público alvo, tiragem e circulação, etc.), bem como a relevância do historiador comparar estas informações com outras fontes e dados. Sobre a utilização dos jornais como fonte histórica, ver: ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, 1995; LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

ca-se por alguns fatores. Em primeiro lugar, sua proeminência em termos de cobertura de eventos, circulação, tiragem e difusão pelo estado, sendo considerado um dos principais veículos de imprensa daquele contexto ⁷. Segundo, sua manifestação enquanto “neutro” ou sem aderência oficial a determinado partido político, muito embora demonstra-se certa simpatia aos oposicionistas e, com isto, continuamente concedesse espaços em suas páginas para publicações e informes dos mesmos. E, por terceiro e último, a possibilidade e facilidade de acesso e pesquisa aos seus exemplares, tendo em vista que a coleção do jornal sobre o período histórico em análise encontra-se disponível, no formato de microfilmes e de acesso gratuito no acervo histórico do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS (NPH/UFRGS). Além disto, as informações coletadas na imprensa foram cotejadas com dados retirados de relatos e documentos reproduzidos por livros de memórias de contemporâneos aos fatos⁸, assim como contribuições historiográficas pertinentes ao tema.

1 As oposições político-partidárias e a guerra civil de 1923

Antes de adentrarmos nos levantes de 1924 é preciso analisar o contexto da política partidária gaúcha durante o início da década de 1920⁹, período que pode ser caracterizado pela articulação e mobilização dos grupos oposicionistas e pelos constantes embates, via eleitoral ou armada, entre estes e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) grupo hegemônico no governo do Rio Grande do Sul durante praticamente toda a Primeira República, primeiro através da liderança de Júlio de Castilhos e, após a morte deste, por Borges de Medeiros, chefe unipessoal do partido e presidente do estado por durante cinco mandatos.

A frente unificada de opositores formada no início daquela década era composta por três setores e lideranças políticas, relativamente organizadas e mobilizadas¹⁰ e congregadas pelo combate e crítica da condução do

7 Ao lado do *Correio do Povo*, é possível destacar também, o jornal *A Federação*, igualmente produzido na capital Porto Alegre, órgão oficial do grupo situacionista e forte crítico da atuação política dos opositores.

8 Entre os agentes que tiveram envolvimento com aquele contexto e relataram suas opiniões e participações, destacam-se os relatos de João Neves da Fontoura (1958), Mem de Sá (1973), João Baptista Lusardo (CARNEIRO, 1977) e José Antônio Netto (1988).

9 De acordo com Luciano Arrone de Abreu, a situação política da década de 1920 pode ser caracterizada pelo crescimento dos grupos oposicionistas de um lado e de outro a ascensão da chamada “geração de 1907”, novas lideranças no interior do PRR que passaram a conquistar maiores espaços frente aos republicanos históricos, como por exemplo, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e outros (ABREU, 1996, p. 20-21)

10 O Partido Federalista representava a única instituição partidária oposicionista

governo estadual, a qual consideravam “ditatorial” e “autoritária”: indivíduos oriundos do Partido Federalista, adeptos de Silveira Martins e liderados por Maciel Júnior, Wenceslau Escobar, Raul Pilla, Moraes Fernandes e outros; os chamados “democratas”, seguidores de Assis Brasil e Fernando Abbott; e ainda, os dissidentes republicanos, de um período mais próximo à década de 1920, como aqueles das famílias Pinheiro Machado, Menna Barreto outros (ANTONACCI, 1981, p.66). Da mesma forma, a conjuntura do início dos anos 1920 representou um momento fundamental, em que, após diversas tentativas frustradas de alinhamento entre as diferentes forças opositoras¹¹, foi enfim possível realizar uma mobilização em conjunto para o enfrentamento contra Borges de Medeiros (TRINDADE, 1979, p.159-163).

Além disto, cabe destacar que os três setores oposicionistas possuíam trajetórias de engajamentos e lutas diversas, inclusive tendo se colocado como inimigos em determinados momentos. Ademais, cada uma destas frentes possuía suas próprias lideranças, alianças e redes de seguidores e adeptos. Ou seja, as oposições político-partidárias daquele momento eram plurais e possuíam uma feição bastante heterogênea, inexistindo entre elas um consenso e uma coesão mais sólida e diante da qual, em certa medida, os únicos pontos de convergência de sua união momentânea era o objetivo comum de revisar a Carta Constitucional Rio-Grandense e combater um inimigo comum catalisador de todos os males, o monopólio de poder de Borges de Medeiros (ANTONACCI, 1981, p. 73), assim como, o próprio termo de “libertadores” amplamente propagado nos anos de 1922/1923 já era utilizado como um mecanismo de apagar as diferenças que separavam os “democratas” e “dissidentes republicanos” dos “federalistas” e produzir uma generalização que abarcasse todos os oposicionistas (KIELING, 1984, p. 18).

formalizada durante ao início dos anos de 1920, muito embora o partido já estivesse enfraquecido devido a diversas disputas e dissidências internas. Os demais “libertadores” eram provenientes de rompimentos e cisões com o PRR, alguns deles engajaram-se em tentativas de fundação de partidos que não obtiveram sucesso, como por exemplo, Assis Brasil e Fernando Abbot e o “Partido Republicano Democrático (PRD)”, organizado em 1908 mas de vida efêmera. Justamente desta tentativa de organização do PRD, originou-se a alcunha de “democratas republicanos”, com a qual eram chamados os seguidores e aliados a Abbot, Assis Brasil e outros. Os demais dissidentes eram antigos membros do PRR que haviam rompido com o partido por motivos diversos e passaram a cerrar fileiras com os demais oposicionistas.

11 Segundo Héglio Trindade, as tentativas de aproximações das oposições em nível partidário ocorreram, ao menos, em dois momentos significativos. Primeiro, em 1897 através de uma tentativa frustrada de Silveira Martins de fundir o Partido Federalista com o Partido Republicano Liberal; e depois em 1907-1908, na cisão de Fernando Abbot com Borges de Medeiros, onde os dissidentes tentaram aproximar-se dos federalistas mas foram repelidos devido ao veto da facção vinculada a Antunes Maciel (TRINDADE, 1979, p.154).

No ano de 1924, os grupos oposicionistas haviam recentemente saídos de uma guerra civil contra o PRR, durante o episódio que ficou conhecido como “Revolução de 1923”. O conflito ocorreu após as eleições para Presidente do estado em 1922. Naquele pleito, as oposições lançaram de forma unificada a candidatura de Assis Brasil contra o situacionismo de Borges de Medeiros, candidato à reeleição e pleiteando seu quinto mandato, sendo o terceiro de forma consecutiva. As eleições ocorreram de forma tumultuada com protestos de violências e fraudes eleitorais e o resultado oficial decretou Borges como vencedor. Os opositores alegando irregularidades na contagem dos votos¹² iniciaram uma guerra civil com o objetivo de que o Presidente da República Arthur Bernardes interviesse no estado e depusesse Borges do governo¹³. A guerra civil, repleta de pequenos combates e perseguições, se alastrou durante o ano de 1923 e o término das hostilidades ocorreu apenas no mês de dezembro através de um acordo de paz mediado pelo Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho e chamado de “Pacto de Pedras Altas”. Em linhas gerais, o pacto vedava a reeleição para presidente do estado e para intendentess municipais, previa a adequação das eleições municipais e estaduais à legislação federal, garantia representação das minorias na Assembléia e no Congresso, concedia anistia aos revolucionários, entre outros pontos (ANTONACCI, 1981, p. 110).

Embora com nítidos avanços no panorama políticos, muitos dos chefes oposicionistas da luta armada permaneceram descontentes com seu resultado final, tendo em vista que a principal reivindicação de deposição imediata de Borges de Medeiros acabou não sendo alcançada. Segundo Glauco Carneiro, algumas lideranças insistiram na importância da destituição do presidente e discordaram dos termos do pacto, inclusive acusando Assis de ter “traído a Revolução” (CARNEIRO, 1977, p.219-220). Da mesma forma, Mem de Sá, contemporâneo aos fatos, relata que parte dos correligionários não enxergou a “estrondosa vitória” do tratado, apenas se importou com a “terrível decepção da permanência do chimango” (SÁ, 1971, p. 67). O resultado do tratado criou um clima ambíguo entres os oposicio-

12 A argumentação sobre a fraude derivava do fato de que a constituição estadual previa para reeleição a necessidade de obtenção de $\frac{3}{4}$ ou 75% dos votos válidos. A comissão de averiguação foi constituída por três deputados estaduais, todos ligados ao PRR e sob liderança de Getúlio Vargas (LOVE, 1975, p. 218). O parecer da comissão decretou a vitória borgista com 106.360 votos contra 32.216 de Assis Brasil (pouco mais de 2 mil votos impediriam a reeleição) (ANTONACCI, 1981, p. 98).

13 A crença na intervenção federal no estado devia-se, principalmente, ao fato de que durante as eleições para presidente nacional em 1922, Borges havia apoiado a chapa de Nilo Peçanha, adversário de Bernardes, na ocasião da campanha da “Reação Republicana”. Peçanha saiu derrotado e a relação entre PRR e o situacionismo nacional tornou-se bastante frágil (LOVE, 1971, p.216-217).

nistas, com, e um lado, o contentamento perante os avanços alcançados e, de outro, o receio sobre as garantias de cumprimentos destas melhorias e a insatisfação com a permanência de Borges para mais um mandato. Diante deste quadro, em janeiro de 1924 o grupo voltou a reunir suas lideranças com o objetivo de fundar uma agremiação que reunisse todos os adeptos e estivesse mobilizada para novos enfrentamentos eleitorais. Através de um congresso realizado na cidade de São Gabriel fundou-se a Aliança Libertadora, liga política estabelecida para organizar a participação nas eleições de maio para os cargos de deputado federal e senador. Naquele pleito, a agremiação logrou importante progresso no equilíbrio das forças políticas estaduais através da vitória de sete de seus candidatos: Wenceslau Escobar, Plínio Casado, Lafayette Cruz, Arthur Caetano, Pinto da Rocha, Antunes Maciel Júnior e João Baptista Lusardo.

2 Os levantes de 1924 e a participação da Aliança Libertadora

Em paralelo às posses dos deputados no Rio de Janeiro, no centro do país eclodiram os levantes militares tenentistas¹⁴. As revoltas tinham caráter de oposição ao governo federal de Arthur Bernardes e reivindicavam temas como voto secreto, eleições livres, fim da corrupção e das fraudes (FÉLIX, 1987, p. 151). No mês de julho de 1924, uma rebelião liderada por Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa e outros, apoderou-se da cidade de São Paulo que permaneceu nas mãos dos revoltosos durante aproximadamente três semanas, quando as tropas se retiraram em marcha para o oeste do estado paulista. Seguindo o exemplo deste levante, outros eclodiram pelo restante do país, como por exemplo, nos estados do Amazonas, Sergipe e Mato Grosso, embora tenham sido rapidamente dominados pelas tropas legalistas e resultando na dispersão de suas forças.

As deflagrações das insurreições armadas colocaram os oposicionistas gaúchos em uma nova encruzilhada política: apoiar o legalismo e aproximar-se do Presidente Arthur Bernardes ou colocar-se a favor dos tenentes rebeldes e aproveitar do movimento para realizar um novo levante contra Borges de Medeiros e a situação política estadual que continuava sendo percebida como injusta aos opositores. Ao que tudo indica, em um primeiro momento a questão parece ter acarretado em divergências de opiniões no interior do grupo. Segundo José Fernando Kieling, os desacordos sobre apoiar ou não o movimento tenentista abalaram a coesão do grupo e

14 Não é objetivo de este estudo analisar as dimensões político-militares dos movimentos tenentistas da década de 1920. Para maiores informações ver os estudos clássicos de Carone (1975), Sodré (1985) e Borges (1992).

dificultaram a marcha rumo a um partido homogêneo iniciada com a fundação da AL (KIELING, 1984, p.95). Além disto, conforme aponta Carneiro, os deputados “libertadores” chegaram ao congresso com um drama: Bernardes ou não Bernardes? A ampla maioria da bancada optou por apoiar o presidente, ficando apenas Baptista Lusardo como defensor do movimento rebelde (CARNEIRO, 1977, p.248). Por sua vez, do lado situacionista¹⁵, Borges de Medeiros disposto a uma reaproximação com o governo federal após os desentendimentos da “Reação Republicana” e os problemas gerados com a guerra civil de 1923, foi um dos primeiros presidentes estaduais a demonstrar solidariedade a Bernardes, telegrafando ao presidente e colocando à sua disposição às forças da Brigada Militar¹⁶, assim como em seguida enviando numerosos contingentes armados para auxiliar no combate aos rebeldes no centro do país¹⁷.

Entre os deputados federais o tema da eclosão dos levantes tornou-se o principal assunto debatido na câmara. O líder da bancada aliancista, Plínio Casado, discursou defendendo a moção de estado de sitio para São Paulo e reiterando que a AL era abertamente defensora da “República e da Constituição Federal” e da “lei e da autoridade legítima”, sendo que os oposicionistas gaúchos “saídos de uma revolução” saberiam diferenciar que o movimento dos tenentes não passava de uma “revolta de quartéis” que “não triunfaria”¹⁸. Com o mesmo objetivo de demonstrar serenidade, o deputado Antunes Maciel Júnior telegrafou aos correligionários do município de Pelotas, pedindo tranqüilidade e solicitando que a imprensa partidária “procurasse noticiar sobre a revolta somente aquilo que for de origem oficial”¹⁹, evitando cair em boatos que pudessem vir a prejudicar o partido.

Enquanto os deputados expressavam seu apoio ao governo federal, no território rio-grandense uma série de perseguições e prisões contra elementos supostamente “subversivos” recrudescia e atingia os grupos oposicionistas. As “medidas de ordem pública” adotadas no estado recaíram justamente sobre os alvos regionais mais “suspeitos de subversão”, dentre eles, os antigos revolucionários de 1923 e os proprietários de jornais vinculados ao oposicionismo partidário. Neste sentido, diversos órgãos de im-

15 Apesar desta manifestação oficial em prol do legalismo, João Neves da Fontoura, em suas memórias, discute as possibilidades existentes durante aquele contexto de o próprio Borges de Medeiros ter cogitado em se associar ao movimento de Isidoro Lopes, dadas as razões e queixas que possuía contra a figura do presidente Arthur Bernardes (FONTOURA, 1958, p. 316).

16 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 06 jul. 1924.

17 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 16 jul. 1924.

18 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 22 jul. 1924.

19 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 22 jul. 1924.

prensa foram censurados, tiveram sua circulação suspensa ou proibidos de veicularem notícias sobre os levantes, como por exemplo, Fanfa Ribas do *Correio do Sul* de Bagé (exilado no Uruguai)²⁰, Arnaldo Mello do *Correio da Serra* de Santa Maria e Júlio Ruas de *O Bandoleiro* de Alegrete, processados por publicarem “informações julgadas inconvenientes à ordem pública”²¹. Da mesma forma, *O Libertador* de Pelotas, por conta própria suspendeu sua circulação e o *Correio do Povo* em Porto Alegre, folha auto proclamada apartidária, sofreu censura rígida em torno de seus editoriais e informes²². Além disto, as perseguições e prisões também atingiram personagens de destacada atuação na guerra civil de 1923, como por exemplo, Theodoro Klemann, membro do estado maior de Zeca Netto, feito prisioneiro em Pelotas²³ e Mario Garcia, chefe da Divisão Missioneira de 1923, apreendido em Santiago do Boqueirão acusado de envolvimento com os rebeldes militares²⁴.

Apesar das perseguições e prisões pelo interior do estado, as lideranças da AL mantinham-se com uma postura favorável ao situacionismo federal e em defesa do legalismo. De acordo com informações publicadas pelo *Correio do Povo*, alguns dos antigos chefes de 1923, logo após o surgimento das primeiras informações sobre o levante paulista, telegrafaram a Arthur Bernardes “reafirmando solidariedade e oferecendo seus serviços”. Com este objetivo, Felipe Portinho, Leonel Rocha e outros, estariam na região de Passo Fundo e Erechim arregimentando elementos para formar uma força a ser encaminhada aos estados do Paraná e São Paulo para combater os rebeldes²⁵. No mesmo sentido, Honório Lemes teria recebido orientação de alguns deputados para formar um “batalhão patriótico” de civis em auxílio ao governo e em seguida colocou seus serviços à disposição do Ministro de Guerra²⁶. Algumas semanas depois, o próprio Ministro respondeu esclarecendo não ser necessária estas contribuições, já que se encontrava restabelecida a ordem em todo o país²⁷. Com o mesmo pretexto foram dispensados Quim César e Salustino Pádua em Passo Fundo²⁸ e de Leonel Rocha em Palmeira²⁹.

20 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 16 jul. 1924.

21 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.7, 18 jul. 1924; p.1, 20 jul. 1924; p.2, 24 ago. 1924.

22 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 07 nov. 1924.

23 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 19 jul. 1924.

24 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 01 nov. 1924.

25 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 26 jul. 1924; p.1, 28 jul. 1924.

26 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 28 jul. 1924.

27 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 13 ago. 1924.

28 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 14 ago. 1924.

29 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 15 ago. 1924.

Entrementes, a situação passou a se inverter e alguns boatos indicavam uma aproximação entre “libertadores” e militares rebeldes, embora os deputados tentassem despistar e até mesmo negar estes rumores. O deputado Maciel Jr discursou na câmara reafirmando que a oposição rio-grandense desde o início do levante paulista deu “manifestações inequívocas de solidariedade ao Sr. Presidente da República e seu governo”. Na mesma sessão, Maciel leu uma carta de Assis Brasil desmentindo uma possível vinculação com o movimento armado: “nenhuma ligação existe por parte da Aliança Libertadora, nem creio que de partido político algum”³⁰. Com o mesmo intuito, Felipe Portinho, acompanhado por uma comissão de veteranos de 1923, viajou ao Rio de Janeiro para conferenciar com Arthur Bernardes e esclarecer a postura dos oposicionistas em relação ao momento político vivido no país³¹.

No mês de outubro os destacamentos militares estacionados no Rio Grande do Sul iniciaram uma nova onda de insurreições. Liderados por Luís Carlos Prestes, Juarez Távora e outros, os militares levantaram-se em armas, principalmente, nas cidades de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja e Uruguaiana. Em manifesto encaminhado ao povo de Santo Ângelo, Prestes comunicou a deflagração do levante de diversos quartéis em comunhão com movimento iniciado por Isidoro Lopes. De acordo com o manifesto, a revolta contava com a adesão dos “chefes revolucionários Honório Lemes e Zeca Netto” que invadiriam o estado pela fronteira com o Uruguai, “tudo de acordo com o grande plano já organizado”³². Em outro manifesto lançado pelos militares encontram-se as assinaturas de diversos chefes vinculados a AL: Felipe Portinho, Leonel Rocha, Honório Lemes e José Antônio Netto (KIELING, 1984, p. 63-64).

O manifesto de Prestes sugere a organização de um plano previamente arquitetado em conjunto por militares e “libertadores”. A partir deste e outros elementos é possível indicar a possibilidade de que precocemente os aliancistas encontravam-se em diálogo e aproximação com os militares. De acordo com Love, a principal liderança dos levantes, Isidoro Lopes, era veterano da revolta de 1893-1895 contra Júlio de Castilhos e o PRR, sendo que ainda durante a guerra civil de 1923 estabeleceu contato com os rebeldes gaúchos com o objetivo de organizar novos levantes armados (LOVE, 1971, p.225). Por outro lado, Loiva Otero Félix defende que desde o mês de abril, era possível perceber na região norte do estado, prenúncios do levante

30 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 01 ago. 1924.

31 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 13 set. 1924.

32 Manifesto publicado pelo *Correio do Povo* (Porto Alegre, p. 3, 05 out. 1924) e reproduzido na obra de Carone (1975, p.298-300).

te através dos primeiros conchavos políticos e mobilizações (FÉLIX, 1987, p. 152). Segundo o relato de Zeca Netto, dois dias antes da eclosão do levante de julho, ele havia recebido um convite para aderir ao movimento e com este intuito viajou para São Paulo, onde conferenciou com algumas lideranças paulistas e concordou em rumar para o Uruguai e dali invadir o Brasil (NETTO, 1983, p.110-115). Além disto, Leonel Rocha e Zeca Netto, durante o final do mês de maio, encontravam-se na cidade de Pelotas para reuniões e banquetes entre amigos e correligionários³³, após o encontro, Rocha partiu para Pedras Altas para reunir-se com Assis Brasil e Netto viajou para sua referida estadia no centro do país³⁴.

Os conchavos entre militares e “libertadores” também podem ser apreendidos através de uma série de depoimentos escritos pelo deputado João Baptista Lusardo³⁵. Segundo o relato, durante os dias 13 e 14 de agosto, um primeiro encontro realizado na localidade de Berachy, no Uruguai, “assentou o pacto” de cooperação entre ambos os grupos. Desta reunião participaram Assis Brasil e Zeca Netto, além de Rubens Maciel e Anacleto Firpo, representantes das guarnições militares no estado gaúcho. Dali decidiu-se que a chefia civil da revolta ficaria ao encargo de Assis Brasil e seriam despachadas ordens para que Honório Lemes e Leonel Rocha iniciassem as movimentações para o levante que deveria eclodir na efeméride do dia 7 de setembro. Em seguida, uma segunda reunião, no dia 23 de agosto na cidade de Uruguaiana, contou com a presença de Lusardo e diversos oficiais das guarnições de São Luiz, São Borja, Alegrete, Livramento e São Gabriel. O encontro sacramentou o plano militar da revolta: as colunas civis de Honório Lemes e Zeca Netto seriam encarregadas da movimentação pela zona fronteira com o Uruguai, os elementos de Leonel Rocha deveriam tumultuar a região serrana do estado e o comando das guarnições militares na zona das missões seria de encargo de Luís Carlos Prestes. Devido a problemas diversos, no início de setembro, o plano foi descoberto e a deflagração adiada. Apenas através de uma nova reunião, ocorrida no início de outubro, entre Assis Brasil, Anacleto Firpo, Siqueira Campos e Juarez Távora, foi possível retomar as ligações e enfim o levante ser deflagrado (LUSARDO apud CARNEIRO, 1977, p.263-272).

Com a deflagração do movimento, o governo federal passou a pres-

33 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 23 maio 1924.

34 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p. 1, 24 maio 1924.

35 Trata-se de onze pequenos textos sob o título de “A Coluna Prestes através do Brasil”, escritos por Baptista Lusardo e publicados originalmente no jornal *O Globo* do Rio de Janeiro em 1926. Os relatos trazem informações preciosas acerca da atuação dos militares e da participação da AL no movimento, além da marcha da Coluna Prestes. O documento foi reproduzido na íntegra na obra biográfica escrita por Glauco Carneiro (1977, p.259-284).

sionar Borges de Medeiros sobre a garantia de manutenção da ordem na fronteira³⁶. O chefe do PRR prontamente enviou contingentes da Brigada Militar para a região sublevada. Na data de 30 de outubro, o *Correio do Povo* noticiou as primeiras informações sobre insurreições das guarnições de São Luiz, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana³⁷. No dia seguinte, o jornal comunicou ter chegado ao conhecimento das autoridades legais que Honório Lemes estava envolvido com o levante e movimentando tropas na região de Uruguaiana³⁸. Com o decorrer dos episódios, outros veteranos de 1923 passaram a ser publicamente vinculados ao movimento: Pedro Arão e Juca Raymundo em atuação conjunta com Luiz Carlos Prestes em Santo Ângelo³⁹, Mario Garcia em Santiago do Boqueirão⁴⁰, além das já conhecidas atuações de Leonel Rocha e Zeca Netto pelo interior do estado⁴¹.

Com a adesão dos chefes civis de 1923 ao movimento, a bancada oposicionista repentinamente mudou sua postura e passou a defender veementemente o levante⁴². Em discurso na câmara, Wenceslau Escobar relembrou aos demais deputados sobre a situação vivida no Rio Grande do Sul desde os acontecimentos de 1923: o não cumprimento por parte do governo estadual das cláusulas estipuladas no Pacto de Pedras Altas e as perseguições sofridas por seus partidários, elementos que justificariam a postura da Aliança Libertadora frente ao momento político nacional⁴³. No mesmo sentido manifestou-se Arthur Caetano, afirmando que os oposicionistas rio-grandenses “não distinguem a hostilidade quer contra o sr. Borges de Medeiros, quer contra o sr. Arthur Bernardes, a quem responsabilizamos pela grave situação no nosso Estado”⁴⁴. Seguindo a mesma linha argumentativa, na Assembléia estadual, os deputados também se posicionaram de maneira favorável ao movimento rebelde. José Alves Valença argumentou ser impossível “impedir que os membros desta oposição se aliassem ao movimento que se bate pela liberdade do Brasil e do Rio Grande”, já que o “escopo máximo” dos oposicionistas gaúchos “foi sempre a libertação do Rio

36 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.4, 29 out. 1924.

37 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 30 out. 1924.

38 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 31 out. 1924.

39 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 02 nov. 1924.

40 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 01 nov. 1924.

41 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 04 nov. 1924; p.1, 19 nov. 1924; p.3, 23 nov. 1924.

42 Ainda que os “libertadores” tenham apoiado as pautas dos militares rebeldes, é importante destacar, conforme aponta Paulo Vizentini, que existiram profundas diferenças entre as propostas e posicionamentos políticos dos dois aliados de momento (VIZENTINI, 1983, p. 27-28).

43 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 15 nov. 1924.

44 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 05 dez. 1924.

Grande”⁴⁵.

Após a realização de diversos pequenos combates, os rebeldes no Rio Grande do Sul acabaram por dividirem-se em dois grupos. O primeiro comandado por Prestes, após ser perseguido e encurralado pelo exército legalista, deixou o território estadual e iniciou uma marcha em direção ao norte do país para juntar-se aos militares de outras regiões e compor a chamada “Coluna Miguel Costa-Prestes”⁴⁶.

O segundo grupo, vinculado aos chefes civis da AL refugiou-se através do exílio nos países vizinhos do Uruguai e Argentina⁴⁷. As tropas de Honório Lemes, Zeca Netto e Leonel Rocha voltariam, durante os anos de 1925 a 1927, a realizar novas tentativas de invasões e ataques armados ao Rio Grande do Sul com o objetivo de mobilizar forças contra o situacionismo político e, principalmente, depor Borges de Medeiros (FERREIRA FILHO, 1974, p.223; FÉLIX, 1987, p. 153). Embora parcela do grupo permanecesse insistindo na via armada para atingir suas reivindicações, o grupo retomou às tentativas de reorganização partidária a partir do retorno do exílio de lideranças como Assis Brasil e Raul Pilla para a vida política do país em 1927. A retomada da organização dos “libertadores” resultou na consolidação do processo de unificação dos oposicionistas através da fundação oficial do Partido Libertador em Congresso realizado na cidade de Bagé, em março de 1928 (LOVE, 1971, p.228). Reunidos em um partido único, os oposicionistas regionais, aliados aos seus adversários históricos do PRR e de algumas lideranças tenentistas, seriam parte do grupo responsável pela deflagração da revolta de 1930, colocando fim a chamada “República Velha do Brasil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os argumentos esboçados ao longo do texto é possível tecer algumas ponderações sobre os levantes militares de 1924 no Rio Grande do Sul e a participação da Aliança Libertadora durante estes episódios. Em primeiro lugar, é possível supor que desde cedo os aliancistas estiveram aliados aos militares rebeldes e desempenharam um papel

45 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 30 dez. 1924.

46 A coluna foi responsável por uma longa marcha pelo interior do Brasil durante aproximadamente dois anos e meio, percorrendo cerca de 25.000 quilômetros, quando devido às condições precárias os revoltosos decidiram por exilar-se no Paraguai, Bolívia e Argentina. Sobre o tema, assim como a atuação política de Prestes, ver as contribuições de REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

47 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 27 dez. 1924; p.7, 28 dez. 1924.

importante no planejamento e execução do movimento armado. A postura inicial favorável ao legalismo e de amparo ao governo Bernardes parece ter sido utilizada, principalmente, como um mecanismo de despiste sobre a organização e adesão ao levante. Embora os oposicionistas gaúchos possuísem interesses em almejar uma aproximação com o governo Bernardes, os problemas e a insatisfação com a política estadual e com o desfecho final da guerra civil de 1923, além da reaproximação entre Borges e Bernardes, parecem ter desempenhado fatores determinantes na tomada de posição dos “libertadores” em favor de um novo protesto armado similar ao ocorrido no ano anterior.

Em segundo lugar, parece evidente que a aproximação com o levante tenentista representou uma nova oportunidade de pegar em armas contra Borges de Medeiros e manifestar o descontentamento com a situação política estadual e nacional. Possivelmente no entendimento dos principais chefes da Aliança Libertadora, a deflagração e união com o movimento tenentista significou uma continuação direta da luta iniciada em 1923. A luta e os aliados eram outros, mas os motivos e os inimigos continuavam sendo os mesmos para líderes como Zeca Netto, Honório Lemes, Baptista Lusardo, Leonel Rocha e outros.

Em terceiro lugar, cabe destacar que o envolvimento dos aliancistas com a luta dos tenentes trouxe tanto conseqüências positivas quanto negativas para o grupo partidário. Por um lado, a aderência ao movimento permitiu ao grupo uma projeção política nacional, alargando os horizontes de atuação da agremiação (KIELING, 1984, p. 77-87) e resultando na conquista de um importante prestígio na esfera de poder nacional (LOVE, 1971, p.242). De outro lado, o seu envolvimento interrompeu e confundiu o projeto de unificação e coesão entre os setores oposicionistas regionais, acarretando em divergências e dissidências entre seus adeptos, além de causar o exílio e o distanciamento de suas principais lideranças com as bases locais. Esta conjuntura desfavorável só viria a ser superada nos anos seguintes, com a anistia e retorno ao Brasil, a reorganização em Partido Libertador e participação na Frente Única em apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. A. *Getúlio Vargas: a construção de um mito*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, Gunter. *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965. [v. 1 e v.2]

_____. *Lusardo: o último caudilho: revolução de 1923*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. [v.1]

CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 23 maio 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 24 maio 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 06 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 16 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.7, 18 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 19 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 20 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 22 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 22 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 26 jul. 1924. Disponível no Núcleo de

Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 28 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 28 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 01 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 14 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 15 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 13 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.2, 24 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 13 set. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 30 out. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 31 out. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 01 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 02 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 04 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 05 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 07 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 15 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 19 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 23 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 05 dez. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 27 dez. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.7, 28 dez. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 30 dez. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

DAL FORNO, Rodrigo. *O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de política e imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

- GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). *Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- KIELING, José Fernando. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. 1984. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- NETTO, José Antônio. *Memórias do General Zeca Netto*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O tenentismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto. *Os liberais e a crise da República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA OBRA DE BARBOSA LESSA

THE REPRESENTATION OF THE NEGRO IN THE WORK OF BARBOSA LESSA

Jackson Raymundo¹

RESUMO

Assim como na historiografia sobre a formação social do Rio Grande do Sul, também na literatura são escassos os registros que colocam o negro efetivamente como parte integrante do “gaúcho”, ou mesmo como matéria instigante. Dentre as exceções, é possível localizar uma presença relevante, mesmo que não numerosa, na obra de Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002), escritor, compositor e pesquisador de produção vasta, destacadamente um dos fundadores do movimento tradicionalista gaúcho – e de seus cânones. Por meio de duas obras, um conto do livro *Rodeio dos Ventos*, “Cabos Negros”, e de uma conhecida canção, “Negrinho do Pastoreio”, este artigo analisará a representação do negro em Barbosa Lessa. O universo de onde fala o autor é sobretudo o rural, o que faz com que tarefa seja imbuída de significado ainda maior, já que a visibilidade do negro na literatura se dá majoritariamente a partir da periferia urbana. Os trajetos que constroem a formação étnica da “identidade gaúcha”, bem como o seu lugar dentro da “identidade nacional”, da “brasilidade”, são aspectos que este texto irá considerar. Em sentido distinto, é necessário pensar a “identidade gaúcha” como uma expressão que transcende os limites geográficos brasileiros, confluindo com parte do interior uruguaio e argentino. Brasileiro ou platino, marginalizado ou heróico, não é insignificante o papel do negro na obra analisada - como não é, aliás, na própria história do Rio Grande do Sul, apesar do recorrente “esquecimento” de sua contribuição à híbrida formação étnica e social do povo gaúcho.

Palavras-chave: Barbosa Lessa. Negro. Literatura gaúcha. Conto. Canção popular.

ABSTRACT

*As in the historiography about the social formation of Rio Grande do Sul, in the literature there are few records that place the Negro effectively as an integral part of the gaúcho, or even as an instigating matter. Among the exceptions, it is possible to locate a relevant, if not numerous, presence in the work of Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002), writer, composer and researcher of vast production, notably one of the founders of the traditionalist Gaúcho movement - and its Canons. Through two works, a short story from the book *Rodeio dos Ventos*, “Cabos Negros”, and a well-known song, “Negrinho do Pastoreio”, this article will analyze the representation of the negro in Barbosa Lessa. The universe where the author speaks is*

1 Graduado, Mestre e doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

mainly the rural, which makes the task imbued with even greater significance, since the visibility of the black in the literature is given mostly from the urban periphery. The paths that construct the ethnic formation of the “Gaúcho identity”, as well as its place within the “national identity”, of “Brazilianness”, are aspects that this text will consider. In a distinct sense, it is necessary to think of the “Gaúcho identity” as an expression that transcends the Brazilian geographical boundaries, merging with part of the Uruguayan and Argentinean interior. Marginalized or heroic, the role of the Negro in the analyzed work is not insignificant - as it is not, in fact, in the history of Rio Grande do Sul, despite the recurrent “forgetting” of its contribution to the hybrid ethnic and social formation of the Gaúcho people.

Keywords: Barbosa Lessa. Brazilian literature .Gaúcho Literature. Tale. Popular song.

INTRODUÇÃO

É possível perceber na construção hegemônica sobre a identidade do “gaúcho” um papel coadjuvante conferido ao negro na formação social do Rio Grande do Sul. Na produção literária, escassos são os registros que colocam o negro efetivamente como parte integrante do “gaúcho”, ou mesmo como matéria instigante. Dentre as exceções, é possível localizar uma presença relevante, mesmo que não numerosa na obra de Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002), escritor, compositor e pesquisador de produção vasta, destacadamente um dos fundadores do movimento tradicionalista gaúcho – e de seus cânones.

Por meio de duas obras, um conto do livro *Rodeio dos Ventos*, “Cabos Negros”, e de uma conhecida canção, “Negrinho do Pastoreio”, este artigo analisará a representação do negro em Barbosa Lessa. O universo de onde fala o autor é sobretudo o rural, o que faz com que tarefa seja imbuída de significado ainda maior, já que a visibilidade do negro na literatura se dá majoritariamente a partir da periferia urbana.

Os trajetos que constroem a formação étnica da “identidade gaúcha”, bem como o seu lugar dentro da “identidade nacional”, da “brasilidade”, são aspectos que este texto irá considerar. Em sentido distinto, é necessário pensar a “identidade gaúcha” como uma expressão que transcende os limites geográficos brasileiros (no caso, do Rio Grande do Sul e parte da região Sul), confluindo com parte do interior uruguaio e argentino.

Brasileiro ou platino, marginalizado ou heróico, não é insignificante o papel do negro na obra analisada - como não é, aliás, na própria história do Rio Grande do Sul, apesar do recorrente “esquecimento” de sua contribuição à híbrida formação étnica e social do povo gaúcho.

1 Brasilidade gaúcha

O ideal de mestiçagem que percorreu a historiografia brasileira desde o século XIX só foi incorporar o negro enquanto elemento da identidade nacional a partir da Abolição. Pioneiros ao agregar os ex-escravizados na base da formação étnica do Brasil, pesquisadores como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Alberto Torres davam ao negro “uma importância maior” que ao índio; fundamentados no evolucionismo, são considerados com “contornos claramente racistas” (GERMANO, 1999, p. 38). Mais tarde, nos anos 1930, a partir de Gilberto Freyre, o negro seria analisado “em termos culturais” (idem, p. 44).

As últimas décadas do século XX e, principalmente, o início do século XXI teriam um considerável aumento de estudos sobre o negro no Sul. Ao analisar os trabalhos sobre a escravidão no Brasil meridional, Xavier (2010) contabilizou um salto entre a década de 1980 e a primeira década deste século – de 114 nos anos 1980 para 416 entre 2000 e 2006. Citando trabalho de Osório (2000), a autora ressalta que no Rio Grande do Sul se destacavam entre os mais afortunados aqueles com patrimônio constituído, “em grande parte”, pela propriedade de escravos: os comerciantes que atuavam nas charqueadas, os estancieiros dedicados à agropecuária e os comerciantes lavradores. Assimilando outros pesquisadores, é refutada a idéia de que “a escravidão só foi importante nas charqueadas ou que tivesse tido um peso secundário na estrutura social”.

A diversidade étnica inerente ao tráfico transacional que caracterizou a escravidão no Rio Grande do Sul é outro ponto destacado por Xavier (2010). Diferentemente de outras regiões do país, onde predominava o tráfico interno, no principal porto do estado mais meridional do Brasil, o Porto de Rio Grande, o predomínio era de africanos recém-chegados ao Brasil:

Dos escravos africanos que aqui chegavam, portanto, via Rio de Janeiro, segundo os dados compulsados pelo autor [Berute, 2006], 71% vinham da África Centro Ocidental, com predomínio de escravos Benguela e Angola, 26% da África Ocidental e o restante da África Oriental. [...] (XAVIER, 2010, p. 18)

As pesquisas recentes sobre a escravidão no Sul alertam para outros fatores, assinala Xavier (2010). Um deles é o de que parte dos escravos que chegaram ao porto de Rio Grande não vinha do Rio de Janeiro, e sim da Bahia e de Pernambuco. Com configuração distinta acerca das origens regionais internas ao continente africano, tal fato histórico ajudou a definir

um caráter plural e multiétnico para a escravidão negra existente no Rio Grande do Sul.

Outra característica importante é a de que “o tamanho da propriedade influía também no perfil destes escravos: os grandes criadores de gado possuíam um “alto índice de africanos do sexo masculino”, enquanto que os médios e pequenos produtores “tinham um maior número de crioulos, mulheres e crianças”. Observar essas distinções ajudam a compreender a questão do negro no Rio Grande do Sul como um todo, e também na literatura, objeto deste texto.

Diferentemente do que pensam muitos, a população negra é bastante expressiva na formação étnica do estado mais meridional do Brasil: segundo Germano (2010, p. 102), às vésperas da Abolição o Rio Grande do Sul era o sexto estado do país com o maior número de negros escravizados. Além disso, a participação econômica do negro já era “considerável” no século XIX (ZALLA, 2010).

Apesar da população expressiva, de sua força econômica e do gradual espaço de afirmação no pensamento crítico nacional, a produção historiográfica sobre o negro no Rio Grande do Sul trata sobretudo do período escravista e pós-abolicionista, pouco se aprofundando no século XX, lembra Germano (2010, p. 101).

Diversos pesquisadores durante o século XX apontaram a criação de uma “figura mítica” do gaúcho - homem, campeiro... Esta visão deixa excluídos e invisibilizados negros e indígenas (no máximo, miscigenados, sobretudo o índio). Isso tem tudo a ver com o ideal de “democracia racial dos pampas”, que, em consonância com a perspectiva de “democracia racial” brasileira, permeou o pensamento crítico ao longo do século passado:

Um dos fatores que colaborou nesta invisibilidade do escravo negro gaúcho foi o mito de uma ‘democracia racial dos pampas’, que norteou fortemente a historiografia rio-grandense, juntando-se a poucos registros reveladores, sendo a origem da dificuldade do conhecimento da trajetória e visibilidade negra na história local. (GERMANO, 2010, p. 101)

A obra de Luiz Carlos Barbosa Lessa é pródiga na representação literária dos elementos constituintes da formação étnica e social do Rio Grande do Sul. A sua produção escrita foi em torno de 60 livros. Além disso, atuou no cinema como “consultor de costumes” gaúchos na Companhia Vera Cruz, escreveu peças teatrais e programas televisivos e radiofônicos, foi publicitário, Secretario de Cultura do governo estadual etc. Na literatura, o seu livro *Os Guaxos* recebeu o prêmio de Romance da Academia Brasi-

leira de Letras, em 1959.

Foi na “invenção” e consolidação do tradicionalismo, porém, onde Barbosa Lessa possivelmente mais tenha se destacado. Em 1948, meses antes de ingressar na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, adere ao pequeno grupo de estudantes que, liderados por Paixão Côrtes, funda no Colégio Júlio de Castilhos, o Julinho (o maior do estado à época), um “estranho” *Departamento de Tradições Gaúchas*. Ocorre, então, a primeira comemoração da Semana Farroupilha, “centralizada em torno de uma Chama Crioula, extraída da Pira da Pátria, em 7 de setembro, e que ficou ardendo no *hall* do Julinho até se apagar solenemente no dia 20 de setembro [data que marca a Revolução Farroupilha]”. Em abril de 1948, criavam o “35”, primeiro Centro de Tradições Gaúchas. Seis anos depois, em julho de 1954, é realizado o 1º Congresso Tradicionalista; nele, é apresentada a tese O Sentido e o Valor do Tradicionalismo, que fundaria as bases de um movimento que se tornaria relevante no Brasil até os dias de hoje (sobretudo na região Sul, em boa parte do Centro-Oeste e em locais do Norte do país).

Criado o Tradicionalismo gaúcho, o repertório cancional era “escasíssimo”, segundo Barbosa Lessa (2005, p. 24), que elabora as suas primeiras composições, como *Quero-Quero* e *Negrinho do Pastoreio*. Outras dezenas de composições viriam nas duas décadas seguintes - sempre, no conjunto de sua produção literária, tematizando locais e costumes do Rio Grande do Sul, objetificando o universo rural e resgatando obras e influências do folclore sul-rio-grandense.

Um dos principais diferenciais de Barbosa Lessa em relação a outros “tradicionalistas” e precursores da gauchesca é a introdução de outros sujeitos sociais:

Em sua intervenção no debate identitário local, Barbosa Lessa incorpora outros sujeitos em sua narrativa sobre a formação social do Rio Grande do Sul e dá voz àqueles grupos calados ou marginalizados, como o negro, a mulher (inventada como “prenda”, na ética e na estética tradicionalista), o índio e o imigrante. Se o gaúcho pampiano continua sendo o centro de suas atenções, ele acaba costurado e reconfigurado por elementos culturais de origem social e mesmo étnica diversa. (ZALLA, 2010, p. 7)

Para Joana Bosak de Figueiredo (2006, apud ZALLA, 2010, p. 127), há uma reconstrução do “mito” do gaúcho agregando novos elementos e respondendo a outro contexto, mas “ainda se apropria criativamente dos

signos do gauchismo romântico”:

[...] ao tomar como foco de seus escritos o gaúcho empobrecido, Barbosa Lessa teria se ‘afastado drasticamente’ do ‘centauro dos pampas’ e do ‘monarca das coxilhas’ [...] em sua visada ao Rio Grande do Sul, estão presentes o índio, o negro e a mulher como fundadores dessa pequena pátria, tanto quanto o elemento açoriano, o jesuíta, o espanhol, o tropeiro e todo o tipo de figura masculina privilegiada por uma leitura mais tradicional do que seja a formação sul-riograndense. (idem)

No projeto literário de Barbosa há, portanto, essa multiplicidade de atores, como mostram as obras tratadas neste artigo: um conto lancinante e de forte teor social, que é “Cabos Negros” (do livro *Rodeio dos Ventos*), e uma das primeiras e mais conhecidas de suas canções, “Negrinho do Pastoreio”.

Por fim, cabe ressaltar um trecho de “Cabos Negros” que, retratando o personagem João Batista, mostra bem a intersecção entre as identidades negra, índia, campeira e gaúcha. Para o protagonista, haveria uma forma de ser “negro gaúcho”, distinta de outras que conhecia - mais baseada, como veremos adiante, em ideais de liberdade. Diz o narrador: “Sentia-se muito mais perto dos charruas, que boleavam nhandus no Caverá, do que da gente de sua cor e sua raça, que plantava nas terras de um sinhô. Negro, sim; mas negro gaúcho!”. (BARBOSA LESSA, 1978, p. 99-100)

2 “Cabos Negros”

O conto de Barbosa Lessa é rico na alegorização sobre a condição do negro e a liberdade. Diferencia-se de outros textos da gauchesca por vários motivos: 1) situa o negro no contexto rural do interior do Rio Grande do Sul; 2) tematiza a liberdade a partir do amálgama entre o negro e o mundo campeiro (espaços vastos, o uso do cavalo etc.); 3) faz a denúncia da violência sofrida pelos negros escravizados; 4) descreve costumes culturais (danças, cantos etc.) dos negros a partir de seu lugar de convívio e de exclusão, a senzala; 5) apresenta secundariamente o índio, mas o suficiente para minimamente ilustrar o lugar de cada etnia no ambiente da fazenda.

Os protagonistas revelam diferentes lugares e papéis naquela realidade do século XIX. João Batista, jovem negro corajoso (e nascido livre), era filho de Bixará, o mais famoso domador de cavalos da região, e da mucama de uma sinhá (apenas citada, sem nome), razões que lhe deram algumas regalias. Ainda criança, vê o pai sucumbir diante do desafio de vencer a doma de Cabos Negros (após o acontecimento envolvendo Bixará, outros

quatro ginetes tentariam domar o cavalo: dois morreram, um ficou aleijado e outro “abobado”).

Com a morte do pai, João Batista perde as facilidades e é tratado como os demais escravos, sendo mandado para trabalhar nas lavouras de trigo. O seu desejo, contudo, era lidar com o gado ou domar potros, tal qual seu pai. D. Pepe, o terrível feitor que já tentara castigar Bixará (que era protegido pelo sinhô), usava o cavalo indomável como ameaça e punição aos escravos fujões, repetindo sempre a mesma inquirição: “a estaca? Ou Cabos Negros?”. Foi ele quem João Batista procurou para pedir a mudança de função. Entendendo como uma petulância indevida, D. Pepe o castigou com a chibata.

Ter sido submetido ao flagelo fez despertar em João Batista a sua real condição: “o relho do feitor cortou-lhe fundo. E desde então ficou sabendo que, enquanto D. Pepe existisse, ele jamais se livraria do eito, da senzala e do chicote” (BARBOSA LESSA, 1978, p. 99). Ativada essa consciência, João Batista começou a tramar formas de fugir e conquistar a liberdade.

É aí que entra o personagem que é praticamente uma antítese de João Batista. Mais velho e mais comedido, Pai Núncio era o preto-velho da senzala. Fator de “ordem” no ambiente provocava irritação em João Batista - “por causa dele, os crioulos mais pareciam cordeiros” (idem, p. 100).

O desejo de liberdade de João Batista estava ligado às circunstâncias em que foi criado: “seu primeiro mundo não havia sido a senzala, sufocante, mas a coxilha sem fim onde os cavalos retouçam” (ibidem, p. 99). O narrador simboliza o trabalho campeiro como um lugar de liberdade - mas onde o negro não estava incluído:

Na Fazenda Velha, poucos negros eram da lida campeira - quase um sinônimo de liberdade - e praticamente todos trabalhavam nas lavouras de trigo. Os negros campeiros muito raro eram castigados. Mas os negros da lavoura estavam sempre sob a sanha de D. Pepe, o feitor. (LESSA, 1978, p. 92)

Voltando ao enredo: quando João Batista tenta fugir da sesmaria, Pai Núncio vai atrás dele para fazê-lo desistir. Após embate físico rápido, o velho logicamente é derrotado. João Batista retorna à fazenda e Pai Núncio, visto como desertor, é posto de castigo. D. Pepe lhe oferece como opções o flagelo da estaca ou se virar com o cavalo Cabos Negros. Entendendo que não sobreviveria a nenhum dos castigos, Pai Núncio deixa a cargo de seu feitor a escolha, que decide que no dia seguinte todos verão o ancião enfrentar o animal tão temido.

A noite da véspera do encontro entre Pai Núncio e Cabos Negros é marcada por um dos momentos de lirismo mais pungente do conto. Um clima de consternação e luto toma conta da senzala. Para além da tristeza pela morte iminente do personagem, porém, há uma melancolia ritual, cultural, coletiva. Em vez do choro da perda, Pai Núncio queria o choro dos tambores, que são acompanhados de versos de revolta social pela condição do negro - descritos tal qual a sua forma oral:

*Meu sinhô tem tudo no mundo
mas mata e mata porque qué mais tê...
Bambá-quererê-ê! Bambá-quererê!
E eu espalho na luz do terreiro
A luz de vivê!
[grifo do autor]*

Instigado por Luzia a entrar na roda, João Batista se remoía ao canto, numa mistura de indignação e remorso. Várias coisas passaram por sua cabeça, inclusive se colocar no lugar de Pai Núncio no cumprimento da pena. Porém, vendo que Cabos Negros continuaria a ser “um ferrolho de terror cerrando aos escravos os portões da liberdade” (ibidem, p. 104), desistira, decidido a acabar com a existência do animal.

É aí que a narrativa chega a seu ápice, numa cena carregada de simbolismos. João Batista avança sobre o cavalo, empunhando uma cangalha, pronto para matá-lo. No entanto, surge uma surpreendente empatia entre o homem (gaúcho, negro) e o bicho (cavalo).

Nos descampados do pampa, Deus fez com que o pingo e o gaúcho se unissem para juntos escreverem anseios de liberdade. Por isso, ambos se entendem muito mais do que as pessoas. Sente o cavalo por suas as emoções do campeiro. [...]

João Batista e Cabos Negros se mirando frente a frente. Cabos Negros, João Batista. Dois seres com a mesma indomável força no desejo de amplidão. Cavalo e negro ameaçados por chicote e escravidão. Almas irmãs. Se querendo, se sentindo, se buscando. Se encontrando! (LESSA, 1978, p. 106)

A busca da liberdade, portanto, era o valor que uniria o gaúcho e o cavalo, o cavalo e o negro. Assim como nas ancestralidades ameríndia e africana, os animais possuem alma, não havendo uma superioridade compulsória do ser humano sobre os bichos. Essa confluência entre homem e cavalo, então, seria parte constitutiva da própria identidade do gaúcho, agregando o elemento negro na rebeldia contra a dominação e no desejo de liberdade.

2.1 Os elementos da cultura negra no conto “Cabos Negros”

Diversos elementos conhecidos dos estudos sobre a cultura negra estão presentes na narrativa. Logo no início, Luzia, “negrinha nova” (única personagem feminina da história) convida João Batista para “sambar” (ibidem, p. 93). O uso do termo, aqui, faz invocar a raiz da palavra. Em outros elementos, há a menção ao “batuque”. Referindo-se às pesquisas de Mário de Andrade na década de 1930, Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2015, p. 249) afirmam que, nas comunidades rurais, “samba” designava tanto o evento onde a dança se realiza quanto a música executada e o grupo formado para dançar a música. Para Mário de Andrade, havia um uso indistinto entre “samba” e “batuque”.

Lopes & Simas (idem, p. 250), a partir de pesquisadores mais recentes (Roberto Mendes e Waldomiro Júnior), ressaltam que, “assim como ocorrido nas plantações de algodão do Delta do Mississipi, nos canaviais do Recôncavo Baiano os negros usaram a música como expressão de seu sofrimento e como consolo para as dores da escravidão”. Não há referência na citada obra de Lopes Simas às origens do samba no sul do Brasil, ou à sua expressividade enquanto manifestação cultural do meio rural; mas como a realidade da escravidão atravessava todo o país, é possível dimensionar à realidade do interior sul-rio-grandense.

Há praticamente um consenso na historiografia de que a origem do samba enquanto dança remonta à umbigada. Isso é relatado com riqueza no conto, através do bambaquerê, “dança do fandango em que homens e mulheres dançam em torno de um par solista, que culmina sua execução com uma umbigada” (DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS). O bambequerê é cantado e bailado, com revolta e melancolia, na véspera da condenação de Pai Nuncio. Em outro trecho, percebe-se que há uma preterição de João Batista pelo gênero: “em vez do bambequerê, sofrido, lamuriento, aprendera a cantar os sapucais guaranis que dão vida às campreadas”.

2.2 A representação distinta do índio em “Cabos Negros”

O elemento indígena é significativo no conjunto dos contos de *Rodeio dos Ventos*. Em “Cabos Negros” aparece de forma coadjuvante, mas bastante simbólica. É representado tanto na sua forma miscigenada, através do feitor D. Pepe, como também no seu modelo “puro”, simbolizado nos guaranis.

A caracterização de D. Pepe é o protótipo do capitão-do-mato amoral e cruel. Homem miscigenado (índio com negro), não se identificava nem com um nem com o outro, e sim com o patrão branco. Mais do que

isso, fazia questão de reforçar a imagem de autoridade tirana sobre seus vassalos - sobretudo em relação aos negros. O narrador define: “Cafuzo, filho de bugre com negra, mas puxando mais para bugre, era bem o tipo clavado para dominar senzalas” (LESSA, 1978, p. 95).

Por outro lado, o índio aparece na sua forma mais genuína com as citações feitas à presença, no *habitat* da fazenda, dos nativos guaranis. Como citado anteriormente, o canto dos guaranis tinha a preferência de João Batista, já que não era “lamuriento” e melancólico como o bambeque-rê.

O aspecto que mais chama a atenção, porém, é quando é descrito os rituais de flagelação imposto aos escravos. Poucos castigados optavam em encarar o cavalo Cabos Negros e sua “gineteada mortal”, mas quando isso acontecia, “era festa”. Enquanto os negros lamentavam, os indígenas alegavam-se com seus sapucais: “-Quibibibiu! - gritava a indiada em alegre sapucaí.” (idem, p. 98)

Assim, é possível apontar uma representação bastante distinta feita do índio em relação ao negro no conto “Cabos Negros”. Enquanto no negro há um aprofundamento de sua realidade enquanto identidade étnica oprimida e ceifada do direito à liberdade, no índio há, por meio de um distanciamento, uma rudeza de sua condição, sendo descrito como selvagem e despreocupado dos problemas mundanos. Em comum, o fato de habitarem o mesmo espaço, o universo rural do Rio Grande do Sul, e viverem num contexto de dominação.

3 As representações presentes na canção “Negrinho do Pastoreio”

O universo de “Cabos Negros” guarda semelhanças com aquele de “Negrinho do Pastoreio”, conhecida lenda do folclore gaúcho. Aqui também se fala de escravidão negra, se tem um protagonista negro e jovem e se está espacializado no ambiente do interior do Rio Grande do Sul, com suas fazendas, cavalos, carreiras. Essa canção foi uma das primeiras compostas por Barbosa Lessa, logo no início da sua iniciativa em montar um repertório de músicas gauchescas que sustentassem o recém-criado movimento tradicionalista gaúcho.

Diferentemente do conto, porém, a lenda tem fortemente presente a tradição católica: o Negrinho tem como madrinha Nossa Senhora, faz preces a ela, que ele diz ajudá-lo, e, de forma sobrenatural, ao final ele aparece junto da santa. A versão mais religiosa da lenda dá conta de que as pessoas rogavam a Negrinho do Pastoreio quando desejavam encontrar

alguma coisa no campo. Como convém às narrativas provenientes da oralidade, os personagens - Negrinho (o fazendeiro e seu filho) não tem nomes.

Resumidamente: a história fala do jovem escravo que foi ordenado por seu patrão, fazendeiro malvado com os negros e os peões, a vencer uma corrida de cavalos. Cabia a ele dominar o cavalo baio e ganhar a carreira com o mais prestigiado dos animais. Após uma disputa implacável, Negrinho perde. É posto de castigo pelo patrão durante trinta dias e trinta noites, além de tomar trinta chibatadas. Numa dessas noites, pega no sono e os cavalos fogem. O filho do patrão maldosamente delata o Negrinho ao pai, dizendo que ele deixara os cavalos fugirem. O Negrinho toma nova punição e é ainda mais agredido pelo fazendeiro. Achando que ele estava morto, o patrão joga o corpo do Negrinho em um formigueiro. É aí que aparece a surpresa: ele está junto de Nossa Senhora, sorridente, com os trinta cavalos à volta. O Negrinho sai em disparada pelos campos com a sua tropilha.

Todos esses elementos estão presentes na versão cancional de Barbosa Lessa da famosa lenda folclórica, datada do ano de 1957. Particularmente, tem destaque o elemento religioso: é uma toada em forma de prece, onde o eu-cancional invoca o santo popular, manifestando nostalgias - da querência perdida e do rincão.

Negrinho do Pastoreio
Acendo esta vela pra ti
E peço que me devolvas
A querência que eu perdi
Negrinho do pastoreio
Traze a mim o meu rincão

A vela acesa tem um significado subjetivo forte, para além de simples querer humano: nela está o próprio coração: “Eu te acendo esta velinha / Nela está meu coração”.

As estrofes seguintes expressam um desejo profundo do eu-cancional de, no próprio “pago” e nas “coxilhas”, encontrar a sonhada liberdade. A cidade representaria a perda da liberdade, e só seria possível “respirar” no campo.

Quero ver meu lindo pago
Coloreado de pitanga
Quero ver a gauchinha
A brincar n’água da sanga

Quero trotar pelas coxilhas
Respirando a liberdade
Que eu perdi naquele dia
Que me embreitei na cidade

Ao final, a vela que sustenta a rogação aparece novamente, desta vez com a função de “aquecer” a tradição; não é dito, porém, a qual tradição o eu-cancional se refere, supondo-se, apenas que seja à própria tradição da gauchesca:

Negrinho do pastoreio
Traze a mim o meu rincão
A velinha está queimando
Aquecendo a tradição

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto na narrativa do conto “Cabos Negros”, do livro *Rodeio dos Ventos*, quanto na poética cancional de “Negrinho do Pastoreio” está presente o sonho da liberdade, tratando o ideal como análogo ao universo da gauchesca: é o campo o lugar em que a liberdade é capaz de se concretizar.

A representação do negro na obra de Barbosa Lessa lida diretamente com o desejo da liberdade - mesmo que parte de um todo onde entram os demais peões pobres e os cavalos, de importância peculiar no gênero. Contudo, de grande valor é o resgate das tradições da cultura afro-brasileira praticada por Lessa em sua obra. Além de “Cabos Negros”, o autor fala da religiosidade de matriz africana no conto “Origem da palavra gaúcha”, também de *Rodeio dos Ventos*. Lá, cita os negros conviverem consigo, inclusive um compadre, que se tornaria pai-de-santo. Este, após uma consulta aos orixás, descobriria a origem geográfica da palavra “gaúcho”.

A obra de Barbosa Lessa, apesar de não dar conta de toda a história e toda a dimensão subjetiva do povo negro (nunca se propôs a isso), primou por realçar um elemento étnico essencial da formação sul-rio-grandense que parecia relegado à secundarização. Ou, como dito numa parte de “Cabos Negros”, falou do “negro gaúcho” e da peculiaridade de sua existência.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Cabos Negros. In: *Rodeio dos Ventos*. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.
- _____. *Prezado Amigo Fulano - Meio Século de Correspondência*. Porto Alegre: Alcance, 2005.
- _____. *Negrinho do Pastoreio*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/barbosa-lessa/212848/>>. Acesso em: maio de 2017.
- _____. *Dicionário Cravo Albin da Música Brasileira*. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/barbosa-lessa/obra>>. Acesso em: maio de 2017.
- GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. 1999. 275 f. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999.
- _____. Carnavais de Porto Alegre: etnicidade e territorialidades negras no Sul do Brasil. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (Orgs.). *RS negro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- INFOESCOLA. *Negrinho do Pastoreio*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/folclore/negrinho-do-pastoreio/>>. Acesso em: maio de 2017.
- PÁGINA DO GAÚCHO. *Luiz Carlos Barbosa Lessa*. Disponível em: <<http://www.paginadogaucha.com.br/barbosalessa/index.htm>>. Acesso em: maio de 2017.
- SÓ HISTÓRIA. *Negrinho do Pastoreio*. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/lendasemitos/negrinho/>>. Acesso em: maio de 2017.
- XAVIER, Regina Célia. Lima. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (Orgs.). *RS negro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- ZALLA, Jocelito. *O centauro e a pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas*. 2010. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

DISCURSO DE RECEPÇÃO

Eduardo Alvares de Souza Soares

*Discurso de recepção ao Dr. Sérgio da Costa
Franco como Membro Honorário do Instituto
Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,
no dia 10 de agosto de 2017.*

Senhor Presidente do IHGRGS
Senhores Membros desta Casa
Convidados, etc. etc.

Ao redigir as palavras que ora pronuncio em nome do IHGRS, confesso que minha intenção inicial era recorrer ao discurso de improviso, do qual há muitos anos me valho, pelo que representa de certo desafio ao orador e mesmo por acreditar que, nele, talvez mais por ilusão que por qualquer outro motivo, a palavra flua mais livre e eloquente.

Outrossim, há o mito de que a palavra, solta, instigando quase aos limites do ocasional, carregue maior paixão e seja, pela paixão despregada, mais arrebatadora, fazendo com que o arrebatamento que ela possa irradiar conduza aos que ora a ouvem a alguns segundos de exaltação.

Não menos verdade, porém, que se esta intenção ouve, tenha de confessar que seu apelo não mais foi que uma motivação que em mim transitou a voo de pássaro, motivação esta que, igual ao que possa ocorrer a um pássaro, foi logo abatida pela voz da prudência a alertar-me de que não estou a falar em nome próprio mas em nome de uma instituição, e no ato de celebração do seu nonagésimo sétimo aniversário, o aniversário de um instituto de pesquisa e divulgação da história e da geografia deste Rio Grande do Sul que nos dá a singularidade de sermos brasileiros - gaúchos, ou, de um outro ângulo de visão e desde a perspectiva de um sentimento, gaúchos - brasileiros.

Não menos verdade, ainda, que fui assaltado pelo desejo de promover o que costuma denominar-se por “Elogio ao Amigo”, desejo que de imediato venci para não deixar-me cair nalguma pieguice que possa deslustrar a personalidade austera e poupada em arroubos do homenageado. Outrossim, não haveria de condizer com as expectativas do Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo, que me outorgou o encargo do pronunciamento em nome desta Casa que ele, já de larga data, tão bem preside.

Se de Elogio ao Amigo, porém, se estivesse ora a tratar, os fundamentos a tanto repousariam em laços ancestrais tecidos em Jaguarão, a

cidade natal do Dr. Sérgio da Costa Franco e na qual me criei, vivo e sirvo na medida de minhas forças, laços estes que estão próximos de atingir seu centenário e que, assim, quase seculares, tiveram início ao unir meus avós maternos, André Raffo e Alaydes Corrêa Franco Raffo a Álvaro da Costa Franco e Gilda Furquim Werneck da Costa Franco, genitores do mais novo Membro Honorário do IHGRGS, que em anos passados o frequentou com assiduidade como seu sócio efetivo, vindo mais tarde a alcançar sua presidência, sendo que em ambas circunstâncias prestou o valioso concurso da sua reconhecida competência de historiador e de homem devotado a servir seu semelhante por tudo que de útil e inspirador escreveu, tanto quanto pelo zelo com a coisa pública e o alto sentido ético dos atos que praticou e pratica.

Por óbvio que a extensão daqueles laços ancestrais alcançaram minha mãe, Verdina Raffo Souza Soares com a primogênita dos Costa Franco, Helena Gilda Franco Gonçalves e aos seus irmãos, bem assim tanto a mim quanto ao meu querido irmão Leopoldo André Alvares de Souza Soares, que por feliz coincidência, residindo há cinquenta e três anos na Europa, encontra-se presente neste ato.

Pois me é impossível quantificar as vezes, em nosso domicílio jaguarense, que minha avó lamentou, com notória emoção, a brutalidade da cena de sangue que, no ano de 1935, vitimou ao Dr. Álvaro da Costa Franco, roubando-o da sua, então, opulenta família, composta de sua esposa e seus sete filhos. Deveriam ser oito a sofrer a dor do seu assassinato. Mas o destino inverteu a ordem e fez com que o amoroso pai - este o adjetivo que sempre ouvi - padecesse, poucos anos antes de ele vir a falecer tragicamente, a morte do filho Manoel, o mais velho entre os homens, que perdeu a vida no rio Jaguarão, com tão só quinze anos de idade, quando, em exercício de nado, exibia seus dotes de jovem atleta justamente ao seu genitor.

Sérgio da Costa Franco contava seis anos quando passou à orfandade paterna. É ele mesmo quem confessa, em seu admirável livro autobiográfico MEMÓRIAS DE UM ESCRITOR DE PROVÍNCIA, em edição comemorativa aos seus 80 anos, lançada fora do comércio, a ser distribuída às suas amizadas: «volto a lembrar meu pai, porque a sombra de sua memória acompanhou-me na infância e adolescência, sempre apontado como um exemplo de caráter e honradez. E ainda hoje me surpreendo a pesquisar sua vida e seus trabalhos pela íntima necessidade de reconstruir em detalhe a sua identidade”.

Nascido, pois, em Jaguarão, nos idos de 1928, viu-se, após o doloroso acontecimento e ainda no ano de 1935, jogado à vida da capital, para onde a honorável matriarca trouxe seus filhos na esperança de dar-lhes educação

condigna às suas próprias tradições de família. E deu.

Sérgio da Costa Franco aprendeu a ler por iniciativa de seu pai, valendo-se da então divulgada Cartilha Maternal do João de Deus. O escrever veio logo a seguir, por ato próprio e pelos zelos de sua irmã Ângela Franco Jobim, hoje nonagenária, que então utilizava a QUERES LER, a celebrada cartilha sempre lembrada pelos saudosistas e memorialistas urbanos. A educação secundária, por sua vez, seria cumprida nas classes do Ginásio Anchieta, de não boas lembranças, em que o contato com a Companhia de Jesus e seus métodos repressivos à liberdade haveriam de lhe infundir, em caráter definitivo, o posicionamento que até hoje mantém frente à religião

O primeiro bacharelato, em história e geografia, foi conquistado em Porto Alegre entre os anos de 1945 e 1948. Nesse ínterim, exerceu militância acadêmica, lecionou, trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, iniciou-se no jornalismo para, em 1950, ingressar na Faculdade de Direito de Porto Alegre, curso este que haveria de selar, em futuro próximo, seu destino profissional definitivo.

Em dezembro de 1951, com 23 anos completos, casou-se com a eleita de toda uma vida, mãe de seus cinco filhos e companheira inolvidável, recentemente falecida. Eu, que a conheci e pude admirar seus dotes humanos e as bondades do seu coração, pronuncio, ora, seu nome com profunda saudade e o maior respeito e reverência: Ignez Casella da Costa Franco.

O ano de 1952 irá encontrar o jovem casal em Cruz Alta. Recém concursado ao Banco do Brasil, Costa Franco foi para lá designado como funcionário. Em 1954, enfim, depois do forçado estágio cruzaltense, retornou a Porto Alegre, para, ao fim daquele ano, bacharelar-se em Direito e iniciar uma carreira profissional de advogado, ainda que esta tenha sido meteórica, pois em 16 de julho de 1957, após haver-se submetido ao concurso de ingresso no Ministério Público, prestou o compromisso de praxe e inerente à investidura de Promotor de Justiça.

Dias depois, chegava à cidade de Encantado, sua primeira Comarca judicial. Nos anos subsequentes, haveria de tomar posse como Promotor em Soledade, Erechim e, finalmente, em Porto Alegre, onde, em final de carreira, galgou ao posto de Procurador de Justiça. Mas foi a cidade de Erechim que se tornaria emblemática em sua carreira, se é que tanto se possa dizer, de historiador e escritor, pois foi lá que concluiu sua primeira grande obra, JÚLIO DE CASTILHOS E SUA ÉPOCA, que fora iniciada dois anos antes, em Soledade, e que lhe abriu as portas do reconhecimento como pesquisador histórico sério e profundo em suas investigações, que escreve de primeira mão, com base em fontes primárias, a maior das vezes inéditas; que, a partir de suas próprias palavras, escreve sem resvalar “ para o

improviso, o ficcionismo e a lenda “.

A primeira edição data de 1967 e foi lançada sob a chancela da Editora Globo. Moisés Velinho foi o primeiro a recomendar sua publicação, entusiasmado pelo trabalho de fôlego do até então, inédito em livro, Sérgio da Costa Franco. A obra, lançada há cinquenta anos passados, mantém a sua vigência, constituindo-se em leitura indispensável aos que pretendam compreender o republicanismo castilhistas e as ideias políticas do seu idealizador. Hoje em 5ª edição, Luiz Antonio de Araújo, editor do Caderno de Cultura do jornal ZERO HORA, a ela se refere afirmando que “Júlio de Castilhos e sua Época continua sendo o mais acurado retrato do chefe republicano rio-grandense”. Estas palavras dizem tudo sobre o valor da obra inaugural do nosso homenageado.

Mas, ao longo dos anos, o conjunto de obras históricas iria ganhar corpo. Desprezando a ordem cronológica de publicação, optei por catalogá-las em grupos em razão do assunto tratado, o que melhor dimensiona a intenção de Costa Franco de falar sobre as cidades em que viveu e a em que ainda vive. Em resumo, três cidades que marcaram sua vida. A primeira delas, Soledade, em virtude de seu itinerário de Promotor Público. Assim, pois, nasceu SOLEDADE NA HISTÓRIA, de 1975, o município que tem suas origens na exploração mineira das pedras preciosas encravadas em seu solo. Até hoje, nada de melhor e mais abrangente se escreveu sobre aquela urbe.

ORIGENS DE JAGUARÃO, editada em 1980, foi e continua sendo a melhor, única e decisiva monografia sobre a formação do município onde o homenageado viu a luz. Faz-lhe às vezes de certidão de nascimento, acrescida da nomenclatura de boa parte dos seus fundadores, conforme escrevi na orelha da obra por honroso convite do autor, quando da sua reedição, em 2007. Chamei-o, então, de “filho dileto de Jaguarão”. Se o homenageado, homem avesso aos elogios de corpo presente, gostou ou não, a mim permanece um enigma. Mas ora o repito, porque este reconhecimento, em nome da minha cidade, não poderia ser outro. Voltaria a escrever sobre Jaguarão em Gente e Coisas da Fronteira Sul. E eu mesmo tive a honra de ser seu parceiro em OLHARES SOBRE JAGUARÃO, editada pela nossa Câmara Municipal em 2010. Trata-se de uma coletânea de 50 textos sobre Jaguarão que percorre 200 anos de história, de 1809 a 2009.

Porto Alegre é a grande beneficiária do foco de suas lentes de pesquisador. A bibliografia de Costa Franco sobre a capital dos gaúchos é imensa e não menos única: Porto Alegre e seu Comércio; Porto Alegre - Guia Histórico; Gente e Espaços de Porto Alegre; Santa Casa - 200 anos - Caridade e Ciência; Os Viajantes Olham Porto Alegre (em parceria com Walter Noal,

livro do ano de 2005, obra que lhes valeu o Prêmio Açorianos de 2007); Porto Alegre Sitiada, a Velha Porto Alegre. Posso resumir, dizendo: é tarefa impossível a qualquer um, no presente e no futuro, escrever obra séria sobre Porto Alegre sem que tenha de recorrer à historiografia sobre a capital de autoria de Costa Franco.

Ficou aí? Não. Incursionou, em âmbito estadual, sobre a Revolução de 1893, A Pacificação de 1923, O Partido Federalista do Rio Grande do Sul, As Califórrias do Chico Pedro. Até um dicionário editou, seu DICIONÁRIO POLÍTICO DO RIO GRANDE DO SUL, que abrange todo o nosso cenário político de 1821 a 1937.

Se esgotada a série histórica, cede-se espaço a comentar uma outra faceta notável do homenageado: a do Sérgio da Costa Franco cronista, o homem de pena ágil e estilo coloquial que, por anos, fazia com que se fosse direto à quarta página do Correio do Povo para ler-se um texto de agradável redação, que jogava luz ao espírito do leitor, que poderia assemelhar-se a estarmos sempre ouvindo um sonoro e comovente BOM DIA. A série de crônicas rendeu-lhe quatro publicações: Quarta Página, que lhe valeu o Prêmio Carlos de Laet, da Academia Brasileira de Letras; Ruas Mortas; Achados e Perdidos e Em Paz com a Vida. E, na maior parte destas crônicas, por trás, a sombra do historiador permanece indelével porque, por formação e vocação, é isto que intelectualmente Sérgio da Costa Franco é: historiador.

Por todas as anotações acima trazidas à colação sobre a sua vida de homem de letras, historiador e cronista, é que esta homenagem, Dr. Sérgio da Costa Franco, que no dia de hoje o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lhe presta, se inscreve como um ato de justo reconhecimento pela sua trajetória de reconhecido pesquisador, pelos relevantes serviços que prestou a esta casa, pelo homem de reto caráter e coração generoso que é, pelo elevado senso de justiça e de elevado grau de cidadania com que pautou e pauta sua vida.

Receba de todos os seus confrades os mais elevados votos de Paz e Bem, Saúde e Felicidades neste dia 10 de agosto de 2017 em que, festejado e sob aplausos, retorna a este Instituto como seu Membro Honorário.

Muito Obrigado pela atenção de todos!

DISCURSO DE POSSE

Sérgio da Costa Franco

*Discurso de posse como Membro Honorário
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio
Grande do Sul, em 10 de agosto de 2017.*

Prezados confrades:

Foi em outubro de 1979 que a generosidade dos consócios de então me concedeu a honra de admitir-me como sócio efetivo deste sodalício, sendo então saudado pelo eminente historiador Arthur Ferreira Filho. É evidente o orgulho com que eu ingressava nesta Casa, quando era ainda relativamente pequena a minha produção historiográfica e reduzida a bagagem intelectual que poderia trazer comigo. Mas é certo que me dediquei com empenho à pesquisa e à produção de textos, já na década seguinte existindo colaborações minhas à Revista do Instituto. Sobretudo me devotei à organização do arquivo documental, ainda muito carecedor de uma estrutura que favorecesse a pesquisa. Certamente foram esses esforços que me trouxeram o reconhecimento dos confrades, que em 1996 até me fizeram presidente da instituição, no período de 1996-98, o fato que talvez mais valorize o meu “curriculum vitae”.

Depois de vários anos de intensa dedicação, mesmo quando afastado da presidência, seja na organização dos arquivos, seja na edição de números da Revista, e de uma adesão constante às atividades desta casa de cultura, tive o que se pode chamar de “acidente de percurso”. A súbita contrariedade com duas sucessivas decisões da assembleia geral me levou à atitude de abandonar o quadro social e demitir-me da condição de sócio efetivo. Houvera então a recusa tácita à admissão de dois novos membros efetivos (decisão que logo depois foi corrigida e ambos integram hoje honrosamente o quadro de titulares). A falta do quórum necessário à aceitação dos novos membros, ambos dignos do maior respeito, me pareceu então absurda e inexplicável, levando-me ao protesto que eu então declarei irrevogável. Foi isto em maio de 2008, eu já estava às vésperas de completar 80 anos, de modo que não caberia invocar aqui a precipitação juvenil de que fui vítima em outras decisões da minha vida. Já agora, quase com o pé na cova, em tempo que é de reconhecer culpas e confessar erros, devo proclamar que fui colérico e precipitado, com dificuldades de participar de decisões coletivas, quando estas me parecem envolver injustiça e maquinacões secretas.

Agora, numa demonstração de tolerância com os desacertos da velhice, vindes de me conceder o título de sócio honorário, raramente outorgado, e que evidentemente eu abraço e aceito, muito grato, como um prêmio imerecido. E cresce a minha gratidão com a circunstância de a homenagem me ser prestada pelo verbo eloquente e generoso do amigo Eduardo de Souza Soares, jaguarense honorário e parceiro de pesquisas que ainda devem continuar, se a idade me permitir.

A MEMÓRIA COMO PRÁTICA E A EVOCAÇÃO COMO OFÍCIO

Carla Renata A. de Souza Gomes

Discurso de recepção aos novos membros pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 10 de agosto de 2017.

Ocupar este lugar para representar os colegas que receberam junto comigo o convite do IHGRS para ingressarmos como membros pesquisadores nesta instituição é uma grande honra e uma enorme responsabilidade.

Tentarei cumprir esta tarefa do melhor modo possível.

Segundo o preceito de Heródoto o meu ofício é tentar impedir que se apague da memória das gerações do presente as realizações de seus antepassados. O meu ofício, além de tentar não esquecer, é revolver a poeira do tempo, vasculhando com o olhar contemporâneo suas possibilidades de reinterpretação. Mas faz parte do meu ofício estar atenta as permanências e as rupturas nos modos de ser, de pensar e de produzir dos diversos grupos sociais em seus tempos e lugares.

Minha fala, portanto, buscando atender o princípio de lutar contra o esquecimento, mas atendendo também ao contingente da seletividade e das necessidades de meu tempo, parte fundamentalmente de três lugares socioculturais que me constituem, são parte das múltiplas identidades que vamos assumindo conforme nos inserimos e atuamos no mundo.

Como mulher devo lembrar que este lugar em que me encontro é resultado de uma longa luta travada por muitas outras mulheres que me precederam e conseguiram romper os limites impostos pelos restritos espaços de atuação a elas destinados. Muitas contribuíram voluntária ou involuntariamente para que eu estivesse aqui hoje a falar também por elas.

Como historiadora meu dever é destacar também a trajetória e o papel político das dezenas de outras historiadoras que construíram para a minha geração as oportunidades de inserção que temos. Não são tantas e, talvez, em perspectiva, sejam ainda poucas mas foram certamente fundamentais e imprescindíveis na construção deste lugar de fala.

Como museóloga me situo como trabalhadora de um setor mais do que pouco valorizado em nosso estado, atualmente, sob forte impacto de políticas de desmantelamento e desestruturação pela ausência de discussões profundas que busquem soluções para sua manutenção e sobrevivência.

E também como pesquisadora da cultura e da identidade regional,

lastimo profundamente o estado lamentável de nossas instituições de pesquisa, assim como me posiciono como defensora da valorização de nossa diversidade cultural ainda **tão** soterrada por um discurso midiático homogeneizante e fantasioso, construtor de versões mitificadoras que perpetuam o protagonismo de certos personagens em detrimento da pluralidade de agentes que atuaram em nosso cenário histórico.

De todo modo, como estamos aqui hoje numa das mais antigas instituições a zelar pela história, a memória e o patrimônio cultural dos rio-grandenses, e estando atenta às permanências e rupturas, nos modos de ser, pensar e produzir, devo na minha fala como pesquisadora da escrita da História no Rio Grande do Sul, evocar o trabalho inicial de constituição do lugar que permitiu a configuração desta instituição, pelos primeiros homens e pelas primeiras mulheres que contribuíram com seu esforço e dedicação para que esta tarefa se cumprisse.

Quando o primeiro Instituto Histórico e Geográfico foi proposto, corria o ano de 1855. Dez anos após o término da guerra civil farroupilha. O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro foi o primeiro a ser proposto fora da corte.

Ato de acento político, demarcar a escrita da história e narrar o passado dos rio-grandenses por eles mesmos, tal era a **pretensão** dos antepassados que se dedicaram a pensar uma escrita de nossa história.

Se estamos aqui reunidos hoje, numa das Instituições responsáveis pela escrita autorizada da História, por sua legitimação política e social e por sua divulgação, é porque compartilhamos um conjunto de práticas que deram origem ao monumento que quiseram erguer aqueles antepassados.

A atitude de criar um Instituto Histórico que congregasse as pessoas dispostas a narrar os modos de ser, de pensar e de produzir dos rio-grandenses em seus amplos aspectos, é o que marca o início do caminho que continuamos a trilhar. Este Instituto e seu propósito insere-se no movimento de reivindicação de uma escrita da história que é tributária daquele Instituto que, criado a 26 de fevereiro de 1860, estaria com 157 anos, eis a permanência e a persistência.

Dois periódicos marcam este percurso: uma delas é a primeira revista literária da Província “O Guayba”, que ontem completou 161 anos, circulou em Porto Alegre de 09/08/1856 a 12/1858 e a outra é a Revista do Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro que publicou 07 números entre 1860 e 1863. Os 97 anos que o nosso atual IHGRS completa hoje é tributário das **produções** destes letrados.

Se há 157 anos, naquela fundação, não se encontravam mulheres entre os membros que a integravam, nem no início dos 97 anos da funda-

ção de nosso atual Instituto, hoje, além da presença da Prof^a Hilda Flores na diretoria administrativa, outras historiadoras figuram neste quadro como membros efetivos: Loiva Otero Felix, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas e Vera Lucia Maciel Barroso e como Membros pesquisadores: Anelda Pereira de Oliveira, Luciana Gransotto e Nádia Maria Weber Santos.

A presença neste espaço, hoje das colegas pesquisadoras Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina da Silva e Marлизe Maria Giovanaz, estas últimas como eu, atuando duplamente na museologia demarcam as transformações e as atualizações que nosso tempo tem sinalizado. Além disso, o acervo digitalizado das obras completas da Prof^a Sandra Pesavento, hospedado no site do Instituto Histórico é exemplar da grande produtividade historiográfica das historiadoras rio-grandenses, eis as significativas rupturas.

Michel de Certeau, ensina que “em história, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, e dessa forma, transformar em “documentos” determinados objetos distribuídos de outra forma. Esta nova repartição cultural é o primeiro trabalho.”

Este é o trabalho que forma a “coleção” e o tratamento diferenciado e complementar da coleção é o que une Historiadores e Museólogos ao construírem um percurso narrativo produzido por suas escolhas e pelos posicionamentos que irão configurar um espaço de sentido e significados encadeados que tem o propósito de servir de guia da memória de certo tempo para outras épocas, transformando a miríade de informações produzidas num itinerário de lembranças de um tempo passado para outro tempo.

A conversão que operam Historiadores e Museólogos ao transformarem artefatos ou signos do mundo vivido em objetos-documentos que representam existências individuais ou experiências coletivas em determinado tempo e espaço faz parte de uma operação que pode ser qualificada como “gesto historiador” ou “gesto museológico” a depender do suporte de veiculação desta construção.

Já que ambos retiram um artefato ou documento de seu mundo e o recolocam ou rerepresentam em outro ambiente, destacando-o de sua paisagem e recriando sob novo encadeamento narrativo ou interpretação a sua significação.

Para historiadores e para museólogos, indivíduos, espaços e práticas constituem a base de articulação dos principais procedimentos destes profissionais, e os discursos e as representações são a base conceitual que constroem os significados e efetuam a mediação entre o sujeito e o patrimônio cultural que o envolve.

Assim como a História ou a Medicina ou o Direito, a Museologia deriva de uma prática. A História ou escrita da história provém da necessidade de registrar os acontecimentos da vida humana no tempo. A medicina deriva da arte de buscar manter a vida, da prática de buscar a cura dos males do corpo humano. O Direito surge da necessidade de regulamentar a vida em sociedade, da prática de gerir ou normatizar os comportamentos humanos.

A Museologia deriva da prática de selecionar e conservar os artefatos que constituem o mundo material humano, os vestígios concretos do trabalho humano sobre a natureza, e do impulso antropológico de classificar para conhecer. Suas práticas convertem coisas em símbolos, convertem o fazer mundano em herança cultural representativa da vida de indivíduos ou grupos humanos através do tempo.

A Museologia se diferencia da Antropologia Cultural, porque esta se detém a analisar as relações e os vestígios materiais que constituem os modos de existência dos grupos humanos, enquanto aquela, além de conservar e organizar os vestígios selecionados, representa e apresenta por meio de uma narrativa específica, certos aspectos da vida. A Museologia se diferencia da arqueologia, basicamente, pelo trabalho de campo explorativo específico desta área do conhecimento. A Museologia se distingue da Sociologia pela abrangência da análise que esta desenvolve, entretanto utiliza-se das abordagens conceituais para empreender e articular as diversas representações simbólicas do mundo humano. A Museologia se distingue da História, basicamente, pelo modo de apresentação de sua narrativa, sintética, concreta, temporária e vinculada a um espaço físico.

A Museologia é enfim um território de convívio, confluências e inter-relações de vários campos do conhecimento, sem, entretanto, confundir-se com eles.

O Instituto Histórico possui um vasto acervo documental composto por livros, periódicos, documentos oficiais e também objetos que compõem e representam a memória das práticas deste lugar de produção da pesquisa da história do Rio Grande do Sul. Historiadores e Museólogos têm um grande trabalho a ser realizado diante deste monumental acervo.

Agradecida pela atenção

PESQUISADORES

Ana Carolina Gelmini de Faria (Mestre)

Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Especialização em Psicopedagogia Institucional e Educação Especial pela Universidade Veiga de Almeida, UVA/RJ, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Áreas de Atuação: Museologia e museus; Patrimônio e memória; Práticas educativas em museus e Pesquisas de público sobre práticas museológicas.

Ana Celina Silva (Mestre)

Graduada em História e Museologia, com mestrado em Ciência Política pela UFRGS. Exerceu a vice-coordenação do GT Acervos - história, memória e patrimônio da ANPUH-RS entre 2012 e 2016. Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no curso de Museologia no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

Carla Renata Antunes de Souza Gomes (Doutora)

Licenciada em História pela Universidade de Caxias do Sul (2002) e bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Mestrado (2006) e doutorado (2012) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora de ensino superior no curso de Conservação e Restauro do Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG). Desenvolve pesquisas na área de História Cultural, com ênfase em Identidade e Memória, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Brasileira séc. XIX, História Regional SC e RS e História do Brasil e na área de Teoria e Historiografia sobre a escrita da História, práticas letradas, circulação e configuração de redes editoriais em periódicos brasileiros do séc. XIX. Na área de Museologia, desenvolve pesquisas com ênfase em Gestão, Memória, Patrimônio e Cidadania, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão Cultural, Gestão Integrada, Documentação e Conservação de Acervos.

César André Luiz Beras (Doutor)

Possui graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), Doutorado em Sociologia

pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e Pós Doutorado em Ciência Política na UFRGS (2016). Sua trajetória como professor inclui a própria UFRGS, tendo ministrado disciplinas como professor substituto do Departamento de Sociologia; e, atualmente, é professor concursado com dedicação exclusiva pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Política e Sociologia do Rock, atuando principalmente nos seguintes temas: orçamento participativo, políticas públicas, movimentos sociais e relações de poder. Experiência de assessoria e consultoria em planejamento estratégico do setor público e privado.

Éverton Quevedo (Doutor)

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM (2002), mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS (2004) e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS - Área de concentração Estudos Históricos Latino-Americanos (2016). Atuou de 2005 a 2017 como historiador do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM), ocupando os cargos de Vice-Diretor, Diretor e Diretor-Técnico. Desde junho 2012 é professor da CESUCA - Centro de Ensino Superior de Cachoeirinha. Historiador/ Pesquisador no Memória Unimed RS (a partir de janeiro de 2017). Coordenador da 1ª Região Museológica do SEM RS (2008-2010). Coordenador do GT Acervos - história, memória e patrimônio, da ANPUH-RS (2009 - 2016). Coordenador da Rede Sul-Riograndense de Memória da Saúde (2012 - 2016). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história da saúde pública/medicina - história da lepra/ hanseníase; história das instituições hospitalares; saneamento urbano; educação; educação e história; educação e museus, museus, acervos, patrimônio histórico-cultural.

Gabriel Santos Berute (Doutor)

Possui graduação em licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006/2011). Realizou estágio de doutoramento na Universidade Técnica de Lisboa/ISEG - Setor de História (2010). Realizou estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, entre 2012 e 2015, com financiamento CNPq (PDJ-CNPq), CAPES e FAPERGS (DOC-FIX-CAPES/Fapergs). Tem experiência na área de História, com ênfase em

História do Brasil Colônia e Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Tráfico de escravos, Escravidão, Comércio & Comerciantes, Imigração açoriana. Atualmente é professor na área de História do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS-Campus Viamão).

Jeferson Teles Martins (Doutor)

Doutor em História na área de estudos das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015), com estágio de doutoramento na Freie Universität Berlin (FUB). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Integra o Laboratório de História Comparada do Cone Sul. Áreas de interesse: História das elites, História dos intelectuais e historiografia rio-grandense.

Marlise Maria Giovanaz (Mestre)

A professora Marlise Giovanaz possui mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Atualmente é professora assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Departamento de Ciências da Informação e cursa Doutorado em Museologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem experiência nas áreas de História, Arquivologia, Museologia, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: museologia, memória social, história da cidade, educação e patrimônio cultural.

Pedro Câncio da Silva (Professor)

Pedro Câncio da Silva nasceu em Uruguaiana, em 1937. Graduiu-se em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Grego, pela UFRGS, onde lecionou até sua aposentadoria, em 1997. Ainda em Porto Alegre, especializou-se em Teoria da Literatura, pela PUC-RS, e em Madri, na Espanha, especializou-se em Educação e Filologia de Língua Espanhola. Publicou *Correntezas* (Libretos, 2009) e *O grito e outras vozes: retratos de arrabalde* (Proa, 2011).

COLABORADORES

Bruno José Queiroz Ceretta

Advogado. Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa nos campos da Teoria do Estado e do Direito Constitucional. Em Ijuí foi Segundo-secretário do Núcleo de Coordenação do Conselho de Desenvolvimento; Vice-Diretor do Centro Cultural 25 de julho; Conselheiro Fiscal da Associação de Amigos do Museu Antropológico Diretor Pestana. É Segundo Tesoureiro da Federação dos Centros de Cultura Alemã do Brasil e vice-presidente do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL).

Caio Lustosa

Natural de Caxias do Sul, é um advogado, escritor e político, conhecido principalmente pela sua participação ativa no movimento ambientalista.

Foi Procurador do Estado do Rio Grande do Sul na década de 1960, e a partir de 1971 participou da fundação e atividades da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Na mesma época se tornou presidente da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI). Também engajou-se na defesa de presos políticos na época da ditadura militar, foi vereador de Porto Alegre entre 1983 e 1988, quando apresentou projetos ambientalistas pioneiros. Foi secretário do Meio Ambiente do município.

Entre as homenagens que recebeu, em 2008 seu papel como um dos pioneiros do ambientalismo estadual foi lembrado no momento da fundação do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente na Assembleia Legislativa, em 2011 foi um dos personagens centrais de uma exposição do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre que recordou a história do movimento no Rio Grande do Sul, e em 2013 foi homenageado pela direção do Parque Estadual de Itapuã pelo seu envolvimento nas lutas pela sua estruturação e conservação. Publicou os livros *Patrimônio histórico, cultural e natural do município de Porto Alegre* (1987) e *A luta ambiental e cidadania: da Borregaard e outros episódios* (2011, com Eva Benites).

EDUARDO DUARTE – FIGURA-CHAVE NA CONSTRUÇÃO DA REDE DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL DE APOIO À HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL (SÉC. XX)¹

Jefferson Teles Martins²

Foi ali, numa das salas do prédio que já não existe, onde funcionava o Arquivo Público, que a ideia surgiu, e, em breve se tornava realidade. Eram poucos. Dirigia a repartição o dr. Florêncio de Abreu; junto de nós trabalhavam, diariamente, em pesquisas de caráter histórico, Souza Docca, o saudoso P. João Batista Hafkemeyer e, poucos passos, distante, na repartição de Estatística, Otávio de Faria, que foi o primeiro a abrir vaga em nossa companhia, pois logo depois era arrebatado pela voragem cruel da morte. Foram os primeiros e logo em sessões subsequentes novos elementos foram se integrando em nosso ideal, até que em 5 de agosto de 1920 o Instituto se tornava em realidade (Eduardo Duarte, *Revista do IHGRGS*, n. 98, 1945, p. 157).

Eduardo Duarte, talvez, represente com exatidão a ambiguidade entre os privilégios e as vicissitudes de ser intelectual no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX. Ingressou no funcionalismo público estadual em 12 de maio de 1899.³ Foi responsável pela seção de História do Arquivo Público do Estado. Nesta condição, quando Florêncio de Abreu era diretor do Arquivo Público, Eduardo Duarte criou, em 1921, a *Revista do Arquivo Público*, encerrada em 1925, com 18 números. Quando Florêncio de Abreu deixou a direção do Arquivo Público, em 1924, Duarte empenhou-se para que a 2ª Secção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, da qual era diretor, fosse incorporada ao Museu Júlio de Castilhos, cujo diretor era o escritor Alcides Maia. Essa estratégia fez com que o Museu Júlio de Castilhos fosse atraído para a órbita do IHRGS e da produção histórica, e tornou-se, então, o quartel general do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Até então, o Museu privilegiava a chamada História Natural, a partir daí progressivamente a História Nacional e Local ganharam maior destaque, demonstrando a expansão do interesse historiográfico pela ação de

1 Palestra proferida na Sessão Solene dos 97 anos de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 2017.

2 Doutor em História pela PUCRS e membro pesquisador do IHGRGS.

3 Eduardo Duarte formou-se em medicina, em 1921, pela Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre.

agentes conscienciosos (NEDEL, 1999). Desde 1924, depois da morte do Padre Hafkemeyer, Eduardo Duarte assumiu a direção da redação da *Revista do Instituto Histórico* e, a partir de 1927, cumulativamente, também editava a *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. O Instituto Histórico, sediado “provisoriamente”, até setembro de 1943, no Museu do Estado, fez dele a sua casa, especialmente por causa da presença de Eduardo Duarte, que aglutinava em torno de si boa parte da intelectualidade local, estimulava novos historiadores e atraía a vida do Instituto para o seu entorno. No Museu, ocupava o posto de diretor do Departamento de História Nacional, mas, na prática, era Duarte que, desdobrando-se em muitos, tocava não só o Museu, mas também o Instituto e sua revista.

Em 1995, a *Revista Estudos Ibero-Americanos*, do PPG de História da PUCRS, publicou uma entrevista de Dante Laytano concedida a Moacyr Flores, na qual aquele relembra alguns aspectos do início da sua trajetória como historiador, no começo dos anos 1930. Laytano ressalta o papel de Eduardo Duarte como figura-chave na sua iniciação pela pesquisa histórica:

Na minha geração não se começava com estudos históricos, não se pesquisava. Começava-se pela literatura, poesia e contos. Os jornais diários sempre abriam colunas aos literatos. Uma figura que faço questão de lembrar é a do doutor Eduardo Duarte, que dirigiu e fundou o Arquivo Histórico do RS. Ele realizou uma carreira de funcionário do Arquivo Público, mas como era um apaixonado pelo passado e pela fonte histórica, organizou de maneira modelar o material histórico, estabelecendo uma seção especial que ele mais tarde conseguiu levar para o Museu Júlio de Castilhos, iniciando assim a segunda fase da documentação histórica do Rio Grande do Sul.⁴

Sobre o momento que foi o “*estopim*” para que Laytano iniciasse uma trajetória intelectual pela pesquisa histórica, afastando-se da crítica literária e da literatura, onde estreara, em 1931, com o livro de contos *Uma mulher e outras fatalidades*,⁵ ele relata: “Quando lhe fazia uma visita no Museu Júlio de Castilhos, o Eduardo Duarte mostrou-me documentos interessantes, para que eu desse uma lida e escrevesse alguma coisa. Foi o estopim para que nascesse o pesquisador”. Ora, é necessário nuançar esse relato, e relacioná-lo com a mudança mais ampla que estava acontecendo de insti-

4 FLORES, Moacyr, 1995, p. 109.

5 Segundo Moacyr Flores (2000), Dante de Laytano renegava essa obra, que trazia pequenas crônicas “de desamor e crítica às mulheres perversas” (FLORES, 2000, p. 8).

tucionalização da História, e, conseqüente, incipiente mas visível aumento do prestígio de ser “historiador”. Laytano está certo quando afirma que os jornais “sempre abriam colunas aos literatos”. E isto era um condicionante importante para que o início das trajetórias intelectuais nos jornais se desse pela literatura. Mas, também é verdade que depois de 1930, todos os ingressantes no IHGRGS tiveram publicações de estreia através de alguma forma de ensaio ou monografia. Ou seja, pelo incremento do prestígio social da História e da pesquisa, houve numa mudança no tipo de investimento inicial na carreira intelectual.

Além disso, uma carta enviada por Laytano a Eduardo Duarte, em setembro de 1930, indica que aquele aspirante a intelectual iria fazer sua estreia por um romance histórico chamado *Bento Gonçalves*, o qual descreve como “livro inquieto. Feito de verdade. Encantamento das biografias romanceadas”. Ele informa por carta a Duarte: “estava com o meu livro pronto para remetê-lo quando recebi a esplêndida reedição *d’O Povo*, que se deve exclusivamente a V. Exa.”. A reedição de *O Povo*, jornal dos revolucionários farroupilhas, foi feita em 1930, após larga pesquisa de Eduardo Duarte, até encontrar os 116 volumes do antigo periódico. Ao que parece, essa reedição demoveu Laytano da intenção imediata de publicar o romance sobre Bento Gonçalves. Justificou: “subsídios tão eloquentes [do jornal *O Povo*] influíram no corpo da obra. Estou a reformá-la”. Mas nunca veio à luz.

A relação mestre/discípulo entre Eduardo Duarte e Dante de Laytano é um aspecto bastante saliente na correspondência entre os dois. Na carta aludida, escrita quando Laytano era juiz distrital em Jacuí, a forma como um fato marcante é mencionado assinala o grau de afetividade na relação de ambos: mesmo ante um momento de tristeza pela morte do seu pai, Laytano sente-se compelido a escrever a Duarte, para cumprimentá-lo pelo sucesso da publicação de *O Povo*:

A liberdade que tive em escreve-lo me foi compelida pelo dever dum pobre discípulo para com o insinuante mestre que é V. Exa. Neste instante em que o seu talento resplandeceu. Perdendo o meu pai, não me sinto com forças para escrever, como eu desejo, esta trêmula missiva... Sincera e respeitosamente, Seu discípulo. Dante de Laitano.⁶

No ano seguinte, quando Laytano já estava em Rio Pardo, o historiador neófito realizou o primeiro trabalho de pesquisa histórica, que versou sobre os monumentos históricos e artísticos de Rio Pardo. Na entre-

6 Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Jacuhy, 1 de setembro de 1930. Fundo Eduardo Duarte, Arquivo do IHGRGS.

vista citada (concedida a Moacyr Flores), Laytano fala sobre o seu primeiro orientador:

vim a Porto Alegre, ao Arquivo Histórico, que era seção do Museu Júlio de Castilhos, dirigido pelo dr. Eduardo Duarte. Fiz perguntas a ele sobre documentos, de como poderia estudá-los. Terminei sendo um discípulo de quem me orientou sobre os documentos e materiais que eu deveria pesquisar. Achei que era bom conversar com uma autoridade sobre o assunto, pois não era minha seara e eu tinha que começar os estudos, pesquisas, avaliações e daí nasceu o gosto pela história e um livro sobre Rio Pardo.⁷

A carta que será transcrita abaixo documenta a percepção de Dante de Laytano a respeito da ascensão social da história, do papel de Duarte na inflexão da sua trajetória rumo ao novo quadrante, e, por fim, a “profissão de fé” na história como o caminho a seguir nas lides intelectuais:

As novas gerações começam a compreender o verdadeiro sentido da história. Alguém ousará negar a V.S. a feição máxima de sua personalidade: o condutor [?] Porque em V.S. existe a mesma característica do mestre que Paul Bourget imortalizou num romance maravilhoso: “Le disciple”. A modéstia, a pureza e o silêncio. Nada vinha de sua pessoa e tudo vinha de sua pessoa. Porque ele era um homem de recolhimento... aqui é que justamente eu nunca me perdoaria se não fizesse público a obra criadora que se lhe deve. O arquivismo guindado à categoria de ciência quando, entre nós, não passava duma sonolenta repartição burocrática. **Peço a V.S. que não veja nas minhas palavras qualquer intenção bajuladora ou social porque tudo lhe devo quanto à minha nova orientação.** Acostumado à indiferença dos pendantes (*sic*) e a mediocridade dos funcionários elevados, por acaso, a chefias de departamentos científicos, ia esmorecendo o meu amor às nossas cousas quando surgiu na minha vida intelectual a figura de V.S., revigorou-se a minha ilusão de homem de 24 anos... Sinto-me assim amparado. É o estímulo. **Dedicar-me-ei somente aos estudos históricos.** Farei minha despedida da literatura com uma novela de imigrante que estou a terminar, o que me preocupará em arte é a crítica. A crítica é uma espécie de história da arte... (grifos meus).⁸

7 FLORES, 1995, p. 111.

8 Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Rio Pardo, 19 de março de 1932. Fundo

Como se vê, esse trecho da correspondência contém elementos de desabafo, em expressões como a “indiferença dos pedantes”, que, veladamente, aponta para as barreiras sociais que um jovem, sem recursos sociais de família, enfrentava para ascender na esfera intelectual. Mas também traça um perfil pessoal e profissional de Eduardo Duarte através do qual pode-se compreender o papel desse agente no processo de institucionalização da História e da organização arquivística no Rio Grande do Sul.

O relato contido nessas poucas missivas citadas corresponde a fotografias capturadas no momento dos acontecimentos que, ainda que carregadas de subjetividade, revelam com acuidade um “clima” e um “relevo” intelectual que dão fundo a uma relação afetuosa mas assimétrica entre o estabelecido e o aspirante a uma posição no meio intelectual gaúcho dos anos 1930. O testemunho de Dante de Laytano dado a Moacyr Flores na década de 1990 e as correspondências daquele nos anos 1930 se completam e se reafirmam. Desta forma, nesta sucinta comunicação é possível assegurar que Eduardo Duarte ocupou uma posição chave no processo de cooperação institucional em apoio à História nos anos 1930 e no recrutamento de novos historiadores no Rio Grande do Sul.

Referências:

FLORES, Moacyr. Nos caminhos da história com Dante de Laytano. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 21, n.1, p. 109-117, julho, 1995.

FLORES, Moacyr. Historiografia de Dante de Laytano. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 26, n.1, julho, 2000.

Revista do IHGRGS, n. 98, 1945, p. 157

DOCUMENTAÇÃO

INVENTÁRIO BIBLIOGRÁFICO: ESPELEOLOGIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Isabel Pires Mascarenhas Ribeiro de Oliveira¹

Roberto Cassimiro²

Daniel Correa³

O estado do Rio Grande do Sul não tem na espeleologia brasileira grande destaque. Isto se deve provavelmente à restrita distribuição de rochas carbonáticas no estado, as quais são as mais propícias para formação de cavernas, e, portanto nas quais tais feições são identificadas com mais frequência e registrada as maiores dimensões.

O entendimento relativamente recente que cavernas podem se desenvolver também em rochas não carbonáticas, adicionou um importante componente ao contexto espeleológico brasileiro (AULER *et al.*, 2005) e ocorrências têm sido identificadas em litologias diversas das carbonáticas, tais como rochas ferruginosas, siliciclásticas, granitos, gnaisses, basalto, micaxistos, arenitos e filitos, entre outras. Deduz-se que seja em grande parte este entendimento que tenha contribuído para iniciar a sistematização e ampliação do conhecimento espeleológico no Rio Grande do Sul.

Apenas recentemente o Rio Grande do Sul passou a ser alvo de esforços espeleológicos. Data do ano de 2005 os primeiros registros de cavidades no Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE) administrado pelo Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas (CECAV) sendo as ocorrências destas cavernas são em rochas não carbonáticas (arenito, basalto, granito e riolito) (CECAV, 2017). Atualmente o CANIE apresenta 183 ocorrências para o estado, sendo que em 2005 este número somava apenas uma dezena (CECAV, 2017). No Cadastro Nacional de Cavernas (CNC) da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE, 2016) estão registradas no estado do Rio Grande do Sul 30 cavidades (consulta realizada em 14/09/2017), sendo 27 destas coincidentes com o cadastro do CECV.

Descobertas e registros de ocorrências no estado têm sido realizados por diferentes iniciativas. Grupos de espeleologia atuaram neste sentido com destaque para o Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas (GBPE), o Grupo Pierre Martin de Espeleologia (GPME) e o Grupo

1 Geógrafa - UFMG, mestre em Ecologia Aplicada - UFLA

2 Geólogo - UFMG

3 Geógrafo - UFMG, mestre em Análise Ambiental - UFMG.

Bandeirantes da Serra (GBS) (AULER & STÁVALE, 2005; GBS, 2007). Outra fonte de ampliação do conhecimento espeleológico no estado foram pesquisas arqueológicas, notadamente os trabalhos de Motta (2011) e do Instituto Anchietano de Pesquisas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (ROGGE & SCHMITZ, 2009). Contribuições também têm ocorrido por meio de estudos espeleológicos exigidos por parte de órgãos ambientais no momento do licenciamento de empreendimentos, especial destaque se dá para os estudos da Usina Hidrelétrica Pai Querê (BOURSCHEID ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE, 2011). Por fim, tem grande relevância a atuação do Projeto Paleotocas (2016) o qual busca identificar tocas (crotovinas) cavadas por megafauna pleistocênica que vivia em parte em abrigos subterrâneos do estado. Ressalta-se que o Projeto Paleotocas além de registrar novas ocorrências de cavernas também mantém um cadastro paralelo aos tradicionais cadastros espeleológicos, o qual foi fonte para a composição do banco de dados CANIE do CECAV (PROJETO PALEOTOCAS, 2016).

As publicações voltadas ao mapeamento de regiões espeleológicas definidas para o Rio Grande do Sul, descritas na sequência, igualmente acompanharam a evolução do entendimento de que a ocorrência de cavernas também se dá em rochas quimicamente mais resistentes aos processos de dissolução.

No trabalho que foi a primeira tentativa de mapeamento de regiões espeleológicas do Brasil, Karmann e Sánchez (1979), com base na litologia, definiram para o Rio Grande do Sul uma Região Carbonática a qual se associa à ocorrência de mármore do Grupo Porongos. No estudo, Karmann e Sánchez (1979) afirmam que: *“até o presente levantamento não se conhece cavernas em rochas carbonáticas no Rio Grande do Sul, apesar de haver regiões que apresentam algumas condições para a existência destas”*. Os autores destacam como áreas notáveis regiões em Pinheiro Machado e São Gabriel (Figura 1 - A). Corroborando com este levantamento Lino (1989) delimita uma área na região em destaque e a classifica como outras ocorrências (Figura 1 - B).

Contrapondo aqueles estudos, no mapeamento das Regiões Cársicas Carbonáticas do Brasil apresentado por Auler *et al.* (2001) não apresentam qualquer área de destaque para a carstificação no Rio Grande do Sul (Figura 1 - C). Complementarmente, um dos autores deste estudo, Auler (2002), afirmou que o estado apresentara um pequeno número de cavernas conhecidas resultante tanto do baixo potencial espeleológico local, quanto da baixa amostragem de prospecção espeleológica até então empreendida na região. O autor destacou ainda que no estado existem

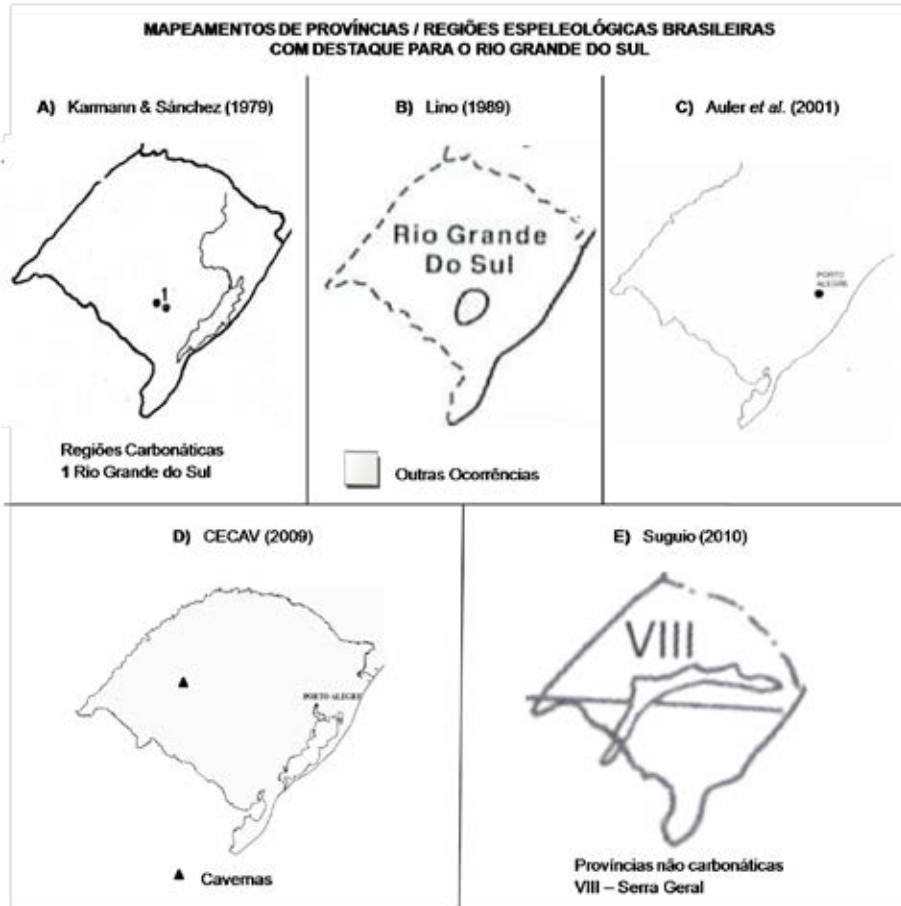
áreas carbonáticas conhecidas, mas que aparentemente elas não são propícias para o desenvolvimento de cavernas significantes.

Posteriormente, o CECAV (2009) publicou o Mapa das Províncias Espeleológicas do Brasil, tendo como base a litologia, as cavidades até então cadastradas e o mapeamento de Auler *et al.* (2001). Na publicação o estado do Rio Grande do Sul não aparece com ocorrência de áreas de destaque, sendo apontada apenas uma ocorrência pontual (Figura 1 - D). Esta ocorrência se refere muito provavelmente à Gruta Nossa Senhora de Fátima, localizada no município de Nova Esperança do Sul e que corresponde à maior caverna registrada no estado, com projeção horizontal de 385 metros, desenvolvimento linear de 395 metros e desnível de 32 metros (ZOGBI, 2007).

Publicado mais recentemente, o mapa de Províncias Espeleológicas Brasileiras proposto por Suguio (2010), modificado de Karmann e Sánches (1979), trouxe delimitado para o estado do Rio Grande do Sul a região da Serra Geral definida como área mais propícia à carstificação e classificada como Província Não-Carbonática (Figura 1 - E). De fato, a maioria das cavidades identificadas atualmente no Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE) do CECAV (2017) se encontram na Serra Geral.

Percebe-se que mesmo que o quantitativo de cavernas registradas para o estado do Rio Grande do Sul ainda siga restrito, é de se destacar que houve grande avanço na última década e que este se deu em decorrência de uma mudança de concepção no conhecimento espeleológico. Em sendo recente grande parte dos registros de cavernas no estado é de se esperar que ainda haja considerável potencial para novas descobertas o qual precisa ser incentivado.

**Figura 1 – Comparação dos mapeamentos de Províncias
Regiões Espeleológicas Brasileiras do Rio Grande do Sul**



Fonte: Modificado de Karmann e Sánchez (1979), Lino (1989), Auler *et al.* (2001), CECV (2009) e Suguio (2010).

BIBLIOGRAFIA

- AULER, A. S. & STÁVALE, Y. Novas Cavernas Cadastradas no Rio Grande do Sul. *Conexão Subterrânea*. São Paulo: Redespeleo, n. 22, p. 1-1, 2005. Disponível em: < <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14244225/conexao-subterranea-n-22-redespeleo-brasil> > Acesso em 12 abr. 2016.
- AULER, A. S. Karst Areas in Brazil and the Potential for Major Caves - An Overview. *Boletín de la Sociedad Venezolana de Espeleología*, Caracas, v.36, p. 29-35, 2002.
- AULER, A. S.; PILÓ, L. B.; SAADI, A. Ambientes Cársticos. In: SOUZA, C. R. G.; SUGUIO, K.; OLIVEIRA, A. M. S.; OLIVEIRA, P. E. *Quaternário do Brasil*. Ribeirão Preto: ABEQUA/Holos, 2005. p. 321-342.
- AULER, A. S.; RUBBIOLI, E. L.; BRANDI, R. *As Grandes Cavernas do Brasil*. Belo Horizonte: Orion Gráfica, 2001. 230 p.
- BOURSCHEID ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE (coord.). *Estudo de Impacto Ambiental - AHE Pai Querê*. Porto Alegre: Consórcio Empresarial Pai Querê (CEPAQ), cap 6, tomo 1, 2011.
- CECAV - CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE CAVERNAS. *Mapa das Províncias Espeleológicas do Brasil*. Brasília: Núcleo de Geoprocessamento, 2009. 1 mapa, color. Escala 1:8.500.000.
- CECAV - CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE CAVERNAS. *Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE)*. Brasília, jun. 2017. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/cecav/canie.html> > Acesso em 11 set. 2017.
- KARMANN, I. & SÁNCHEZ, L. E. Distribuição das Rochas Carbonáticas e Províncias Espeleológicas do Brasil. *Espeleo-Tema*; São Paulo, v. 13, p. 105-167, 1979.
- GBS - GRUPO DE MONTANHISMO BANDEIRANTES DA SERRA. *Espeleologia*. Porto Alegre, 2007. Disponível em: < <http://www.bandeirantesda-serra.org.br/espeleologia.asp> > Acesso em 11 abr. 2016.
- LINO, C. F. *Cavernas, o Fascinante Brasil Subterrâneo*. São Paulo: Editora Gaia, 2001. 279 p.
- MOTTA, L. *Patrimônio arqueológico de Montenegro/RS: dialogando com a arqueologia e o compromisso social*. 2011. 311 f. Dissertação (Mestrado em história)– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- PROJETO PAELEOTOCAS. *Cavernas, grutas, tocas, furnas e fendas no Rio Grande do Sul (incluindo grutas religiosas)*. Porto Alegre, dez. 2016. Disponível

em: < <http://www.ufrgs.br/paleotocas/CavernasGauchas.pdf> > Acesso em 10 set. 2017.

ROGGE, J. H. & SCHMITZ, P. I. Pesquisas Arqueológicas em São Marcos, RS. *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 67, p. 23-132, 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA (SBE). *Cadastro Nacional de Cavernas do Brasil (CNC - Brasil)*. Campinas, set. 2017. Disponível em: < <http://www.cavernas.org.br/cnc/Regions.aspx#> > Acesso em 11 set. 2017.

SUGUIO, K. *Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais*. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 408 p.

ZOGBI, L. R*RS-009 *Nova Esperança do Sul*, RS. Santa Maria: Grupo Bandeirantes da Serra, Grupo Pierre Martin de Espeleologia & Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas, 2007. 1 mapa, color. Escala 1:1.000. Disponível em: < <http://www.bandeirantesdaserra.org.br/material/Gruta%20Nossa%20Senhora%20de%20F%C3%A1tima.pdf> > Acesso em: 11 set. 2017.

UMA CRÔNICA PRECIOSA SOBRE A ASSEMBLEIA PROVINCIAL

Sérgio da Costa Franco¹

As crônicas jornalísticas ou literárias sobre os parlamentos são em geral respeitosas, polidas, quando não comprometidas pelo partidarismo ou pelas inclinações pessoais do cronista, que ora podem levá-lo aos elogios de encomenda, ora às análises subjetivas e às críticas injustas. Por isso, a par de seu evidente interesse histórico, nos causou agradável surpresa a crônica que descobrimos num CD-Rom, editado pelo IHGRGS, com a coleção do jornal rio-grandino “O Noticiador”, em data de 11jun. 1835, quase às vésperas da Revolução Farroupilha.

Desculpem-nos os eventuais leitores, se ao invés da imprensa do século 21, nos encantamos mais com a do 19. Um cronista parlamentar de hoje poderá dizer se mudaram muito as coisas de 1835 para 2017. Tenho a impressão que não. Em todas as assembleias, equilibram-se os tolos e os espertos, os inteligentes e os burros, os capazes de liderar e os que se contentam em ser rebocados. A boa novidade, neste relato de um provável colega de representação, é que as figuras históricas, antes apenas nomes e lendas, passam a ser de carne e osso. A “carta de Porto Alegre, escrita a uma pessoa desta Vila”, tudo indica que seja da autoria de Francisco Xavier Ferreira, o rio-grandino Chico da Botica, que, além de deputado, era dono e redator do jornal, e por isso apenas submetido à autocensura. Dos representantes citados, e distinguidos por sua distribuição no plenário – à esquerda, ao centro, ao lado direito e junto à mesa -, é dos poucos que a carta não fala, indício fortíssimo de ser ele o autor do texto, embora hoje estivesse sujeito a uma acusação de “quebra do decoro parlamentar”...

O primeiro colega em que ele dá uma ripada é em Joaquim Vieira da Cunha, de quem dizia que, embora “tão elogiado por Bento Gonçalves, somente se tem unido aos deputados da esquerda, quando se trata dos negócios da Fronteira, em que ele quer salvar sua honra.” Logo em seguida dá um elogio ao Dr. Francisco de Sá e Brito, anulando-o incontinenti, ao dizer: “porém, coitado! é fraquinho.” Tratava-se de um bacharel, com trânsito por Coimbra e São Paulo, onde se diploma em 1832. Porém não convencia o ilustrado Xavier Ferreira.

O melhor elogio quem recebe é o Dr. Rodrigo de Souza Pontes. Dele

¹ Bacharel em Direito e graduado em História e Geografia pela UFRGS, fez carreira no Ministério Público e aposentou-se como procurador de justiça. Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

diz o cronista: “o melhor orador que tem a Assembleia Provincial é o Dr. Pontes: o dom da palavra, lógica e método ninguém lhe pode negar; porém medroso, só fala quando lhe faz conta.” O baiano ilustre, bacharel por Coimbra, ex-ouvidor de Porto Alegre, que faria brilhante carreira na administração e na diplomacia, durante o 2º Império, não punha conversa fora.

Seguindo na classificação dos oradores, escreveu: “Depois dele dou primazia a José de Paiva (o nome completa-se com Magalhães Calvet), em terceiro lugar a Pedro Chaves, e em quarto a Vieira da Cunha (Joaquim).” A objetividade pretendida pelo jornalista farroupilha manifesta-se no destaque dado a Pedro Chaves, que era o adversário número 1 de sua bancada.

A seguir escreveu: “Não se segue por isto que os deputados do centro tenham a sua causa mais bem defendida, pois na esquerda todos falam, e no centro são só estes: Manoel Felizardo (de Souza e Melo) e Dias de Castro (noutros tópicos apenas referido como João Dias); mas estes homens já conhecem o pequeno número de oradores, usam da tática seguinte e já sabida. Seja qual for a proposta de um deputado da esquerda, isso só é motivo para ser debatida. Dos três, a saber, João Dias, Pedro Chaves e Manoel Felizardo, levanta-se um e combate; segue-se que da esquerda todos se levantam a contrariar, quando todos pensamos que o negócio está discutido, é quando o Sr. João Dias pede a palavra para dizer o mesmo que disse um dos outros, e com voz efeminada nos costuma impingir mais ou menos as mesmas proposições seguintes: “A Constituição não quer que nós *fazemos* isto; o Regulamento não permite que nós *abrimos* esta porta aos abusos. O direito natural não quer que nós *fingimos* uma coisa e sejamos outra, etc., etc.”

Não escapavam sequer ao cronista, as incorreções gramaticais do jovem deputado que viria a ser líder conservador, recém egresso então da Faculdade de Direito de São Paulo.

Mas não só àqueles colegas se referia o cronista de Rio Grande. Há um Rodrigo (que deve ser o mineiro Rodrigo José de Figueiredo Moreira) que lhe mereceu severa crítica: “o Rodrigo tem estado muito ruim; quem quiser entremez de graça, vá nas galerias ouvir falar o Rodrigo. Gonçalves Chaves tem nos entretido com suas secas (designação arcaica de *conversa*, *bate-papo*); e Almeida (Domingos José de Almeida) em poucas palavras costuma dizer o que sente”.

É divertida a referência que faz ao Padre Tomé (Tomé Luiz de Souza), que já era sexagenário em 1835: “O Pe. Tomé não conversa, não cospe, não escarra, não tosse, não espirra, não entra nem sai como os outros, nem fala: mas sempre prontinho a votar com os farroupilhas”. De outro padre, o Fidêncio José Ortiz, só diz: “Pe. Fidêncio ainda não disse ao que

veio; mas o seu voto é com os do centro”. – “Pinto do Rego pouco tem falado; mas nunca fala que não dê a entender que não leu o Regimento; vota com os do centro, e quando fala aplica o seu texto latino.” Rodrigo (de novo o Figueiredo Moreira) “fala em todas as matérias tantas vezes quantas lhe permite o Regimento, levanta-se para falar em língua de preto, e para fazer rir as galerias”. “Maya (havia dois Mayas na Assembleia, Antônio Joaquim e Vicente José, o que nos deixa em dúvida invencível) rezinga com todos, seja de que lado forem”.

Em outro tópico, o cronista permite concluir sobre a formação de uma bancada partidária: “João Braga (deve ser João Francisco Vieira Braga), Cabral (presumivelmente Américo Cabral de Melo), Felizardo (Manoel Felizardo de Souza e Melo), Pedro Chaves, Dias de Castro, Cunha (Joaquim Vieira da Cunha) e Mascarenhas (Dr. João Batista de Figueiredo Mascarenhas), votam unanimemente. Pontes, quando o negócio é leve, também os acompanha; mas quando é grave, sempre tem que fazer fora de casa; Gabriel (presumivelmente Gabriel Martins Bastos) é quase o mesmo. Olivério (Ortiz) pouco tem assistido às sessões. Todos mais da esquerda e os dois da Mesa são unânimes. Eis o que por ora lhe posso em resumo dizer da nossa Assembleia. Logo que possa eu continuarei a enviar-lhe notícias que os periódicos não podem transcrever.

É sempre difícil, na análise de uma assembleia numerosa, definir as diversas tendências partidárias. Mesmo os que se detiveram na história da Revolução Farroupilha, não conseguiram fazê-lo com segurança em relação a essa legislatura de 1835. O relato de “O Noticioso”, sem esclarecer tudo, ajuda a definir as diversas tendências da Casa, quando define a posição das bancadas. A “lista dos deputados do lado esquerdo” inclui Almeida (Domingos José), Gonçalves Chaves, Xavier Ferreira (o próprio cronista), Padre Chagas, Bento Gonçalves, Mattos (José Mariano), Gabriel (Martins Bastos), Olivério Ortiz, Calvet (José de Paiva Magalhães Calvet)”

Do Centro eram Mascarenhas, Vieira da Cunha, Dias de Castro, Pedro Chaves, Manoel Felizardo, Pontes (dr. Rodrigo José), Américo Cabral, Maya (?) João Braga (Vieira Braga).

Do “Lado direito” eram José Maria Rodrigues, Rodrigo (o Figueiredo Moreira), Pinto do Rego, Padre Fidêncio e Padre Tomé. Junto à Mesa oficiavam o Presidente, dr. Marciano Ribeiro, e o secretário Francisco de Sá e Brito.

O NOTICIADOR.

RIO GRANDE DO SUL, 1855. SEGUNDA FEIRA 11 DE JUNHO N. 365.

de um do povo, contra Domingos Ferreira Ribeiro, foi absolvido pelo Jury de Sentença.

— Item por uso de arma contra o cão João Martins de Almeida; foi absolvido pelo Jury de Sentença.

— Item por furto contra Leandro José d'Oliveira, foi condemnado pelo Jury de Sentença em 20 meses e 15 dias de prisão, e ao multa de duas e meio por cento do valor furtado.

— Item por tentativa de furto contra José Barquera, foi condemnado pelo Jury de Sentença em 40 meses e 10 dias de prisão, e ao multa de oito e duas tentos partes por cento do valor que tentou furtar.

— Item por resistência a patrulha da Guarda Nacional, contra Francisco Ricardo, foi condemnado pelo Jury de Sentença em 7 meses de prisão.

— Item por furto contra Manoel Aquino, foi julgada presente, por periglio da parte, e o réu absolvido.

Está conforme.

O Tabelião que serviu de Escrivão do Jury. — José Pereira Tavares.

De uma Carta de Porto Alegre, escripta a uma pessoa desta Villa extratamos o seguinte:

...Sobre a Assembléa Provincial meu amigo estará informado pelos Periodicos; estes tem transcripto o mais interessante: ou porem direi alguma cousa mais. Temos um proverbio provinciano muito rasteiro = é indio, bebe cachaca = eu não posso applicar outro agora mais a propósito, e inverterei = é liborio, é patife = eu me explico esse Vieira da Cunha tão elogiado pelo Bento Gonçalves, somente se tem unido aos Deputados da esquerda, quando se trata dos negocios da Fronteira, em que elle quer salvar sua honra: e creio que por morar com José Maria Rodrigues, este tambem algumas vezes. O unico que se tem sabido sustentar é Sá e Brito; porem coitado! é fraquinho. O melhor Orador que tem a Assembléa Provincial é o Dr. Pontes: o dom da palavra, logica, e methodo ninguém lhe po-

de negar; porem medroso, só falla quando lhe faz conta. Depois d'elle dou primasia a José de Paiva, em terceiro lugar a Pedro Chaves, e em quarto a Vieira da Cunha: não se segue por isto que os Deputados do centro tenham a sua causa mais bem defendida, pois na esquerda todos fallão, e no centro são só estes, Manoel Felisardo, e Dias de Castro: mas estes homens, que já conhecem o pequeno numero de Oradores, usão da tactica seguinte, e já sabida = Seja qual fora proposta de um Deputado da esquerda, is: o só é motivo sufficiente para ser debatida: = dos trez, a saber João Dias, Pedro Chaves, e Manoel Felisardo, levanta-se um, e combate; segue-se que da esquerda todos se levantão a contrariar. quando todos pensamos que o negocio está discutido, é quando o Sr. João Dias pede a palavra para diser o mesmo que dice um dos outros, e com voz apleminada nos costuma impingir mais ou menos as proposições seguintes = A Constituição não quer que nós fusesmos isto: O Regulamento não permite que nós abrimos esta porta aos abusos. O direito natural não quer que nós fingimos uma cousa e sejamos outra etc. etc. etc. e assim estes trez homens de mãos dadas entretem os negocios uma Sessão inteira; donde se segue, que este anno, senão houver prorrogação nada se decidirá; e para tudo diser: inda não nomearão os 6 Vice Presidentes; não fizeão inda o novo Regimento; nem se lei do Orçamento os trez primeiros obli- gados a sua attribuição. Sobre os trez empalhadores de que acima fallei, é preciso notar que João Dias (como tolo!) é sempre o segundo a fallar e um dos outros dous o primeiro. Rodrigo tem estado muito ruim; quem quizer entremez de graça, vá nas galerias ouvir fallar o Rodrigo; Gonçalves Chaves tem nos intratido com suas secas; e Almeida em poucas palavras costuma diser o que sente. e da maneira que vai indo, não ha de morrer de tuberculo. João Braga nem apoiado sabe diser, e P. Fidencio idem.

Lista dos Deputados do lado esquerdo.

Almeida

Gonçalves Chaves.
Xavier Ferreira.
Pedro Chagas
Bento Gonçalves
Mattos
Gabriel
Oliverio Ortiz
Calvet

Do Centro.

Mascarenhas
Vieira da Cunha
Dias de Castro
Pedro Chaves
Manoel Felisardo
Pontes
Americo Cabral
Maia
João Braga

Lado direito.

Maria Rodrigues
Rodrigo
Pinto do Rego
Fidencio
Thomé

Junto á Mesa.

Marciano Presidente
Sá e Brito Secretário.

P. Thomé não conversa, não cospe, não escarra, não tosse, não espirra, não entra nem sahe como os outros, nem falla: quasi sempre prontinho a votar com os farrões, votas.

P. Fidencio ainda não dice ao que veio: mas o seu voto é com os do centro.

Pinto do Rego pouco tem fallado; mas nunca falla, que não dê a entender que não leu o Regimento: vota com os do centro, e quando falla, applica o seu texto Istino.

Rodrigo falla em todas as materias tantas veses, quantas lhe permite o Regimento, levanta-se para fallar em lingua de preto, e para faser rir as galerias.

Maia resinga com todos sejaõ de que lado forem.

João Braga, Cabral, Felisardo, Pedro Chaves, Dias de Castro, Cunha, e Mascarenhas votão unanimemente.

Pontes quando o negocio é leve, tam bem os acompanha; mas quando é grave, sempre tem que faser fora da casa: Gabriel é quasi o mesmo.

Oliverio pouco tem assistido ás Sessões. Todos os mais da esquerda, e os dois da Mesa são unanimes.

! Eis o que por ora lhe posso resumo diser da nossa Assembléa. Logo que possa eu continuarei a enviar-lhe noticias que os Periodicos não podem transcrever.

PERNAMBUCO.

Notas sems de certo forte representadas no ainda sang'ento theatro do Pará; de novo genios a natureza oprimid; e de novo a humanidade calcada exaltou magnados e dolorosas aspirações; triste condição humana! tristíssimas fadas do infeliz Pará!!!

Monstros do mundo, pactos das fúrias infernaes, desaparecei d'entre os viventes, dai trepões a humanidade, aliviai a natureza, fugi da nossa vista, e deixai nos gozar em paz do curto espaço que medeia entre nossa apacião ao mundo, e nosso derradeiro vicio. Mas não passa isto de mero desejo, e, parece que a Presidencia conserva lous os olhos para com ellas punir a corrupção dos homens.

Malcher, esse indomito lica, esse flagelo do Pará, pagou com a vida os seus crimes attentados; Vinagre, seu comparsa, em alguns dias, e ultimamente seu successor, ainda existe, para vergonha do Brasil, e opprobrio dos Parenses.

Já em a nossa falta, de hontem, transcrevemos o officio do (Capitão General) Vinagre; seu bando e folla dirigida aos Parenses, por onde muito bem podem escolher nossos Leitores do quanto se passa n'aquella Provincia, em o dia 15, 20, e 21 de Fevereiro; porém não nos podemos dispensar de dizer, que esse monstro requinta de dia em dia nos maldadez. A' frente de assassinos, em o dia 7 de Janeiro, derriba os legitimos Presidentes, e Comandante das Armas, e lhes dá a morte,

EDUARDO DUARTE E GERALDO JOSÉ PAUWELS

A década de 1920 foi marcada pela crescente estruturação das instituições de memória em Porto Alegre, nas quais Eduardo Duarte teve fundamental participação.

Desde 1917 em Porto Alegre, Eduardo Duarte passou a servir na 3ª Seção do Arquivo Público do Estado. Em 1920 era chefe da 2ª Seção (Arquivo Histórico e Geográfico), tendo iniciado, no mesmo ano, a publicação da *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Outro fato marcante no ano de 1920 foi o nascimento do IHGRGS que funcionava em dependências do Arquivo Público. Estabeleciam-se, cada vez mais, as condições favoráveis para o impulso da produção historiográfica, unindo-se não só os elementos sociais, mas também os materiais de trabalho – os documentos – que se consolidavam como matéria prima da escrita da história.

Eduardo Duarte, à frente da *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*, em 1924 também assumiu a edição da *Revista do IHGRGS*.

Em 1925 a 2ª Seção do APERS vinculou-se ao Museu Júlio de Castilhos, para onde Duarte se transferiu. Com sua saída do APERS, a *Revista do Arquivo* foi interrompida, retornando a partir de 1928 como *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*: Eduardo Duarte seguia sua tributada jornada à memória e suas instituições.

Na Série Correspondência Recebida (1924-1939) que integra o Arquivo Pessoal de Eduardo Duarte, custodiado pelo IHGRGS, há 30 cartas, em um universo de 350 itens, que procedem do padre Geraldo Pauwels (1883-1960).

Geraldo José Pauwels foi um sacerdote jesuíta, alemão naturalizado brasileiro, geógrafo e historiador, tendo sido eleito sócio correspondente do IHGRGS em 1925, quando residia em Florianópolis. Em 1929 mudou-se para o Rio de Janeiro, deixando a ordem jesuíta e secularizando-se. Publicou diversos trabalhos na *Revista do IHGRGS* e sua memorável obra (*Atlas Geográfico*, pela Editora Melhoramentos, de São Paulo) teve mais de 20 edições.

A correspondência expedida por Pauwels a Duarte data do período entre 1924 a 1930, na qual é possível observar o apoio recíproco entre eles, assim como o reconhecimento, por parte de Pauwels, dos esforços empreendidos por Duarte em suas atividades. Nas cartas também se encontram importantes referências do Pe. Geraldo Pauwels *geógrafo*, ao abordar as questões de limites entre os estados do RS e SC.

A estrutura pendular de uma correspondência aumenta a curiosidade do pesquisador, quando dispomos apenas de um dos lados do movimento. No entanto, a partir das respostas de Pauwels, é possível coletar elementos que nos auxiliam a entender as ações de Eduardo Duarte.

O IHGRGS publica nesta edição da Revista as primeiras 16 cartas, de 1924 a 1926, (e na próxima edição, as 14 cartas restantes) de Geraldo Pauwels, eminente pesquisador que legou respeitáveis trabalhos na área da geografia, ora evocado ao lado desta grande figura: Eduardo Duarte.

Dessa forma, cumpre o IHGRGS uma de suas funções essenciais: difundir documentos que proporcionem a compreensão não só de seu acervo, mas também de notáveis personagens que construíram a memória histórica do período.

Como as cartas foram originalmente datilografadas, dispensamos a transcrição paleográfica.

Há cartas em que o autor acrescentou notas às margens e a última carta da série ora publicada é toda manuscrita. Do mesmo modo, dispensou-se a transcrição por ser a letra do sacerdote deveras legível.

Para o seu director v.º.

Gymnasio Catharinense, Florianopolis, 5-X-24.

Prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Cordoesas saudações.

Sinceros agradecimentos por sua amavel carta do dia 5 do
mz passado.

Com grande satisfacção ouvi que o Instituto está ceminhando;
seria tambem triste, se tivesses a corte de daqui que parou seus
trabalhos já faz uns cinco annos.

Qual é o endereço do Sr. Souza Docas? O trabalho dello no
ultimo numero da Revista me agredou deveras.

Ainda me lembra como na minha primeira visita ao Archivo o
amigo me mostrou varios documentos sobre exromatações de pessoas?
Pois agora desejo ter copias dos que por ventura tratem dos pessoas
dos rios Araçuaçu, Mampituba e Tremandhy. É que estou occupado com
um trabalho sobre os nossos limites com Santa Catharina, tanto do
lado geographico como historico. Não consta nada no Archivo sobre
a elevação de Viamão a villa, e quæes os limites que lhe forem assign-
ados? Não poderia achar em que anno este facto se deu? Pois o
Dicionario de Faria não diz nada a respeito.

A monographia sobre o Rio Grande ainda não entrou nos prelos.
Faz uma semana occorreu-me o sr. Thiers Fleming que a causa está
nos apertos financeiros com que a Sociedade de Geographia está lutan-
do. Como a situação actual do peiz é o que sabemos, ficará a publica-
ção provavelmente para o dia de São Nuncs.

Quanto ás separatas, desejo 50, se for possivel.

Com um saudoso abraço sou o fido amigo certo em J.X?

Geraldo José Pauwels Jr.

Arquivo Pessoal ED (1924/nov. 22)

Florianópolis, Gymnasio Catharinense, 22-XI-24.

Prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Saudações cordeseas.

De todo o coração agradeço por mais esses testemunhos de amizade com que me honra. Não deixe de ter sempre as vistas abertas para todos os documentos que dizem respeito aos limites do Rio Grande, por ex. a respeito das divisas de Viçosa, Conceição de Arroio, Santo Antonio de Petropolis no seculo 18. Caso houver na cidade do Rio Grande um conhecido do Instituto, talvez por elle se poderia saber, se é verdade que o auto de 1751, sobre a elevação do presidio a villa, está realmente trancado, faltando, como se affirma, a pagina do centro que contem a indicação dos limites, se penso que outros dizem ter-se perdido o documento na invasão dos cartolhanos.

Algumas noticias procurei, mas não achei na sua carta; por exemplo: sobre o andamento de sua publicação, que espere antecipadamente junto com os numeros da Revista do Archivo; depois sobre quem foi nomeado chefe do Archivo. Caso lhe for possível obter-me o ultimo relatório do Interior, ficaria-lhe-ia muito obrigado por mais este favor.

Onde documentaram o relatório de dr. Hildebrand? Estou realmente curioso por vê-lo.

Caberiam no 1º numero da Revista do Instituto, de 1925, dois trabalhos meus? No caso affirmativo mandaria tambem em tempo o manuscrito sobre os limites do Rio Grande com Santa Catharina; é este estudo de iniciativa minha, ainda bom; não receio não dispor de toda a liberdade de dizer o que acho direito. Ainda assim devo esforçar-me por ficar neutro para com o estado de Santa Catharina. Conte com umas cem paginas de manuscrito.

Participou-me o sr. barão de Studart que em 15 de novembro deste anno seria eleito socio correspondente do Instituto do Ceará.

Mais uma vez mil agradecimentos; muitas saudações de J. Geraldo José P. M.

Florianópolis, Gymnasio Catharinense, 10-III-25

Prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Recebi nestes dias as separatas; mas pelo que tenho esperadeo ao menos tento, a saber noticias suas, o trabalho sobre São Leopoldo, a Revista do Instituto e as do Archivo, a respeito de tudo isso fiquei a ver nevion. Mas o amigo certamente deve comprehender, com quanto interesse estou olhando para Porto Alegre e, sobretudo, para o Archivo.

Junto com este vai um trabalho sobre limites em geral que poço ponha no primeiro numero deste anno. Seguirá para o segundo, se Deus quizer nem o tempo me faltar, outro sobre os limites do Rio Grande com Santa Catharina (historico e geographico).

Aproveitei as féri^{as} para estudar varias questões in loco. Estive no limite do Cont^a e de cor^a Geral, achando, como era de esperar, a situação real bem differente do pintavam neppen e livros. Além disso colhi material para um estudo orographico do Sul do Brasil, o qual publicará na "nossa" Revista, ou na do Inst. Geogr. e Hist. do Brasil, na qual o dr. Ramiz Galvão me offereceu espaço.

Outros resultados da viagem; consegui dados para provar que a cor^a do Mar pelo minimo se originou no paleozoico, antes do permiano; pude localizar com maior exactidão a nascente do Pelotas; descobri tres "apertados" ou estrangulamentos do mesmo rio, ainda não conhecidos dos geographos; verifiquei que minhas opiniões sobre a natureza das cor^{as} Geral e do Mar são bem exactas.

Já vê que os resultados valem bem as cansaças duma viagem de 4 semanas, rompo a cavallo, o dia por dia 5-10 e mais logua, em esminhos e mais microscopio que em toda a minha vida tenho encontrado.

Como lembrança vai um exemplar da separata.

Queria receber um abraço saudoso

do amigo certo P. Geraldo José Pauwels S.

Arquivo Pessoal ED (1925/abr.02)

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 2-IV-25.

Exmo. Sr. Dr. Eduardo Duarte, prezado amigo.

Cordeseas saudeiras.

Grato animo accuso o recebimento de sua amigavel carta de 19 do mez passado, e outrossim do ultimo numero da Revista o, lest not least, de sua valiosissima publicação sobre São Leopoldo que hei de reter com os poucos, pois não é obra que se lê duma só vez.

Resta, portanto, a collocção da Revista do Archivo.

Poco encarecidamente me queira comunicar, se o manuscrito que enviei por um conhecido para Porto Alegre, tem chegado ás suas mãos; pois sua perda seria summamente desagradavel para mim, por ter-me de resultado de muito trabalho.

Bem me dou no que disse sobre a publicação da correspondencia de Bento Manoel. Estou certo de que o juizo sobre a guerra dos ferropes ainda ha de soffrer alterações não pequenas, logo que os archivos publicarem os documentos a respeito. Recoeo muito que a figure de Bento Gonçalves pondezê um tanto do seu brilho.

Poco muito me ponha sempre ao corrente quanto á realisação da idéa realmente luminosa de constituir a sua secção uma repartição independente; e achar-me-lhe um director, não pode ser difficuldade seria, pois o amigo com o seu longo traquejo e os seus conhecimentos historicos até como que telhado para tal cargo.

Lí com prazer que o amigo Adroaldo discorde de varios topicos do livro de Rozendo que de facto contem annos de polstoria.

E adeus, receito um affectuoso abraço de amigo certo

N. Geraldo José Penna V.

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 19-V-26-

Prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Até que afinal chegou, a saber a revista do Archivo. Sem ella já se não poderá estudar a historia do Rio Grande. Agora o que desejava, era a publicação da correspondencia do seculo 18, se é que ainda existe.

Caso se encontrar com o amigo dr. Florencio, peço lembre-lhe os relatorios das Obras Publicas. Escrevi mesmo ao secretario da repartição, pedindo, além dos relatorios, as alturas das aguas observadas em determinados annos no Guahyba e no Tatuary. Até, agora sem resultado. Todavia preciso daquelles dados, para poder concluir finalmente o estudo sobre o clima riograndense, o qual aos poucos deu num trabalho para um pequeno volume. Pena é que o imprimir obras destas aqui não só não rende nada, senão causa por cima despesas consideraveis. Não fosse isso, editaria o estudo num livro; pois algum merito teria, e fosse só o de ser o primeiro nesta materia. O governo estadual talvez o pudesse, mas esse trambolho da politica consome um horror de dinheiro.

*Não poderia a
Revista do Archivo
ser tua?*

Em que alturas anda a ideia de crear uma secção independente para a historia e geographia no archivo?

Quanto ás separatas peço se me conceda o mesmo favor que com o artigo do anno passado. Receio que para o segundo volume deste anno não possa apromptar o trabalho sobre o litigio; pois tendo encontrado tanta coisa differente do que se dizia no trecho do limite que era o mais conhecido, me parece que primeiro devo ver a parte que corresponde ás cabeceiras do Mampituba. Assim hei de fornecer para aquelle numero um outro artigo sobre as regiões naturaes do Brasil, quer dizer provavelmente.

Um saudoso abraço do amigo certo

J. Geraldo José Pauwels Y.

Arquivo Pessoal ED (1925/jun.12)

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 12-VI-25.

Prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Peço não tomar como signal de desrespeito, se escrevo esta ao correr da machina, num estilo, portanto, que não primará por belleza literaria. Sinceramente declaro que fiquei commovido pelo grande interesse que toma nos meus trabalhos.

Neste meio tempo recebi o ultimo relatorio das Obras Publicas, não, porém, outras informações que já pedi duas vezes do sr. secretario daquelle repartição. São as alturas das aguas do Guahyba e do Taquary de certos annos; caso não os puderem ou quizerem copiar dos respectivos relatorios, basta tirarem as folhas do relatorio, ou então enviarem os relatorios inteiros.

Foi bem boa a nova que me deu dum novo trabalho de Souza Bocca; pois costumam conter coisas preciosas para mim.

O trabalho sobre os limites litigiosos não pode sahir antes de eu fazer uma outra viagem para o resto da linha divisoria; pois não gosto de escrever sobre coisas que não vi mesmo; a viagem, porém, depende da possibilidade de arranjar um animal. Na vez passada tive um de um ex-aluno meu, e não me parece bom pedir ao mesmo de novo um favor que não é dos pequenos.

A respeito da chorographia rio-grandense faz pouco mandaram-me outra vez dizer que quanto antes ha de ser publicada! Para falar verdade, gosto mesmo de ella ainda não ter sahido. Pois sobre um ponto importante, a formação vertical da bacia do Camaquã, desejava obter plena certeza, estudando-a in loco, sobretudo por ter o confrade sr. Simch atacado a minha opinião, é verdade sem pronunciar o meu nome. Mas em todo o caso o amigo tem razão e mesmo já tinha pensado nisso: poderia ser publicado aos poucos na revista.

Quando os manuscritos para o numero seguinte devem estar em

Porto Alegre? Pois se for possível, enviarei um trabalho sobre o
conceito das regiões naturais e as ditas do Brasil, que está meio
prompto e dentro dum bom mez poderia seguir.

Quanto à nomeação do director para o novo museu não posso
affirmar que esteja completamente convencido da sabedoria das
autoridades respectivas. O que é feito do dr. Simch? Ficou elle na
directoria do museu estadual?

Não tem achado documentos sobre o século 18 do nosso estado,
quer dizer do Rio Grande do Sul, agora duplamente meu? Pois com
grande vergonha devo declarar que ainda não tenho nenhuma certeza
sobre a relação entre Santa Catharina e o Rio Grande; o que dizem
os autores, é demasiadamente vago. Ninguém por ex. sabe indicar o
anno o tempo provavel, em que S. Catharina foi separada do Rio Grande,
nem tão pouco a especie de relação que existia entre realmente
entre as duas capitánias, desde que a primeira foi unida á do Rio
Grande. Veja, se este assumpto não daria para mais um dos seus suculentos trabalhos.

Mais uma vez agradecendo, e isso de todo o coração, sou e
fico seu admirador, confrade e amigo sincero

J. Geraldo José Pauwels V.I.

P.S. O amigo carta não extraiu nada sobre ser acclamado
só; e por, como sabe, sempre me considerei como um fraste pertencente
ao mobiliario do Instituto, de modo q a legalização duma situação
velha não lhe trouxe grande novidade. Não sabe, se os novos museus
historicos foi incorporado um mappa preciso - me parecem aquelle tempo duma
do demarcacoes de 1788. Cabrer - q estava nas mãos de m. Simch? Não o
percebo de vista, a saber: mappa, pois é de valor.

Arquivo Pessoal ED (1925/jun. 26)

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 26-VI-25

Presado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Mesmo sob pena de esta também se cruzar com uma carta sua, não quero deixar passar o dia livre de hoje, sem agradecer-lhe e responder á sua amavel missiva do dia 9 do corrente. O amigo realmente me confunde pelo muito que se interessa pelo pobre escrevinhador que é este seu creado. Deus lho pague!

No que tova ás Obras Publicas, chegaram os 3 relatorios. Não fosse que me servem também para outros estudos, diria que tanto nem era preciso. Pois o que me faltava e em parte ainda me falta, são os dados sobre a altura das aguas do Guahyba e do Taquary. Quanto aos primeiros precisava ainda dos de 1915 e 19 (nos relatorios de 16 e 20), dos segundos os de 14 e 15 (nos relat. de 15 e 16), e os de 1920, 1921 etc, os quaes parece não foram publicados. Escrevo hoje ao archivista daquella repartição, o sr. Aristides Pontoura, para ver, se elle me pode arranjar os dados restantes; caso não puder enviar os relatorios, então pelo menos as respectivas folhas.

Escrevo egualmente ao sr. Affonso Jäger da Estatística, pedindo o Annuario deste anno e uma outra publicação (sobre as colonias) que o Deutsches Volksblatt disse ter sido editada por aquella repartição, embora eu não comprehenda bem, como a Estatística possa publicar uma collecção de documentos sobre aquelle assumpto.

Folgo muito em ouvir que o dr. Protasio Alves se interessa pelo trabalho sobre os limites litigiosos. O que elle diz sobre a ligação entre o Verde e o Sertão, já é conhecido; o general Visira Rosa constata aquelle phenomeno já em 1912, de modo que não pode bem ser de "há pouco". Como disse, tenciono ir mesmo lá; pois (entre nós!) não tenho nenhuma confiança nem no que affirmam os daqui nem no que dizem os de lá. Esta viagem, porém, depende totalmente dum coisa tão banal como é um

burro. Do governo catharinense só o pedirei no ultimo caso, porque no pequeno meio daqui a gente facilmente perde a liberdade com taes favores, o que seria desagradavel: pois os dados geographicos e historicos que atégora pude colligir, dão inteiramente razão ao Rio Grande no tocante á questão do rio Sertão. Por outra, devo "cavar" o burro dum particular, o que não é tarefa tão facil.

Julgo que o trabalho sobre o clima riograndense não daria para mais de 250 paginas da Revista. Não sei, porém, se a Revista seria o lugar para tal publicação: pois os numerosos quadros, indispensaveis no caso, certamente não seriam do gosto de muita gente.

Veja, se não acha material para um trabalho seu sobre o tempo que Santa Catharina estava unida com o Rio Grande.

Não esqueça o que disse sobre o mappa que está em poder do sr. Simoh. Entre nós: elle vem da secretaria do interior: pois quando nesta repartição, faz annos, estavam queimando documentos velhos, para fazer lugar a novos, o pae do sr. Simoh salvou aquelle mappa).

Na carta em que o sr. desembargador Florencio me communicou a admissão ao gremio da instituto, falou num diploma que junto com a carta seria remettido: mas veio apenas o recibo da joia paga.

Caso julgar util, peço envie tanto ao Correio do Povo como á Federação um exemplar da separata sobre -limite, fronteira etc-.

Se não for contra o estilo da repartição, dê muitas lembranças minhas áquelle senhor que sempre estava collando os rotulos nos documentos e que decididamente não era tão ruim como elle mesmo se pintava.

Saudosos abraços sinceros agradecimentos
do amigo certo

J. Geraldo José Pauwels S.

Arquivo Pessoal ED (1925/set.08)

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 8-IX-25.

Prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Cordeas saudaes.

Recebi as separatas e o ultimo numero da Revista.

Se digo que nestas 4 semanas esperei com cada vapor do sul uma carta sua, falo a pura verdade. Ou não teria recebido a minha ultima missiva? Ou, o que Deus não permita, o amigo estaria doente?

Caso desejar para este anno o artigo sobre as regiões naturaes do Brasil, peço me avise; o manuscripto está prompto.

Estou colligindo documentos, impressos, mas não aproveitados, sobre a questão do limite. Lendo neste intuito os numeros da Revista do Archivo(deste anno ainda não tenho nenhum), me conveni sempre mais do subido valor que ella tem para a nossa história. Já não existiria a correspondencia dos primeiros governadores do Rio Grande? Nem no archive do municipio?

Boa parte de documentos importantes deve estar no Rio de Janeiro; pois leio na revista do Inst. H. e G. do Brasil (tomo 42, II, pg. 140) o seguinte: - Com effeito no dia 23 de Outubro de 1835 seguiu para a côrte (o presidente Fernandes Braga), onde xegou a 29 do mesmo mez, trazendo comsigo grande porção de papeis dos archivos publicos...".

Não valeria a pena de fazer umas pesquisas a respeito?

Quanto ao anno em que Santa Catharina foi desligada do Rio Grande do Sul, quasi que estou convencido de que a separação não foi effeito de lei ou decreto algum, senão que se operou por si mesmo, e que a união entre ambas as provincias sempre tem sido mais

fictícia do que real.

Esteve neste porto por alguns dias o navio allemão Meteor, com uma expedição scientifica, a qual durante 3 annos (1925-27) deve explorar methodicamente o Sul-Atlantico. Estabelei relações com dois dos seus membros, o dr. Reger, fundador e director do Instituto Aerologico de Berlim, e dr. Pratje, professor de geologia da universidade de Königsberg, combinando uma troca de ideias sobre a climatologia, geologia e orographia do sul do Brasil.

Ainda não consegui o animal preciso para a viagem das proximas ferias, a qual é todavia indispensavel para o trabalho sobre o litigio do Rio Grande com Santa Catharina. É curioso que nós bipedes racionais possamos depender tanto dum miseravel quadrupede que quanto á intelligencia nem goza duma fama boa.

Não tem apparecido nestes dois annos novos mappaes municipaes? Caso o amigo souber de algum, peço m'o communique, afim de que possa dar os passos precisos para obtel-o.

Não perca de vista o mappa que está em poder do sr. Simch.

Com um saudoso abraço

do amigo certo

G. Geraldo José Pauwels V.A.

Teste -
 27-2-26
 Ant. Pereira

Dia 14 de Janeiro de 1926, o Sr. Ant. Pereira de Lacerda e Oliveira, Vice-Governador, em exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina, no uso de suas atribuições, Resolve:

nomear o Sr. João Arthur Boiteux para fazer um relatório histórico e geográfico sobre os limites do Estado de Santa Catharina com o Rio Grande do Sul mediante a gratificação mensal de quinhentos mil reis (500\$) produzida o mesmo colégio e comento em todos os repartimentos públicos.

Palácio do Governo em Florianópolis, 14 de Janeiro de 1926

Ant. Pereira de Lacerda e Oliveira
 Wllysses Carron Alves de Castro

Arquivo Pessoal ED (1926/mar.28)

Florianópolis, Gymnasio Catharinense, 28-III-26.

Mui prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Espero que o manuscripto tenha chegado são e salvo.

O que ficou decidido a respeito da questão dos limites que S. Catharina está activando? Estou trabalhando com todo o affinco, para ver, se posso apromptar o meu estudo para o ultimo numero de 26. Para isso preciso de informações certas sobre a região das nascentes do Gloria e Sertão (lugar exacto, onde ficam as cabeceiras, por ex. do Ferdizes, Cachoeira, Leão, Bonito); estou quasi certo de que o governo estadual possui um levantamento daquella região (do eng. Ivo Ribeiro), do qual desejo ter uma copia. Peço tambem informe-se em Rio Grande, se o auto do villamento de 1761 está de facto truncado, faltando a folha de meio. Se alguém perguntar, o que penso a respeito da questão, pode dizer o seguinte: 1ª Rio Gr. tem com toda a certeza o direito não prescriptivel sobre o territorio entre Contas, Pelotas até as nascentes e os talambés do planalto. 2ª Tem direito bastante solidado sobre as terras entre o Gloria e o Sertão. 3ª Insignificante ou nenhum sobre o territorio entre Mampituba e Araranguá, menos do que S. Catharina sobre o situado entre Mampituba e Tramandáhy. 4ª Que S. Catharina pode ser obrigado a fazer concessões por causa do nº 1. 5ª Que a famosa recta entre Mampituba, pura phantasia ^{a Pelotas} (pois, além do recto, diminui o territorio riograndense ao favor a O. da divisa real) finalmente deveria desaparecer pelo menos dos mapas officiaes.

Apreseo quanto posso o meu trabalho; pois o dr. Adolpho Konder sabe delle e já falou conmigo a respeito, e eu não estou disposto a ceder o fructo de muitos trabalhos meus a outrem.

Depois do seu magnifico artigo sobre a colonia S. Leopoldo a revista do Archivo realmente se temia extinguido? No vol. V

(pg.135,n.º 118 B) menciona-se uma carta,na qual se dá a notícia da separação da capitania: como é isso possível, se a respectiva carta regia é de dois annos depois? É verdade, já desde 1796 a corte pensava em constituir o Rio Grande capitania independente. Em todo o caso e se é facil realizal-o, seria bom, verificar, se não houve engano na data de 1805.

Ainda não entendo, como o amigo me escreve do "gabinete" do director: seria que o governo tivesse tido a ideia lunatica de aproveitar algum que realmente trabalha? ou teria o amigo apenas o trabalho, e em outro, além da honra, tambem as "fichas"? numa palavra: escreva, mas uma carta com bastantes noticias suas e do Instituto.

Com um saudoso abraço do
amigo e companheiro em X

Geraldo José Pauwels V.L.

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 21-VI-26.

Mui prezado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Affectuosas saudações.

De coração agradeço por sua carta e as noticias sobre o monge. Peço queira tambem transmittir ao confrade sr. Belem os meus effusivos agradecimentos. Porque elle mesmo não mette mãos á obra e tenta elaborar um trabalho sobre aquella personagem que, repito, para a historia sul-brasileira é mais importante do que parece?

Qual é aquella commissão em que falou na sua carta? Se tivesse, que sair da capital, quem o sentiria, seria sobretudo o Instituto; os trabalhadores para taes empresas não costumam ser muito numerosos. Ainda não sei, quem é o novo chefe do Archivo, nem tão pouco quem dirige o novo Museo Historico!

Da Revista do Archivo falta-me o numero 17 e os que appareceram depois do nº 18. A que alturas anda o novo tomo da revista do Instituto Historico? Do meu artigo estão promptas umas 80 paginas; vae um pouco de vagar, porque a cada passo encontro novos documentos que devem ser aproveitados. Peço encarecidamente ao amigo que me communique o que lhe apparecer de documentos sobre toda a historia do Rio Grande no seculo 18. Não me poderia dar um resumo do documento mencionado na Revista do Archivo V pg. 135, nº 118? Já se pensou em publicar um registro do existente no archivo da municipalidade, onde devem estar escondidos muitos thesouros? Para que data mais ou menos deve ter o manuscrito do meu artigo, para elle poder sair ainda este anno? Recommendaria muito, reeditar certos documentos sobre a antiga historia riograndense, publicados na revista do Instituto H. e G. Brasileiro, que hoje são muito difficil de alcançar, por estarem esgotados muitos volumes daquelle revista. Não existe mais a correspondencia activa e passiva do governador Veiga Cabral do anno 1780? Um saudoso abraço do amigo certo

G. José Pauwels S.

Desde as minhas primeiras. Mas confesso a sua carta o comproute equestre de sacrificio de amigo. Paulo Lado, um fado não pagou paubas sobre a quem é dirigir, o resultado da investigação, já não!

Arquivo Pessoal ED (1926/jul.24)

Florianopolis, Gymnasio Catharinense, 24-VII-26.

Mui prezado amigo dr. Eduardo Duarte.

Affectuosos cumprimentos.

Respondo "currente calamo" á sua ultima de 1 deste mez. Muito agradecido pelas noticias suas e o volume da revista do Archivo. Então esta encarchou - é que muita gente quer comer trabalho feito; o amigo sahio e já não ha quem queira carregar com a labutação precisa para apromptar a revista. Foi o receva para a do Instituto, quando ouvi que era transferido para fóra de Porto Alegre.

A 1. parte do manuscripto hoje mesmo envio para Porto Alegre, ao R.P. Provincial, afim de elle cuidar da censura; espero que esta não leve muito tempo. Em 15 dias segue a 2. metade, tambem como a 1., 100 e poucas paginas; remetterei tambem dois mappas, para acompanhar o artigo. Se fôr possível, pediria que depois de impresso o trabalho, me devolvesse o manuscripto, porque não tirei copia. Tenciono offerecer uma das separatas ao dr. Borges de Medeiros, por meio do P. Provincial.

Comecei a percorrer todos os volumes da revista do Instituto Brasileiro, para notar o que vem sobre a historia e geographia riograndense; o resultado comunicar-lhe-ei.

Recebi nestes dias 77 publicações officiaes dos archives de S. Paulo, tudo documentos in extenso; aponto em que o dr. Borges não sabe, quanto neste sentido fizeram os paulistas, senão nunca permittiria que um outro estado nos levasse tanto a dianteira.

Accesite um abraço saudoso do amigo

A. Geraldo José Pauletti M.

Florianópolis, Gynnasio Catharinense, 7-VIII-26.

Mui presado amigo Dr. Eduardo Duarte.

Cordaeas visibas.

O facto de eu lhe escrever agora mais esta vez, não quer dizer que o amigo está dispensado de me favorecer com algumas linhas: pelo contrario, espero noticias suas. Pois esta tem apenas o fim de lhe comunicar que chegaram sãos e salvos tanto o numero da revista, como os 50 exemplares da separata, e mais que tambem a segunda parte do manuscripto sobre os limites já seguiu para Porto Alegre; agora trate de desentocal-o quanto antes; foi tambem um mappa ou melhor esboço da bacia do Mampituba e outro de toda o limite litigioso. Segue com esta um exemplar do meu ultimo artigo, dedicado ao amigo.

Já estou bem dentro da confecção dum trabalho para o Congresso de Geographia a se reunir em fins do anno em Victor desejo fornecer uma coisa decente, para não deslustrar o nosso Instituto e a honra da firma.

Não esqueça de devolver o manuscripto do artigo sobre limite, caso possivel pôr; pois não tirei copia; nem confie o mesmo a um certo que me não é muito amigo lá entre os confrades.

E ponto final, que em poucos minutos o sino toca para descansar e eu queria que amanhã seguisse esta carta.

Com um saudoso abraço
do sempre idem

Geraldo José Pauwels V.I.

S.P. Aproveitando uma hora quieta, em q' tudo em casa se tem recolhido, abri o novo numero da revista, para desoddeitar-me um pouco. O que mais me agradau foi o ter-se omitido na pg. 140^a para marcar uma transcripção q' me até pg. 19 onde até o numero da nota. Não seria possível declarar o seu numero? — Depois meus calorosos parabens para o seu trabalho; sabe que me pareceu q' o amigo levou o peso do l. gaffa

Arquivo Pessoal ED (1926/out.14)

Florianópolis, Gymnasio Catharinense, 14-X-26.

Amigo Dr. Eduardo Duarte.

Muito de coração lhe agradeço pela amavel carta e as palavras generosas que teve para o meu trabalho; bem sei que taes e tantas não mercede. Depois esteja certo de que sempre o hei de considerar grande favor, se o amigo chamar minha attenção para falhas do meu estilo que realmente é muito deficiente, já porque comecei tão tarde a apprender o portuguez, já porque os muitos affazeres não me deixam tempo para esmerar a linguagem.

Se for possível e de bom aviso, lembraria que se dêsse capa um pouco mais vistosa ao exemplar da separata que desejava offerecer ao dr. Borges. Já que escrevi o trabalho para apressar a solução do caso, seria talvez bom que a Federação e o Correio se externassem a respeito, não acha?

Quanto á lembrança de promover a minha volta para lá, quasi metten-me susto não pequeno; pois suggeriu-me nem mais nem menos do que incorrer nas penas comminadas pelas nossas instituições aos que por pessoas gradas fizeram pressão nos superiores para alcançar sua remoção de um lugar para outro. Cruz! E depois, nem estou prompto com o que desejo fazer aqui. Senão vejamos.

Nestas ferias preciso afinal ver a bacia do Mampituba e as suas nascentes, verificar de novo a mais exacto situação e altitude das nascentes do Pelotas e possivelmente a origem do seu valle, e ver tambem a região da confluencia do Pelotas e Canoas, onde suspeito indicios de kerozene. Nas ferias seguintes (1927-28) preciso explorar a serra Geral no norte deste estado, sua relação ahi com a serra do Mar e sua continuação no sul de Paraná; pois quanto ao norte deste estado e a S. Paulo julgo ter certeza no que toca á

serra Geral. E afinal em outras férias é indispensavel uma viagem para o Rio e S. Paulo, a fim de entabular relações pessoais com algumas personagens, sociedades e repartições.

Já vê que resta ainda que fazer aqui. Depois sim, espero que os meus superiores me chamem de novo para o sul, onde tenho á disposição uma boa bibliotheca, bons amigos e onde está o campo que desejo lavrar, o torrão gaúcho; todos os trabalhos destes annos que estou aqui, tem o fim de esclapecer a geographia riograndense, e, para falar verdade, apprendi não pouco.

Hontem de noite houve aqui foguetorio medonho, estalararam bombas de todos os tamanhos, badalararam os sinos. Nem era para menos; pois chegara a noticia de que Washington Luiz tinha escolhido tres catharinenses para ministros, a saber Victor Konder para a viação, e dois outros para a marinha e a guerra. Realmente curioso e thema grato para meditações e hypotheses varias.

Não imagina como estou abarbadado com trabalho: aulas em pensa e o preparo da nova edição, totalmente refundida, da compendio de chorographia. Se este anno acabar sem mais novidade, dar-me-ei por feliz.

E ponto final. Aceite um cordaal abraço
do amigo certo

Geraldo José Pauwels V.

Flor^{is}, Gymnasio Cat^{ol}, 16 - xv - 26.

Amigo A. Duarte.

Corrente calamo algumas palavras; pois estou preparando a viagem para o interior q' comecarei amanhã, lá para as bandas do Xaingituba.

Em primeiro lugar os meus sinceros desejos para o Natal e o Anu^o Bom. Que o bom Deus lhe conceda a felicidade compativel com as misérias desta vida, e sobretudo muitas graças para a outra.

Depois os meus cordaes agradecimentos pela felizes carinhosas e respeito do meu Trabalho, bem como pelo documento importante q' me remetteu. Se eu fico com elle? Ora, é boa; com toda a certeza.

Bastava o unico N. B. na pg. 6.

Não seria possível obter mais umas
separatas; pois 40 reccios q' me não bastem
em vista dos fadidos q' já se me tem feito.

Achou o tempo dos exames q' este
empara muito tem sido um m. mais
difficil e desagradavel. Não quero
falar da secretaria. Mas imagino, nem
ahi um delegado do Rio e principia
a falar na cidade da necessidade de
serem substituidos varios professores, por
serem allemães, entre estes o de Portuguez,
q' é miagradavel nato, e este seu creado.

Ora, boa! Esta gentinha do Rio parece quer
tratar os estranhos como se tudo isso fosse
provincia! Confio em q' elles se cugam
fulgando q' eu, por ser brasileiro naturalizado,
me deixam tratar como cidadão de segunda

classe. Isso lá veremos ainda.

Ainda não pude obter a certidão
de nascimento de Níto Baudela.

Hoje remeti por um portador ao
C. Hutter o exemplar encadernado do
meu trabalho. Como aqui me olham com
certa desconfiança - por serem conhecidas
as minhas sympathias para com o Rio
grande -, levei em pessoa um exemplar
ao Sr. Governador, a quem expus a
questão.

É baste para hoje. Depois de voltar
espero encontrar notícias suas.

Com um abraço saudoso
Gerebório Baudela.

CULTURA E PATRIMÔNIO DOS GAÚCHOS

O IHGRGS E O GOVERNO DO ESTADO,
COM PATROCÍNIO DO BANRISUL,
INICIARAM AS OBRAS DO PROJETO DE
CLIMATIZAÇÃO DO 2º PAVIMENTO DO
PALÁCIO PIRATINI EM PORTO ALEGRE/RS.
OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS SERÃO
PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA,
MOBILIÁRIO E MURAIIS DO ARTISTA
ALDO LOCATELI.

PRONAC 170935



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

Banrisul
O grande banco do sul.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL
TODS
PELO RIO GRANDE

MINISTÉRIO DA
CULTURA

